

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ANA MONTEIRO COSTA

**A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO:  
UMA INTEPRETAÇÃO A PARTIR DOS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL  
E DE CONSTRUÇÃO MENTAL DE DOUGLASS NORTH**

Porto Alegre

2010

ANA MONTEIRO COSTA

**A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO:  
UMA INTEPRETAÇÃO A PARTIR DOS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL  
E DE CONSTRUÇÃO MENTAL DE DOUGLASS NORTH**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2010

C837g Costa, Ana Monteiro

A gênese do empresário gaúcho : uma interpretação a partir dos modelos de matriz institucional e de construção mental e Douglas North / Ana Monteiro Costa. – Porto Alegre, 2010.  
187 f. : il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2010.

1. Desenvolvimento econômico : Capitalismo : Empresários : Rio Grande do Sul. 2. Economia institucional : Empresários : Rio Grande do Sul. 3. Construção mental : Empresários : Rio Grande do Sul. I. Filippi, Eduardo Ernesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 330.341

ANA MONTEIRO COSTA

**A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO:  
UMA INTEPRETAÇÃO A PARTIR DOS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL  
E DE CONSTRUÇÃO MENTAL DE DOUGLASS NORTH**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em 28 de outubro de 2010.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis – PUCRS

---

Prof. Dr. José Maria Dias Pereira – UNIFRA

---

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição – UFRGS

---

Ao meu avô Armerindo, que entre os quero-queros e o Imortal Tricolor, me encantou com o Rio Grande tecido por suas memórias.

## AGRADECIMENTOS

À sociedade brasileira que patrocinou esse processo. A CAPES que financiou parte desse estudo.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela estrutura e qualidade.

Aos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, em especial a Iarinha, a Raquel e a Claudinha, por toda dedicação, presteza e carinho.

Agradeço de modo especial ao meu orientador, professor Eduardo, pela dedicação e fundamentalmente por ter acreditado em mim e aceito esse desafio.

Agradeço aos professores que fizeram parte desse período de formação, em especial aos professores Octávio Conceição, Luiz Fernando Nogueiról e Pedro Dutra Fonseca, que mudaram meu modo de ver a Economia. Ao meu eterno professor Carlos Nelson dos Reis.

Aos meus pais, que suportaram meus momentos difíceis e apoiaram minhas decisões. As minhas avós. Ao meu irmão e aos meus primos. As minhas tias. Ao Zakk e ao Romário, pelo amor incondicional.

Aos meus colegas pelo carinho e força!

Ao Centro Universitário Franciscano, onde iniciei a desafiadora vida docente.

Aos meus colegas de trabalho e amigos: Herton Castiglioni Lopes, Marcelo Arend e Reisoli Bender Filho pelas conversas, apoio e ensinamentos. Aos mestres e amigos professores Pereira e Valduíno, pelo exemplo e por dividirem seu conhecimento comigo. Muito obrigada pela paciência.

Aos meus amigos de todas as jornadas pelo amor, apoio, orações e por desculparem as ausências: Emiliano, Carolina, Maurer, Bruna, Mari, Daniela Dias Kuhn, Felipe, Andy, Cacau, Lizi, Agnes e Frei Tiaguinho Frey. Aos meus dindos Têre e Frei Claudinho. As minhas afilhadas Sofia e Cecília. Agradeço especialmente a minha irmã Cissa, que acompanhou todo esse processo, sem a qual não teria conseguido.

A Família Franciscana, pelas orações e apoio. Às gurias da Base Missionária.

Por fim, agradeço aos meus amigos que estiveram mais diretamente envolvidos neste trabalho, por gastarem seu tempo me ajudando a pensar, me corrigindo e me direcionando. De um modo ou de outro cada um de vocês faz parte das páginas que seguem:

Carla Fernanda da Silva: pela força, dicas e carinho!

César Stallbaum Conceição: pelos conselhos, sugestões e carinho.

Clóvis Schmitt Souza: pelo apoio e pelos almoços regados a Weber!

Leonardo Xavier da Silva: pela amizade, força, dedicação, sugestões e por acreditar quando eu não mais acreditava.

Marcelo Mallet Siqueira Campos: pela dedicação, carinho, conselhos e pelas sugestões fundamentais a esse trabalho.

Rodrigo Morem da Costa: pelo carinho, conselhos, sugestões e por me lembrar que era só mais uma etapa da vida.

O que faz com que se estude algo no passado não é a tentativa de descoberta de um fato novo, mas a possibilidade de voltar-se para o processo ocorrido sob uma nova perspectiva.

Sandra Pesavento



## RESUMO

Dentro da proposta de estudo do desenvolvimento, a presente pesquisa propõe a análise da gênese do empresário no Rio Grande do Sul sob a perspectiva institucional, mais propriamente segundo os modelos de matriz institucional e de construção mental de Douglass North. Para tanto, recorre-se a teoria de Schumpeter para caracterizar esse empresário, bem como o seu papel no sistema capitalista. Os primeiros empresários gaúchos são imigrantes ou descendentes de germânicos e, ao contrário do que acontece em São Paulo, na sua maioria são descapitalizados. Boa parte exerce também a função de capitalista, e assume-se a tese de Pesavento de que o capital industrial é acumulado na atividade comercial, prioritariamente vinculada à economia colonial. Deste modo, apesar de ser a economia pecuária-charqueadora a mais rentável durante a formação econômica do estado, não é dela que surgem o capital e a mão-de-obra da indústria, nem o empresário. Visando compreender o ambiente tradicional não propício ao surgimento do empresário vis-à-vis o capitalismo moderno, são utilizadas as teses de Weber e Veblen sobre o desenvolvimento das sociedades, relacionando as instituições com as trajetórias seguidas. Ainda, para o estudo dessa dicotomia entre instituições tradicionais e modernas, são apresentadas as análises de Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda para a sociedade brasileira. Assume-se que o legado cultural dos imigrantes alemães, tanto a ética protestante, quanto a superação das adversidades, foi um dos vetores de estímulo da matriz institucional que permitiu o surgimento do empresário no Rio Grande. Ainda, a dominação do capital e a disciplina do trabalho, bem como a aliança com o Estado e a constituição da classe empresarial, são os três outros vetores da matriz institucional que se forma na transição capitalista no estado, durante a República Velha. Na aplicação do modelo de construção mental são estudadas as biografias de alguns empresários do escalão regional onde se verifica um comportamento diferenciado que procurava aproveitar as oportunidades econômicas, na tentativa de mostrar como a leitura do ambiente institucional desses atores é influenciada pela herança cultural.

Palavras-chave: Gênese do Empresário Gaúcho. Matriz Institucional. Modelo de Construção Mental.

## ABSTRACT

Within development study purpose, this present research proposes to analyze the genesis of entrepreneur in Rio Grande do Sul under institutional perspective, more specifically following institutional matrix and mental construction models created by Douglass North. It is based in the theory of Schumpeter to characterize this entrepreneur as well as its role in the capitalist system. The first gaúchos entrepreneurs are Germanic immigrants or descendants and, unlike what happens in São Paulo, most of them are undercapitalized. Much of them also had capitalist functions, and it is assumed Pesavento's thesis that industrial capital is accumulated in commercial activity, primarily linked to the colonial economy. Thus, although the livestock-dry beef economy was the most profitable activity during the economic formation of the state, is not from it that that appears the capital and labor of industry neither the entrepreneur. To understand the traditional environment not auspicious to the emergence of the entrepreneur vis-à-vis modern capitalism, are used Weber and Veblen thesis on the development of societies, relating institutions with the paths followed. To the study of this dichotomy between traditional and modern institutions, are presented the analysis of Florestan Fernandes and Sergio Buarque de Holanda to Brazilian society. It is assumed that the cultural legacy of German immigrants (both Protestant ethic, and overcoming adversity) was one of the vectors to stimulate institutional matrix that allowed the emergence of the entrepreneur in the Rio Grande. Still, the domination of capital and labor discipline, as the alliance with the State and the constitution of a business class are the three other vectors of institutional matrix that forms in capitalist transition during the *República Velha* in the state. In the application of mental construction model are studied the biographies of some entrepreneurs from regional level where there is a differentiated behavior that seek to take advantage of economic opportunities in an attempt to show how the perception of the institutional environment of these actors is influenced by cultural heritage.

**Key Words:** Gaucho Entrepreneur Genesis. Institutional Matrix. Mental Construction Model.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1 - A comunidade protestante no Rio Grande do Sul: 1913 a 1954.....	139
--	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação de alguns produtos no valor das exportações do Rio Grande do Sul: 1861 a 1890 e 1923 a 1927 .....	106
--	-----

## SUMÁRIO

<b>1 O CAPITALISMO MODERNO E SUA DINAMIZAÇÃO A PARTIR DO EMPRESÁRIO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE INSTITUCIONAL PARA A ECONOMIA GAÚCHA .....</b>	<b>14</b>
1.1 O EMPRESÁRIO SCHUMPETERIANO: CORAÇÃO DO CAPITALISMO .....	21
<b>1.1.1 O moderno e o tradicional: as instituições que moldam a trajetória de desenvolvimento do capitalismo .....</b>	<b>25</b>
<b>2 ABORDAGEM INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH COMO APORTE TEÓRICO À COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....</b>	<b>32</b>
2.1 A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA ÓTICA INSTITUCIONAL .....	36
<b>2.1.1 O Velho Institucionalismo: características gerais .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1.2 A Nova Economia Institucional: características gerais.....</b>	<b>43</b>
2.2 ECONOMIA INSTITUCIONAL: A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA E DAS INSTITUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO EM NORTH .....	48
<b>3 OPERACIONALIZAÇÃO DOS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL E DE CONSTRUÇÃO MENTAL: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....</b>	<b>57</b>
3.1 OS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL E DE CONSTRUÇÃO MENTAL.....	60
<b>3.1.1 Operacionalizando os modelos de matriz institucional e de construção mental.....</b>	<b>63</b>
<b>3.1.2 Biografias e trajetória de vida: a interação com a matriz institucional .....</b>	<b>65</b>
3.2 COLETA DE DADOS .....	67
<b>4 A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO MODERNO NO BRASIL: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES .....</b>	<b>69</b>
4.1 AS PRINCIPAIS TEORIAS DO SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NO BRASIL.....	73
4.2 O ARQUÉTIPO TRADICIONAL DO EMPRESARIADO BRASILEIRO: O EMPRESÁRIO PAULISTA .....	76
4.3 A IDEOLOGIA DA BURGUESIA BRASILEIRA: A VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES.....	81
<b>4.3.1 O individualismo e a solidariedade nas Raízes do Brasil: a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda.....</b>	<b>85</b>

<b>5 ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>89</b>
5.1 A PECUÁRIA E A CHARQUEADA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL .....	93
5.2 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: O CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DA COLÔNIA .....	99
5.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO RIO GRANDE DO SUL: FATORES ECONÔMICOS .....	105
<b>5.3.1 O contexto histórico da transição capitalista no Rio Grande do Sul: fatores políticos.....</b>	<b>109</b>
5.4 ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA GAÚCHA .....	115
<b>5.4.1 O desenvolvimento da indústria gaúcha na República Velha .....</b>	<b>121</b>
<b>6 PARA COMPREENDER A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ INSTITUCIONAL E O MODELO DE CONSTRUÇÃO MENTAL.....</b>	<b>131</b>
6.1 O LEGADO CULTURAL DOS IMIGRANTES ALEMÃES: A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO CAPITALISTA.....	133
<b>6.1.1 A gênese do empresário gaúcho: o legado cultural dos imigrantes alemães.....</b>	<b>140</b>
6.2 A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A DOMINAÇÃO DO CAPITAL E A DISCIPLINA DO TRABALHO .....	143
6.3 A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A ALIANÇA COM O ESTADO .....	148
6.4 A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE EMPRESARIAL .....	153
6.5 A MATRIZ INSTITUCIONAL DA GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO .....	159
6.6 O MODELO DE CONSTRUÇÃO MENTAL DOS PRIMEIROS EMPRESÁRIOS GAÚCHOS.....	163
<b>6.6.1 Jacob Renner .....</b>	<b>163</b>
<b>6.6.2 Ernesto Neugebauer .....</b>	<b>164</b>
<b>6.6.3 Henrique Ritter.....</b>	<b>168</b>
<b>6.6.4 João Gerdau .....</b>	<b>169</b>
<b>6.6.5 Alberto Bins .....</b>	<b>171</b>
<b>6.6.6 A. J. Renner.....</b>	<b>172</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>178</b>

## **1 O CAPITALISMO MODERNO E SUA DINAMIZAÇÃO A PARTIR DO EMPRESÁRIO: UMA PROPOSTA DE UM ESTUDO PARA A ECONOMIA GAÚCHA**

As transações econômicas no capitalismo, por sua natureza impessoal, são permeadas pela incerteza, e o modo, o comportamento, dos agentes na busca da minimização dessas incertezas determinará a trajetória de desenvolvimento seguida pela sociedade, sendo algumas pró-desenvolvimento e outras não. Investigam-se, pois, os motivos e os incentivos, que levam algumas economias a permanecerem tradicionais, e outras tornarem-se modernas. A Economia Institucional procura entender, nas suas diferentes linhas de pesquisa, os fatores que levam a essa divergência nas trajetórias.

Weber (2004) e Veblen (1965) não encontram as razões para o êxito de uma trajetória de desenvolvimento em uma acumulação de capital prévia, ou na incorporação de conhecimento técnico por si só, mas em uma gama de fatores institucionais vinculados ao comportamento dos agentes que levarão as economias a serem modernas. Ao longo de sua análise, Weber (2004) diz não ser própria de toda sociedade o “espírito capitalista” e o conseqüente capitalismo moderno, suscitando características culturais próprias. Os autores propõem uma série de comportamentos necessários à dinamização econômica, sem, no entanto, fixarem suas análises sobre um agente em especial, que seria o encarregado de promover tal processo. Na trilha dessa compreensão das atitudes dos agentes econômicos e seus reflexos sobre a economia, Schumpeter (1997) analisou o desenvolvimento capitalista a partir da centralidade do papel do empresário. Identificou na inovação, no empreendedorismo, o “espírito do capitalismo” e a alavanca para o crescimento econômico, concluindo que os agentes promotores da inovação possuem características particulares, que não estão presentes na sociedade de modo geral, sendo necessário um contexto específico para sua gênese. Para o autor, o empresário é o âmago e o dinamizador do desenvolvimento capitalista.

A importância da figura do empresário ganha contornos indiscutíveis a partir dos estudos de Schumpeter. Sem necessariamente defender o capitalismo, o autor busca dissecar o comportamento daquele que pode ser visto como o coração deste sistema, aquele que aplica o capital dos capitalistas em inovações no processo produtivo e coloca em prática as invenções dos cientistas. É esse o agente responsável pela inovação, pela mudança de patamar de produção, de ciclo, na economia; e é através da inovação que o empresário promove o

desenvolvimento. Desde então, procura-se identificar padrões que determinam e condicionam as atitudes dos empresários, bem como o ambiente necessário para o seu aparecimento.

Uma das propostas de análise desse desenvolvimento está na compreensão de sua origem, para, então, ter um novo olhar sobre a trajetória seguida e a conseqüente contexto atual. Portanto, tem-se que a compreensão do momento presente da sociedade está na trajetória histórica de determinado fato e, ao contrário do que pregava a economia neoclássica, este processo depende de variáveis explicativas não autônomas e atomizadas. Assim, o crescimento econômico “é visto como um processo de natureza histórica, sem qualquer compromisso com a estabilidade de longo prazo, sendo mediado pelas instituições, que o configuram” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 2.). Surge, então, o objetivo geral desse trabalho: estudar a origem do capitalismo no Rio Grande do Sul, a partir da dinâmica do empresário, através de uma abordagem institucional.

North (1995) segue a argumentação de que o desenvolvimento não pode ser explicado por características ou dons naturais, nem mesmo pela acumulação de riqueza, mas por **instituições** e o modo como estas influenciam e regulam os indivíduos ou grupos sociais. Sob essa perspectiva, North, um dos renovadores do institucionalismo, dedica-se a compreensão dos motivos que levaram algumas nações a resultados bem mais eficientes dentro do processo produtivo capitalista do que outras. O autor procurará a causa do desenvolvimento e o que faz de uma organização eficiente. Para tanto, conforme Abramovay (2001), promove uma tríplice ruptura com o pensamento neoclássico, substituindo as unidades autônomas, atomizadas, independentes, que o caracteriza, pelas instituições, organizações e representações mentais como o centro da sociedade. Essa alteração permite encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação. Para Abramovay (2001), a introdução da história no cerne da teoria econômica traz conseqüências decisivas à própria maneira de encarar os processos de mudança social. Tal qual foi considerado por Weber (2004) e Veblen (1965), North (1995) pontua que o crescimento de uma sociedade está na sua capacidade produtiva que é oriunda de seu “modo de funcionar”.

Logo, o entendimento do sistema econômico e de seus desdobramentos possibilita analisar também como se estabelece a relação dos atores sociais<sup>1</sup> e o modo sobre o qual as regras dessa interação é formado. À medida que a indústria está relacionada a uma série de transformações ocorridas na sociedade, a exemplo da urbanização, do avanço tecnológico, do aparecimento de novas classes sociais e do advento de uma maior integração de uma

---

<sup>1</sup> North usa o termo atores como sinônimo de agente econômico.



economia mundial, entender a indústria e a sua formação é entender o desenvolvimento contemporâneo. Então:

A indústria deve ser entendida não apenas como um mero processo de transformação de matéria-prima em produto acabado, mas sim como um processo ligado historicamente a uma forma de realização do capitalismo. Aliás, a concepção de capitalismo enquanto modo de produção plenamente configurado tende a identificar-se com o surgimento da fábrica (PESAVENTO, 1985, p. 16-17).

Ainda que nenhum novo dado seja descoberto, a retomada de determinado contexto histórico, através de uma nova perspectiva, pode elucidar o entendimento sobre alguns fatores e, assim, sobre a questão posta. Deste modo, o estudo da formação do capitalismo se mantém necessário para a compreensão da dinâmica social e da constituição econômica contemporânea. Segundo North (1991), considerando-se a história, não existe uma razão necessária para que ocorra o desenvolvimento capitalista, uma vez que, na maioria dos sistemas de comércio e produção os atores são incentivados a utilizar seu tempo, energia e recursos para obterem conhecimento e desenvolverem habilidades que irão promover sua prosperidade, mas, nem sempre isso ocorre. Mesmo que um modelo de crescimento bem sucedido seja “importado” por outra nação, a economia pode continuar estagnada, pois o contexto institucional local é quem ditará a direção e a forma da atividade econômica dos indivíduos e das organizações. Dado que as instituições refletem os incentivos e oportunidades construídas pelos costumes, pela cultura, pelas percepções e pelas regras formais, torna-se necessário relacionar o sistema de crenças com o ambiente externo dos indivíduos, tanto as experiências de contextos anteriores, que são incorporadas com o condicionamento cultural, como as experiências ambientais do presente, que são agregadas na aprendizagem local. Sendo assim, “la clave del desempeño de la sociedad es el tipo de aprendizaje que se adquiere y emplea para resolver los problemas humanos” (NORTH, p. 136, 2000).

Nesse sentido, North (1994) elabora uma teoria que busca entender o desenvolvimento econômico, afirmando que esta deve considerar as instituições e a história, para que se possa compreender como se deu a *performance* econômica de determinada sociedade. O autor afirma que as instituições formam a estrutura de incentivo da sociedade, das instituições políticas e econômicas e, conseqüentemente, suscitam os determinantes da trajetória econômica (NORTH, 1994)<sup>2</sup>. Essas regras, boa parte das vezes, derivam de um sistema de crenças, do legado cultural da sociedade. Portanto, “[...] people’s beliefs determine the

---

<sup>2</sup> Institutions form the incentive structure of society, and the political and economic institutional, in consequence, are the underlying determinants of economic performance. (NORTH, 1994, p. 359).

performance of an economy, and the degree to which we can create and put into place efficient institutions” (NORTH, 1999, p. 324). Por essa razão, as instituições são decisivas à formação das trajetórias históricas de crescimento. Trata-se de um processo histórico, que depende do contexto social de determinados grupos. Logo, North (1999) está interessado em entender a origem das regras sociais, a razão de suas características, como se formam e mudam ao longo do tempo. A partir disso, compreende o processo de crescimento econômico, o que o promove e, principalmente, o que impede que algumas sociedades consigam obter êxito na geração de riqueza. Vislumbra-se, portanto, um modo de pensar a economia que não cabe em modelos de formalização rigorosa, que reduzem a realidade através de seus axiomas, pois as especificidades sociais são fundamentais para se pensar processos de evolução econômica. Sob esse prisma, é proposta uma pesquisa que pretende contemplar a investigação de costumes, de raízes culturais, capazes de apontar o caminho percorrido por determinados atores e sociedades.

Seguindo essa linha investigativa, esta tese pretende suscitar características institucionais singulares do surgimento da indústria no Rio Grande do Sul, com atenção concentrada sobre o “espírito capitalista” que a guiou. Esta será uma análise institucional, na qual far-se-á uso da teoria desenvolvida por North. A apresentação e a discussão do aporte teórico institucional, com as características das principais linhas de pesquisa, são apresentadas no segundo capítulo.

Os estudos sobre a origem do empresário no Brasil tendem a igualar os processos das demais regiões ao modo como este ocorre em São Paulo. Porém, mesmo não aderindo a essa afirmação, inclusive como justificativa para a elaboração do presente trabalho, as teses sobre a origem da indústria e do empresário nacional são necessárias a essa pesquisa, em função de sua relevância econômica e política no período analisado. Pereira (1962 e 1963) credita ao empresário nacional a mudança de mentalidade, ainda que incompleta, da sociedade brasileira, passando de um país agrícola com dependência política e econômica externa, galgado por relações semicoloniais e semifeudais, para uma nação industrializada. “O papel que coube aos empresários brasileiros, dentro da industrialização do País, foi indiscutivelmente o de liderança” (PEREIRA, 1963, p. 13). Por aqui, a “revolução industrial” ocorre quase duzentos anos depois da Grã-Bretanha, tendo como âmago o centro do país, principalmente São Paulo.

As oportunidades para o desenvolvimento da indústria aparecem de modo mais claro por volta de 1930, através da disponibilidade interna de capital, mesmo escassa, da formação de um mercado interno mais pujante, aliada à dificuldade de importação em função das

Guerras e da Grande Depressão e, como analisa Fonseca (1989), por medidas industrializantes promovidas pelo governo. No entanto, as primeiras instituições que permitiram o nascimento da indústria remontam a períodos anteriores, em meio a Monarquia. Segundo Pereira (1962), essas oportunidades não foram perdidas, pois existia aqui um grupo de homens preparados para aproveitá-las e estes, muitas vezes, antecederam o período citado.

Estes homens transformaram-se rapidamente em empresários no sentido Schumpeteriano do termo, em inovadores que recombinaavam os fatores de produção e lideravam o processo de acumulação de capital, promovendo assim o aumento da produtividade e conseqüente desenvolvimento econômico (PEREIRA, 1963, p. 13).

Com isso, o empresário cumpre a dupla função, de promover tanto o crescimento econômico, quanto, a partir do processo de racionalização da produção, mesmo que de forma lenta e gradual, de modificar as relações tradicionais da sociedade no país. Nota-se que, tanto Schumpeter como Pereira tendem a superestimar a figura do empresário, que consegue seu êxito sobre a dominação do capital, entretanto este entusiasmo não invalida a necessidade dessa investigação, uma vez que este agente é em menor ou maior grau o dinamizador do sistema capitalista. A apresentação das teorias que procuram explicar a origem da indústria no Brasil, do capital e do empresário, será feita no quarto capítulo. Nesta parte do trabalho também serão abordadas as teorias de Florestan Fernandes e de Sérgio Buarque de Holanda sobre a origem do *ethos* que constitui a sociedade e a burguesia nacionais, como aporte à elucidação da trajetória de desenvolvimento apresentada na sociedade brasileira.

Quanto à formação econômica capitalista do Rio Grande, que é discutida no quinto capítulo, verifica-se que esta tem pelo menos três eixos principais de discussão: a diferenciação daquela ocorrida em São Paulo, o papel do escravo no sistema produtivo gaúcho e a diferença de resultados entre serra e metade sul do estado. Apesar de estas não serem as únicas abordagens, são as mais debatidas e que apresentam maior relevância na literatura acadêmica. Em sua constituição, usualmente, a abordagem teórica é marxista e procura identificar o surgimento dos fatores necessários para o advento das fábricas, como a acumulação de capital e a origem da mão-de-obra livre e assalariada. Em tais análises, o aparecimento do empresário, do agente que tem o espírito inovador, surge, por vezes, tangencialmente. Aqui a proposta é analisar de modo central o empresário, através dos modelos de matriz institucional e construção mental, propostos por North (1995).

Conforme expandido no terceiro capítulo, o modelo de construção mental procura entender e investigar como se constitui a compreensão do mundo pelos agentes, como se forma seu sistema de crenças e atitudes a partir deste. Já o modelo de matriz institucional propõe a análise dos estímulos, das regras formais e informais, que constituíram determinada

trajetória de desenvolvimento. Estas regras são motivadas por vetores, e os agentes e as organizações da sociedade participam do modelo, não só interpretando as instituições, mas mudando-as. Tomando por método estes modelos o presente trabalho pretende responder o seguinte problema de pesquisa: **como se constitui a matriz institucional da gênese do empresário gaúcho?**

Para tanto, fixa-se o período de análise entre a chegada dos imigrantes alemães ao estado, em 1824, procurando entender a sociedade que constituem, bem como o processo de acumulação do capital industrial, até a consolidação dos empresários enquanto classe social, em 1931. A matriz institucional é construída com base no período onde ocorre a transição do capitalismo no estado, a República Velha<sup>3</sup>, visando captar aquelas instituições mais diretamente relacionadas à formação do empresariado gaúcho. As instituições pertinentes ao processo que se constituíram anteriormente ao período de recorte serão abordadas marginalmente na análise, a exceção do legado cultural.

A formação econômica do estado gaúcho se dá com a criação, em momentos e sítios diferentes, de dois subsistemas econômicos: a pecuária-charqueadora extensiva, ao sul e; a agropecuária colonial, ao norte do estado. Estes dois sistemas econômicos geraram sociedades diferenciadas, tanto regionalmente, como quando comparada ao sistema de produção agroexportador nacional. Assim, “as diferentes matrizes histórico-sociais dessa região estabelecem então um curso próprio de transição para as relações capitalistas de produção” (HERRLEIN, 2002, p. 1). A ocupação do estado sul-rio-grandense procurava atender ao interesse do Império de proteção de território, tendo por objetivo principal a ocupação militar e não a pretensão de criar um expoente da produção nacional. Essa povoação ocorre com escassez populacional, o que contribuiu para a atividade criatória e para o tipo de ocupação da terra, caracterizada por grandes extensões. Desenvolve-se, então, a criação de gado, com o latifúndio pastoril e uma classe proprietária com racionalidade rentista. E, com o surgimento das charqueadas intensifica-se a utilização da mão-de-obra escrava.

Dentro deste quadro produtivo, o mercado interno é insuficiente para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que boa parte do trabalho não é remunerada, por ter relações de escravismo e apadrinhamento, compostas por capatazes, peões e escravos. Esse processo apresenta baixa circulação monetária, o que pode ser apontado como um dos pontos decisivos para a não acumulação primitiva. Assim, a economia gaúcha do século XIX é caracterizada pelo sistema econômico pecuário-charqueador e constitui uma economia

---

<sup>3</sup> Período compreendido entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

mercantil, subsidiária, com inserção parcial no mercado, relativamente auto-suficiente e com restrita capacidade de transformação e de diferenciação.

Entretanto, a economia gaúcha começa a se dinamizar com a chegada dos imigrantes alemães, que ocorre tanto por fatores próprios da sociedade germânica, transição do feudalismo para o capitalismo e seus decorrentes abalos sociais (êxodo rural e excedente de mão-de-obra), como por interesses do governo brasileiro, que visava à ocupação de uma parte do sul do país com pouca densidade populacional (fins militares), o enfraquecimento da elite pecuário-charqueador e a produção de alimentos. Assim, em 1824, chegam os alemães ao Rio Grande do Sul, instalando aqui um segundo subsistema econômico, a agropecuária colonial, caracterizada por mão-de-obra familiar e livre, com a ocupação de terra em pequenas propriedades. Estes desenvolveram, a sua chegada, a atividade de subsistência e de artesanato rural, que, ao se ampliarem, geraram excedentes que foram comercializados também por alemães, os quais acumularam o capital necessário à constituição da indústria no estado. Deste modo, os imigrantes alemães e seus descendentes são os primeiros a promoverem a indústria no estado, sendo também os responsáveis pela acumulação do capital industrial.

Procurando entender como se deu esse processo, no sexto capítulo tentar-se-á operacionalizar os modelos de matriz institucional e de construção mental de North para a gênese do empresário gaúcho. Como artifício para a compreensão, a matriz será separada por seus quatro grandes vetores, quais sejam: legado cultural germânico; a dominação do capital e a disciplina do trabalho; a aliança com o estado e; a constituição da classe empresarial. Tem-se que essas instituições fazem parte de um contexto social, político e econômico próprio da transição capitalista do Rio Grande do Sul, como será desenvolvido ao final dessa tese. Para compreender o modo de pensar dos primeiros empresários, serão destacados alguns atores do chamado *escalão regional*, dada sua relevância para a economia gaúcha e nacional. A partir do estudo biográfico desses homens, pretende-se traçar uma trajetória de vida com dados comuns e divergentes, procurando analisar como o empresário aproveita uma oportunidade institucional para inovar e como as instituições que formam seu modo de pensar permitiram o desenvolvimento de suas atividades diferenciadas. Por último, são feitas as considerações finais acerca do estudo aqui proposto. O capítulo seis já incorpora as conclusões acerca da matriz e do modelo de construção mental, sendo apontadas as considerações finais sobre a pesquisa no capítulo sete.

A relevância desse trabalho está na importância do empresário para o desenvolvimento capitalista, sendo o estudo desse agente proposta de contribuição ao debate sobre a evolução da economia e da sociedade. Pereira (1962 e 1963) centraliza o papel do empresário como

dinamizador do desenvolvimento nacional, tanto do ponto de vista econômico, como político e ideológico. Assim, “o estabelecimento das bases industriais da economia brasileira foi acompanhado de modificações, às vezes radicais, no modo de pensar, nos valores e crenças da sociedade brasileira” (PEREIRA, 1963, p. 15). Para o autor, nem sempre os empresários eram os defensores mais acirrados das novas idéias, mas sempre se colocavam a favor das mesmas de forma clara. Entender a ação do empresário seria um meio para compreender o andamento do capitalismo.

Nesses termos, torna-se extraordinariamente importante conhecer melhor esse empresário. A história econômica do Brasil, por exemplo, não poderá ser escrita com precisão enquanto não houver dados sobre as origens étnicas e sociais dos empresários que promoveram a industrialização brasileira. Conhecendo suas origens seu comportamento poderá ser melhor entendido (PEREIRA, 1964, p. 84).

E esse ator social apresenta características específicas, um modo próprio de analisar o contexto institucional no qual está inserido e a análise do seu comportamento ajuda a entender o percurso do desenvolvimento econômico de uma sociedade. Um autor que vai se dedicar ao estudo mais aprofundado da figura do empresário, ator típico da economia capitalista moderna, apresentando-o como o agente responsável pela inovação e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento econômico é Joseph Alois Schumpeter.

## 1.1 O EMPRESÁRIO SCHUMPETERIANO: CORAÇÃO DO CAPITALISMO

Schumpeter (1997) propõe que o desenvolvimento econômico, o avanço de volume e de métodos de produção, acontece na sociedade somente a partir do capitalismo. Para edificar sua argumentação, o autor parte da análise de fluxo circular e da tendência ao equilíbrio, na qual uma mudança nos canais de rotina econômica advém de dentro do sistema, constituindo-se em uma variável endógena. Antes, na economia pré-capitalista, a economia funcionava como um fluxo circular, onde os fatores podiam ser ajustados para uma produção mais eficiente, contudo, sem mudanças substanciais, quase que crescendo a mesma taxa do aumento populacional e impulsionada muito mais por vantagens naturais, como fertilidade da terra ou descoberta de novas minas de metais nobres.

Tratar-se-ia, portanto, de um sistema estático e não dinâmico, diferente daquele que ocorre quando há desenvolvimento. Disto, Schumpeter (1997) assume que somente com a **introdução de inovações** (novos produtos, mercados, métodos de produção, fontes de

insumos, avanços tecnológicos) que o desenvolvimento econômico se efetuará. Desta forma, com a introdução de uma inovação a economia muda de patamar e não há como voltar ao estágio anterior: a esse processo denominou **desenvolvimento**. O crescimento econômico até poderia acontecer em um fluxo circular, através da melhor adaptação e alocação dos fatores, mas o desenvolvimento econômico, um novo patamar de produção, só surgiria com a ruptura do fluxo circular e esta aconteceria por meio da introdução de uma inovação.

Para discorrer sobre a inovação e como se dá sua implementação, Schumpeter (1997) se dedica à análise da conduta do agente que a põe em movimento: o **empresário**. Primeiro, sua colocação parte da diferenciação entre aqueles indivíduos que são “meros” administradores, daqueles que podem ser qualificados como empresários. Os administradores, os gerentes, têm tarefas rotineiras e a estes compete a correção de disfunções individuais que possam diminuir a produção, não sendo sua função a inovação. Do mesmo modo como não basta dirigir uma empresa, fundar uma também não torna um indivíduo empresário. Para ser um empresário, tal qual aquele descrito por Schumpeter (1997), é necessário inovar, se manter no mercado, ter flexibilidade de atividade, migrando conforme as possibilidades de ganho. Não obstante, como ressalta Pereira (1964), o termo é, por vezes, empregado erroneamente:

No Brasil, nos últimos tempos, o termo “empresário” entrou na moda. Passou a ser usado com grande liberdade, tendendo a transformar-se em sinônimo de “homem-de-negócios” ou de “dirigente-de-empresas”. [...] Para merecer o nome empresário, o dirigente-de-empresas deverá não só comandar o processo de investimento, como ser inovador, no sentido de reorganizador dos fatores de produção, contribuindo, através da atividade, para o aumento da produtividade e, portanto, para o desenvolvimento econômico (PEREIRA, 1964, p. 90).

Dentro dessa exposição diferencia-se o capitalista do empresário. Inovar e acumular capital são aspectos distintos, ainda que a primeira necessite da segunda. A acumulação de capital possibilita a implantação da inovação, mas a acumulação sem a inovação tende a se estagnar, não conseguindo mudar o processo produtivo de nível de produção. Quem acumula capital é o capitalista, que passa a ser o agente que se arrisca, uma vez que fornece os recursos para a inovação. No entanto, aquele que enxerga a inovação e que tem coragem e ímpeto de aplicá-la é o empresário. Portanto, é sobre o empresário, tal qual descreve Schumpeter, que aqui se pretende trabalhar:

O conceito de empreendedor na análise schumpeteriana é, pois, como ele mesmo diz, mais lato e mais restrito que a noção corrente. Ao mesmo tempo que não se liga diretamente à categoria de capitalista, podendo abranger “gentes”, membros de “juntas diretivas” e outros tipos de assalariados de uma mesma companhia, não inclui todos os industriais ou administradores: depende da capacidade inovadora que efetivamente possuam. Em conseqüência, a função de empreendedor não pode ser herdada, nem é uma posição na empresa ou na sociedade, que possa exprimir-se como uma categoria profissional ou uma classe (CARDOSO, 1964, p. 24-25).

Porém, em muitos casos, principalmente na incipiência do capitalismo, as figuras do empresário e do capitalista se misturam. Outra distinção importante, que visa evitar confusões conceituais, é de que o burguês não é empresário, mas o empresário pode pertencer à burguesia. Assim, o empresário schumpeteriano não é encontrado na economia tradicional; ainda que se possa identificar uma burguesia agrária, ele surge na indústria capitalista moderna. Trata-se, portanto, de uma função especial e típica do capitalismo.

[...] a realização de combinações novas é ainda uma função especial, e o privilegio de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm a possibilidade “objetiva” de fazê-lo. Portanto, finalmente, os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos (SCHUMPETER, 1997, p. 89-90).

Em outras palavras, não basta acumular capital e não ter caráter rentista para ser empresário, mesmo que se possa caracterizá-lo como burguês ou capitalista. Logo, mesmo que a burguesia, enquanto classe, tenha ligação com a atividade tradicional do meio rural ou com atividade de produção urbana rotineira, o empresário não a tem. E aquele que detém o capital, e que arca com o risco do investimento do capital é o capitalista. O capitalista pertence à classe burguesa, mas não é, necessariamente, inovador. O empresário é o sujeito possuidor do espírito inovador. Outro aspecto ressaltado por Schumpeter (1997) é a invenção. Também não é condição satisfatória nem necessária para o empresário criar, descobrir novas técnicas, métodos, produtos. Esta é uma função do inventor, do cientista, do engenheiro. Ao empresário cabe implantar essa inovação, dar uma utilidade econômica a ela. O autor discorre sobre isto afirmando que:

A liderança econômica em particular deve ser pois distinguida da “invenção”. Enquanto não forem levadas à prática, as invenções são economicamente irrelevantes. E levar a efeito qualquer melhoramento é tarefa inteiramente diferente da sua invenção, e uma tarefa, ademais, que requer tipos de aptidão inteiramente diferentes. Embora os empresários *possam* naturalmente ser inventores exatamente como podem ser capitalistas, não são inventores pela natureza de sua função, mas por coincidência e vice-versa. [E completa] Além disso, as inovações, cuja realização é função dos empresários, não precisam necessariamente ser invenções (SCHUMPETER, 1997, p. 95).

Portanto, algumas vezes o empresário pode ser capitalista ou cientista, mas nenhuma dessas funções é o que o torna empresário: isto se deve ao seu modo de ver o mundo, de empreender. Trata-se de ser o agente responsável pela reorganização sistemática e racional dos fatores de produção que se constitui no:

[...] elemento essencial do desenvolvimento econômico. Esta reorganização se realiza através de duas formas que se completam: através da reorganização dos fatores já integrados no processo de produção, visando maior eficiência, ou da



modificação na proporção dos fatores empregados, aumentando a participação do capital em relação ao trabalho. Estas duas formas, que geralmente aparecem conjugadas, estão diretamente relacionadas com as duas causas principais do desenvolvimento econômico – inovação e a acumulação de capital – causas estas que estão ligadas a figura do empresário [...] é um dos elementos estratégicos no processo de desenvolvimento de um país (PEREIRA, 1962, p. 82).

Posto sua presença fundamental, o estudo da posição estratégica do empresário na promoção do desenvolvimento tornou-se indiscutível no campo da teoria econômica depois da análise de Schumpeter. Pereira (1962) ressalta que o autor, provavelmente, tenha exagerado na importância concedida ao empresário no processo de desenvolvimento, no entanto lembra que isto não ofusca a abordagem que elaborou sobre o papel do progresso tecnológico e do empresário para o avanço econômico. Diante disso, procurar compreender como esse empresário age é importante para entender o próprio processo de desenvolvimento.

No entanto, apesar de reconhecer a necessidade de compreensão do pensar e do agir do empresário, Schumpeter (1997) admite que a psique desse agente não é algo de fácil delimitação. Na busca desse entendimento, parte da proposição de que este agente é dotado de racionalidade, ainda que possa agir de modo irracional para o senso comum. Alguns dos mais ilustres empresários foram classificados como visionários por seus contemporâneos, necessitando do afastamento temporal para provar a eficácia de sua astúcia. Para tanto, deve haver muita coerência em suas decisões, pois aquele que inova:

[...] necessariamente deve estar exposto não apenas a erros maiores em grau, mas também a outros tipos de erros que não são os que ocorrem na ação costumeira. O que já foi feito tem a realidade aguda de todas as coisas que vimos e experimentamos; o novo é apenas fruto de nossa imaginação. Levar a cabo um plano novo e agir de acordo com um plano habitual são coisas tão diferentes quanto fazer uma estrada e caminhar por ela (SCHUMPETER, 1997, p. 92).

Deste modo, o empresário é visto como aquele agente que dinamiza e implementa o desenvolvimento econômico capitalista, sendo o seu modo de pensar, de agir, os estímulos e restrições postas ou construídas, meios para a compreensão da formação da indústria no estado. E, para estudar o comportamento do empresário torna-se imperativo conhecer suas origens e seu sistema de crenças. Disto, depuram-se dados não só referentes às causas institucionais da emergência desses pioneiros, mas a ética, o legado cultural, que guia as decisões desses atores. Como a herança cultural é constituída através de várias gerações, acha-se necessário pesquisar as raízes da formação de um povo e de um sistema produtivo. Sob essa perspectiva, para se conhecer o modo que uma sociedade opera é necessário esclarecer suficientemente suas raízes culturais, pois as novas regras e normas a serem implantadas devem estar em sintonia com o legado cultural e o sistema de crenças desta comunidade. Destarte, a ciência do processo de desenvolvimento é primordial para a construção de

medidas de ação atuais. “History demonstrates that ideas, ideologies, myths, dogmas, and prejudices matter, and an understanding of the way they evolve is necessary for further progress in developing a framework to understand societal change” (NORTH, 1994, p. 362). Deste modo, é necessário que se conheça o passado para que se promovam ações mais eficazes no presente. Conforme Pesavento:

Já é tempo de reconhecer que a compreensão e avaliação do presente só são possíveis se forem resgatadas as condições históricas que deram origem à realidade atual. Esse processo de conhecimento do real – a história – indica-nos o modo através do qual os homens produzem, organizam-se entre si e com a natureza, elaboram seus valores e crenças (PESAVENTO, 1985, p.16).

Esse conhecimento permite compreender melhor como e porque tais ações foram tomadas e, ainda, porque outras não foram realizadas. A *path dependence* e a cultura importam, pois: (...) “beliefs, institutions, and norms that have evolved in society over time and the way they have evolved are enormous constraints on the way in which people today and tomorrow are going to think about problems (NORTH, 1999, p. 328). Entender como as pessoas agem passa pela investigação do porque elas operam de determinada maneira, e para North isso está diretamente relacionado ao sistema de crenças.

To find out, we must look at why human beings believe that they believe and how those beliefs get translated into institutions. After all, institutions are really the embodiment of the beliefs of those individuals who are in the position to make the rules of the game – both the formal and the informal ones (NORTH, 1999, p. 322).

Além de um modo de pensar próprio, o ambiente institucional no qual surge o empresário também tem suas especificidades. Weber e Veblen se dedicaram a compreensão da constituição das sociedades, quais os comportamentos que levam ao desenvolvimento eficiente e aqueles que trazem a estagnação econômica, através das discussões sobre as sociedades modernas e tradicional, do atraso, centrando no papel da elite. É no contexto moderno que surge o empresário schumpeteriano e para analisá-lo, seguem as abordagens desses autores.

### **1.1.1 O moderno e o tradicional: as instituições que moldam a trajetória de desenvolvimento do capitalismo**

Weber (2004) parte da concepção econômica e da análise da esfera social para buscar identificar a gênese da produção capitalista sob a dicotomia tradicional-moderno. Em sua compreensão, constata uma correlação entre os proprietários do capital e os empresários, bem

como da mão-de-obra mais qualificada, com uma característica em comum: a ética protestante. Começava, então, uma análise que não via nas diferenças entre as acumulações de capital a resposta para as diferentes evoluções do sistema capitalista, mas sim em fatores constituintes da moral, da psique, dos valores sócio-culturais de um povo. Nesse sentido, afirmava a existência de dois tipos de capitalismo: o moderno e o tradicional. Na economia capitalista *tradicional* o espírito que anima os capitalistas é a cadência de vida tradicional, o montante de lucros tradicional, a quantidade tradicional de trabalho, o modo tradicional de conduzir os negócios e de se relacionar com os trabalhadores e com a freguesia (próximo ao fluxo circular descrito por Schumpeter). Haveria, portanto, a ausência do ímpeto de crescimento e ampliação do capital, da inovação.

Diante dessa constatação, Weber (2004) começa sua busca pela essência do capitalismo moderno. Conclui que o espírito para o trabalho e o progresso não pode ser atribuído à “alegria com o mundo” em sentido iluminista. Para encontrar parentescos entre o antigo espírito protestante e a cultura capitalista moderna, não os acha em sua alegria com o mundo, mais ou menos materialista ou até mesmo anti-ascética, mas sim em seus traços puramente religiosos. Uma vez que o antigo protestantismo condenava aspectos da vida moderna, nem a falta de consumo, nem a ganância explicam o desenvolvimento do capitalismo. A ausência de escrúpulos na consolidação do interesse pessoal, no ganho pecuniário, bem como o desregramento da ânsia de ganhar, estiveram estritamente ligados aos laços tradicionais. Conforme sua abordagem, o espírito do capitalismo nasce, necessariamente, da vocação secular do trabalho.

A avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como “espírito capitalista” (WEBER, 2004, p. 123).

Dentro dessa análise, os obstáculos mais fortes para a adaptação dos indivíduos aos pressupostos da ordem econômica de cunho capitalista-burguês estão na valorização racional do capital no quadro da empresa e na organização capitalista racional do trabalho. Disso, ele diferenciava o capitalismo tradicional do moderno:

O adversário com o qual teve de lutar o “espírito” do capitalismo [no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a “ética”] foi em primeiro lugar [e continuou sendo] aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar de tradicionalismo (WEBER, 2004, p.53).

Weber (2004) denominava de tradicional a atitude daquele ser que não quer “por natureza” ganhar mais dinheiro, mas simplesmente viver e ganhar o necessário para tanto.

Essa era a maior resistência para o desenvolvimento do *capitalismo moderno*. Dado o desgaste despendido no ato de trabalhar, faz-se necessário um grande senso de responsabilidade e de disposição que estivessem desvinculados da busca pela maior comodidade possível, com o mínimo de esforço e que almejassem o salário suficiente para viver. É preciso uma disposição para executar o trabalho como se fosse um fim em si mesmo, uma “vocação”. Segundo Weber (2004), esta disposição não está na natureza ou é estimulado por maiores salários, mas sim, faz parte de um processo educativo religioso. Portanto, não é a acumulação de capital que explica o desenvolvimento do capitalismo moderno, uma vez que onde o capitalismo tornou-se moderno:

[...] a regra geral não foi algo como um afluxo de dinheiro novo a provocar uma reviravolta, mas sim a entrada em cena de um novo espírito, o tal “espírito do capitalismo [moderno]” [...] Por toda a parte onde emerge e se efetiva, ele cria para si as provisões monetárias como meio de sua efetivação, não o contrário (WEBER, 2004, p. 61).

Ademais, se a acumulação não pode explicar o desenvolvimento do capitalismo moderno, a racionalização também não o pode. Para Weber, o racionalismo econômico é importante, necessário, mas não é suficiente no que concerne a formação do “espírito capitalista”. A esse respeito afirma:

[...] esse processo de racionalização no plano de técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos “ideais de vida” da moderna sociedade burguesa: o trabalho como objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do “espírito capitalista”, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida (WEBER, 2004, p. 67).

Seria, então, a natureza do capitalismo moderno atípica. Essa é uma concepção contrária ao “capitalismo aventureiro” orientado pelo oportunismo político e pela especulação irracional. Logo, as pessoas imbuídas do “espírito capitalista” têm valores, construídos pela ética protestante, na análise de Weber (2004), que os conduzem para o capitalismo moderno, tanto os trabalhadores, quanto os capitalistas<sup>4</sup>. Esses capitalistas e trabalhadores que têm uma visão e defesa de mundo ascético consideram o trabalho indispensável à vida. Deste modo, o valor fica fortemente *enraizado* na conduta dos atores, que passam a ser motivados por uma felicidade pessoal. O fato de ser indispensável à vida explica o porquê dessa conduta “irracional”, onde o ser humano existe para o seu negócio e não o contrário.

Destarte, Weber (2004) denominava essas economias desenvolvidas, onde surge o “espírito” capitalista, de modernas, contrapondo-as economias tradicionais. Essa diferenciação entre o tradicional e o moderno também recebe a hábil contribuição de Veblen,

---

<sup>4</sup> Weber não distingue a figura do empresário e do capitalista, como faz Schumpeter, mas sua descrição de capitalista moderno se aproxima em muitos aspectos ao empresário descrito por Schumpeter.

que via a sociedade como um organismo altamente complexo, em declínio ou em crescimento, sempre mudando e se adaptando (ou deixando de se adaptar) a situações novas. Veblen (1965) procurou identificar os fatores que promoviam o atraso, ou melhor, que impediam o desenvolvimento, e identificou a conduta de parte da elite como o responsável pelas diferentes trajetórias seguidas. Em seu trabalho, propôs investigar a origem da *classe ociosa*, que seria o contraponto do empresário schumpeteriano ou do capitalista moderno weberiano. Segundo sua análise, ao longo da história, o homem tende a desenvolver o trabalho predatório ou o trabalho eficaz. Dessa divisão surgem, em uma perspectiva histórica, as instituições, que são entendidas pelo autor como hábitos de pensamento dominante. A elite, então, é distinguida entre a classe ociosa, responsável pelo atraso, e aquela que tem a destreza da inovação.

A instituição de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre as diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas. Estabelecida a discriminação, as funções dignas são aquelas em que intervenha um elemento de proeza ou façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe (VEBLEN, 1965, p. 25).

Com vistas a entender o processo de acumulação de capital, tão importante para o surgimento do capitalismo moderno, Veblen, assim como Weber, distingue o consumo que promove o crescimento, daquele que ocasiona a permanência de uma sociedade em um nível de crescimento econômico tradicional. O consumo, na sociedade pecuniária, apresenta um objetivo de satisfação das necessidades pessoais, no entanto, o motivo que está na base da propriedade é a emulação. A posse da riqueza confere honra. Nesta sociedade, a propriedade consiste na prova mais evidente de honraria, de realização heróica. A propriedade se torna a base convencional da estima social. Aquele que não alcança a riqueza não se diferencia e não se destaca socialmente e isso abala sua auto-estima; somente indivíduos de temperamento excepcional conseguem acumular riqueza (VEBLEN, 1965).

Logo, quando um grupo de pessoas se apodera do trabalho útil de outras, dedicando-se ao ócio, a riqueza e o lazer têm um prazer para além de sua existência: o objetivo primeiro é a ostentação. A acumulação busca mais uma posição honorífica na sociedade do que uma necessidade material. Portanto, não basta abster-se do trabalho útil; é necessário evidenciar isto socialmente. O objetivo não é dedicar-se a inatividade, ao ócio sem objetivo; o que a classe ociosa pratica é o ócio conspícuo, que corresponde ao tempo dedicado a atividades que não visam à produção. Nesse contexto institucional, não há incentivo ao surgimento do empresário e sim ao capitalista tradicional, que pode promover crescimento, mas não desenvolvimento econômico.

As instituições industriais são aquelas orientadas para a eficiência da produção e para a melhoria do bem-estar material. Já as instituições pecuniárias são derivadas do instinto predatório e são avessas ao trabalho útil. Para Veblen, os princípios pecuniários e a eficiência industrial são incompatíveis, pois os lucros não guardam nenhuma relação com o benefício que podem trazer para a sociedade (MONASTÉRIO, 1998).

Os indivíduos que conseguem acumular riqueza e exercer o ócio conspícuo servem de modelo para o restante da sociedade. Ao invés de causar revolta, tendem a causar admiração. “O conceito de dignidade, valia ou honra, quando aplicado a determinados indivíduos ou determinadas atividades, é de primordial importância no desenvolvimento das classes e das diferenças de classe” (VEBLEN, 1965, p. 31). Sob esse aspecto, a Teoria da Classe Ociosa desvenda uma motivação psico-social para a persistência da pecuniariedade. Deste modo, Veblen (1965) faz esse apanhado da origem da classe ociosa, da propriedade e dos aspectos psico-sociais que estes exercem para além da satisfação material, na tentativa de vislumbrar os motivos da permanência das instituições pecuniárias na sociedade industrial. Essas instituições se mantêm, mesmo a custo do desenvolvimento econômico.

Ainda, com base na dicotomia tradicional-moderno, para Weber (2004), o capitalismo moderno é típico do Ocidente e se caracteriza por ser uma ação econômica com expectativa de auferir lucro, através da racionalidade da produção. Conforme Sell (2007), o conceito de modernidade usado por Weber está associado à idéia de racionalidade, cujo valor se opunha aos valores das práticas sociais tradicionais. Então, a superioridade do racionalismo ocidental ante outros racionalismos culturais específicos decorre da visão protestante ascética.

Apenas o Ocidente consegue superar os limites de uma concepção de mundo tradicional e da forma de consciência que lhe corresponde. A aquisição de uma consciência moral pós-tradicional é o que está em jogo na passagem da ética na convicção, típica das sociedades tradicionais legitimadas religiosamente segundo uma moral substantiva, para a ética da responsabilidade, que pressupõe contexto secularizado e subjetivação da problemática moral. Esta passagem é “espontânea” apenas no Ocidente. O seu produto mais acabado é o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade onde vive. Este indivíduo liberto das amarras da tradição é o alfa e o ômega de tudo que associamos com modernidade ocidental, como mercado capitalista [...] (SOUZA, 1998, p. 5).

Assim, o capitalismo moderno tem por característica a moderna organização racional da empresa, baseada na separação da economia doméstica e na criação da contabilidade racional (FERREIRA, 2000). A racionalidade ou racionalização corresponde a componentes interpretáveis da ação humana e o seu estudo ajuda a entender a relação entre economia e aspectos culturais. O processo de racionalização mostra como são formadas as regras sociais: “os processos empíricos devem ser interpretados por referência às relações (de conflito, de

favorecimento ou de indiferença) que neles se dão entre os efeitos de vigência dos diferentes princípios orientadores dos processos de racionalização” (SANTOS, 1999, p. 14). Trata-se do racionalismo ascético de Weber.

Além disso, a ética social da cultura capitalista não nasce somente no solo do capitalismo. O autor identificava uma relação entre o *estranhamento do mundo*, ascese e devoção eclesial, e a participação na vida de aquisição. Essa ética defende o ganho do dinheiro no resguardo de todo o gozo imediato do valor recebido, como um fim em si mesmo. O ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa visão é irracional quando se considera a felicidade ou a utilidade. Segundo a ética social do capitalismo, a profissão é uma obrigação que o indivíduo deve sentir com respeito ao conteúdo de sua atividade “profissional”. As moralidades de cunho utilitário têm efeito diferente daquelas de cunho religioso, uma vez que, segundo Weber (2004), as primeiras podem ser exercidas apenas em aparência. Sob esse prisma, os valores advindos da ética religiosa são importantes para se compreender a modernização do capitalismo. Entre as advertências morais religiosas são pregadas a honestidade, que é útil porque traz crédito, assim como a pontualidade, a presteza e a frugalidade, para a ampliação da produção.

A dignificação da pessoa através do trabalho estava presente em diversas religiões, sendo que no protestantismo esta aparecia de forma peculiar. O protestantismo começou a valorizar o exercício do trabalho como auto-realização moral e este reconhecia que o único meio de viver que agrada Deus não estava em seguir a moralidade intramundana pela ascese monástica (católica), mas sim em cumprir os deveres intramundanos, que correspondem à “vocação profissional”. Sob essa perspectiva, não só o trabalho é valorizado, como aspectos que o perturbam como o descanso sobre a posse, o gozo da riqueza, o ócio e o lazer são condenáveis. No Outro Mundo, o ser humano poderá descansar, mas na Terra deve buscar o estado de graça através do trabalho. Assim sendo:

Ócio e prazer, não; só serve a ação, o agir conforme a vontade de Deus inequivocadamente revelada afim de aumentar sua glória. A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados [...]. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com conversa mole, com luxo, mesmo com sono além do necessário à saúde [...] é absolutamente condenável em termos morais (WEBER, 2004, p. 143).

Os capitalistas modernos não eram os especuladores temerários e sem escrúpulos, aqueles aventureiros econômicos, mas sim “homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo sóbrios e constantes, sagazes e inteiramente

devotados à causa, homens com visões e “princípios” rigorosamente burgueses” (WEBER, 2004). Weber descreve assim o *tipo ideal* do capitalista moderno:

[...] não tem nenhum parentesco com esses ricos de aparência mais óbvia ou refinada. Ele se esquivava à ostentação e à despesa inútil, bem como ao gozo consciente do seu poder, sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social de que desfruta. Sua conduta [...] comporta quase sempre certo lance ascético [...]. Ou seja, não raro, mas bastante freqüente, encontrar nele uma dose de fria modéstia [...]. De sua riqueza “nada tem” para si mesmo, a não ser a irracional sensação de “cumprimento do dever profissional” (WEBER, 2004, p. 63).

Essas “qualidades” morais, antes dos estudos de Weber, estavam vinculadas a um “iluminismo” liberal e à capacidade de livrar-se da tradição herdada, não estando relacionada a éticas religiosas. Weber e Veblen, portanto, procuram estudar instituições sociais presentes em economias modernas e tradicionais, estabelecendo algumas condições necessárias, valores, para o aparecimento do capitalismo moderno. Veblen procura explicar o porquê do atraso de algumas economias, através da análise da classe ociosa e Weber busca identificar o *ethos*, o modo de vida dos trabalhadores e empresários das economias modernas, chegando a características peculiares como a ética religiosa. Essas abordagens foram apresentadas de modo a melhor identificar o contexto formado por características do capitalismo moderno, onde o empresário deve surgir, assumindo que este não é um ambiente com fatores comuns. Com a pretensão de contribuir para o entendimento de como surgem e a sua dinâmica com o contexto dessa formação dos empresários, é proposta uma análise a partir da teoria institucional, mais propriamente pela abordagem de North.



## 2 ABORDAGEM INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH COMO APORTE TEÓRICO À COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A preocupação com a geração e a apropriação do excedente produtivo remonta aos primeiros escritos econômicos, entretanto, a reflexão sobre desenvolvimento começou a se intensificar nos anos 1940, diante da necessidade da preparação dos anteprojetos para a reconstrução da periferia devastada da Europa no pós-guerra. Assim, o trabalho da primeira geração dos economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante à época, que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de Bem-Estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados (SACHS, 2004). Os modelos utilitaristas de desenvolvimento, apresentados pelo *mainstream*, mostravam-se deficientes, principalmente por homogeneizarem o comportamento humano, supondo uma racionalidade econômica. A isso Sen afirma que:

Embora essa concepção (utilitarista) seja amplamente acalentada [...], existe ainda algo de extraordinário no fato de a economia haver de fato evoluído dessa maneira, caracterizando a motivação humana nesses termos tão espetacularmente restritos. Uma razão dessa singularidade é que a economia supostamente se ocupa de pessoas reais. É difícil crer que pessoas reais poderiam ser totalmente indiferentes ao alcance do auto-exame induzido pela questão socrática “Como devemos viver?”[...] As pessoas estudadas pela economia podem mesmo ser tão insensíveis a essa questão flexível e ater-se exclusivamente à impassibilidade rudimentar a elas atribuídas pela economia moderna? (SEN, 1999, p. 17-18).

Desde então, talvez um dos temas mais intrigantes e complexos das ciências sociais aplicadas seja a questão do desenvolvimento. Aspectos não-econômicos, tais como o modo sobre o qual se fundamenta a sociedade, a política, os valores, a cultura, a estrutura de poder e os desdobramentos desses fatores sobre o desempenho em qualidade de vida, em crescimento econômico, em avanço tecnológicos instigam muitos pesquisadores. No que tangencia especificamente a economia, sua análise passa por uma extensa vertente de teorias que se propõem a servir de aporte teórico para o entendimento do desenvolvimento econômico.

Dessas fontes de pensamento, aquelas que surgem inteiramente da teoria neoclássica mostram-se insuficientes para analisar a complexidade desse processo, por negligenciarem a história e a ética. Partindo dessa constatação, as teorias heterodoxas têm questionado os principais fundamentos desta, que normalmente observa o crescimento econômico considerando a elevação da produtividade dos fatores de produção, decorrente do avanço tecnológico e da acumulação de capital físico e humano (FILIPPI et al, 2006). Dentre os

aportes heterodoxos que buscam entender o desenvolvimento, a teoria institucional, surgida no final do século XIX, configura-se como uma das opções de análise, apregoando as instituições como fator determinante para o entendimento do referido processo. De modo geral, as instituições correspondem a valores e leis que formarão as estruturas de poder (social, econômica e política) de uma sociedade.

Segundo esta ótica, a história, os hábitos, os valores são primordiais para compreender as trajetórias de desenvolvimento e a interação entre os agentes das sociedades, uma vez que o mundo é permeado pela incerteza. “Para os institucionalistas, a real determinação de toda alocação em qualquer sociedade se dá por sua estrutura organizacional: em resumo, por suas instituições, em que o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 31). Assim, a compreensão ultrapassa a investigação de acumulação de capital e conhecimento do processo produtivo.

Para além do mercado, os institucionalistas empenham-se em buscar entender como se estrutura a sociedade em aspectos como a distribuição de poder; a formação de conhecimento; a determinação da alocação de recursos, e nesta busca de compreensão, a cultura é vista como uma variável dependente e independente (CONCEIÇÃO, 2000). Sendo assim, aspira-se conhecer os valores, crenças, que estavam internalizados nesse povo, aspectos que constituem o modelo de construção mental, assim como a matriz institucional e sua interação com a mesma. Para tanto, a trajetória histórica da sociedade gaúcha no início da industrialização será analisada à luz da teoria institucional de Douglass North.

North possui uma peculiaridade dentro da teoria institucional: seus trabalhos a partir de 1990<sup>5</sup> procuram superar a dicotomia entre conhecimento econômico histórico e teórico, uma vez que não abandonam totalmente o individualismo metodológico e se aproximam consideravelmente de uma análise mais holística. Na sua visão, a teoria econômica neoclássica contribui para o esforço da construção teórica e da formalização, porém seus postulados de informação completa, da racionalidade dos agentes, de mercados perfeitos só seriam válidos em um ambiente de racionalidade instrumental, com mercados eficientes onde as ideologias não importassem, algo bem diferente do mundo real<sup>6</sup>. Neste as informações são incompletas, a racionalidade é limitada e um dos meios de diminuir a incerteza na interação

---

<sup>5</sup> A partir de seu livro *Institutions, institutional change and economic performance*, de 1990, cuja versão em espanhol, de 1995, foi utilizada nesse trabalho. Trabalhos anteriores foram incorporados neste aporte teórico não como contraponto aos escritos mais recentes, mas no auxílio da construção do pensamento atual do autor, mais próximo à economia política. Seus trabalhos mais recentes, como *Understanding the process of economic change*, de 2005, são considerados mais heterodoxos.

<sup>6</sup> As diferenças entre Velhos e Novos institucionalistas são apresentadas no decorrer desse capítulo.

peçoal é a criação de instituições. O autor também considera que o desenvolvimento se dá através da inovação e que esta surge de forma mais latente em lugares que lhe assegurem maiores incentivos, sendo estes estímulos determinados pelas instituições pró-desenvolvimento, que intensifiquem a eficiência econômica.

Eficientes ou não, as instituições moldam a inter-relação entre as pessoas e podem ser formais (leis) ou informais (códigos de conduta). Essa diferenciação é relevante porque, segundo sua teoria, o ambiente de instituições formais é importante, mas não determinante, uma vez que este surge das instituições informais e, se não estiver em consonância com estas, não gera resultados satisfatórios. Em outras palavras, este é o princípio da resposta para a explicação do motivo pelo qual as nações menos desenvolvidas não conseguem replicar modelos de desenvolvimento exitosos, mesmo subordinadas as mesmas regras formais, os resultados de desenvolvimento podem ser diversos, como nas diferenças regionais de um país ou estado. Para North (1995) é a herança cultural que irá moldar o processo de crescimento econômico, sendo o contexto histórico fundamental no entendimento da trajetória de desenvolvimento.

Porém, antes de introduzir a análise teórica de North, é preciso contextualizar sua exposição. Ao contrário de outras linhas de pesquisas dentro das Ciências Econômicas que apresentam certa coesão teórica, conceitual e metodológica, quando se menciona Economia Institucional sem designar o eixo de pensamento a que se refere, pode-se acarretar em equívocos, pois as linhas de pesquisa divergem sobre alguns tópicos importantes. Como será apresentado na seção 2.1, enquanto Escola de Pensamento, a Economia Institucional, apesar de não constituir um único corpo teórico, apresenta alguns elementos de convergência que garantem, em certa medida, uma uniformidade capaz de abarcar todos os campos de pesquisa sob a égide Institucional. Como características comuns, têm-se que a Economia Institucional, de modo geral, nega o individualismo metodológico<sup>7</sup> e os axiomas de racionalidade ilimitada e de informação simétrica, assumindo a incerteza como fator de toda interação social, o que separa sua análise como um todo da economia ortodoxa. Esta segregação é tema de debate entre os autores que exploram a metodologia da ciência, principalmente no que se refere à chamada Nova Economia Institucional, uma das linhas de pensamento da Economia Institucional. Essa pertença é defendida considerando-se alguns argumentos como o de Conceição: “Embora persistam alguns pontos de complementariedade entre o pensamento

---

<sup>7</sup> A negação do individualismo metodológico pelas diferentes correntes institucionalistas não é consenso entre os estudiosos de seus métodos, para muitos autores, linhas de pesquisa como a Nova Economia Institucional não abandonam o individualismo metodológico.

institucionalista e o neoclassicismo, como reitera a “nova economia institucional”, há algum antagonismo entre ambos, explicitando certa incompatibilidade teórica e metodológica” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 33).

Todavia, não é negada a diferenciação entre as vertentes da Economia Institucional, fazendo-se necessário esclarecer o eixo analítico usado. Para tanto, inicia-se com um resgate da constituição do pensamento institucional econômico, tendo por objetivo melhor localizar o aporte teórico a ser utilizado na presente análise, ainda que a discussão sobre a formação teórica ou a diferenciação de método não seja o foco deste trabalho. A fim de cumprir este objetivo, é proposta uma breve apresentação sobre o chamado Velho Institucionalismo, pensamento institucional original, e suas especificidades, bem como da Nova Economia Institucional (NEI), onde se estabelece a teoria elaborada por North. Admite-se essa “classificação” do autor nesta linha de pesquisa, principalmente por seus trabalhos mais antigos, todavia, para aqueles a partir da década de 1990, que são aqueles que concedem sustentabilidade teórica a presente análise, pode-se afirmar que há uma aproximação cada vez maior com o Velho Institucionalismo, ainda que não se possa inseri-lo puramente entre este grupo. Para compreender essa localização no corpo teórico são propostas as subseções 2.1.1 e 2.1.2, algo que segue a recomendação de Conceição: “A complexidade e a multiplicidade de elementos que se abrigam sob tal designação [economia institucional] exigem certa precisão teórica sobre o que se quer referir, sob pena de comprometer sua compreensão. É necessário [portanto] inserir o conceito de instituição em seu respectivo contexto teórico” (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 79).

A derradeira seção deste capítulo, 2.2, procura apresentar a teoria institucional elaborada por North, com foco nos seus trabalhos onde a preocupação com os custos de transação cede espaço à investigação sobre a estrutura institucional e a leitura que o agente faz dessa, através dos modelos de matriz institucional e modelo de construção mental. Deste modo, pode-se dizer que North incorpora tanto o individualismo, quanto o holismo em seu procedimento metodológico, estabelecendo-se na fronteira do Novo com o Velho Institucionalismo, argumento que será desenvolvido no decorrer deste capítulo. Para tanto, parte-se da proposta de análise do processo de desenvolvimento e de suas complexidades a partir da Economia Institucional, como uma das alternativas às teorias do *mainstream*.

## 2.1 A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA ÓTICA INSTITUCIONAL

A economia nasce de duas vertentes relacionadas à política: a ética e a engenharia. A ética está associada ao tema dos fins humanos, e remonta a Aristóteles e a engenharia se refere às análises e estudos de crescimento econômico e de transformações produtivas, que vêem a humanidade como geradora de riqueza. A vertente positivista, que procura neutralizar valores:

caracteriza-se por ocupar-se de questões primordialmente logísticas em vez de fins supremos e de questões como o que pode promover o “bem para o homem” ou o “como devemos viver”. Considera que os fins são dados muito diretamente, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingi-los. O comportamento humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis (SEN, 1999, p. 20).

O pressuposto da racionalidade plena, maximizadora de utilidade, da informação completa, distanciou a economia do verdadeiro comportamento humano. Segundo Sen (1999), o afastamento da ética no pensamento econômico desconsiderou o modo como as pessoas devem viver. Isso não significa que elas sempre agirão conforme suas convicções e moralidades, contudo, a teoria econômica tem que considerar o comportamento humano real. A isso o autor denominou de concepção da motivação relacionada à ética.

Ademais, como herança do positivismo, a ciência econômica afastou-se da abordagem histórica, desenvolvendo suas teorias vinculadas a modelos de formalização rigorosa que pretendiam atender ao estudo da ciência pura, sem ideologias. Todavia, ao ausentar ou minimizar o contexto histórico, ainda que contribuindo de modo inegável para a Ciência Econômica, principalmente nas questões de eficiência alocativa na produção, a teoria ortodoxa, no que tange o entendimento do desenvolvimento, mostra-se uma abordagem limitada. Essa redução da complexificação da realidade é feita com o intuito de construir teorias e exercer uma formalização rigorosa o mais “neutra” possível, mas, ao fazê-la, não consegue explicar realidades econômicas permeadas por fatores não-econômicos. Assim, ao tentar construir uma teoria assaz generalizadora, perde as especificidades capazes de elucidar as problemáticas do desenvolvimento.

Essa visão a-histórica, típica da ortodoxia econômica, vale-se das dificuldades próprias da historiografia em estabelecer leis baseadas numa regularidade constatável do comportamento humano, de modo a considerar seu produto de conhecimento vulnerável. Contudo, menosprezar o papel das Instituições e da História, impõe dificuldades ao próprio desenvolvimento da Ciência Econômica, de

tal modo que recorrentemente os economistas acabam tendo que tentar incorporá-las a suas teorias (RACY, et al, 2005, p. 1.).

Há, nesse sentido, um consenso de que as instituições são construídas historicamente como produto das relações que se estabelecem na sociedade (RACY, et al, 2005). Os valores, a cultura, as leis, estão enraizados (*embedded*) na formação e nas alterações das instituições. Então, ao se propor o estudo do desenvolvimento, acredita-se que a incorporação do contexto político, econômico e social é fundamental. A complexificação que a isso se segue de modo algum deve ser entendida como limitador, mas como um caminho para pesquisas que procurem estudar a realidade social. E, ainda, focar-se em um aspecto histórico não significa restringir-se, pois, segundo Racy et al (2005), é a análise de alguns aspectos particulares de uma sociedade que muitas vezes levam à compreensão de sua realidade total.

Assim, a história, tendo como objetivo o estudo das causas que dão conformação ao presente da humanidade e não simplesmente ao seu passado, lida com uma variada quantidade de elementos da realidade que lhe dão uma capacidade de leitura relativamente integrada das diferentes questões relevantes para a ciência econômica (RACY, et al, 2005, p. 2).

Nos modelos de desenvolvimento de cunho ortodoxo, as instituições são tratadas como variáveis exógenas, diferente da abordagem institucional, que confere a essas um papel central no entendimento das trajetórias de desenvolvimento. Deste modo, a teoria econômica do desenvolvimento tem no estudo das instituições um dos seus esforços para a compreensão realista da constituição de trajetórias e performances econômicas de diversas sociedades (FILIPPI et al, 2006). Aguiar Filho (2009) lembra que os teóricos neoclássicos não negaram a importância da dimensão histórica e social para o entendimento dos fenômenos econômicos, mas, em função do seu método, assumiam que as instituições surgem espontaneamente como consequência do comportamento racional dos agentes, que buscam maximizar sua utilidade por meio delas, podendo mudá-las a qualquer tempo através das informações fornecidas pelo mercado. Quando se incorpora a história, está implícita a concepção de que as atitudes não são tomadas apenas pelo auto-interesse, mas pelos costumes, leis, moral, ou seja, a ética é endógena à análise.

Sendo assim, o fazer institucional não é um ato mecânico, de racionalidade plena e informação ilimitada. Os indivíduos interagem socialmente com base nos hábitos, na cultura, nos valores, aspectos que têm um grande peso sobre o modo como as sociedades se estruturam e se transformam. Essas transformações se dão através das mudanças institucionais que são realizadas por meio do aumento e das transferências de conhecimento, que garantem uma percepção de outro modo de agir mais eficiente. É, portanto, sobre o arranjo institucional, incentivos e desincentivos, que os indivíduos procuram fazer suas escolhas, e

isto determinará a trajetória de desenvolvimento da sociedade, pois está relacionada aos custos de transação e produção.

Este arranjo institucional está vinculado a *path dependence* da sociedade, pelo modo como foram se construindo as estruturas políticas, econômicas e sociais. A partir da trajetória dependente, é pertinente analisar as escolhas desse caminho escolhido e as conseqüências que ocasionaram a escolha desse percurso. Neste contexto, a cultura, o conhecimento e as leis formam os incentivos que moldam o modo de ver o mundo e, conseqüentemente, as interações sociais. Essas interações determinaram a estrutura de poder, e é sob essa composição de interesses que se constituirá o processo de desenvolvimento, nem sempre atendendo a eficiência produtiva ou o bem-estar social. Assim, para entender como e porque algumas economias operam de determinada forma, é importante ater-se as instituições uma vez que estas desempenham papel crucial no referido processo, pois estabelecem a estrutura de interação estável entre os agentes econômicos, reduzindo incertezas, além de definirem e limitarem o conjunto de escolhas individuais.

Como a atividade econômica encontra-se subjugada a interesses outros que não o da eficiência produtiva, muitas vezes as regras estabelecidas no processo de transformação incorrem em maiores custos. Deste modo, as instituições surgem para estruturar os intercâmbios entre os homens, possibilitando a redução das incertezas. Quanto mais vulneráveis forem as confianças, maiores serão os custos de transação e transformação, fato que desestimula o empreendedorismo, conseqüentemente o crescimento econômico. Assim, os custos de transação emergem da racionalidade limitada e da assimetria de informação, e comprometem as transações econômicas e comerciais.

Portanto, a interação social, inclusive a atividade econômica, atende a interesses, e estes variam conforme a alternância de poder, podendo mudar ao longo do tempo. As evoluções culturais provocam essa alteração de poder, isso porque, segundo Veblen (1965), à medida que a cultura evolui, muda o fim em função do qual se dão as interações sociais, mudando o ponto de vista dominante, ou seja, o poder. A isso o autor segue informando que as mudanças culturais surtem alterações na estrutura econômica e social, sendo fundamentais para a compreensão da evolução da sociedade. “Em suma, os traços salientes e decisivos de um tipo de atividade ou de uma classe social num determinado estágio de cultura não terão a mesma importância relativa para os fins de classificação num estágio subsequente” (VEBLEN, 1965, p. 28). Tal qual Veblen, North segue argumentando que as mudanças institucionais, têm alteração gradual e são dependentes de sua trajetória histórica. Uma vez alterada a tradição, a cultura, as regras de conduta passam a serem outras nessa sociedade. Vê-

se que a endogenização das instituições complexifica a análise, mas é fundamental ao estudo do desenvolvimento.

Como escola de pensamento, o Institucionalismo vale-se da riqueza da pluralidade de idéias, e distingue-se da ortodoxia ao considerar a diversidade social e temporal. Conforme Théret (2003), este se difere do individualismo metodológico ortodoxo ao considerar as mediações entre as estruturas sociais, a que denomina instituições, e os comportamentos individuais. Para o autor, a busca pelo entendimento do processo de formação e mudanças das instituições, assim como a procura pela compreensão de como os atores interagem com o ambiente institucional faz transcender as fronteiras das ciências sociais e constrói uma abordagem multidisciplinar. Supondo a possibilidade de compilar os fundamentos institucionais, poder-se-ia assumir que:

Seu núcleo de pensamento relaciona-se aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, tornando explícito um forte vínculo com as especificidades históricas e com a “abordagem evolucionária”. Em geral, as concepções, que têm nas “instituições” a “unidade de análise”, partem da discussão de suas diferenças com o neoclassicismo e suas afinidades com o evolucionismo, buscando identificar analiticamente pontos de concordância, que permitam a constituição de uma possível “teoria institucionalista”. Se fosse possível afirmar que existe uma “teoria geral” institucionalista, sua generalidade seria em indicar como desenvolver análises específicas e variadas, em relação a um fenômeno específico (CONCEIÇÃO, 2000, p. 28).

Ainda, conforme Conceição (2001), o paradigma institucional é formado pela crítica à organização e a *performance* das economias de mercado, por se constituírem em mera abstração, algo que une os diversos corpos teóricos institucionais. Agrega-se a isso a formação por uma variedade de abordagens teóricas distintas, algo que lhe garante a composição de um aporte multidisciplinar para resolver as questões subjacentes ao processo de desenvolvimento. Em um artigo de 2002, o mesmo autor ressalta que essa diversidade não garante que exista uma escola mais institucionalista do que a outra, pois todas colocam as instituições como elementos centrais em suas análises. Deste modo, a teoria institucionalista, herdeira do Velho Institucionalismo de Veblen e Commons, é ampla e complexa “não podendo ser patrimônio de uma única visão, [assim] confere às múltiplas concepções a possibilidade de se avançar em direção à constituição de uma teoria da dinâmica das instituições” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 27). Os dois principais blocos de diferenças teóricas na Economia Institucional são o Velho e o Novo Institucionalismo.

Quanto as diferenças entre as correntes de pensamento, Aguiar Filho et al (2005) aponta que elas existem nos aspectos metodológicos, teóricos e normativos, através das seguintes contradições: formalismo versus anti-formalismo; individualismo versus holismo;



escolha racional versus coletivismo; não intervencionismo versus intervencionismo. Toboso (1997) une-se a esse pensamento, afirmando que as diferenças entre Velhos e Novos institucionalistas, ainda que não configurem antagonismo, precisam ser elucidadas. Deste modo, a heterogeneidade teórica atribui um ganho de capacidade analítica, mas ao apresentar o emprego do termo instituições, por si só, não esclarece a abordagem teórica que está sendo adotada. Sendo, então, necessário elucidar o aporte institucional que será empregado, uma vez que o uso “genérico” do termo “instituição” vulnerabiliza a análise.

Em realidade, supor que o “ambiente institucional” resolve (ou regula) determinado processo – realizado em meio à absoluta incerteza – é tão genérico e pouco explicativo quanto pressupor, como o faz o pensamento neoclássico, que o “mercado”, por princípio, aloca de maneira mais eficiente possível. A noção de instituição, assim como a de mercado, deve ser compreendida dentro do contexto teórico que a emprega (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 78).

Baseado na argumentação sobre a metodologia da Economia Institucional, para melhor compreender o aporte teórico aqui apresentado, far-se-á uma breve apresentação das características gerais do Velho Institucionalismo e da Nova Economia Institucional (NEI), ressaltando suas aproximações e divergências. A opção ao estudo desses dois eixos teóricos se justifica para melhor “enquadrar” o pensamento de North, uma vez que todas as linhas nascem dos legados dos Velhos Institucionalistas e North apresenta-se na literatura em geral como um dos maiores expoentes da NEI. Ressalta-se que, ainda que existam diferenças internas entre os autores de ambas as linhas, aqui serão apresentadas as características que os unem em um mesmo “programa de pesquisa”.

### **2.1.1 O Velho Institucionalismo: características gerais**

O Velho Institucionalismo surge a partir das fortes críticas às teorias neoclássicas, sobre influência da Escola Histórica Alemã, no final do século XIX. Busca contrapor o *homo economicus* ao homem-sociocultural, onde o comportamento econômico dos agentes não é movido exclusivamente por cálculos mentais individuais de ganhos e custos monetários, mas está subordinado a outros aspectos sócio-culturais que determinam normas, condutas e decisões. Assim, os comportamentos individuais, as escolhas, são moldados pela estrutura sócio-cultural dada.

Las normas sociales prevalecientes en cada comunidad, los valores éticos predominantes, las tradiciones culturales y a lo que ellas obligan, los principios ideológicos asumidos, etc., son algunos ejemplos de esos factores socioculturales a

los que los “viejos” institucionalistas suelen prestar atención en sus análisis explicativos de los fenómenos económicos en geral y de los cambios institucionales en particular (TOBOSO, 1997, p. 14.).

As divergências com o *mainstream* da ciência econômica colocadas pelo Velho Institucionalismo se apresentam já no conceito do que é economia, sendo para os primeiros a ciência que procura melhor alocar os fatores, dada a escassez, e para os últimos um processo criado para melhor prover a sociedade. Ainda, enquanto os ortodoxos partem da premissa da existência de indivíduos racionais que maximizam sua utilidade, os institucionalistas entendem o comportamento dos agentes como variável a ser explicada, até porque para estes são as mudanças nos desejos que modelam os novos arranjos institucionais. Neste enfoque, os desejos, a cultura e as capacidades técnicas formam as escolhas dos indivíduos, sendo fatores endógenos na análise.

Para entender esse comportamento, tendem a apresentar estudos mais descritivos, ricos em dados qualitativos. Seus precursores de destaque, Veblen, Commons e Mitchel desenvolveram uma análise com grande grau de empirismo e é, segundo Conceição (2001a) essa a fonte de sua riqueza analítica, já que não buscaram a elaboração de uma teoria que “servisse” a explicação geral. Sobre os trabalhos de Veblen e Commons, alguns aspectos são marcantes, tais como a excentricidade, a insatisfação com respeito as concepções e as análises econômicas predominantes a sua época, a provocação, a irreverência, o despojamento, os fracassos, os inconformismos e a ânsia reformadora podem ser consideradas como as principais características da identidade desses pioneiros na análise da Economia Institucional, apontados por Toboso (1997).

Para Hodgson (1998) o cerne do pensamento institucional está nas instituições, nos hábitos e nas regras, e no modo como se dá a evolução desses componentes. Segundo o Velho Institucionalismo, as instituições são resultado de uma trajetória de desenvolvimento, um processo, sendo fruto do passado e molde para o futuro, e a partir disso, condicionam a maneira como os homens enxergam o mundo e são elaboradas por meio das mudanças e fortalecimentos dessas visões. Isso contrapõe a economia positivista, que abstrai o contexto histórico, social e motivacional, adotada pela economia ortodoxa, bem como admite que os homens sejam seres passivos que apresentam um comportamento racional pré-determinado.

Esta proposta ultrapassa a questão da formação de preços sob a Lei da Demanda e da Oferta e introduz a endogeneidade dos hábitos, dos valores, da estrutura de poder, onde a história e as especificidades sociais importam para entender trajetórias de desenvolvimento.

Mesmo para a análise da alocação e da formação de preços no mercado, a análise neoclássica apresenta limitações, pois:

ao lado da mecânica de oferta e demanda – sem dúvida importante, mas insuficiente – é preciso considerar ainda como se difundem as informações, como se produz o conhecimento e como se organizam as transações. A resposta a essas questões é tributária da discussão de instituições (KERSTENETZKY, 2001, p. 129).

Adotam o holismo metodológico, segundo o qual as atitudes individuais são explicadas pelo contexto social, sendo um reflexo da estrutura institucional e das forças sociais. Aguiar Filho (2009) chama o método do Velho Institucionalismo de crítico-histórico, o qual se caracteriza por iniciar a análise a partir da noção do significado dos fatos a serem explicados para então procurar explicações alternativas a estes, investigando, por consequência, aquela que mais se aproxime aos episódios. O objetivo é, tendo esse apanhado investigativo, traçar implicações para pensar e agir diante dessas novas explicações.

Portanto, não utilizam o individualismo metodológico e concentram-se não no estudo da eficiência econômica, mas sim nas consequências distributivas das estruturas institucionais e nos conflitos que derivam desta, culminando a análise nas mudanças institucionais. Assim, o Velho Institucionalismo aborda as questões econômicas e sociais através do holismo metodológico, onde os comportamentos individuais são determinados por valores e regras sociais, e não ao contrário, quando a trajetória social pode ser explicada por meio da compreensão do comportamento individual. Para Toboso (1997), se a preocupação com a relevância institucional apresenta-se como a maior contribuição dessa corrente, sua “deficiência” está na elaboração de raciocínios sistêmicos, o que dificulta o aprofundamento da explicação dos fenômenos econômicos.

La tarea de profundizar en el estudio de un determinado fenómeno económico mediante un método de análisis sistémico o *holista* conduce a ir ampliando el análisis con nuevas fuerzas e interacciones sistémicas, con nuevos subsistemas que se autoinfluyen recíprocamente de manera impersonal y, en muchos casos, de manera circular y acumulativa (TOBOSO, 1997, p. 17).

Como uma tentativa de teorização e/ou de formalização ao aporte construído pelo Velho Institucionalismo, ou como meio para ampliar a capacidade de análise da economia neoclássica, surge a chamada Nova Economia Institucional que apresenta características próprias. Hodgson (2001) afirma que é a abordagem metodológica que separa o Velho do Novo institucionalismo, uma vez que o último segue o individualismo metodológico, herança da economia ortodoxa, onde a somatória dos comportamentos individuais determina o desempenho coletivo, ou seja, as preferências individuais formariam as instituições. Mas,

além do método existem mais aspectos a serem explorados, fazendo pertinente analisar, ainda que brevemente, de modo mais cuidadoso.

### **2.1.2 A Nova Economia Institucional: características gerais**

Os Novos Institucionalistas são solidários aos primeiros institucionais na insatisfação com as análises econômicas realizadas sob a metodologia neoclássica, tanto no âmbito micro, quanto macroeconômico, porém suas respostas às diversas questões possuem algumas diferenças. Ao contrário dos Velhos, não rompem com a abordagem neoclássica, por isso são vistos por alguns como “expansionistas” dessa abordagem, incorporando parte da complexidade institucional em suas análises, na medida em que não comprometem a utilização do individualismo metodológico. Entretanto, outras críticas buscam enxergá-los como fruto de um esforço de teorização da abordagem institucional, como um passo a diante frente aos Velhos Institucionalistas. Seja como for, a NEI centra-se, na maior parte de suas análises, nos aspectos microeconômicos, enfatizando a preocupação com a organização das firmas e com as transações entre os agentes. Sob sua perspectiva, as instituições surgem para reduzir as incertezas das transações econômicas, uma vez que o comportamento oportunista é preterido a ampliação das transações.

Assume, de modo geral, que a racionalidade do indivíduo é limitada, algo que se refere à capacidade de processar a informação e calcular os resultados para as alternativas que se apresentam e, em razão disto, as interações entre os agentes incorrem em custos de transação<sup>8</sup>. Considerando a complexidade dos contextos social, econômico e político, uma vez que os agentes possuem racionalidade limitada, não só ocorrem custos de transação, como estes são de grande relevância, sendo as instituições fundamentais para a compreensão das relações econômicas, visto que elas são criadas para reduzirem essas incertezas transacionais.

Diante disso, o grande objetivo é buscar a eficiência econômica através da redução dos custos de transação. Para tanto, a NEI considera a história, os direitos de propriedade, os sistemas corporativos e organizacionais como elementos endógenos aos modelos. Segundo

---

<sup>8</sup> Entre outros aspectos referem-se ao tempo, esforço e recursos necessários para que os agentes se informem sobre as transações e suas negociações, bem como ao resguardo de que as mesmas, na maioria das vezes resguardadas por contratos, sejam cumpridas. São “os custos incorridos pelos indivíduos quando, ao deixarem de ser auto-suficientes economicamente, passam a depender dos outros para obter os bens que necessitam” (BUENO, 2004, p. 370).

Williamson (1991) os integrantes da NEI dedicam-se, de modo geral, a investigar e trabalhar os desdobramentos dos custos de transação e como estes impactam as instituições, a organização da firma, reconhecendo que a tecnologia não é o fator determinante para esta, além de preocuparem-se com as falhas de mercado. Este autor, ao lançar seu programa de pesquisa em economia dos custos de transação, no começo dos anos 1970, foi quem denominou essa “nova” abordagem institucional de Nova Economia Institucional (NEI).

Coase, considerado o precursor desse “programa de pesquisa”, se detém ao estudo do mercado como esfera da relação econômica, diferenciando-se dos neoclássicos ao incluir a incerteza, dado a racionalidade limitada dos agentes. Assim, agrega a questão institucional à análise de mercado, argumentando que os modelos puramente utilitaristas servem para um mundo de concorrência perfeita e informação ilimitada, onde o sistema de preços regulariza as transações, algo desconexo da realidade. Adverte a importância da Nova Economia Institucional, uma vez que os Velhos Institucionalistas se debatiam em abordagens históricas, descritivas, em estudos de caso e pouco se dedicaram ao desenvolvimento teórico, o que os difere dos Novos Institucionalistas (COASE, 1984). Também, para Toboso (1997), o que distingue os Novos dos Velhos Institucionalistas é o fato dos primeiros buscarem incorporar ou modificar alguns fundamentos metodológicos neoclássicos, ressaltando que as instituições importam, e não almejem a construção de uma teoria alternativa.

Nesse debate entre as aproximações e divergências entre os Velhos e os Novos institucionalistas, um dos aspectos mais polêmicos é a permanência da utilização do individualismo metodológico. A inclusão de valores, de variáveis explicativas institucionais, representa limite à aplicação do individualismo metodológico, onde as restrições às escolhas racionais são do tipo natural, tais como as físicas, psicológicas ou tecnológicas.

Un análisis metodológicamente individualista, en un sentido estricto, debería reducir al mínimo la presencia entre sus variables explicativas de cualquier referencia a fuerzas sociales o a entidades supraindividuales como el estado, los partidos políticos [...] salvo que ello sea una forma abreviada de referirse a la persona o personas que actúan en nombre de tales entidades (TOBOSO, 1997, p. 20).

Hodgson (2001) afirma que ao adotar o individualismo metodológico a NEI incorre em um problema de regressão infinita, pois, para que um grupo se organize para criar instituições a partir de preferências individuais, é necessária a existência de instituições prévias (como sindicatos, associações), assim, nesta análise, tanto instituições como o comportamento individual concorrem para a gênese das instituições. Kerstenetzky (2001) segue os apontamentos feitos por Hodgson, onde a limitação dos Novos Institucionalistas está

ao introduzirem as instituições em seus modelos por meio da análise metodológica do individualismo neoclássico.

Na visão de Rutherford (1996) e Conceição (2000) os trabalhos dos Novos Institucionalistas e dos Velhos Institucionalistas, ainda que diferentes em alguns aspectos, convergem na condição de incorporarem as instituições e contrapõem a análise neoclássica, mas é preciso esclarecer qual teoria está se aplicando. Deste modo, apesar de centrar a análise no mercado, os integrantes da NEI incorporam a estrutura de controle e organização do mesmo em suas análises, afastando a análise do mercado através do individualismo metodológico, onde os indivíduos têm preferências dadas e comportamento racional, com informação completa e concorrência perfeita, para o holismo metodológico, onde há interdependência entre esses indivíduos, mediante a formação de expectativas geradas em um contexto de informação limitada. “Para os institucionalistas, a real determinação em qualquer sociedade se dá por sua estrutura organizacional: em resumo, por suas instituições, em que o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 31).

Como foi previamente assumido, as diferenças internas entre os autores de cada corrente existem, havendo, nas mesmas, extremismos: do lado da NEI, para aqueles autores que se mostram mais atrelados ao individualismo metodológico e; entre os Velhos Institucionalistas, para aqueles que consideram o indivíduo completamente passivo e subordinado aos valores sociais. “Eliminar toda referencia a aspectos socio-institucionales de entre las variables explicativas de un modelo resulta tan extremo como eliminar por completo toda referencia a la acción individual ante la supuesta presencia de fuerzas sistémicas e impersonales que emergem de la compleja estructura institucional” (TOBOSO, 1997, p. 20). Bueno (2004, 2007) denomina os trabalhos da NEI que consideram que as instituições são criadas para reduzir custos de transação como tradicionais. Para o autor, apesar de manter aspectos neoclássicos, conforme colocado, a grande contribuição que esse corpo de análise fornece é a busca da teorização da dinâmica institucional, uma vez que a ortodoxia não negou a importância das instituições para explicar os processos econômicos, mas excluía-as de suas análises por considerar a impossibilidade de teorização, avaliando-as como um conjunto de parâmetros do sistema econômico, cujas alterações exógenas produziriam diferentes combinações Pareto-ótimas.

Portanto, em função dessas diferenças faz-se necessário vincular o termo instituição ao contexto teórico aplicado. Mesmo com essa restrição, ainda se pode mencionar uma Escola Institucional, a medida que há elementos que unem as diversas fontes institucionais, além de que todas colocam as instituições no centro da compreensão do desenvolvimento. “Qualquer

abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas” (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 80). Ou seja, mesmo com suas diferenças, não deixam de ser institucionalistas.

Mesmo com a diversidade teórica, pode-se denominar Economia Institucional aquela que nasce do Velho Institucionalismo e tem as instituições como o centro de sua análise. Segundo Conceição (2000), o que diferencia cada abordagem institucionalista é o seu conceito de instituição. Em uma tentativa de organização das idéias do que se pode chamar de pensamento institucional, o autor elenca oito itens que constituem esse corpo de conhecimento, quais sejam: a análise da evolução social e econômica através das instituições, fruto da interação social, sendo estas não dadas e mutáveis; a constituição da economia de mercado, que pelo controle social e pela ação coletiva gera as instituições que formarão sua organização; a tecnologia vista como o fator mais importante de transformação do sistema econômico; a não determinação do mercado pela alocação dos fatores, mas às instituições, principalmente aquelas vinculadas à estrutura de poder; a não preocupação dos institucionalistas com os preços relativos das mercadorias, mas como os valores sociais se incorporam e formam as instituições, estruturas sociais e comportamentos sociais; o papel dual da cultura no processo de “causação cumulativa”, pois é um produto da interdependência entre os indivíduos; a composição de poder e a interação social gerando uma estrutura marcada pela desigualdade e pela hierarquia, o que explica a natureza pluralista das instituições e, por último; a visão holística dos teóricos institucionalistas, o que permite uma abordagem multidisciplinar dos objetos de estudo econômico.

Essas análises sobre a teoria institucional mostram quão dispares têm sido as considerações sobre as diferenças e semelhanças entre esses campos do conhecimento, algo que de forma alguma os desvaloriza enquanto alternativas de análise, mas demonstra o interesse na discussão de seu aporte teórico, seja ele classificado como Velho ou Novo. Reconhecendo essa amplitude teórica, aqui, optou-se pela aplicação daquela que não nega utilizar-se das duas fontes, sem saciar-se com nenhuma delas: a teoria institucional de North. Essa escolha foi realizada em vistas de operacionalizar a teoria institucional, através do modelo desenvolvido pelo autor norte americano. Em sua análise as instituições formam as regras do jogo econômico e social, compondo um conjunto de limitações, formais e informais, que determinam o modo como ocorrerá a interação entre os agentes e as organizações. Esse

arranjo institucional depende da história dessa sociedade, e a dinâmica institucional determinará a sua trajetória de desenvolvimento.

Kerstenetzky (2001), no mesmo trabalho que critica a NEI, considera a definição de instituição dada por North como aquela que melhor sintetiza as características que permeiam tal conceito. Já para Velasco e Cruz (2003), North simplesmente reformula a teoria neoclássica incorporando novos componentes para o estudo dos custos de transação. Segue-se o debate, considerando a posição pós década de 1990 de North fronteira em relação aos dois “programas de pesquisa”. Aguiar Filho (2009) faz sua explanação argumentando que a NEI desenvolvida por North é uma tentativa clara de superar o dilema entre conhecimento econômico histórico e teórico. Para tanto, preserva em sua análise o arcabouço teórico neoclássico, com ênfase na matriz institucional, analisando os incentivos dados à difusão das relações capitalistas, e na idéia de *path dependence*, inserindo a importância histórica, que explica os resultados presentes. Assim, North é um dos pesquisadores que tem se mostrado insatisfeito com o reducionismo praticado por alguns autores da NEI. Bueno (2004) coloca-o como o representante da NEI alternativa à tradicional, onde a principal preocupação paira sobre o entendimento do funcionamento e do surgimento das macro-instituições, do ambiente institucional em geral, e não se restringe as interações que se dão no âmbito da produção e da distribuição da economia.

Deste modo, assume-se que North pertence a Nova Economia Institucional pelos seus trabalhos realizados até o final da década de 1980, período no qual dedicava-se sobretudo ao estudo da eficiência econômica, através da redução dos custos de transação, além da sua declarada simpatia ao aporte teórico neoclássico. Segundo suas conclusões, a partir da observação da história de algumas sociedades, com a intensificação da divisão internacional do trabalho e dadas a racionalidade e a informação limitadas, a impessoalidade nas transações seria um inibidor, sendo necessária a criação e/ou a mudança das instituições. Essas alterações surgem com diferentes graus de eficiência, em função das diferenças na estrutura social e no contexto histórico. Para construir essa análise, utilizava-se do individualismo metodológico, pressupondo que os indivíduos maximizam sua utilidade. Nesse período de trabalho, contribuiu bastante para a questão da mudança nos preços relativos, algo que afeta o cumprimento dos contratos.

Nos trabalhos escritos a partir da década de 1990, North tem migrado da discussão sobre custos de transação e direitos de propriedade, para a economia política, ou seja, procura investigar mais profundamente a importância da estrutura social, econômica e política, não



esquecendo do caráter *path dependence*, mais do que propriamente as transações puramente econômicas.

[...] D. North ha ido ampliando su enfoque de análisis de una manera tan importante como para hacer sus últimos trabajos no encajen en la caracterización metodológica de la “Nueva” Economía Institucional [...]. No solo ha abandonado el “efficiency view” (como el mismo lo denomina) que caracterizaba sus trabajos anteriores, sino que está introduciendo en sus modelos otras variables como “la ideología” o la “fuerza negociadora” (bargaining strength) de las partes (TOBOSO, 1997, p. 24).

O autor ressalta a importância do legado fornecido pelo neoclassicismo, unindo em sua análise a conduta humana e os custos de transação, tendo a história como fator explicativo da trajetória de desenvolvimento da sociedade. Propõe a análise do arranjo ou matriz institucional do período a ser compreendido, bem como os impactos que este exerceu sobre o modelo de construção mental dos agentes e das organizações.

## 2.2 ECONOMIA INSTITUCIONAL: A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA E DAS INSTITUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO EM NORTH

Buscando compreender como se dá o processo de crescimento econômico, North (1995) procura integrar a análise institucional da economia política com a análise da história econômica, em um mesmo marco analítico. Deste modo, investiga a natureza das instituições e suas conseqüências na promoção do progresso econômico. Essa necessidade surge quando o autor se dedica à investigação das diferenças de crescimento econômico entre os países, ou seja, quando procura motivos que expliquem o porquê da permanência do atraso produtivo em certos países, mesmo que esses conheçam o “caminho” trilhado por aqueles que conseguiram êxito na eficiência produtiva. Em outras palavras, se depara com a seguinte questão: por que esses países não seguiam, simplesmente, o “modelo” dos países exitosos?

A primeira resposta a que chegou foi que os incentivos são os determinantes subjacentes do desenvolvimento econômico e que estes variam permanentemente. Em seu trabalho de 1973, em parceria com Thomas, explica que o investimento requer garantias de retornos econômicos e que a falta dessas garantias, ou a permissividade para cooperações que possibilitam perpetuações de poderes, em detrimento às inovações, gera o atraso das nações subdesenvolvidas. Portanto, analisar primeiramente os incentivos é a chave para compreender o desenvolvimento econômico. Então, o que promove o crescimento econômico, ao contrário

do que postulavam os clássicos, não é puramente a capacidade de acumulação de capital, mas o modo como a sociedade se desenvolve, expondo a sua maneira, se a sociedade possuiu ou não uma trajetória histórica que tenha propiciado o desenvolvimento do capitalismo.

Esses incentivos serão dados na interação social dentro do processo produtivo, sendo determinante o comportamento dos agentes envolvidos. Bueno (2004) aponta que, quando restringia sua análise à premissa de que as instituições resultavam essencialmente de negociações entre os agentes relevantes, North mostrava uma abordagem muito mais vulnerável do que a que vem desenvolvendo nos últimos trabalhos, onde enfatiza o caráter *path dependent*, incorporando a história no entendimento da evolução institucional. Através de uma análise mais holística, verificou que os modos e as formas de se desenvolver são diversos, o que garante resultados diferentes, uma vez que o processo depende do período histórico, da estrutura social, política e econômica, além da cultura. Cabe ressaltar que como denominação de cultura engloba-se valores, tradições e costumes. A esse arcabouço estrutural, a maneira como funciona, North (1995) condicionou o modo como se dá o desenvolvimento de determinada sociedade. Afirmou que trajetória desse processo se constrói a partir das regras que a limitam e a impulsionam, que formam as estruturas de desenvolvimento, às quais denominou de instituições:

Institutions are the constraints that human beings impose on human interaction. They consist of formal rules (constitutions, statute law, common law, regulations) and informal constraints (conventions, norms and self enforced codes of conduct) and their enforcement characteristics (NORTH, 1991, p. 1).

Deste modo, existem instituições formais e informais e estas constituirão a trajetória de desenvolvimento das sociedades. Apesar de colocar a importância de ambas para a formação das sociedades, o autor concede maior peso às limitações informais, como costumes, valores e tradições. Estas surgem para coordenar interações pessoais e são compostas por extensões interpretativas e modificações de normas formais; normas de condutas sancionadas socialmente e; normas de conduta adaptadas internamente. São muito difíceis de serem modeladas, pois envolvem valores, mas são fundamentais para o entendimento do desenvolvimento econômico proposto. Essa característica as deixou afastadas da análise institucional da Ciência Econômica, entretanto, apesar da investigação da cultura ser mais complexa do que a redução do modelo de utilidade esperada é necessária, pois ajuda a compreender as atitudes dos indivíduos e suas conseqüências. É mais fácil decidir e ser preciso sobre as regras formais que as sociedades criam, do que sobre os modos informais diante dos quais as pessoas estruturam a interação humana.

Logo, as instituições “[...] definen y limitan el conjunto de elecciones de los individuos” (NORTH, 1995, p.14). Instituições são as regras do jogo em uma sociedade, são as limitações pensadas pelo homem que dão forma a interação humana, e o propósito das regras é definir a forma em que o jogo se desenvolverá. “Las limitaciones institucionales incluyen aquello que se prohíbe hacer a los individuos y, as veces, las condiciones en que a algunos individuos se les permite hacerse cargo de ciertas actividades. [...] constituyen el marco em cujo interior ocurre la interacción humana”. (NORTH, 1995, p.14).

Mesmo concedendo mais importância as instituições informais, North (1995) coloca que o ambiente institucional formal é de grande relevância, uma vez que é condicionante do processo de desenvolvimento. O autor ressalta o papel das instituições políticas, que têm impacto significativo sobre o ambiente de crescimento econômico, pois definem e fazem cumprir (*enforce*) as regras econômicas, principalmente no que diz respeito ao direito de propriedade. Cabe, então, as instituições formais influenciarem e limitarem as interações humanas marcadas pelas instituições informais. Ainda, as regras formais, que são, conforme North (1995), as regras políticas (e judiciais), regras econômicas e contratos, podem constituir tanto regras gerais quanto específicas. Têm o poder de completar e alterar a efetividade das limitações informais, entretanto se estiverem em dissonância com estas, podem ter sua função comprometida:

[...] las limitaciones informales derivadas culturalmente no cambiarán de inmediato como reacción a cambios de las reglas formales. Como resultado, la tensión entre reglas formales alteradas y limitaciones informales persistentes produce resultados que tienen consecuencias importantes en la forma en que cambian las economías (NORTH, 1995, p. 65).

Assim, as regras formais podem ser alteradas, implantadas, a qualquer momento, mas, as instituições informais não mudam abruptamente, podendo ser “moldadas” pelas primeiras. Isto posto, chega-se a uma das principais respostas de North (1995) a diferenciação do crescimento econômico entre os países: as limitações informais possuem um grau de interdependência que, se estiverem em dissonância com as regras formais, as mudanças não ocorrem. “El que las limitaciones informales sean importantes en si mismas (y no simplemente apêndices de reglas formales) se puede observar partiendo de la evidencia de que las mismas reglas formales y/o constituciones impuestas a diferentes sociedades producen resultados diferentes” (NORTH, 1995, p. 54). Por isso, o modelo exitoso não necessariamente apresentaria o mesmo sucesso em outra localidade, pois depende da trajetória histórica do modo como as pessoas interagem nesta outra comunidade.

A função das regras formais é de promover os intercâmbios, mas não todos. Em parte são criadas para atender a interesses particulares e não o bem-estar social. Assim, a vida e a economia estão ordenadas por meio de leis formais e o direito de propriedade, no entanto, muito raramente, estas são fonte da interação diária imediata das pessoas. As regras formais são uma parte importante, porém muito menor das limitações das interações humanas, quando comparadas às instituições informais.

En nuestra interacción diaria con los demás, sea en la familia, en nuestras relaciones sociales externas o en actividades de negocios, la estructura que rige está abrumadoramente definida por medio de códigos de conducta, normas de comportamiento y convenciones (NORTH, 1995, p.54).

Conforme o autor, a principal função das instituições, formais ou informais, em uma sociedade é reduzir a incerteza, estabelecendo uma estrutura estável da interação entre as pessoas. Porém, isso não quer dizer que essa estrutura estável seja eficiente, nem tão pouco permanente. Tanto as instituições formais quanto as informais estão sempre evoluindo, e nem sempre para melhor promover o progresso técnico e produtivo (NORTH, 1995).

The speed of economic change is a function of the rate of learning, but the direction of that change is a function of the expected payoffs to acquiring different kinds of knowledge. The mental models that the players develop shape perceptions about the payoffs (NORTH, 1994, p. 362).

E é sobre a estrutura institucional e sua dinâmica que se estabelece o cerne da análise de North (1995), buscando compreender como se dá a interação entre instituições e organismos, e o modo como esta se altera ao longo do tempo. Quem promove a mudança institucional são os agentes, e estas dependem do grau de inter-relação entre instituições e organismos, e da percepção e reação dos últimos ante as mudanças que geram um conjunto de oportunidades. As percepções dependem tanto da informação que recebem os organismos, como da forma como processam essa informação.

Destarte, as instituições determinam as oportunidades que existem em uma sociedade. As organizações ou os organismos são criados para aproveitar essas oportunidades e conforme estes evoluem, ocorrem as mudanças institucionais. O que motiva as escolhas que os indivíduos fazem são as suas percepções, as quais são originadas pela interpretação da mente da informação que recebe. Assim, “individuals from different backgrounds will interpret the same evidence differently; They may, in consequence, make different choice” (NORTH, 1995a, p. 2). “Es innegable que las instituciones afectan el desempeño de la economía. Tampoco se puede negar que el desempeño diferencial de las economías a lo largo del tiempo está influido fundamentalmente por el modo en que evolucionan las instituciones” (NORTH, 1995, p. 13).

Considerando essa argumentação, North (1995) identificou razões para a permanência das economias pobres no subdesenvolvimento. Segundo o autor, não adiantaria implantar o modelo de desenvolvimento das nações exitosas, adotando as instituições formais, quando as regras informais não estão aptas para promover o crescimento da produção e do processo criativo. As instituições informais surgem da informação transmitida socialmente e são parte de uma herança que North (1995) chamou de cultura. “Podemos definir la cultura como transmisión de una generación a la siguiente, por la enseñanza y la limitación, de conocimientos, valores y otros factores que influyen en la conducta (BOYD e RICHERSON, 1985, p. 2 apud NORTH, 1995, p. 55).

Então, qual é o papel da cultura no processo de aprendizagem? A mente processa a informação e a cultura compõe a base que decifra e que interpreta essa informação que os sentidos proporcionam ao cérebro. De outra forma, a bagagem cultural moldará os olhos que se deparam com o mundo a sua volta.

La forma en que la mente procesa información no sólo es la base de la existencia de instituciones sino una clave para entender cómo las limitaciones informales tienen un papel importante en la formación de la elección tanto a corto plazo como en la evolución a largo plazo de la sociedad” (NORTH, 1995, p. 62).

Neste aspecto, a abordagem de North se aproxima a de Weber, a medida que ressalta a importância da interpretação que os agentes, as organizações, fazem do contexto que vivem, através do modelo de construção mental que é dinamizado pela cultura. Assim, não bastam instituições formais que promovam o desenvolvimento capitalista, se não houver atores capazes que aproveitá-los através de um modo particular de ver o mundo.

Portanto, as instituições moldam o olhar que as pessoas têm do contexto ao qual estão inseridas, bem como são alteradas por esses modos de ver as situações. A este modo de interpretar o mundo e estabelecer suas reações e a interação com os demais agentes North (1995) denominou modelo de construção mental. É através da interação dos agentes com as instituições que os mesmos estabelecerão seus modelos de construção mental, ou seja, seu modo de ver e interpretar o mundo. Logo, esses modelos mudam conforme as alterações e as evoluções institucionais. Essa evolução da construção mental, na maior parte das vezes, ocorre de forma lenta e contínua e não repentina, tal qual em uma revolução, e aí está um limitador para a “incorporação” de um modelo de desenvolvimento exitoso: o sistema de crenças e valores importa.

Tanto as instituições formais como a cultura são capazes de promover mudanças no modelo mental de escolha dos agentes. Porém, as regras informais podem promover essa mudança mesmo quando as regras formais são contrárias a tal ato, o que explica a ineficiência

da replicação de um modelo, mas isso depende do grau de *enforcement* dessas regras formais. Logo, caso a instituição formal seja criada inclusive para inibir alguma instituição informal que seria contrária ao progresso econômico, sua eficácia depende do grau de cumprimento da regra formal. As regras informais não só são de alteração mais lenta, como encontram, boa parte das vezes, uma resistência a estas mudanças.

As limitações culturais além de conectarem o passado com o presente e o futuro, são de suma importância para explicar a trajetória de mudança histórica. As instituições incluem todo tipo de limitação que as pessoas criam para dar forma à interação humana. Portanto, é essencial conhecer os valores, as motivações, para entender o modo como agentes agem e porque o fazem deste modo. Assim, o aprendizado dos indivíduos e das organizações é o que mais influencia a mudança institucional. O estoque de conhecimento dos indivíduos na sociedade determina a *performance* da economia e da sociedade. Segundo North (1995), mudanças no estoque de conhecimento são a chave para a evolução das economias:

Los organismos se crean con un propósito deliberado, como consecuencia de la oportunidad, la cual, en general es debida al conjunto de limitaciones existentes (tanto las institucionales como las tradicionales de la teoría económica), y en el curso de sus empeños por lograr seus objetivos constituyen una fuente principal del cambio institucional (NORTH, 1995, p. 15-16).

Já que as instituições são uma mescla de elementos que induzem ou reprimem o crescimento econômico, assim, não raro, a mudança institucional gera os dois efeitos. North (1994) afirma que a mente humana tem um funcionamento diferenciado dos animais e de um sistema computacional, onde se prima pela racionalidade plena. As pessoas têm a capacidade de generalização através da analogia do particular, através da criatividade e o sistema de crenças e ideologias influencia diretamente na interpretação da mente humana. De tal modo, a cultura leva ao entendimento de como e porque certo grupo age de determinada forma. “A common cultural heritage provides a means of reducing the divergence in the mental models that people in a society have and constitutes the means for the intergenerational transfer of unifying perceptions” (NORTH, 1994, p.362).

Conforme posto, “as regras do jogo são as instituições e os jogadores são as organizações”. As organizações são grupos de pessoas que possuem algum vínculo capaz de criar uma identidade. As instituições são criadas e alteradas pelas pessoas, por isso a abordagem proposta pelo autor prima pelo indivíduo. Então, o método, utilizado por North (1995), parte do particular (indivíduo) para o todo (sociedade). North (1995) coloca que é necessário separar, em termos de análise, as instituições e as organizações, pois elas necessitam de modelos diferentes para entender o modo como operam e interagem.

“Modeling institutions is modeling the man-made constraints on human interaction that define the incentive structure of the society. Modeling organizations is theorizing about structure, governance and politics of purposive entities” (NORTH, 1992, p. 3), e “la forma de apreender haciendo [nessa interação] determinará el éxito de la organización a lo largo del tiempo” (NORTH, 1995, p. 15).

Didaticamente, ao conjunto de instituições formais e informais, North (1994) denominou matriz institucional, sendo os indivíduos que sob ela interagem as organizações. Logo, a matriz institucional dita a forma que as organizações interagem e a estrutura institucional nasce das organizações. As mudanças institucionais que surgem dessa interação se dão de forma lenta e carregam os traços da história da sociedade, assim sendo, são *path dependent* (NORTH, 1995).

Conforme Aguilar Filho et al (2005) a matriz institucional busca compreender como as normas de conduta socialmente criadas interagem com as regras formais, e como isto interfere nos custos e incentivos para as atividades econômicas. Portanto, a matriz institucional se propõe a auxiliar o entendimento de como se estabelecem as relações econômico-sociais. Coloca-se a interação com o mundo como fator necessário para compreender o processo de desenvolvimento. Quanto a isso, existem duas abordagens que analisam o processo de aprendizagem humana. A primeira tem uma visão da mente humana mais vinculada à inteligência artificial, na qual a psique é racional e responde tal qual um computador, de forma eficiente, lógica e consistente. Já, a segunda visão é envolvida com a ciência cognitiva, segundo a qual a mente opera em pequenas partes baseadas em reações; isto é, a mente aprende vivenciando, fazendo. Nesse sentido, o processo de aprendizagem ocorre a partir das experiências de acerto e erro. “[...] we can argue that a belief system evolves as an interplay between existing beliefs and the degree to which those existing beliefs and the out of new problems, ideas, and experiences. That interplay is the key to the way that both individual human beings and cultures evolve” (NORTH, 1999, p. 325). Tal qual North, considera-se aqui, que a mente aprende vivenciando, adaptando-se.

Assim sendo, é necessário conhecer como se processam as percepções de mundo. Essas percepções são formadas desde a infância e ficam marcadas na mente, que, ao se deparar com novas experiências ao longo da vida, confronta-as àquelas dos primeiros anos para tomar suas decisões. Ou seja, a mente vai modificando as reações e tomadas de atitudes ao longo da existência, pois as percepções mudam. Afora isso, o ambiente institucional influencia diretamente as percepções das pessoas. Logo, além dos valores e da cultura

adquiridos junto aos seus, a pessoa recebe forte influência do ambiente institucional a sua volta.

Belief structures get transformed into societal and economic structures by institutions – both formal rules and informal norms of behavior. The relationship between mental models and institutions is an intimate one. Mental models are the internal representations are the external (to the mind) mechanisms individuals create to structure and order the environment (NORTH, 1994, p. 363).

Como as pessoas vivem em comunidade, além da interação com a matriz institucional dada, o modelo de construção mental é constituído sob os valores de determinado grupo de pessoas que interagem, nem sempre regido pelo benefício egoísta. Em alguns casos, por exemplo, a riqueza é preterida à honestidade, integridade ou reputação, pois as pessoas possuem uma função utilidade regida pelo auto-interesse e uma regida por forças sociais que expressam o interesse do grupo. Seria a interação entre egoísmo e altruísmo descrita por Smith (2002). Nesse sentido, as convenções adquirem força moral. [...] “una convención o acuerdo adquiere fuerza moral cuando casi todos los miembros de la comunidad lo sieguen, y que a cada individuo le interesa que todas aquellas personas con quienes trata se apeguen a la norma siempre y cuando el individuo se apeguen también” (SUGDEN, 1986).

Segundo essa visão, tem-se que os valores não são constantes e não existe uma descrição objetiva de como o mundo é: tudo depende dos olhos que o enxergam. A transmissão ao longo do tempo do estoque de conhecimento caracterizará a trajetória de crescimento da sociedade. North (1992) chamou de *path dependence* (trajetória dependente) essa relação entre estoque de conhecimento e resultado de crescimento. O termo mostra a influência do passado sobre o presente e, ainda:

Path dependence could mean nothing more than that yesterday’s choice are the initial starting point for today’s. But path dependence appears to be a much more fundamental determinant of long run change than that. The difficulty of fundamentally altering paths is evident and suggests that the learning process by which we arrive at today’s institutions constrains future choices. The institutional structure builds in a set of constraints with respect to downstream changes that biases choice (NORTH, 1992, p. 4).

Esse estoque de conhecimento é filtrado pela cultura no processo de percepção. Será o acumulado cultural, ou, melhor denominando, o sistema de instituições e de crenças elaborado ao longo dos anos que determinará a trajetória de crescimento de uma sociedade. Segundo North (1992), a ciência cognitiva tem mostrado que a mente tem uma incrível capacidade de interpretação e de criatividade. Esse processo de percepção do mundo passa pelo legado cultural que é construído ao longo da história. Portanto, o olhar sobre o mundo é *path*



*dependence*, o que torna o processo de desenvolvimento *path dependence*, ou seja, a história é indispensável para entendê-lo.

Os sistemas de crenças que influenciam a trajetória dependente são uma das regularidades da história que mais chamam a atenção. A forma com a qual evoluem as instituições é um reflexo do sistema de crenças que as organizações colocam em prática.

Logo, a *path dependence*:

[...] puede explicar la persistente influencia del pasado sobre el presente y el futuro, y también aquellas ocasiones en las que cambia de manera abrupta la trayectoria de una sociedad. Esto último ocurre en aquellos casos en los que se percibe que el sistema de creencias es inconsistente con los resultados que predice (NORTH, 2000, p. 139).

Portanto, dada a existência da informação assimétrica, incerteza, racionalidade limitada e o grande número de agentes, ao longo da história, as instituições têm sido criadas para reduzir as incertezas nas atividades econômicas e regular as interações humanas.

Instituições:

evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history, in consequence is largely a story of institutional evolution in with the historical performance of economies can only be understood as a part sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline (NORTH, 1991, p. 97).

Cabe lembrar que nem sempre as mudanças institucionais promovem o progresso econômico. Visto que, a interação humana é marcada pela incerteza, com racionalidade limitada, onde as escolhas são tomadas considerando o tempo e o legado cultural, para entender como se dá o sistema de comportamento, deve-se investigar como as crenças evoluem. Para tanto, faz-se necessário conhecer os olhos que trilham a trajetória de crescimento econômico. Assim, é necessário analisar o modo de agir dos indivíduos para entender seus modelos de construção mental e como este é constituído, considerando as instituições. Essa interação determinará o caminho de desenvolvimento.

### 3 OPERACIONALIZAÇÃO DOS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL E DE CONSTRUÇÃO MENTAL: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A proposta dessa tese de doutorado é a análise institucional da gênese do empresário gaúcho, visando compreender melhor a via de desenvolvimento econômico capitalista seguida pelo estado, entendendo as raízes desse processo. Portanto, o método usado nesse trabalho pretendeu resgatar as instituições presentes na transição capitalista no estado e no país. Feito isso, pretende-se construir a matriz institucional presente na gênese do empresário gaúcho, recorrendo-se aos modelos de Matriz Institucional e de Construção Mental, de North.

As instituições regulam, estimulam ou inibem, a interação entre os agentes, por meio de regras, normas ou padrões de comportamento, reduzindo a incerteza perene a essas relações. Estas regras nem sempre são percebidas pelos agentes de modo claro, sendo o distanciamento histórico um aliado à análise institucional. Este exame é pertinente ao estudo do desenvolvimento uma vez que tem-se por hipótese que os resultados econômicos alcançados pelas sociedades estão intimamente vinculados às trajetórias seguidas, e estas estão embebidas nos valores dos agentes e das organizações. “O arranjo institucional gera os incentivos sobre os quais os agentes econômicos se baseiam a fim de fazer suas escolhas. Estes, por sua vez, acabam por determinar o desempenho econômico” (PESAVENTO e MONTEIRO, 2006, p. 2). Segundo North (1995), a escolha desse conjunto de regras é dado pelas características estruturais da sociedade, formadas a partir de sua raiz cultural. Para a compreensão desse contexto institucional, o autor propõe a construção de uma matriz institucional.

North (1995), na ânsia por compreender como as sociedades tomam trajetórias de desenvolvimento tão diversas, vai ressaltar que existem dois momentos no agir de um indivíduo: um formado pelo quadro institucional, formal e informal; o outro pela interpretação que o agente ou a organização fazem desse quadro. A este último chamou de modelo de construção mental, afirmando que os olhos que se deparam com o mundo carregam seu legado cultural, sua herança, como um modo de ver seu contexto, que é formado por instituições informais. Esses dois momentos interagem, sendo as mudanças institucionais formadas a partir dessa interação.

Weber (2004) também procurou entender o que levava os agentes a tomarem atitudes diferentes diante de quadros parecidos, e concluiu que os indivíduos são moldados por uma conduta, um *ethos*. Esse *ethos* diz respeito ao comportamento que resulta de um constante agir

do mesmo modo, um costume por repetir-se, algo que poderia ser conceituado como um estilo de vida. Ainda, o autor coloca que esse *ethos* é movido através da ética, chegando à conclusão de que são os valores incorporados ao longo da vida que encaminharão os agentes a agirem de determinada forma.

A partir dessa reflexão, Weber (2004) propõe a necessidade de se buscar a origem das idéias, quais os valores, por trás de um determinado tipo de conduta. Nos seus estudos, encontrou a ética religiosa, mais precisamente a protestante, como aquele aspecto presente na raiz dos atos dos agentes, capitalistas e trabalhadores, do capitalismo mais desenvolvido da Alemanha de seu tempo. Seria então, dentro de sua teoria, a ética protestante a promotora mais eficaz do capitalismo moderno. Sabe-se que a sua abordagem apresenta limitações, principalmente por fazer inferências explicativas do desenvolvimento econômico ocidental como um todo, homogeneizando aspectos presentes em alguns grupos, esquecendo que as especificidades históricas de cada sociedade se diferenciam daqueles da Alemanha datada contemporaneamente ao autor. No entanto, seu esforço pela elaboração de um método que procura entender a racionalidade econômica capitalista a partir da compreensão da interpretação que o agente faz do ambiente no qual interage, a partir de seu legado cultural, serve de referência a muitas pesquisas subseqüentes. O modelo de construção mental desenvolvido por North (1995) se aproxima dessa tentativa de compreensão das atitudes dos indivíduos, vinculando estas ao modo como eles entendem o mundo a sua volta. A teoria de Weber (2004) é utilizada aqui como suporte investigativo ao modelo de North. A obra de Weber:

é marcada pela análise teórica e empírica dos fatos econômicos, históricos e culturais, bem como pelo seu compromisso em “fazer ciência”, sem cair em pressupostos valorativos ou em “concepções de mundo”. [...] suas idéias a respeito da epistemologia e do papel da metodologia foram fundamentais para o desenvolvimento das ciências sociais. Seus escritos geraram uma vertente metodológica (interpretativismo) e inspiraram várias correntes do pensamento sociológico do século XX (BÚRIGO e SILVA, 2003, p. 128).

Portanto, Weber procura a interpretação das ações individuais a partir do sentido dado pelo agente. “Este processo de aprendizado pressupõe um aumento do grau de consciência e reflexividade acerca da realidade que nos cerca, assim como do grau de autonomia da consciência moral que nela atua” (SOUZA, 1998, p. 2).

Seguindo esse raciocínio, o presente trabalho propõe a análise baseada no método interpretativo compreensivo, que para Geertz (1978) busca os significados ocultos na ação social, investigando o sentido das atitudes e os códigos sócio-culturais empregados para desenvolver tal ação. Se existe esse código socialmente aceito, provavelmente essa sociedade

possui um espírito coletivamente partilhado. Para o autor, a cultura é entendida como esse código através do qual as pessoas expressam significado. Assim, a cultura não define os fins da ação, mas fornece componentes que são utilizados para construir estratégias de ação (PASSIANI, 2001). Um dos objetivos é investigar a hipótese de que o legado protestante e o espírito de superação constituem um vetor de estímulos ao desenvolvimento do empresário gaúcho. Para tanto, parte-se das características da sociedade colonial e da vida econômica de alguns empresários de destaque econômico-social, buscando averiguar o modo como estes interpretavam o ambiente institucional a sua volta, procurando entender os porquês destes terem sido os pioneiros entre os inovadores da indústria. Justifica-se esse método uma vez que:

o moderno capitalismo não possui apenas raízes políticas e econômicas, mas também deve sua origem a um novo estilo de vida, um novo *ethos*. Tal conjunto de valores, o espírito do qual nos fala Max Weber, permite descortinar a dimensão e a dinâmica da cultura no processo de formação do capitalismo ocidental (PASSIANI, 2001, p. 47).

A apropriação do excedente e a relação com o Estado são passos para a compreensão do surgimento do empresário, além do seu legado cultural. Para cumprir tal tarefa, essa investigação será baseada na análise da ideologia das elites e dos trabalhadores, verificando como se dão os jogos de poder, político, sociais e econômicos, bem como ocorrem os processos de expropriação e acumulação do excedente, assim como a relação com o Estado.

A construção da matriz institucional contará com a análise histórica do estado e do país, averiguando, principalmente, os entraves e os incentivos à atividade industrial. Cabe lembrar que o empresário aqui estudado é aquele que tem características próximas às aquelas apresentadas por Schumpeter (1997) e por isso restringe-se a um grupo pequeno de indivíduos. Para a análise da sociedade gaúcha e o desenvolvimento industrial serão utilizadas, principalmente, as obras de Pesavento, autora que dedicou boa parte de sua vida acadêmica ao estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul e que apresenta-se como referência à análise da indústria gaúcha. Muitas são as obras que fazem uma análise descritiva, mas é Pesavento que mergulha nos meandros de poder, nas características culturais, para entender a evolução das atividades econômicas no estado, sendo esse o principal argumento para a sua apropriação destacada. Se Pesavento é referência no estudo da formação econômica do estado, Roche cumpre o mesmo papel de destaque no estudo da imigração alemã no Rio Grande do Sul. O autor se propõe a investigação para além da descrição, incorporando o modo de viver e de pensar dos imigrantes alemães, seja daqueles que fizeram parte das atividades coloniais, seja dos que acabaram na função de comerciantes e

de empresários. A centralidade na utilização de algumas obras pode ser considerada uma limitação, mas este aspecto é preterido em relação ao negligenciamento da riqueza da análise apresentada por esses autores, clássicos para o estudo da formação sócio-econômica gaúcha.

Após ter apresentado como se constitui a economia e a sociedade no Rio Grande do Sul, propõe-se, para cumprir com o objetivo do trabalho, que o recorte temporal para o estudo da matriz institucional da gênese do empresário gaúcho date do início da imigração alemã (1824), já que desde a produção de excedente à acumulação de capital e o pioneirismo da indústria as atividades passam pelas mãos dos germânicos, até a consolidação destes inovadores enquanto classe (1931), momento marcado com a criação de uma entidade que representaria seus interesses, posicionando-os como integrantes diferenciados da burguesia como um todo, com empenhos e solicitações próprias. Períodos precedentes, como a formação econômica do estado a partir da economia vinculada ao gado e a sua militarização, bem como a constituição das instituições capitalistas do Brasil, principalmente a partir da vinda da Corte Imperial, são apresentados sempre que necessário como auxílio ao entendimento da trajetória de desenvolvimento traçada pelo estado.

Apesar do esforço em apresentar um método que procure bem identificar e analisar todos os incentivos e entraves ao surgimento do empresário no estado sabe-se que a pesquisa científica é uma redução da realidade, e, portanto os aspectos aqui destacados serão aqueles relevantes para a pesquisadora. Aspectos importantes como o impacto sobre o trabalhador, ou o escravo, não são contemplados, a não ser como pano de fundo, por uma limitação de recorte que a pesquisa exige. Mesmo diante dessas restrições, defende-se que as fragilidades não estão no método, mas em aspectos próprios da pesquisa, uma vez que toda essa reduz em menor ou maior grau a realidade, sendo a continuidade dessa investigação um desafio para pesquisas posteriores. Diante dessas apresentações preliminares, faz-se pertinente melhor apresentar os dois modelos de análise desenvolvidos por North (1995) que são utilizados nessa pesquisa.

### 3.1 OS MODELOS DE MATRIZ INSTITUCIONAL E DE CONSTRUÇÃO MENTAL

A relação de produção gera laços sociais, ainda que não haja vínculos pessoais entre os atores, e estes laços expressam um modo de viver, pois à medida que o ator econômico respeita uma série de regras sociais, ele participa da criação de uma relação social. Assim, a

compra e venda de uma mercadoria revelam um modo de agir, bem como a produção desta. Deste modo, como proposto por Weber (2004), não somente a cultura, os valores, é capaz de explicar as ações dos indivíduos, mas também o contexto histórico e social que estes vivem. Há, portanto, uma inter-relação entre um modelo de construção mental e a matriz institucional para compreender as ações dos empresários pioneiros do Rio Grande do Sul.

Em razão da incerteza, as interações humanas incorrem em custos de transação e para reduzir esses custos surgem as instituições, que para North podem ser formais ou informais, e são estas que determinarão os incentivos ou entraves ao desenvolvimento. As instituições são, então, criadas para reduzir as incertezas existentes nas interações dos agentes, originadas da complexidade das relações e da informação incompleta – assimetria de informação – relativa ao comportamento dos agentes econômicos ao longo de um processo produtivo, mas nem sempre para melhor promover o crescimento econômico (FILIPPI et al, 2006).

Como a atividade econômica é permeada por interesses outros que não os de eficiência produtiva, muitas vezes as instituições são criadas ou mudadas não com o intuito de promoção do crescimento econômico, mas para a manutenção do poder *status quo*. Ao conjunto de instituições North chamou de matriz institucional e é ela que, didaticamente, permite conhecer esses **estímulos ao processo de desenvolvimento**, sendo ela **dependente da trajetória histórica** dessa sociedade. Já, o modelo de construção mental formalizado por North (1994) origina-se principalmente do legado cultural, sendo também elaborado com base no **conhecimento de aprendizado**. Como **cultura** considera a transferência, através das gerações, de valores, conhecimentos e demais fatores que afetam o comportamento; como aprendizado ou experiência propõe uma conotação local e dependente de um determinado espaço. Dessas duas fontes de modelos mentais surgem as percepções de mundo dos agentes.

À medida que essa **percepção é construída a partir das instituições**, pretende-se identificar a **formação desse modo de pensar**, de ver o mundo, através do modelo de matriz institucional, proposto por North (1994), onde a dinâmica do desenvolvimento econômico é dada por estes modelos mentais. A escolha desse modelo é tomada por se acreditar que o contexto histórico importa, como propõe North (1995) e que, além disso, o modo como agentes e organizações encaram esse contexto é fundamental.

Então, North (1994) dedica-se a entender como os agentes se relacionam com as instituições a partir de um modelo didático: a **matriz institucional**. Esta é formada pelas instituições, em um dado período de tempo, e define o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais. A relação entre as opções feitas pelos indivíduos e seu contexto institucional depende da eficácia do sistema de fiscalização do cumprimento de tais normas. Nesse sentido,

o **Estado** tem grande importância no modelo de North (1994), pois é o **agente responsável pelo *enforcement*** das regras formais na sociedade, por isso é indispensável entender o funcionamento político e seus meandros da sociedade a ser analisada. Já as regras informais recebem desaprovações ou sanções sociais.

Sendo as organizações os jogadores da sociedade, é a partir delas que se pode entender a dinâmica institucional proposta por North, uma vez que elas interpretam o mundo através de seu modelo mental e de estímulos/empecilhos institucionais. Os agentes compõem as organizações e, através da sua interação com a matriz institucional, moldam e são moldados pelas regras, desencadeando determinado processo econômico e social. Esses agentes formam as organizações por possuírem um mesmo propósito, como, por exemplo, uma associação de produtores, uma classe social ou uma igreja. Ainda, o conjunto de limitações institucionais imposto por determinado contexto definirá as oportunidades dispostas e, assim, o tipo de organizações que serão criadas a partir do mesmo. Aqui serão analisados agentes individuais, empresários, que formam e são impactados por organizações, a partir da construção da trajetória de vida desses indivíduos. As organizações surgidas impulsionam uma série de outras entidades que comungam do auxílio aos fins dessas organizações, exemplos seriam universidades ou partidos políticos que derivam da organização de empresários locais. Portanto, as entidades que se dispõem a especialização e ao conhecimento são função de incentivos inerentes à matriz institucional. Segundo North (1994), as organizações investem tanto diretamente na aquisição de habilidades e conhecimentos, como a provocam indiretamente, através do processo político ou investimentos públicos que as ajudem a sobreviver.

Logo, nesta pesquisa, os agentes da mudança são os empresários e suas percepções subjetivas (modelos mentais) determinam as opções tomadas. As **mudanças** surgem através das **oportunidades**, e a incorporação de especialização e de conhecimento estimula os empreendedores a elaborarem novos modelos mentais de decisão. Então, suas percepções, formadas a partir da informação recebida, pela complexidade do ambiente em que atuam e do condicionamento cultural herdado, certas ou erradas do ponto de vista de crescimento econômico, são as fontes da mudança (NORTH, 1994).

os empreendedores desejam mudanças nas instituições existentes, isso ocorre por alguma motivação. Assim, a necessidade dessa mudança estrutural está relacionada ao que North considera como as duas maiores fontes de mudanças institucionais: alterações expressivas nos preços relativos e mudanças nas preferências. No ensejo de atender às novas demandas, as organizações podem se deparar com limitações de ordem institucional, tendo aí início o processo que pode levar às mudanças nas regras formais e/ou informais da sociedade (AGUIAR FILHO, 2009, p. 97).

Assim, ao empresário é necessário visualizar uma oportunidade econômica e inovar a partir dela. Essas oportunidades são exteriores a ele, portanto cabe a análise do papel do Estado na dinâmica do avanço econômico e social. O Estado pode participar de forma mais ativa, através de um planejamento de desenvolvimento industrial, ou de forma marginal, criando algumas oportunidades, ou, ainda, retirando alguns obstáculos. Segundo Pereira (1962) ao incluir o Estado juntamente com o empresário, podemos entender de forma mais ampla o processo de desenvolvimento. “Para que as oportunidades econômicas existam, certas condições institucionais são necessárias” (PEREIRA, 1962, p. 89). Além, é claro, do papel que lhe cabe ao fazer cumprir as regras e condutas institucionais.

### **3.1.1 Operacionalizando os modelos de matriz institucional e de construção mental**

Segundo Strachman (2002), a instrumentalização das instituições constitui-se em um importante esforço para o avanço dos estudos institucionais nas ciências econômicas. O autor aponta um meio para “aplicação” de uma análise institucional, conjecturando um espaço de cinco dimensões, representando cada um determinado fator: 1) instituições; 2) ideologias; 3) política; 4) interesses; 5) período histórico. As instituições são os incentivos e desincentivos, formais ou informais, que surgem na interação entre os agentes, visando reduzir incertezas. As ideologias seriam o modo de ver o mundo, como os agentes interpretam o contexto no qual vivem; a política se aproxima muito da quarta esfera, pois é moldada pela estrutura de poder prevalecente, mas trata-se dos interesses políticos e os desdobramentos que se dão em função dos mesmos; os interesses moldam a estrutura de poder e são fundamentais para o entendimento de como e por que surgem as instituições. Já o período histórico contextualiza tudo isso, mostrando as condições materiais dadas, os fatos nacionais, internacionais e regionais que levaram a determinadas ações e desempenhos.

A matriz de institucional será elaborada a partir das investigações político-sócio-econômicas apresentadas ao longo da pesquisa, utilizando o modelo de North para buscar os incentivos e entraves a esse processo de desenvolvimento industrial, desde a produção de excedente, até a consolidação dos empresários enquanto classe social. A isto serão agregados fatores culturais que podem ajudar a elucidar as razões que levaram determinados indivíduos a valerem-se das oportunidades para a inovação. Para North (1994), **é a combinação de limitações institucionais e de modelos mentais que guiará a direção do desenvolvimento.**



Esta é a dinâmica do modelo de construção mental dos empresários com a matriz institucional que se pretende elaborar no capítulo seguinte deste trabalho. Ainda, conforme North (1994), lembra-se que não só os agentes são influenciados pelas instituições e suas mudanças, como podem promover essas alterações. Diante disto, vislumbra-se identificar a participação nas mudanças institucionais, as medidas escolhidas a partir dessas e os interesses que permeiam as ações.

Tem-se nessa interação, na investigação do modelo de construção mental a partir da matriz institucional, o maior desafio desta pesquisa. Assumindo o empresário como o agente que inova e, portanto, promove o desenvolvimento econômico capitalista, procurar-se-á investigar o seu modo de pensar e agir, com auxílio de biografias, documentos e fontes secundárias. Estabelece-se, como princípio, que os agentes formam seus modelos de construção mental a partir do modo como interpretam o mundo e interagem com este, por meio de seus modelos de construção mental. O mundo, o contexto no qual vivem, é formado pelas intuições e estas são dinamizadas pelos agentes. O objetivo aqui é resgatar os incentivos, as regras, através da construção da matriz institucional da indústria nascente no Rio Grande do Sul e procurar entender como os primeiros empresários interpretaram esses estímulos, dinamizando tal matriz, na identificação de vetores de estímulos institucionais.

Para procurar o entendimento de como pensavam os empresários gaúchos, propõe-se o estudo da biografia de alguns nomes de destaque dentro dessa indústria nascente. Operacionalmente, assim como Pereira (1964), toma-se por empresário aquele que, fundador ou não da empresa, a tenha desenvolvido consideravelmente no período analisado (1824-1931), de modo a ser avaliado como o principal responsável por seu crescimento e consolidação. Caso uma empresa tenha em sua formação a presença de mais de um empresário, procurar-se-á estudar todos esses personagens. Diante dessas considerações, propõe-se a análise biográfica de alguns empresários do escalão regional: Jacob Renner, Ernesto Neugebauer, os fundadores da cervejaria Continental (destacando Henrique Ritter), João Gerdau, Alberto Bins e A. J. Renner. Utiliza-se a denominação de Roche (1969) “escalão regional” por se comungar da importância dessas indústrias e agentes na formação da economia gaúcha. O universo da amostra é reduzido, a medida que visa contemplar os seguintes critérios: estar entre as pioneiras na industrialização do estado; ter o fundador (es) ou dirigente (s) identificado; analisar o comportamento de empresários segundo a concepção de Schumpeter, e estes não são numerosos, principalmente no período a ser analisado e; ser uma empresa de relevância considerável nacional, e que tenha nascido no Rio Grande do Sul. Assim, busca-se um universo amostral mais homogêneo e menos amplo.

A partir dessas histórias de vida, buscar-se-á reconstruir o modelo de construção mental desses agentes, bem como traçar pontos de aproximação ou afastamento nas trajetórias de vidas individuais, e enquanto grupo<sup>9</sup>. Após, buscar-se-á uma interação com as instituições, investigando a dinâmica dos jogadores com as regras do jogo, tanto no seu modo de agir, ou seja, se as instituições promoveram incentivos para as decisões e ações desses agentes, bem como o “poder” destes sobre as mudanças institucionais, ou, ainda, se serviam mais à manutenção do poder tradicional, nacional e estadual, do que propriamente a promoção do empresariado. Para tanto, sendo o foco identificar um modo de pensar e agir, os métodos a serem utilizados na pesquisa procurarão identificar aspectos prioritariamente qualitativos, que sejam representativos da cultura, dos valores, dos imigrantes alemães formadores da indústria gaúcha, bem como do contexto institucional à época. Para tanto, propõe-se a análise biográfica e de trajetória de vida.

### **3.1.2 Biografias e trajetória de vida: a interação com a matriz institucional**

Dentro da centralidade que o empresário ocupa no desenvolvimento do capitalismo, parte-se da história de vida daqueles presentes na indústria nascente do Rio Grande do Sul, através de biografias, visando o entendimento de sua cultura, de seu modo de pensar. A biografia consiste na transcrição da história de vida de uma pessoa, buscando manter o foco sobre um determinado aspecto. Assim, não tem como propósito necessariamente esmiuçar a vida de um ator, mas traçá-la a partir de um ponto, por exemplo, sob a trajetória econômica ou a vida social. Aqui serão usados tanto materiais auto-biográficos como as histórias de vida contadas por terceiros. Justifica-se esse método, à medida que:

a contribuição de estudos biográficos, ou estudos baseados na restrição fiel da experiência do sujeito e de sua interpretação do mundo onde ele vive seria o enriquecimento do conhecimento sobre as sociedades, dando uma visão mais apurada dos processos históricos e sociais (MONTAGNER, 2007, p. 248).

A biografia, ou o estudo biográfico, trata da interpretação subjetiva da trajetória de vida de uma pessoa. Ela não traz só acontecimentos, mas modos de agir, planejamentos, idéias. Por trajetória de vida denomina-se o conjunto de eventos que fundamentam a vivência de uma pessoa (BORN, 2001). Essa trajetória é regulada pelas instituições formais, informais

---

<sup>9</sup> Ressalta-se que estes não tiveram, necessariamente, unidade de classe em vida, mas utiliza-se o grupo como artifício didático, uma vez que detinham unidade de atividade econômica.

e pelo modelo mental gerado pelas mesmas. A trajetória de vida se baseia na história da humanidade e para contá-la, utilizam-se de documentos, de escritos, comuns a vida de todos. Já a biografia é composta por histórias individuais, ainda que vivenciados nesse ambiente de história comum.

Mas quando o foco investigativo desloca-se da humanidade para as trajetórias individuais, a noção de história ganha uma outra dimensão, a de uma busca constante e ininterrupta, orientada por metas projetadas no tempo vindouro. Tal busca possibilita que o sujeito, sem perder a sua dimensão social, encontre um sentido para a sua experiência existencial (MORAES, 2009, p. 3901).

A partir da “leitura” que o agente faz de sua realidade ocorrem as mudanças sociais, assim, a modificação social parte do vínculo do indivíduo com a estrutura institucional em determinado espaço de tempo. Portanto, a pesquisa de trajetória de vida e de mudança social busca a interação entre o modelo mental do indivíduo e o contexto institucional. Surge, então, o desafio metodológico de combinar informações biográficas, construídas segundo o modelo de construção mental, que tem como guia o legado cultural, com a matriz institucional, o conjunto de incentivos para as transações interpessoais, ambos propostos por North (1994). Com esse método quer-se entender o modo de pensar desses empresários, sua intervenção na economia e na sociedade gaúcha, para procurar compreender alguns aspectos da formação da economia do estado. Cabe salientar a principal fragilidade dos estudos biográficos: a vida contada a partir do vencedor. Não raro as biografias escondem as derrotas, as explorações, enaltecendo o agente narrado. Assume-se essa limitação, propondo uma análise crítica, procurando entender os fatos que levaram à vitória, bem como a inserção das derrotas.

Feitas as análises individuais desses importantes personagens do processo de industrialização do Rio Grande do Sul, questiona-se, o que está por trás, o que faz movimentar suas ações. Tem-se que o contexto social e econômico importa, ou seja, as oportunidades e empecilhos são fundamentais, por isso a análise histórica é relevante para a compreensão. Ao mesmo tempo, tem-se que a interpretação que os agentes fazem do contexto histórico, através do seu legado cultural, também importa no entendimento da concepção do desenvolvimento econômico. Como identificou Weber (2004), as situações históricas e políticas como temporárias, têm sua importância no processo de desenvolvimento, porém estas não saciam as perguntas sobre a trajetória de desenvolvimento econômico.

Portanto, apesar de representar fragilidades, por sua redução do todo, focado no indivíduo, a análise biográfica colabora para o entendimento do modelo mental, uma vez que explora a interpretação que o indivíduo faz do mundo, podendo-se inferir, a partir de então, aspectos sobre o todo. Diante disto, esta análise facilita o delineamento do modelo mental do

empresário, lembrando que, com o auxílio da identificação das regras sociais vigentes, o individualismo vincula-se ao coletivismo, construindo a influência do modo de pensar com a matriz institucional.

### 3.2 COLETA DE DADOS

Além dos procedimentos metodológicos especificarem o método que o pesquisador irá adotar para alcançar os objetivos do trabalho, deve apresentar o tipo de pesquisa a ser adotada e como será procedida a coleta de dados (ALVES, 2003). A presente pesquisa será realizada através da descrição histórica, já apresentadas ao longo do trabalho, e análise biográfica, considerando o modelo de matriz institucional e o modelo mental. Afora o uso de documentos e biografias que procuram traçar os perfis individuais, são utilizadas fontes bibliográficas secundárias que ajudam na construção da matriz institucional. Segundo Richardson (2008), a análise documental consiste em estudos e análises de documentos que tenham por objetivo descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados determinados processos históricos. O método de análise documental mais conhecido é o método histórico que visa estudar os documentos com a pretensão de investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico. Já o estudo bibliográfico tem por finalidade a interpretação e a reinterpretação de autores e textos que ajudem na tarefa de vislumbrar significados, explorar e aprofundar conceitos e teorias expostos, primariamente, mas não tratados à exaustão. Este procedimento, segundo Passiani (2001), enriquece trabalhos empíricos e teóricos em geral. Na tese são utilizados tanto documentos originais, como obras secundárias na construção do estudo descritivo-analítico. Não obstante, para que a vida seja abordada de modo individual, é necessário que haja material biográfico.

Optou-se pela pesquisa histórica e não pela entrevista, pois todos os personagens desse trabalho já são falecidos. A primeira se ocupa primordialmente de registros escritos, que marcam a transferência de conhecimento com menos distorções, uma vez que o relato de períodos não vividos pode trazer deformidades que impossibilitem a pesquisa de obter conclusões satisfatórias. Portanto, a pesquisa histórica investiga o passado do homem e cabe ao pesquisador avaliar e sistematizar provas para obter conclusões sobre acontecimentos ocorridos neste passado. Quanto a trajetória de vida, foram usadas obras e documentos

biográficos para resgatar a vivência dos personagens aqui destacados. Na pesquisa de trajetórias de vidas são analisados tanto os dados primários, quanto os secundários. Richardson (2008) classifica como primários aqueles dados que possuem mais proximidade com os fatos, onde ocorre uma menor interferência de outras pessoas que não participaram dos fatos em si, como documentos. Os secundários estariam mais distanciados dos fatos e podem ser exemplificados por obras literárias ou científicas que retomem a vida desses atores.

Com base no levantamento documental e bibliográfico, foram averiguadas as instituições que nascem com a chegada do imigrante alemão e como este promove as mudanças institucionais necessárias para a implantação das fábricas. Conforme North (2000), a análise não deve se concentrar nas normas específicas, mas sim em como evolui o sistema de crenças. Portanto, aqui, o que se busca é resgatar o processo de aprendizagem desses empresários pioneiros no Rio Grande do Sul e seu sistema de instituições formado, por hipótese, pelo legado germânico e pelo contexto sócio-político-econômico da transição do capitalismo no estado. Esse processo de aprendizagem, segundo o autor, é função da forma como a estrutura de crenças filtra as informações que provêm da vivência, e das diferentes experiências oriundas do ambiente institucional local, através dos tempos.

Assim, [...] “as instituições se constroem no fazer histórico, isto é, seja como resultado das relações de toda natureza” (RACY, et al, 2005, p. 4). São mutáveis, ainda que esta mudança não se dê de forma abrupta, as alterações tendem e alterar o curso do desenvolvimento, sempre considerando a herança histórica. Ocorre, nas sociedades, uma disputa entre ruptura e continuidade no campo institucional e “mesmo podendo persistir por longos períodos, as instituições estão sujeitas a súbitas rupturas e conseqüentes mudanças nos hábitos de pensar e agir, que são cumulativamente reforçados” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 29). Com base na exposição da importância dos valores, da ética herdada, para a formação do modo de interpretar o mundo, agrega-se a interação com esse contexto a partir da matriz institucional.

#### 4 A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO MODERNO NO BRASIL: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES

Para analisar a gênese do empresariado no Rio Grande do Sul, faz-se prudente retomar os estudos do espaço nacional. Justifica-se esta decisão a medida que o estado compõe uma federação de governo centralizado, estando subordinado a determinações do governo central. Ainda que isto tenha se dado de modo mais moderado na República Velha, as medidas do governo central tiveram impacto sobre o Rio Grande. Ademais, se é o empresário paulista aquele de maior pujança econômica, deve ser deste também o maior envolvimento político nacional. Além disso, procura-se entender sua relação com a burguesia agrária, bem como o *ethos* presente nos valores da sociedade brasileira.

Quanto à origem do empresário nacional, cabem duas considerações e ressalvas preliminares. Primeiro, apesar do reconhecimento da existência de indústrias em outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o empresário paulista ainda é tido como sinônimo do empresário nacional, sendo, em muitos trabalhos, a sua história posta como a história da indústria nacional. Essa visão centrada dos intelectuais brasileiros será contestada por autores como Targa (1984) e Herrlein Jr. (2000). Ainda, existem duas correntes divergentes nos estudos sobre as origens econômicas e sociais do empresário paulista, colocadas por Birchall (1998). A primeira abordagem, denominada pelo autor de “imigrante burguês” dedica ao imigrante e aos importadores o papel fundamental na formação da indústria paulista. A segunda, que tem João Manuel Cardoso de Mello como principal expoente, denominada como a do “capitalismo tardio” afirma que a burguesia industrial paulista surge dos plantadores de café e da acumulação de capital dos mesmos. Boa parte das teorias sobre a evolução da indústria nacional não têm enfoque sobre a figura do empresário, e nos objetivos deste trabalho não comportam a discussão crítica das teses de sua origem<sup>10</sup>, deste modo elas são postas sem o aprofundamento necessário para uma análise específica, de modo a auxiliar o entendimento desta formação.

Aqui, a partir de evidências estatísticas, foi explorada a abordagem do imigrante burguês. Sabe-se que ela é contestada por muitos estudiosos, mas a análise de Pereira, além de trazer dados estatísticos sobre a origem do empresário paulista, informações estas que elucidam algumas questões, presta-se a análise específica desse agente, assim como Cardoso.

---

<sup>10</sup> Para maiores esclarecimentos, ver Suzigan, 2000.

Todavia, como exposto, apesar de sua relevância para o entendimento do “nacional” considera-se que ela se presta a análise do empresário paulista, motivo, aliás, que justifica a elaboração do presente estudo. Além do Rio Grande do Sul, caso que pretende ser estudado por este trabalho, para Minas Gerais, como explorado pelo trabalho de Birchall (1998), a tese do empresário burguês não se aplica, visto que o empresário mineiro tem, de modo geral, origem nacional, sendo, na maior parte das vezes, descendentes da classe dominante e de famílias tradicionais mineiras. Diante das conclusões a que chegou seu trabalho, sobre a história da economia brasileira, o autor afirma que “havia vida econômica de relevante magnitude e dinamismo, cuja lógica guarda pouca semelhança com aquela observada em São Paulo e no Rio de Janeiro” (BIRCHALL, 1998, p. 37). Cabe ressaltar que, ao considerar a abordagem do imigrante burguês, admite-se que a principal parcela de acumulação de capital utilizada para a indústria nascente é oriunda da atividade comercial e que alguns imigrantes chegam capitalizados a São Paulo. Além disso, acolhe-se que o processo de industrialização “nacional” desponta a partir da Primeira Grande Guerra, consolidando-se com a Grande Depressão, seguindo um modelo de substituição de importações. Porém, a atividade manufatureira inicia com a chegada da Corte e dos imigrantes ao Brasil.

Até meados dos anos 1930, o setor primário era o mais importante do país, principalmente a cultura do café, produzida em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O café liderava a agroexportação e servia como dinamizador de outras economias internas ditas subsidiárias. Além da economia cafeeira, havia as produções de açúcar e de algodão, que atingiram seu ápice nas décadas de 1860 e 1870, e tiveram sua importância diminuída por volta de 1880; além da produção de borracha que foi particularmente importante no período de 1880 a 1910. Mas, o peso da economia cafeeira é incomparável, tendo impactado as demais economias internas, através da incorporação de melhorias de transporte e de tecnologia, uma vez que era necessário abastecer a principal economia nacional. Ainda, por ser a atividade mais rentável e com maior peso no comércio internacional, promoveu a monetização da economia brasileira, por meio dos ingressos de capital comercial. Com isso, a renda gerada a partir desse mercado consumidor se expandia, por consequência, os demais mercados internos cresciam. Abria-se, então, a oportunidade para a demanda de bens de consumo e de capital.

Durante o Encilhamento (1891-94) foi implantada uma política econômico-financeira que deu prosseguimento a algumas medidas tomadas no final do Império para proteger a lavoura cafeeira. Essas medidas consistiram em ampliar a circulação de moeda, concedendo aos bancos o direito de emitirem três vezes o volume de moeda em relação ao lastro em ouro,

sendo agora esta garantida por títulos do Tesouro. Esse aumento do meio circulante aumentou a concessão de crédito e desvalorizou a moeda, gerando uma depreciação cambial. Além de encarecer as importações pela relação do câmbio, foram elevados os impostos sobre produtos importados, também como modo de financiar o novo governo.

Assim, aliada a política de concessão de crédito, o encarecimento desses produtos estimulou o desenvolvimento da indústria nacional. Entretanto, essa sobretaxação e a relação cambial também atingiram os bens de capital, dificultando a incorporação tecnológica, sendo que boa parte desses novos estabelecimentos eram pequenos e com pouca capacidade produtiva. Algumas indústrias de maior porte conseguiram importar equipamentos mesmo mediante dessa situação desfavorável, por meio da pré-acumulação de capital ou através da disponibilidade de crédito. Essa dificuldade de importação fez com que as indústrias nacionais mais preparadas, com capital produtivo já instalado, ganhassem mercado. Deste modo, o Encilhamento acaba promovendo um surto industrial, principalmente com o aparecimento das pequenas empresas, mas nesse momento a liderança no setor fica sob poucas empresas que, independentemente das oscilações de câmbio, da política econômica federal, conseguiram progressivamente expandir-se em termos de capital monetário e produtivo, mão-de-obra (inclusive trazendo mestres de produção do exterior) e agregando valor à produção (ARTX, 2000; PESAVENTO, 1985).

Tem-se aqui, conforme Pereira (1964), que o empresário que surge em São Paulo não está, na sua maioria, relacionado diretamente à economia cafeeira e que trata-se, majoritariamente, de imigrantes que acumularam seu capital na atividade comercial, ou que migraram com algum capital inicial. É nesse estado que irá despontar o mais significativo parque industrial do país. Já o empresário gaúcho nascente corresponde ao imigrante alemão ou seus descendentes, que acumulou o capital na atividade comercial que deriva do excedente da produção colonial, também com mão-de-obra germânica. Entretanto, a despeito de algumas medidas que apoiavam, mesmo que de forma indireta, a indústria nascente paulista, a industrialização meridional não era apoiada pelo poder econômico central, que pretendia manter o Rio Grande do Sul como a economia subsidiária da economia cafeeira e da economia industrial do centro do país. Ademais, apesar do esforço do governo do Rio Grande em promover e intensificar sua industrialização, o centro do país continuava vendo o estado como um celeiro de produção agropecuária. Esse pensamento pode ser verificado através da leitura de um artigo da época, publicado em um periódico paulista:

Pelo conhecimento que vamos tendo do Rio Grande, tudo leva a crer que ele é o célebre celeiro anunciado para a fortuna do Brasil. O caminho por onde enveredou e que tão auspiciosamente se abre em largas perspectivas, é o melhor. Não nos



iludamos com a nossa própria opulência que é muita, mas não dispensa o concurso dos outros irmãos. Seria fácil enumerar parcelas eloqüentes de produtos agrícolas rio-grandenses que demonstrassem cabalmente as riquezas do próspero estado. Mas também se poderiam citar as suas indústrias. É certo, porém, que nesse ponto lhe levamos a melhor. Em suma, num golpe de síntese, poderia dizer-se que se São Paulo tem diante de si um belo futuro industrial, o Rio Grande o tem sob o ponto de vista agrícola (São Paulo e Rio Grande: agricultura e indústria. Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1918, 4, out. p. 152 APUD PESAVENTO, 1988, p. 120).

Esse discurso também é alternado pela elite político-econômica local, que ora exalta a pujança da produção industrial, e ora a minimiza, mediante a proposta de intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho. Além de procurar investigar a origem desse empresário paulista, procurar-se-á analisar o contexto político-ideológico da formação da burguesia nacional. Essa proposta é feita com vistas a entender como os interesses burgueses, rurais e industriais, são postos no período em que a indústria começa a despontar no Brasil. Segundo Vianna (1976), na República Velha, o elo entre a oligarquia proprietária de terras e o empresariado era a adoção de um liberalismo como sistema político, que unia a garantia do federalismo e do mandonismo local das oligarquias. Essas ideologias sustentavam a não intervenção do Estado nas relações de trabalho, algo que permite entender porque foi possível compatibilizar os interesses das elites agrárias e industriais no país.

Deste modo, o burguês, capitalista industrial, nasce no bojo do capitalismo, com uma atividade destinada à produção de mercadorias, que tem no lucro sua principal meta. “No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao “burguês”, e é um contra-senso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização” (FERNANDES, 2006, p. 33). Como aqui não tivemos feudalismo e muito menos burgos, nossos burgueses surgem como “uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante” (FERNANDES, 2006, p. 33). A Independência abre espaço para o aparecimento do burguês<sup>11</sup> na sociedade brasileira.

Segundo Fernandes (2006), o burguês não nasceria no Império, mas em meio ao espírito revolucionário da República, em um cenário de trabalho livre e competitividade, onde passam a existir outros impérios, os econômicos, comandados por grandes homens de negócio ou capitães de indústrias. Então, para que a burguesia fosse formada era necessário que houvesse homens persistentes e aptos para tal, dotados de uma dose de inconformismo com a sociedade dada, com o *status* social pelo sangue e não pelo talento. A gênese da classe empresarial faz parte da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de

---

<sup>11</sup> Florestan Fernandes (2006) não diferencia o empresário do capitalista industrial na burguesia como um todo.

uma sociedade de classes, e culminaria na obtenção de espaços para além das fábricas, com a conquista de poderes econômicos, sociais e políticos.

Além de investigar a origem socioeconômica dos empresários, é necessário investigar a sua formação ideológica, buscar o entendimento sobre o *ethos* desse ator e da sociedade brasileira a sua época. Essa proposta pretende auxiliar não só no entendimento da constituição do empresário paulista, mas, como base para a compreensão da formação institucional da burguesia agrária gaúcha que, como observou Roche (1969), nasce do tronco português, tal qual a elite agrária brasileira. Para investigar esse *ethos* da sociedade nacional, recorre-se a interpretação sociológica da burguesia feita por Florestan Fernandes e da sociedade brasileira elaborada por Sérgio Buarque de Holanda. Pretende-se, a partir dessas análises, inferir sobre alguns aspectos do legado cultural da sociedade nacional que possam estar relacionados ao desenvolvimento industrial gaúcho.

#### 4.1 AS PRINCIPAIS TEORIAS DO SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NO BRASIL

Partindo-se de uma premissa centrista, as teorias sobre os motivos que levaram ao desenvolvimento da indústria no Brasil transferem aquilo que ocorreu em São Paulo para as demais regiões, como se não tivesse havido indústria relevante em outras localidades, ou que, em havendo, esse processo fosse semelhante aquele ocorrido no centro do país. Suzigan (2000) resgata as quatro principais teorias sobre os motivos que possibilitaram a aparição industrial, são elas: choques adversos; industrialização liderada pela expansão das exportações; o desenvolvimento a partir do capitalismo tardio e; industrialização promovida por políticas do governo.

Segundo a teoria<sup>12</sup> dos choques adversos, que tem Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares como principais elaboradores, a industrialização acontece como uma resposta às dificuldades impostas às importações pelos choques, principalmente da Primeira Grande Guerra e da Grande Depressão. Essas dificuldades estavam, mormente, na mudança dos preços relativos das importações, derivada do aumento do custo pela redução da oferta;

---

<sup>12</sup> Ao contrário da tese cepalina que pretende criar uma teoria geral sobre os choques adversos e seus efeitos sobre o desenvolvimento industrial, Furtado e Tavares analisam especificamente a economia brasileira nos períodos da Primeira Grande Guerra e da Grande Depressão.

enquanto a demanda interna era sustentada por políticas expansionistas. Começa, então, o processo de substituição de importações.

Os autores diferenciam o crescimento industrial antes de 1930, induzido pela ampliação da renda interna resultante principalmente da agroexportação de café, daquele que ocorre a partir da Revolução, quando a indústria é estimulada pelos choques adversos da crise da agroexportação de café e da Grande Depressão, aliado as conseqüentes políticas adotadas para conter a crise. Quando a indústria era estimulada pela expansão da renda gerada na economia cafeeira esta era dependente do crescimento do mercado interno, o qual estava sujeito a expansão do setor exportador. Em um estágio posterior, o crescimento industrial também contribuiria para a ampliação da renda interna, aumentando o mercado nacional. Os autores consideram esse crescimento como uma extensão da economia cafeeira. Essa dependência só acabaria a partir da diversificação da estrutura produtiva da indústria de bens intermediários e de capital. Isso não ocorreu porque o governo não apoiou o desenvolvimento industrial. Assim, na visão de Furtado e Tavares a relação da indústria com o setor agroexportador é de interdependência, havendo um crescimento industrial, ainda que limitado, dentro da economia cafeeira. Este crescimento era reflexo do desempenho da agroexportação, bem como dependente do mesmo.

Porém, com a Grande Depressão, a renda interna, oriunda da agroexportação, diminuiu e as atividades que visavam atender ao consumo nacional se ampliaram, gerando mais renda. A acumulação de capital, obtida com a exportação primária, foi segundo essa teoria, fundamental para a importação de bens de capital e para a produção desses bens manufaturados. Passa, então, a haver uma retração na importação de bens de consumo e um aumento desta para os bens intermediários e de capital. Segundo Furtado e Tavares, portanto, a resposta aos choques adversos é a substituição de importações. Suzigan (2000) aponta como limite à teoria dos choques adversos a subestimação da produção industrial antes de 1930, que não se limitava, como apontam os autores, a bens de consumo, englobando também bens intermediários e bens de capital leves. O autor sustenta que a crise do café e a Grande Depressão da década de 1930 foram pontos de inflexão na transição para uma economia industrial, mas defende que essa é anterior a década de 1930.

A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações, desenvolvida por Peláez, Leff, Dean e Nicol, pressupõe a existência de uma relação linear entre a expansão do setor exportador e a industrialização. Nesse sentido, o crescimento industrial ocorria, principalmente, nos períodos em que mais se exportava café e se retraía nos períodos de crise, como as guerras e a Depressão. A partir do comércio de café, foram criadas as bases para o

desenvolvimento industrial, como a monetização da economia e o crescimento da renda interna. Disto, foi gerado um mercado para produtos manufaturados e, ao promover o desenvolvimento de estradas de ferro e o investimento em infra-estrutura, esse mercado foi ampliado e integrado nas principais economias. Deste modo, é atribuída ao desempenho da economia cafeeira, através do desenvolvimento do comércio de importação e exportação, a contribuição necessária a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; além do estímulo à imigração, que viria suprir a demanda por mão-de-obra livre nos cafezais. Por último, segundo essa visão, foi a economia cafeeira que proporcionou a acumulação de capital necessária à importação de bens intermediários e de capital.

Já a interpretação do capitalismo tardio, analisa o surgimento da indústria como uma das etapas do desenvolvimento capitalista no Brasil. O capital industrial seria acumulado nos períodos de expansão do setor cafeeiro, mas a relação entre os setores não se dá de forma linear, como propõe a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações, uma vez que a economia cafeeira não só estimulava a acumulação do capital industrial, mas também gerava estrangulamentos ao desenvolvimento à indústria de transformação. O primeiro limite era dado pela condição de economia subsidiária, uma vez que a indústria dependeria do desempenho do setor agroexportador, que, por sua vez, estava atrelado ao desempenho das economias dos países centrais. Diante disso, há duas contradições entre os setores, uma vez que períodos adversos do setor exportador e da Primeira Guerra, promoveram o crescimento industrial com base na capacidade produtiva instalada em períodos anteriores de expansão das exportações e; que as políticas tomadas pela burguesia agrária por vezes favoreciam a acumulação de capital industrial.

Segundo essa teoria, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado marca a transição da economia agroexportadora para a produção capitalista. Essa ótica rompe a dicotomia tradicional, fatores externos versus fatores internos, como promotora do crescimento industrial, colocando esse desenvolvimento possível, principalmente, pelo processo de acumulação de capital no setor agroexportador, que era **dependente** da demanda externa. Também, discorda da periodização que propõe um crescimento para fora até 1929 e para dentro a partir da Grande Depressão, propondo a ênfase na transição da economia colonial para a mercantil nacional, baseada no trabalho escravo e na atividade agroexportadora. Neste contexto, a origem e a consolidação do capital industrial ocorreria entre o final da década de 1880 e os anos 1920.

A quarta teoria, a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo, proposta principalmente por F. R. Versiani e M. T. Versiani, reconhece a

importância do setor agroexportador na geração de um mercado para produtos manufaturados, mas enfatiza o papel das políticas governamentais que visavam promover o desenvolvimento industrial. A proteção aduaneira e a concessão de incentivos e subsídios à indústria são destacadas como medidas da intencionalidade governamental na promoção da indústria pré 1930. Assim, mesmo que não existissem políticas oficiais pró-indústria, essa surge de incentivos dados pelo Estado e se consolidará a medida que essas “políticas” se tornem mais explícitas e comprometidas. Na verdade, essa corrente procura contestar a usual argumentação da historiografia econômica nacional, segundo a qual o Estado antes de 1930 exerce função insignificante no fomento da indústria.

Os limites desse trabalho não permitem uma análise crítica mais ampla dessas teorias, ficando essa restrita ao período anterior a 1930. Tendo diferentes ênfases, elas reconhecem o papel da economia cafeeira como promotora de alguns aspectos indispensáveis ao posterior desenvolvimento industrial, sendo exemplos a monetização da economia, a geração de um mercado interno, o desenvolvimento dos transportes e a formação de relações comerciais que favoreceriam as importações de bens intermediários e de capital. Destarte, algumas medidas políticas, ainda que embebidas nos interesses da burguesia agrária, favoreceram a acumulação de capital e a promoção industrial. Essas análises, de modo geral, não se detêm na figura do empresário incipiente brasileiro. Para tal abordagem, aqui, assume-se a análise de Pereira.

#### 4.2 O ARQUÉTIPO TRADICIONAL DO EMPRESARIADO BRASILEIRO: O EMPRESÁRIO PAULISTA

Pereira (1974) afirma que só é possível falar em empresário schumpeteriano no Brasil a partir de 1920, visto que no sistema agroexportador os latifúndios não podem ser considerados como empresas capitalistas modernas, com desenvolvimento tecnológico e eficiência produtiva. Conforme sua análise, os empresários pioneiros não são uma “evolução” dos cafeeiros, mas um grupo composto por personagens exógenos a esse sistema, no entanto sua argumentação é que, mesmo assim, a economia agroexportadora encontra-se vinculada ao surgimento do processo industrial, por todos os fatores necessários ao último que passam a existir em função da primeira, conforme já descrito. Ainda, concorda-se que, talvez, oficialmente esses empresários modernos tenham se consolidado enquanto tais por volta de

1920, principalmente em razão do início da sua formação enquanto classe, mas os homens que pertencem a esse grupo começam a construir suas histórias anos antes.

Nesse sentido, segundo Birchal (1998), as primeiras indústrias passam a apresentar crescimento mais significativo após 1870, no entanto, alguns aspectos importantes para o surgimento do capitalismo interno começam a ser construídos a partir de 1820, com o desenvolvimento da economia cafeeira. Neste ponto é necessário esclarecer, conforme Motta (1979), que aqui não houve uma transição do feudalismo para o capitalismo como na Europa Ocidental, e, ainda que o capitalismo nacional tenha surgido a partir da economia agroexportadora, o senhor de engenho não é um burguês, mesmo estando inserido no processo de mercantilização da produção agrária. Porém, os comerciantes que surgem neste sistema são burgueses e serão estes que acumularão parte do capital industrial, que será apropriado pelo comércio. Disso, conclui-se que o Brasil estava inserido em um contexto mundial capitalista, mas que suas relações internas eram pré-capitalistas. Logo, embora alguns senhores de terras tenham se tornado empresários, isso aconteceu por uma mudança de mentalidade e não como um processo natural, de mudança apenas de atividade produtiva. O proprietário de terras coordenava uma produção apoiada na mão-de-obra escrava, com ganhos de escala, gerando excedente muito mais em decorrência de uma abundância de terras e de condições naturais favoráveis do que por eficiência produtiva, ocupando uma posição marginal na comercialização do produto. A mercantilização interna, que é integrada pelo artesão e pelo negociante, é o casulo da burguesia nacional. Motta (1979) afirma que são estes comerciantes os bisavôs do empresário moderno nacional.

A típica cidade brasileira do século XIX apresenta uma apreciável diferenciação comercial. Surgem e se desenvolvem as casas comerciais importadoras, implicando, muitas vezes, em volumes altos de negócios. Com isto, submerge o agente artesanal que, ou se estabelece como comerciante proprietário de loja, ou se torna assalariado. Daí saíram algumas das maiores fortunas do país (MOTTA, 1979, p. 37).

Isto posto, tem-se que o capitalismo e o empresário passam a existir a partir de uma mentalidade e de uma evolução histórica, ficando imperativo conhecer a dinâmica do sistema no Brasil. À época do Império, o burguês ainda não se estabelece enquanto classe socialmente organizada, consciente e autônoma. Apesar de interesses egoístas, um certo espírito burguês já surge com a transferência da Corte Real para o Brasil, e a adoção de algumas iniciativas a partir de então, como a revogação da lei que proibia manufaturas, aliada ao incentivo a iniciação dessas atividades e a promoção da imigração, aspectos fundamentais para a industrialização do país. Entretanto, apesar dessas medidas favoráveis ao florescimento do empresariado, o grande empresário industrial ainda é uma exceção nacional (MOTTA, 1979).

De 1808 a 1822 não se pode dizer que houve desenvolvimento, mas sim crescimento econômico instável, com relação a colonial política e com a economia agrário-exportadora, latifundiária e escravocrata. Este período perdura até a Revolução Industrial, a Abertura dos Portos e a Independência (PEREIRA, 1974).

A Independência política coincide, não por acaso, com a Revolução Industrial e marca uma segunda fase da história nacional, com independência política, contudo com a dependência econômica. Internamente, apesar de manter-se agrário-exportadora, agora o principal produto da pauta é o café, não mais da cana-de-açúcar; como conseqüente, muda a elite econômica-política e esta “nova” oligarquia agrário-comercial brasileira assume o poder político que antes partilhava com as autoridades metropolitanas. Externamente, a Revolução Industrial marca uma mudança radical na economia mundial, com expansão do comércio internacional; divisão entre os produtores primários e manufatureiros, com acentuada divisão internacional do trabalho e; investimento dos países centrais nos periféricos para organizar a produção, o transporte e a comercialização dos produtos primários (PEREIRA 1974).

Apesar da oligarquia comercial-exportadora adotar uma perspectiva capitalista, o capitalismo brasileiro, internamente, enquanto durou o período primário-exportador, permaneceu mercantilista, sendo o lucro obtido muito mais pela diferença de preços e menos pela eficiência produtiva. Também, a transição do Império para a República ocorre em meio a uma crise econômica e política. Porém, após o fim do Império a indústria ganha vigor: “Quando da Proclamação da República em 1889, havia pouco mais de 600 estabelecimentos industriais no Brasil; pelo censo industrial de 1920, eles atingiram o número de 14.000” (MOTTA, p. 40, 1979).

Sobre as características produtivas, a atividade manufatureira existente anteriormente a Primeira Guerra, era composta de capital nacional e centralizada nos alimentos, bebidas e têxteis, e somente a partir de 1914 surgem algumas empresas estrangeiras no país. O modelo agrário-exportador entra em crise nos anos 1930 e há depreciação do preço do café, decorrente dessa crise internacional do capitalismo e da superprodução do bem. As dificuldades de exportação e importação surgidas com a Primeira Grande Guerra e com a Grande Depressão provocam a urgência da substituição às importações e, só então, os empresários industriais brasileiros ganham destaque na estrutura social nacional.

Neste processo, o Estado assume papel secundário. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, quebra a hegemonia política da oligarquia agrária, que se opusera a industrialização. Porém, apesar de estar a favor da industrialização, o novo governo não dispunha de meios efetivos para a promoção do desenvolvimento industrial nacional, cabendo

aos próprios empresários a revolução industrial (PEREIRA, 1974). Fonseca (1989) não concorda com essa conclusão de Pereira, indicando, através da análise de seus discursos, como a política de Vargas era industrializante<sup>13</sup>. Como veremos, pelo menos no Rio Grande do Sul, o Estado apresenta papel decisivo na gênese da indústria gaúcha, principalmente no que se relaciona a dominação do capital sobre o trabalho, antes de 1930.

Assim, segundo Pereira (1974), é a partir da Revolução de 1930 que as empresas nacionais se multiplicam, se expandem, e os empresários conquistam poder econômico e político, estabelecendo em São Paulo o principal parque industrial do país, aproveitando o incipiente mercado interno e a infra-estrutura econômica e financeira herdada pelo café. Todavia, o capital empregado na indústria não provém diretamente da cafeicultura, sendo cerca de 80% fonte de recurso próprio ou da família, que não é ligada à produção do grão. Quanto à origem, entre os empresários paulistas, ao redor de 85% eram imigrantes ou descendentes de estrangeiros, e apenas 4% é originário de famílias ligadas à velha oligarquia agrário-exportadora. Portanto, apesar de fornecer meios importantes para a indústria, não é do café que surgem os empresários paulistas, em sua maioria. Além disso, ainda que estivesse presente na fase primário-exportadora, principalmente no setor de transportes, o capital estrangeiro no processo de industrialização do país aparece de forma secundária (PEREIRA, 1974). Portanto, conforme a teoria de Pereira, o capital industrial paulista não está vinculado à atividade tradicional agroexportadora; o mesmo é válido para a teoria desenvolvida por Pesavento para a indústria gaúcha, só que no contexto meridional a acumulação se dá na produção agrícola colonial, através da atividade comercial que se apropriará do excedente.

Tomando as principais teorias sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, essa acumulação do capital industrial desvinculada da economia cafeeira não é unânime, mas lembra-se que, conforme já colocado, não basta capital para haver empresário, é necessário um modo especial de ver o mundo. Credita-se ao empresário nacional as mudanças ideológicas indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do país. Dentre os grandes pioneiros empreendedores paulistas, Motta (1979) destaca alguns nomes que demonstram a diversidade das origens, ainda que os imigrantes italianos formassem o maior percentual entre os empresários paulistas.

Francisco Matarazzo, italiano meridional, pouco capitalizado que, a partir de uma fábrica de banha constrói um império industrial é contemporâneo do português Pereira Inácio, que chega ao Brasil sem capital e supera Matarazzo no poderio industrial. No mesmo

---

<sup>13</sup> Aqui, a análise centra-se na República Velha, não cabendo no limite desse trabalho a análise dessa controvérsia.



contexto, despontam o marinheiro sueco Hermann Lundgren, que se transformou em um importante empresário da indústria têxtil; Maurício Klabin, lituano, que funda a maior companhia de papel do país; Eduardo Guinle, filho de franceses, que fez fortuna nas Docas de Santos. Motta (1979) ressalta, ainda, que dois importantes empresários são nordestinos: Othon Bezerra de Mello, que é de família proprietária de terra, e Severino Pereira da Silva, que começou sem capital. Porém, estes são, apesar da relevância, exceções nacionais.

O auxílio do governo aos empresários, de fato, aparece de forma mais clara por ocasião da Revolução de 1930, movimento constituído majoritariamente por grupos econômicos e sociais que se opunham ao domínio da velha aristocracia rural nacional. Todavia, tem-se que o processo de industrialização que ocorreu no Rio Grande do Sul não é semelhante aquele que se deu em São Paulo, ainda que este último explique alguns fatos que por aqui se deram. O papel do Estado e de suas ideologias, como verificou Pesavento (1988), são primordiais para que se compreenda como aflora a indústria no Rio Grande do Sul. Além disso, a Revolução e a mudança na “neutralidade” do Estado perante os conflitos entre capital e trabalho conduzem ao entendimento do processo da constituição da classe empresarial, mediante a criação de um órgão representativo de seus interesses.

Porém, algumas relações em comum podem ser verificadas nos dois processos, paulista e gaúcho, entre eles a protagonização dos imigrantes, ainda que por aqui não tenha havido uma diversidade étnica entre os pioneiros, tal qual no estado da região sudeste, e capitalização prévia; destarte, assim como no Rio Grande do Sul, o empresário “nacional” não surge hegemonicamente da economia tradicional consolidada. Para entender porque não é dessa elite econômico-social que o agente inovador desponta, é necessário conhecer como essa burguesia pensava o processo produtivo e acumulativo e principalmente como esta via o Estado. Ainda, é pertinente ressaltar que esse empresário surge em um contexto onde o poder político-ideológico dominante é aquele proposto pela burguesia prioritariamente agrária e o pensamento dessa não só ajuda a entender os porquês da sua não transferência de atividade, mas como os imigrantes burgueses conseguiram implantar a indústria no país. Para tanto, recorre-se as interpretações sociológicas da burguesia nacional de Florestan Fernandes e do *ethos* formador da sociedade brasileira de Sérgio Buarque de Holanda.

### 4.3 A IDEOLOGIA DA BURGUESIA BRASILEIRA: A VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Em sua obra *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes atribui à urbanização da “aristocracia agrária” e principalmente ao advento de “novas” profissões, decorrentes da modernização nos serviços, a disseminação de novas ideologias e idéias na sociedade brasileira. O isolamento na unidade produtiva, a condição de submissão à ordem econômica e política externa e a conseqüente falta de incentivo à modernização da produção conforme os preceitos empresariais, faziam com que o senhor de engenho tivesse uma concepção de mundo, de economia e de vida que respondia, exclusivamente aos **determinantes tradicionalistas da dominação patrimonial**. Segundo sua interpretação, ao surgimento da burguesia brasileira, anteriormente à desagregação da ordem escravista e a extinção do regime imperial, essa não passava de uma congêrie social, que se via através de distinções e avaliações estamentais: “Um comerciante rico mas de origem plebéia não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de “família tradicional”” (FERNANDES, 2006, p. 35). Com a urbanização ocorre, segundo Fernandes, o solapamento do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista que culminou com a desagregação do sistema colonial:

Essa parcela de senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da **personalidade**, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado (FERNANDES, 2006, p.46).

Aliada a essa “evolução” de personalidade da aristocracia rural, o surgimento de pessoas assalariadas ou em busca de alguma oportunidade para enriquecer, que possuíam, segundo o autor, uma tendência nítida de defesa do desnivelamento dos prestígios aristocratas, a urbanização assume um caráter de disseminação de privilégios e do aparecimento de formas de “dualidade ética”, onde o *nosso grupo* se reduzia à família dos interessados e o *grupo dos outros* à sociedade. Assim, o que importava não era a ascendência da família tradicional, mas, sim, a fortuna que cada qual possuía. A conquista material poderia transformar qualquer pessoa, independentemente de sua herança sanguínea, em comendador, barão, ou seja, em uma pessoa de “bem”. Essa é uma mudança de mentalidade importante para o surgimento de outra classe dominante, tendo o poder econômico como o meio para a ascensão social.

Na análise de Fernandes, em nenhum momento da constituição da burguesia brasileira o direito do cidadão foi almejado pela classe em formação. Os objetivos da elite nacional eram a internalização dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros, sem que para isso fosse usada a *massa* em busca de uma mudança na ordem social imperante. A maioria da população era mantida alienada ao processo de Independência. Assim, a constituição do Estado Nacional não somente manteve a ordem social do sistema colonial, como a reforçou. Disso, o autor ressalta o elemento conservador da Independência do Brasil: “O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2006, p. 51). A conservação da ordem social é explicada pelo autor através da revisão da incorporação do liberalismo pelas elites nacionais.

O liberalismo se difundiu de forma polarizada entre a elite brasileira: a primeira diz respeito à ideologia, a segunda à utopia. De um lado, ele estava associado ao processo de consciência social acerca da emancipação colonial, o que motivou a busca por liberdade, igualdade, fraternidade e soberania. O desejo de liberdade e igualdade que unia a elite respondia a reivindicações sobre a condição de subordinação econômica, social e política em relação a Coroa. Essa situação neutralizava a expansão do poder da elite, considerando-se seu *status* na ordem social nacional. A equidade era vista como emancipação dos estamentos senhoriais coloniais; era a busca pela liberdade do poder de igualdade e a fraternidade de interesses que unia essa aristocracia. Do outro lado, estava o caráter instrumental do liberalismo, na formação do Estado Nacional, onde se propunha criar uma nação em um país que não possuía nenhuma unidade nacional:

Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como “meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam” (FERNANDES, 2006, p. 53).

O Estado era tido como a única entidade que podia ser manipulável conforme os interesses da elite nacional. Assim, no Brasil, o liberalismo não foi um dinamizador cultural revolucionário da população como um todo; o patrimonialismo e o mandonismo persistiram de forma conservadora, deixando a população à margem dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mantendo a ordem social colonial: “Ele não afetou os aspectos da vida social, econômica e política que continuavam a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista” (FERNANDES, 2006, p. 55). Portanto,

persistiram os antigos modelos patrimonialistas sob a influência do liberalismo na organização do poder nacional, como as relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes famílias; no entanto, o Estado foi colocado em um plano independente e superior, coexistindo formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, considerando a interpretação de Fernandes, os preceitos tradicionais prevaleciam sobre os legais. Então, o liberalismo foi importante no processo de emancipação nacional, entretanto não atingiu a massa da população, fato que marcaria as raízes da desigualdade na sociedade brasileira.

A partir daí, Fernandes (2006) explica como as formas de poder político, criadas através da implantação do Estado nacional, foram assimiladas pelo estamento senhorial e convertidas em dominação estamental, dentro da doutrina liberal adaptada. Com o término da tutela colonial, a constituição da integração nacional “molda” o liberalismo entre a elite local, porém não era interessante para essa elite que os ideais liberais atingissem a população e ameaçassem seu poder e *status* social. Fernandes, assim como Holanda, delega à herança portuguesa e ao legado colonial escravista o caráter conservador e adaptativo da elite brasileira. Interesses particulares se transformavam em interesses da nação; o individual era tido como coletivo. Como já foi mencionado, o Estado nacional era a entidade que “garantia” a integração interna e este era, gradualmente, subordinado ao poder tradicional, estabelecendo conexões da ordem legal constituída com o princípio da representação política no nível dos estamentos dominantes. O Estado nacional deveria, ao mesmo tempo, romper com a tutela colonial e conservar os privilégios sociais dessa elite. Assim, para o “bem” da nação, a elite deveria ter autonomia política e econômica e seus interesses deveriam ser tidos como interesses nacionais. Pesavento (1988) também mostra como esse discurso é apropriado pela elite tradicional e industrial no Rio Grande, em relação ao poder central.

Devido a essa “transformação”, o elemento senhorial volta ao centro do palco, agora transfigurado em “cidadão”, para poder exercer seu poder de dominação dentro da democracia. Antes, isolado em sua unidade produtiva, seu mandonismo era local; já, adentrando o Estado, sua capacidade de compreender os privilégios sociais aumentou: o senhor rural transformara-se em um senhor social, comandando e oprimindo a maioria e fazendo do **Estado um instrumento** para tal e **para conservar seu status social**:

Assim, a ideologia liberal, inócua e excluída no nível da dominação patrimonialista (pela persistência concomitante da escravidão, do mandonismo, do privatismo e do localismo), encontra na sociedade civil, nascida na Independência, uma esfera na qual se afirma e dentro da qual preenche sua função típica de transcender e negar a ordem existente” (FERNANDES, 2006, p.58).

Com a possibilidade de contratar assessores, nomear funcionários estatais e políticos, o público e o privado se misturaram e o poder dessa elite nativa ficou mais concentrado e impermeável: “a chamada “massa dos cidadãos ativos” servia de pedestal e de instrumento aos “cidadãos prestantes”, a verdadeira *nata* e os autênticos *donos do poder* naquela sociedade civil” (FERNANDES, p.60, 2006). Assim se deu a legitimação do poder após o término da tutela colonial. Para Fernandes, a transformação do senhor em senhor-cidadão possui significado estrutural-funcional, onde as probabilidades de mando deste, pela primeira vez, ultrapassam os limites do domínio senhorial e atingem o poder político estabelecido.

Conforme o autor, o liberalismo teve um caráter dúplice que, se por um lado incentivou a Independência, por outro não garantiu a supremacia de um povo. Apenas uma parcela da população, que pretendia conservar seu prestígio e privilégios sociais e apossar-se do destino da coletividade, incorporou os ideais franceses. Portanto, quando a dominação senhorial alcança o poder político e a sociedade nacional passa a ser seu meio de dominação, sua “consciência” para a necessidade associativa entre seus iguais é despertada, caracterizando a dominação estamental. A partir disso, o liberalismo também se converte em privilégio social: “Ele fazia parte de concepções e ideais que se aplicavam a “relações entre iguais” e, por isso, ficava confinado à convivência e ao destino dos membros dos estamentos dominantes” (FERNANDES, 2006, p. 61).

A solidariedade política para a conservação da dominação estamental é essencial, mesmo que as idéias e os preceitos sejam contraditórios, a união e a lealdade se mantêm. Mas, apesar de seu “efeito colateral”, Fernandes ressalta a importância que o liberalismo teve no processo de Independência nacional, principalmente por sua orientação prática, sua ação política e seu comportamento social, que influenciaram a elite local. Assim, a constituição do Estado nacional é marcada pelo novo e pelo velho; era a nossa mudança conservadora. Processo que também se verificará no desenvolvimento econômico do Rio Grande e para melhor entender esse pensamento progresso-conservador, recorre-se a interpretação da sociedade brasileira, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda.

### 4.3.1 O individualismo e a solidariedade nas Raízes do Brasil: a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda

Escrita na década de 1930, *Raízes do Brasil*, obra de Sérgio Buarque de Holanda busca identificar, seguindo uma preocupação de sua contemporaneidade, a constituição e a formação do *ethos* brasileiro. Conforme sua interpretação, o brasileiro tem uma cultura enraizada na tradição ibérica, excessivamente personalista, avessa à formalização, à abstração e à equidade. Essa herança gerou uma sociedade hierarquizada; não se trata de uma característica biológica, mas sim cultural, uma adaptação a novas formas de existência exigida dos ibéricos ao longo de sua história. Para o autor, é na formação de nossa sociedade que estão as raízes das desigualdades e das injustiças sociais e, de certa maneira, da apatia coletiva.

Segundo Holanda (2006), a falta de coesão na vida social brasileira não é um fenômeno moderno, apresentando-se desde a colonização. Nos países em que o feudalismo foi amplamente desenvolvido, os privilégios hereditários foram abolidos para que o princípio das competições individuais fosse difundido. Já nos países ibéricos, Portugal e Espanha, o feudalismo não se deu de forma plena, fazendo com que os princípios anárquicos fossem incipientes. Esses países desenvolviam-se à margem das outras nações européias, seguindo os ideais que traziam em seu germe. Para o autor, a característica que mais distingue Portugal de seus vizinhos é a cultura da personalidade, onde o valor de um homem aumenta à medida que este seja mais independente, que não necessite dos demais, que se baste. Holanda (2006) resume essa característica em uma palavra em espanhol, *sobranceria*, que indica superação. Esse culto à personalidade, ao valor individual, impede, conforme sua interpretação, a formação do espírito de solidariedade:

é dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e tímida (HOLANDA, 2006, p.32).

Essa força exterior capaz de promover certa unidade, aqui, atende por governo. Assim, em Portugal, os mercadores e toda uma parcela de profissionais urbanos em ascensão, não encontraram as barreiras impostas pela sociedade feudal, sendo desnecessário para estes adotarem um modo novo de agir e pensar, uma mudança de valores, sobre os quais firmassem seu predomínio. Dos portugueses, adaptáveis facilmente à cultura de outros povos, e da classe burguesa primária, herdamos a persistência de hábitos tradicionais, como a associação às antigas classes dirigentes e a assimilação de seus princípios.

Para o autor, no Brasil, toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. O prestígio social estava vinculado, desde o princípio, mais à personalidade, independente do nome herdado. A escala social era permeável; tanto havia os que se tornassem nobres em decorrência de uma fortuna conquistada, quanto aqueles que voltavam à massa popular por infortúnios econômicos:

A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender de suas próprias forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada. A abundância dos bens da fortuna, os altos feitos e as virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a prosápia de sangue” (HOLANDA, 2006, p.39).

Essa primazia pelo individual gerou o entrave para a organização espontânea, característica dos povos protestantes. As nações ibéricas tinham como doutrina o livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal. Outro fator que contribuiu para a não formação do espírito de solidariedade foi a aversão ao trabalho mecânico por parte dos povos ibéricos, por nós herdada: “Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranqüilidade entre cidadãos, porque são necessárias, uma e outra, à harmonia dos interesses” (HOLANDA, 2006, p. 39). Essa solidariedade só é possível quando há vinculação de interesses entre os indivíduos na sociedade, onde o esforço solitário de um é importante para o outro, onde há o esforço em prol da coletividade. Os portugueses, segundo Holanda, quando conseguiam ser solidários o eram por sentimentos e não por interesse, limitando-se a suas famílias e amigos. Nos domínios coloniais do engenho a família é a base e o centro de toda a organização social, sendo este círculo familiar estendido até os escravos e agregados:

esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade [do velho direito romano-canônico], em que a própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (HOLANDA, 2006, p. 81).

Portanto, as uniões que herdamos são constituídas pela família de estilo patriarcal, onde o que une os membros são os vínculos biológicos e afetivos, formando um núcleo forte, ligado por sentimentos e deveres, não por interesses e idéias. E, de toda a sociedade colonial, o grupo que se mostrou mais impermeável, sem possibilidade de opressão, foi o grupo familiar. O grupo familiar colonial constituía o único setor onde o princípio de autoridade não era disputado, onde o poder parecia ser “dado” de forma natural e a respeitabilidade e a obediência eram os fatores que proporcionavam coesão entre os homens. Desta ligação por sentimentos e não por princípios e idéias surge, segundo Holanda, a confusão entre público e privado que marca nossa sociedade, acentuando a concentração de poder.

Além da personalidade e da aversão ao trabalho individual, a vontade de mandar e a disposição a obediência são peculiaridades dos povos ibéricos. A busca pelo menor esforço, pela dominação, não encontra, aqui, resistência. A aversão ao trabalho e a permeabilidade social geram o que manda e o que obedece. Os portugueses buscavam nessas terras riqueza conquistada com ousadia, àqueles a quem dominavam obedeciam na esperança de um dia também estarem no comando. Essa característica fez perpetuar a escravidão e o latifúndio na estrutura da economia e sociedade brasileira. Além da herança ibérica, o legado colonial rural, marcado pela escravidão e o latifúndio, caracterizaram as raízes da nossa sociedade, que se conservaram com a urbanização.

Para Holanda, o fato de toda a estrutura de nossa base social ser no meio rural é importante para se entender os princípios políticos à época e que trazem reflexos atualmente. Os senhores de engenhos formavam um grupo nobre, forte, capaz de ser o responsável pela economia e gerenciar a sociedade (sendo a lei e a “ordem”): “Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto possível, bastava em si mesmo” (HOLANDA, 2006, p. 80). A transição de uma sociedade arcaica, para a sociedade democrática burguesa se deu de forma gradual, iniciando em 1850 com o fim do comércio de pessoas negras e findando somente em 1888, com a abolição. Para o autor, “enquanto perdurassem intactos [...] os padrões na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas” (HOLANDA, 2006, p. 78). As novas riquezas ameaçavam a hegemonia dos latifundiários, que acabaram por se unir a essa “classe” incipiente, conservando a sua mentalidade de concepção social do meio rural em que viviam. Desse modo, espalhou-se a mentalidade da casa-grande, peculiar ao patriarcado rural, também no meio urbano, conquistando todas as profissões, até as mais humildes.

Assim, a família patriarcal é, para Sérgio Buarque, a base onde se construiu a política nacional, de governantes e de governados. O bom governo passa a ser aquele que trata seus governados paternalmente, em prol do bem de todos; e os governados devem, justamente, obediência voluntária e cordial em gratidão aos esforços dos governadores. O homem cordial domina a sociedade conforme suas regras pessoais, conservando aspectos tradicionais, como o mandonismo, fazendo do Estado nacional um estado patrimonialista. A **cordialidade**, tão admirada por nossos visitantes estrangeiros não é alegria e hospitalidade; é um antagonismo à civilidade e à polidez, caracterizando uma necessidade de convívio social. Segundo Holanda, é a libertação da ameaça de não poder contar com ninguém, de ser o único responsável por



sua vida: “Ela é antes um viver nos outros” (HOLANDA, 2006, p. 147, grifo meu). Sendo cordial, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social, e vê o coletivo como mola para o interesse pessoal, reafirmando, com frequência, um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico: “Cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (HOLANDA, 2006, p. 155). Aqui fica claro o porquê da persistência da obediência, da apatia destes e pode-se entender o conservadorismo em nossas mudanças.

Portanto, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda fornecem ferramentas de análise para a compreensão de algumas características que podem explicar os motivos para a gênese industrial não ter se dado em meio às atividades econômicas tradicionais, bem como para a apropriação do Estado, que permeia as novas elites, sem, no entanto, expurgar as antigas. Ainda, suas abordagens se prestam ao estudo da incorporação ideológica seletiva, raiz de nossas mudanças e manutenções institucionais, e a apropriação do Estado. Tendo visto brevemente as teorias sobre o nascimento da indústria em São Paulo, a origem do empresário neste estado, e agregando as abordagens sócio-antropológicas das raízes da sociedade e da burguesia nacionais, a seguir são apresentadas algumas interpretações sobre a formação econômica gaúcha.

## 5 ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL

Com a ocupação voltada à garantia de dominação territorial, o Rio Grande do Sul foi declarado Capitania Geral em 1807 e tornou-se Província do Reino do Brasil em 1821. Em seus primórdios, o estado de economia pecuária aparece como área de grande interesse de defesa territorial, não por acaso as três visitas do Imperador ao Rio Grande do Sul se dão em meio a conflitos: em 1826, quando Dom Pedro I veio ao estado em uma fase difícil da segunda guerra da Cisplatina; em 1846, quando Dom Pedro II o visitou logo após a guerra Farroupilha e; em 1865, em ocasião da guerra contra o Paraguai. Tais fatos demonstram que a importância econômica, pelo governo central, estava em segundo plano.

Durante o período do Império e da República Velha, o estado tinha produção prioritariamente primária, sendo o charque o principal produto da pauta de exportação, tanto em volume, quanto em rendimento. Nestes períodos, em termos econômicos e políticos, a elite gaúcha surge da economia tradicional. Segundo Fonseca (1983), a economia gaúcha seria a principal economia subsidiária do país, tanto em termos de rendimento como em diversidade dos produtos, servindo à economia agroexportadora nacional, principalmente à produção cafeeira; já Herrlein Jr. (2000) destaca a dinamização interna da economia gaúcha. Sua oferta conta, além do charque, com uma grande variedade de produtos primários e beneficiados, como a banha e as farinhas, de origem colonial, supre as necessidades de consumo do mercado interno do estado. Para compreender como surge a indústria e os empresários, parte-se da formação sócio-econômica e política do estado.

A formação socioeconômica do Rio Grande do Sul foi marcada por dois tipos de sociedades que apresentaram potenciais diferenciados de transformação capitalista, separados, inclusive, geograficamente: a sociedade de pecuária, localizada na região de Campanha, e; a sociedade de colônia, que ocupava a Serra do estado<sup>14</sup>. Segundo Almeida (1992), essas sociedades foram geradas por dois movimentos migratórios, o primeiro interno e o outro externo, com diferentes tipos de apropriação da terra, que conferiram características sociais e econômicas distintas. Essa diferença é denominada pelo autor como a dicotomia pastoreiro-lavoura.

---

<sup>14</sup> Fonseca (1983) destaca a região do Planalto, afirmando que esta era uma mescla das duas economias, pois havia gado e agricultura. Justifica-se a ausência da referência a essa região em particular por dela não surgir a economia tradicional e nem a indústria.

A sociedade de pecuária ou pastoreiro, que tinha como centros comerciais as cidades de Pelotas e Rio Grande, era caracterizada por grandes propriedades e apresentava uma população mais rarefeita. Nessa região desenvolvia-se tanto a produção de couro, como a de carne. O caráter extensivo da atividade, que deriva da formação histórica da mesma, com a monopolização da terra e o modesto povoamento, incentivou a atividade criatória e a inserção da mão-de-obra escrava. Pela importância econômica que esta representou para o estado e o país, tanto por seus rendimentos próprios quanto ao suporte dado a atividade agroexportadora, fornecendo alimento para a mão-de-obra escrava, alguns autores tratam a atividade das charqueadas por indústria. Aqui, entretanto, esta denominação só será utilizada quando se tratar de um contexto de *capitalismo moderno*, tal qual conceituado por Weber (2004). Deste modo, conforme a análise de Pesavento sobre a economia gaúcha, a atividade vinculada ao gado, apresenta trabalho escravo, não caracterizando essa atividade dentro da concepção de indústria capitalista moderna no estudo de sua estrutura<sup>15</sup>.

Além de não serem indústria, as atividades vinculadas ao gado não foram as responsáveis diretas pela acumulação de capital necessária à gênese industrial. Apesar da importância econômica já ressaltada, tanto a pecuária extensiva quanto a charqueada escravista, apresentavam baixos níveis de produtividade e de rentabilidade, diante do seu potencial o que, somado ao caráter rentista dos proprietários, contribuiu para a não acumulação monetária necessária ao desenvolvimento industrial<sup>16</sup>. Como fatores contrários a acumulação, agrega-se o fato destes produtores enfrentarem problemas pela vivência na região do Prata, onde ocorreram conflitos civis e internacionais durante a primeira metade do século XIX, afora a competição com a produção do local, tributada de forma assaz desigual. Afora isso, alega-se uma influência cultural, que dificultava as atividades laborais rotineiras. Porém, é fato que, até meados de 1940, as atividades vinculadas ao gado continuavam tendo o maior peso em termos de volume e rendimentos na pauta de exportação do estado.

Durante a República Velha, a exportação de charque começa a perder espaço relativo na pauta do estado, ficando esta mais diversificada. Isso se deve, principalmente, ao papel que a economia tradicional gaúcha desempenhou de subsidiária da economia agroexportadora. Deste modo, com a crise da economia cafeeira, a principal dinamizadora da produção e dos rendimentos do charque, além da perda de mercado, a manutenção do preço do produto visava

---

<sup>15</sup> Este modo de ver o sistema produtivo é marxista; outras análises a questionam, por defenderem que a forma como se organiza formalmente a mão-de-obra não diz, a princípio, nada sobre a reprodução do capital. Nos limites desse trabalho, essa discussão não é explanada.

<sup>16</sup> A ineficiência da atividade das charqueadas e a não acumulação do capital industrial por essa economia é um ponto divergente entre os pesquisadores da economia gaúcha, para maiores detalhes ver Campos (2008).

reduzir os custos com a mão-de-obra escrava usada nos cafezais e, uma vez que a elite cafeeira detinha poder político junto à esfera central e esta não tinha interesse de diminuir os ganhos da elite econômica nacional, ficavam os fornecedores de charque prejudicados ao barganharem aumento de preço para o produto.

Visto que a atividade econômica tradicional não viabilizava empreendimentos em setores complementares a ela, infere-se que a origem das condições materiais necessárias para o desenvolvimento industrial gaúcho não está na atividade pecuária-charqueada, mas nas inversões do capital comercial oriundas da sociedade colonial, que surge a partir da chegada dos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul. Seguindo a análise da formação sócio-econômica do estado, tem-se que a introdução desse agente exógeno, o imigrante alemão, muda a estrutura da sociedade gaúcha. A agropecuária colonial possui uma melhor distribuição de terras e o sistema de ensino básico é mais disseminado, o que lhe garante mais equidade social. Ademais, por possuir mão-de-obra livre<sup>17</sup> e uma riqueza não concentrada, apresenta um mercado interno capaz de absorver e estimular a produção local. A atividade, em sua maioria, conta com mão-de-obra familiar e costuma ser diversificada. Comunga-se da tese segundo a qual é a partir desse agente que se dá a formação do excedente produtivo e a acumulação do capital industrial. Isso ocorre através da produção do excedente da atividade agrícola na colônia que será apropriado pelo comerciante, também alemão, tornando-se capital comercial que, mais tarde, permitirá a constituição de fábricas no estado<sup>18</sup>.

A imigração alemã para o Rio Grande do Sul está vinculada a mudanças estruturais tanto da Alemanha quanto do Império Brasileiro. O processo político de formação do Estado Nacional Alemão, concluído em 1870, ocasionou uma intensa mudança econômica e social. Até o início do século XIX, a região era majoritariamente rural, porém a Revolução Agrícola e demográfica que ocorreu naquele século criou condições para a industrialização e a urbanização. A eliminação das terras comunais, o aumento da mecanização e a desarticulação do trabalho artesanal aumentaram o número de pessoas sem terra e sem trabalho. A emigração surge, então, como uma alternativa para a redução da tensão social na região da Germânia e, apesar da maior parte dos emigrantes se direcionarem para os Estados Unidos da América, alguns vieram a se estabelecer no sul do Brasil.

Quanto aos incentivos dados pelo governo brasileiro, há conhecimento sobre o interesse que a Coroa tinha nos imigrantes como potencial para a redução de alguns de seus

---

<sup>17</sup> São encontrados poucos escravos na serra.

<sup>18</sup> Na formação da indústria do Rio Grande tem-se que a figura do capitalista e empresário se integram, sendo os empresários aqui estudados também capitalistas. No entanto, nem todos os capitalistas são empresários no sentido schumpeteriano.

problemas. Primeiro, havia a necessidade de abastecimento de recursos materiais, principalmente alimentos, que eram produzidos pelos alemães de forma diversificada. Segundo, por ser uma área fronteira e não densamente povoada, os imigrantes eram vistos como um possível exército de defesa na região do Prata. E, a vinda dos germânicos tinha um interesse político: para o Império a criação de uma nova “classe” de pequenos proprietários rurais poderia fazer frente ao poder dos latifundiários pecuaristas e aos charqueadores. Deste modo, como melhor explorado a seguir, a imigração alemã marcou fortemente a constituição econômica e social do Rio Grande do Sul, estando na raiz da formação industrial gaúcha.

Após analisar a estrutura das duas economias existentes no estado, parte-se para a introdução do contexto socioeconômico e político da transição capitalista. A crise da economia tradicional e a ascensão da economia da Serra, bem como o processo de inserção política desta última são fundamentais para o entendimento da formação e consolidação do empresário. A análise da economia do gado e da imigração alemã tem por objetivo ajudar a compreender porque o empresário não surge da economia já estabelecida e que conserva maior poder econômico e político até o final do período analisado. Porém, para o entendimento desta gênese é necessário também analisar o contexto de transição institucional presente na província. Para tanto, são destacadas as situações socioeconômicas, que mostram essa alteração na relação de participação da produção do estado entre a economia tradicional e a economia diversificada, bem como as mudanças políticas que geram a quebra da hegemonia da elite da economia do gado. Por fim, são apresentadas as teorias que procuram analisar a formação e o desenvolvimento industrial do Rio Grande, e o seu desempenho ao longo da República Velha.

Assim, parte-se do estudo e da análise da economia e da sociedade tradicional do estado, tendo como princípio a constituição e a formação desse espaço meridional brasileiro. O estado era, então, ocupado e explorado por homens de origem luso-castelhana; sua escassa população possuía forte vocação militar, fato que marcará as relações sociais e econômicas internas.

## 5.1 A PECUÁRIA E A CHARQUEADA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

*A importância da pecuária explica porque a estância foi, do ponto de vista social como do ponto de vista econômico, a célula fundamental do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969, p. 33-34).*

A fronteira fez o estado ao extremo sul do Brasil desenvolver uma forte identidade militar, característica que marcará toda a sua formação. A demarcação territorial da divisa com o Uruguai ocorre somente em 1851 e a última questão sobre a demarcação meridional do Brasil, que envolvia a Argentina e o Rio Grande, se dá somente em 1895, quando este país reconhece a soberania do Brasil nas Missões e no território de Palmas. Portanto, quando os imigrantes alemães chegam ao estado, em 1824, este ainda se encontra em disputas territoriais. Viviam o gaúcho, então, pouco integrado ao restante do país, tendo por missão primeira a defesa territorial.

Não era raro o contato com os platinos, porém, ao contrário do imaginário de alguns pensadores e viajantes, o gaúcho não era um sujeito com características semelhantes a estes, uma vez que a convivência com a fronteira e a Região do Prata não “contaminou” os gaúchos a ponto de se associarem com as idéias do caudilhismo. Destes herdaram apenas uma identidade de gênero de vida, de costumes, mas com diferenças de mentalidade. “Os rio-grandenses conservaram o espírito nacional com a seiva do tronco português” (ROCHE, 1969, p. 21). A isso, é possível que as abordagens sociológicas de Fernandes (2006) e Holanda (2006) sobre o legado cultural ibérico possam ajudar a elucidar alguns aspectos constituintes do seu comportamento. Até mesmo com os imigrantes que irão, por vezes, dividir trincheiras, os gaúchos não mantiveram o contato necessário à incorporação de valores. Roche (1969) atribui esse distanciamento a uma falta de integração, de identificação e ao isolamento que os mesmos se encontravam. “Ora, os colonos não estavam instalados nas mesmas regiões, não levavam o mesmo gênero de vida e não falavam a mesma língua. Constituíam, portanto, outro grupo cuja integração se tornava difícil pelo processo de povoamento e pela estrutura social do Primeiro Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p. 19).

O Primeiro Rio Grande a que se refere o autor é aquele do território e da população que nele se encontrava anteriormente a chegada dos imigrantes alemães. Este era predominantemente branco, lusitano, livre e, como já posto, com forte identidade militar. Neste contexto, tanto índios como negros, ao contrário do que ocorreu em outras partes do

país, participavam em menor número nas principais atividades produtivas: a pecuária e a charqueada. “Os viajantes que vinham do norte ou do centro do Brasil admiravam-se da estatura e da figura dos rio-grandenses: os homens eram mais brancos, mais altos, mais robustos, mais viris que nas outras capitânicas; também mais enérgicos e mais ativos” (ROCHE, 1969, p. 26). O gaúcho rio-grandense lidava sobre um cavalo, normalmente munido de facão que usava para as lidas e para as brigas e cultivava o gosto pela liberdade (LOVE, 1971).

É, portanto, a pecuária a primeira atividade econômica do Rio Grande e, atribui-se aos jesuítas a introdução do gado no estado, que foi criado ao lado das Reduções, locais onde se reuniram os índios e se praticava a agricultura. Denominavam-se esses estabelecimentos pastoris de vacarias ou estâncias. Quando os bandeirantes invadiram as Reduções, o gado abandonado se espalhou por boa parte do território sul-rio-grandense. Logo, os lagunenses, que vinham caçar esse gado selvagem no estado, começaram a criá-los nas estâncias. Sobre o significado da estância para o gaúcho, pode-se dizer que “esta palavra, que tem como raiz o verbo estar, revela por isso mesmo o papel da criação de gado na fixação dos primeiros rio-grandenses. Foi o melhor modo de exploração dos recursos naturais por ser o mais racional” (ROCHE, 1969, p. 28).

O adjetivo racional vincula-se fortemente a repartição de terras e ao povoamento que ocorreu na formação da região. A distribuição dos lotes no Rio Grande do Sul se deu como no restante do país, sob a forma de latifúndios. A unidade de medida agrária era a légua de sesmarias<sup>19</sup>, sendo as primeiras concessões formadas, em média, por 129 quilômetros quadrados. A posse da sesmaria concedia poder político, social e econômico (ROCHE, 1969).

A estrutura social era formada pelo estancieiro, o dono da sesmaria, e pelos peões, que se diferenciavam, mas tinham por característica comum a oferta de seu trabalho ao estancieiro e ausência da posse da terra. Havia, basicamente, o capataz e o peão, sendo que o primeiro gozava de vantagens como ratificações e alojamento não concedidas aos peões, além de residir na propriedade e receber salário fixo. O patrão, ou estancieiro, tinha o poder econômico e social sobre o grupo. Entretanto, a relação que existiu entre este e seus empregados, devido, principalmente à herança militar e o modo como se formou a sociedade de exploração extensiva, foi pessoal, cordial. Então, as grandes extensões territoriais provocavam isolamento dos grupos sociais, ao mesmo tempo que estreitavam os laços sociais na estância.

---

<sup>19</sup> Uma légua de sesmarias corresponde a 43 quilômetros quadrados.

Na estância, como no grupo de combatentes, os homens mais humildes não são rebaixados pelo seu serviço, mas elevados na escala social pelo seu papel de companheiros de armas ou de trabalho e pelo respeito de sua dignidade pessoal. Estancieiro e peões viviam juntos todos os dias e do mesmo modo, virilmente (ROCHE, 1969, p. 35).

A precariedade dos meios de transporte e a baixa densidade populacional impossibilitavam o desenvolvimento da agricultura comercial. Segundo Roche (1969), a densidade populacional era de 0,4 habitantes por quilometro quadrado, insuficiente para a agricultura, mas viabilizava a pecuária, já que bastava um capataz e dez homens para cuidar de 10.000 cabeças de gado ou para explorarem de 15 a 20.000 hectares, conforme a qualidade das pastagens. A agricultura iria aparecer no estado pelas mãos dos colonos açorianos, em pequenas áreas que lhes eram concedidas. Executavam uma produção de escala limitada, em razão do reduzido mercado interno local, mas com variedade de produtos. Porém, após atingir seu apogeu no final do século XVIII, o número de produtos diminuiu bastante, não sendo mais suficiente para atender a demanda interna. Quando da Independência, a agricultura gaúcha se encontrara em uma fase decadente. Segundo Roche (1969), apesar da existência de outros fatores que podem ajudar a explicar o declínio da agricultura, como o surgimento da ferrugem, o não-pagamento das requisições e a especulação dos comerciantes, o fator principal é a lucratividade oriunda da atividade extensiva. Assim, a exploração da agricultura no Rio Grande foi difícil, tanto por seu relevo e vegetação, como pelas grandes extensões e baixo povoamento. Logo, o desaparecimento da agricultura gaúcha ocorre às vésperas da imigração alemã e só voltará a surgir a partir da chegada dos novos moradores.

Ademais, durante o século XVIII é através da pecuária, do gado de pé e de corte, que a economia gaúcha se integra à economia nacional. Localmente, a pecuária fornecia alimento e materiais, como vestimentas e arreios de cavalo, necessários aos gaúchos. Além disso, ainda que não exigisse especialização e trabalhos regulares, a criação de gado era a atividade mais lucrativa, dadas as características da Campanha. No século XIX, com a técnica de salgamento da carne, o principal produto do estado passa a ser o charque. A produção de carne seca começa em 1780, sendo, até 1935, a principal fonte de renda do Rio Grande. Somente em 1940 a carne tratada em frigorífico ou nas fábricas de conserva superou o lucro oriundo do charque. Já o couro, em razão da perturbação política e das revoluções do Prata, sofreu uma valorização anterior (ROCHE, 1969). Afora o poder econômico, é da chamada economia tradicional, pecuária-charqueada, que floresce a elite política do estado.

A produção de charque intensificou a criação de gado, expandindo as estâncias ao sul do Rio Jacuí, aumentando o volume da produção de carne, além de agregar valor a esta. Ao



contrário da pecuária, empregava predominantemente mão-de-obra escrava, diferença que pode ser explicada pela especificidade das atividades: na pecuária, além da pouca utilização dos braços servís, o manejo era feito a cavalo, com isolamento e facilidades para a fuga; as charqueadas requeriam mais trabalho, sua rentabilidade era maior, o que possibilitava a aquisição de escravos, e a atividade não oferecia tantos recursos à liberdade dos cativos<sup>20</sup>. “Em 1803, havia somente cerca de 500 proprietários no Rio Grande, não obstante a maior parte da Campanha estar teoricamente ocupada” (LOVE, 1971, p. 11). Uma das teses para o início das charqueadas, como mencionam Bueno e Taitelbaum (2009), remonta a grande seca dos três setes, no ano de 1777, que dizimou os rebanhos do Ceará e do Piauí, desabastecendo o mercado do centro-norte. Então, o português José Pinto Martins, radicado no Ceará, migra para o sul e abre, em 1779, sua primeira charqueada. Os autores consideram a existência prévia da atividade, mas concedem ao português a façanha de inovar a atividade de modo decisivo no Rio Grande. Já, outros autores, entre eles Love (1971) e Pesavento (1980), não citam esse personagem na descrição do desenvolvimento da produção das charqueadas, considerando essa atividade fruto daquela desenvolvida na região do Prata, e datam sua aparição no ano de 1780. Seja como for, a carne salgada e seca ao sol, que podia, então, ser transportada sem perecer, mudará o contexto econômico e político do estado.

Nas estâncias, em razão da dificuldade das trocas, era necessário que se mantivesse um auto-sustento, produzindo-se os bens agrícolas necessários para o consumo da propriedade: milho para os cavalos; aipim e trigo para consumo humano. Esse fato foi um empecilho para o desenvolvimento da produção nas colônias, uma vez que, por muito tempo, a economia da Campanha não precisou de seus produtos. Quanto ao comércio, a escassez dos meios de transporte, a falta de crédito e a limitação nas trocas, o estagnaram. Mediante este contexto, a economia rio-grandense levou mais de um século para desenvolver seu comércio.

Com a ferrovia Barra do Quaraí-Itaqui, as relações da economia da Campanha com a Região do Prata se intensificaram e o contrabando aumentou bastante. O charque gaúcho era escoado pelo porto de Montevideú para abastecer o Rio de Janeiro. Esse problema perdura até o século XX e diminui a medida que a economia gaúcha consegue se integrar à nacional.

Apesar de sua importância econômica regional, o charque não possuía o mesmo interesse perante o governo central que o café, sendo o Rio Grande uma economia subsidiária daquela agroexportadora, servindo, principalmente, como fornecedora da subsistência dos escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar, além das atividades

---

<sup>20</sup> Campos (2008) discorda desse posicionamento alegando ser comum o uso de escravos na pecuária.

mineradoras. O principal objetivo do governo e da elite econômica e política nacional era a redução e/ou o controle do custo da mão-de-obra da agroexportação, o que vinha em oposição aos interesses da elite gaúcha. Segundo Fonseca (1983), o impasse entre os maiores ganhos exigidos pelos gaúchos e a redução no custo da força de trabalho é responsável pela divergência política entre o estado do sul e o governo central, desde o Império até a República Velha.

Deste modo, além do papel secundário nacional, o problema estava na concorrência com o produto platino, que contava com uma qualidade superior, fruto de uma série de inovações que demoraram a ser agregadas por aqui, e um sistema de escoamento mais eficiente, ademais, nos países do Prata, a elite econômica oriunda da atividade pecuária teve mais voz ativa junto aos seus governos centrais, que eram mais solícitos aos seus interesses (ROCHE, 1969). O couro acompanhava o mesmo processo, porém em uma situação pior, uma vez que o volume e os valores de exportação decaíram. A ineficiência da produção rio-grandense era latente: “o gado gaúcho rendia de 66 a 82,5 quilos de charque por cabeça, contra 132 a 165 quilos por boi do Prata” (BUENO e TAITELBAUM, 2009, p. 29). Apesar de elencarem outros fatores como a qualidade do gado, o preço do sal mais acessível e as melhores vias de escoamento para a produção, Bueno e Taitelbaum (2009) identificam a ineficiência produtiva das charqueadas com a utilização do trabalho escravo, ressaltando o alto custo desse, que tinha por característica procurar produzir o menos possível e descansar o máximo permitido. Discorda-se dessa idéia e assume-se que a ineficiência produtiva dessa força de trabalho em relação ao trabalho livre está principalmente na ausência da especialização e da divisão do trabalho e no seu custo de reprodução. Conforme explorado por Love (1971), se há um “peso” da mão-de-obra escrava está na manutenção nos meses de entressafra, o que não acontecia no Prata, que contava com braços livres, dispensados no período não produtivo.

Estes fatores, unidos a falta de infra-estrutura e a concorrência com o produto platino, além da condição de economia subsidiária, que supria a economia agroexportadora, dependendo do desempenho desta, podem explicar a estagnação e até a queda da exportação de charque a partir de 1850. Ainda, como ressalta Love (1971) a crise na atividade surge pela falta de inovação tecnológica, sem o aprimoramento das raças de gado e de melhorias na produção nos saladeiros.

É somente no final do Império que a economia tradicional incorpora algumas inovações que já haviam sido implantadas nos pampas argentinos. Foi introduzido o cercamento das terras com arame farpado por volta de 1870, além de novas raças de gado, e

do transporte por vapores, que reduzia o tempo com deslocamento e diminuía os custos do mesmo. Talvez o exemplo mais latente do atraso tecnológico seja o caso dos frigoríficos, que foram implantados na Argentina no final do século XIX e no Rio Grande do Sul somente depois da Primeira Guerra Mundial (LOVE, 1971).

Assim, o charque, mesmo mantendo-se como produto de destaque na pauta de produção, em termos de volume e rendimento, já começa a enfrentar uma estagnação na segunda metade do século XIX, crescendo as exportações a taxas pequenas. Além das oscilações da produção e as dificuldades enfrentadas na economia tradicional, durante a Monarquia a província enfrentou quatro grandes guerras, sendo a maior e que quase a separou do Império a Revolução Farroupilha (1835-45). Instaurada a vinte de setembro de 1835, a Revolução representou uma longa guerra civil, durante a qual o Rio Grande do Sul proclamou a República. O conflito estagnou o desenvolvimento econômico da província e revelou o significativo poder sócio-político dos chefes locais, capaz de fazer frente durante dez anos ao poder do governo central. Quanto aos imigrantes alemães, estes fizeram parte da guerra civil e, na sua maioria, ficaram ao lado do Império. Porém, apesar de envolver a perda de vidas, a guerra Farroupilha foi um importante marco para os imigrantes germânicos, à medida que o conflito foi um catalisador da produção agrícola e artesanal de São Leopoldo. Ademais, do ponto de vista de integração social, em 1846, o Império concede aos colonos a naturalização, pelos serviços prestados no conflito. Mas, se oficialmente os imigrantes estavam integrados, a guerra civil também intensificou as diferenças entre as sociedades da colônia e da estância.

Essa “união” dos imigrantes com os gaúchos em batalhas remonta aos primórdios de sua fixação no sul. Em 1825, formam, ao lado dos gaúchos, parte das tropas que enfrentaram a Argentina. A inserção nos combates pela defesa do território, como já apontado, não os aproximou da população luso-castelhana. Pelo contrário, por ocasião do início da imigração é proclamada a Independência do Brasil e ocorre a Primeira Guerra da Cisplatina<sup>21</sup>, que teve a vitória do Brasil sobre Buenos Aires e Montevideú. Estes fatos geraram um ambiente desfavorável ao imigrante por criar um forte sentimento de patriotismo e de acirrada vocação militar na população local. Outro conflito que também colocou lado a lado os habitantes do sul do país nas frentes de batalha foi a Guerra do Paraguai (1865-70). Os imigrantes alemães e os gaúchos integraram a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) contra o Paraguai. Porém, conforme Roche (1969), mais uma vez a proximidade na batalha não garantiu a integração entre os habitantes da Serra e da Campanha. O pouco que os germânicos haviam

---

<sup>21</sup> A Guerra da Cisplatina deriva de uma política expansionista aplicada por Dom João VI, que pretendia anexar ao Brasil o Uruguai.

avançado nesse convívio foi prejudicado pelos *Brummers*, que eram mercenários recrutados pelo governo brasileiro e que permaneceram no estado após o licenciamento da guerra, formando nas cidades ou nas colônias um núcleo de profissionais liberais. As lutas intensificaram o sentimento de diferença do luso-castelhano em comparação ao alemão, já que seu espírito militar reforçava a coesão e o sentimento de pertença a um grupo diferente de qualquer outro. Logo, o zelo pelo território e as disputas militares podem ter permitido aos alemães conhecerem os rio-grandenses, mas acentuou a distância entre eles. Tão pouco os embates aproximaram os gaúchos dos outros povos.

A integração econômica só ocorreria a partir da diversificação produtiva colonial. Segundo Fonseca (1983), do final da Primeira Guerra até o início da década de 1920 as exportações de charque caem, sendo a pauta de exportação cada vez mais ocupada por outros produtos, ao mesmo passo que esse aumento das vendas dos demais produtos faz com que o consumo local de charque se amplie.

É significativa a diferença de peso econômico entre o norte e o sul do Rio Grande ao considerarem-se as datas de 1890 e 1930. A imigração e o desenvolvimento da banha e da policultura emprestou à Serra e ao Planalto um rápido crescimento, descaracterizando, de certo modo, ser o Rio Grande um estado apenas pecuário – como fora no Império (FONSECA, 1983, p. 67).

Assim sendo, diante da crise da economia pecuária-chaqueadora, na metade do século XIX, o estado começa a desenvolver uma economia agrícola diversificada, fruto da economia colonial. O processo de imigração, que se inicia em 1824, é intensificado concomitantemente ao processo de estagnação da economia da Campanha. “Na Serra, o imigrante europeu passou a ter grande significado, desenvolvendo uma próspera policultura em pequenas propriedades” (FONSECA, p. 113, 1983). E será essa economia que produzirá o excedente que será revertido no capital industrial. O processo de imigração, a origem e acumulação do capital e a estrutura sócio-econômica da colônia serão analisados a seguir.

## 5.2 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: O CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DA COLÔNIA

A vinda dos imigrantes alemães, através de uma política intencional promovida pelo governo, bem como o seu estabelecimento no Brasil, só foi possível a partir da criação de algumas instituições previamente estabelecidas pelo Império. Segundo Lando e Barros

(1976), este processo está intimamente ligado a necessidade imposta a Portugal da extinção do trabalho escravo no Brasil, fato que mudaria a colonização de espontânea para intencional, e que só iria se “concluir” em 1822, com a resolução governamental que extinguiu o sistema de sesmarias, finalizando uma etapa da colonização portuguesa.

No início do século XIX, as terras agriculturáveis estavam distribuídas em grandes lotes, com sesmeiros ou posseiros. Porém, em 1808, quando da vinda da Corte Portuguesa, é declarada a Abertura dos Portos às nações amigas, fato que marca o fim do monopólio comercial português<sup>22</sup>. Neste mesmo ano, Dom João VI, por meio de um decreto, determina que sejam dadas terras a imigrantes não-portugueses que se dedicassem, obrigatoriamente, à atividade agrícola. Com isso, o Imperador já buscava implantar colônias agrícolas, estabelecendo condições para o início da imigração estrangeira. Em 1848, através da Lei 514, é atribuído ao Governo Provincial o direito de colonizar e são concedidas a cada província terras devolutas que, uma vez ocupadas e exploradas pelos imigrantes por cinco anos, passariam a pertencê-los. Paralelamente, seguem-se as pressões inglesas para que a escravidão acabe, e em 1850 o comércio é extinto, sendo o trabalho escravo, finalmente, proibido em 1888 (LANDO e BARROS, 1976).

Outro fator apontado por Lando e Barros (1976) como favorável à imigração é a mudança do processo produtivo hegemônico no Brasil da economia da cana-de-açúcar para a cafeeira, que representa não só a mudança da elite econômica, mas política, no período de 1820 a 1840. Para os autores, essa alteração modificava o modo como o imigrante era visto, bem como sua inserção na produção. Para os senhores de engenho, a oferta de subsistência dos imigrantes era bem vista, uma vez que poderia desobrigá-los da produção de mandioca para o sustento dos trabalhadores escravos; por outro lado, os fazendeiros do café queriam a promoção da imigração viesse suprir sua produção com trabalho livre, já que o preço do escravo, com as restrições impostas, estava cada vez mais elevado. Além disso, o processo de emigração também é apoiado pelo governo alemão que estava em meio a conturbações políticas, apresentando um excedente de mão-de-obra, com o fim do sistema feudal, gerado a partir do cercamento de terras.

Prado Jr. (1996) separa o processo de imigração em duas linhas promotoras: o primeiro, promovido pelo Estado, tinha por objetivo ocupar áreas pouco habitadas e que eram importantes para a manutenção territorial, como as áreas fronteiriças, e que não estavam

---

<sup>22</sup> A Inglaterra enfrentava o Bloqueio Continental declarado por Napoleão e Portugal, que atravessava uma fase decadente em sua hegemonia mercantilista, não tinha condições de resistir aos ataques constantes da França. A Inglaterra passa a oferecer reforço, com a condição quebrar o monopólio comercial português com o Brasil.

interligadas ao latifúndio; o segundo, ainda que incentivado e apoiado pelo Estado, era promovido por particulares, que visavam substituir a mão-de-obra escrava. O primeiro modo de imigração-colonização ocorre no sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; já o segundo é característico majoritariamente dos cafezais paulistas. Aqui interessa explorar o primeiro processo e tem-se que, com base no Regulamento de 1900, as intenções do governo segundo essa proposta de imigração eram, de modo geral:

- 1) evitar a concentração da propriedade proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento;
- 2) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas;
- 3) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente através da produção familiar (LANDO e BARROS, 1976, p. 23).

A imigração intencional visava, então, promover a ocupação de alguns espaços do país onde a imigração espontânea não havia surtido efeito, principalmente por serem áreas onde os produtos tropicais de maior valor e inserção no mercado mundial, como o café e o açúcar, não se prestavam ao cultivo. Assim, a imigração promovida pelo governo tinha objetivos políticos e militares. A princípio contavam com auxílio financeiro do Estado, mas a partir de 1830, por conta dos conflitos internos, o governo a cancela.

Em 1824 chegam os primeiros 38 imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, imigração esta que mudaria a sociedade e a economia local. Essa colonização modificou os sistemas de posse da terra, diversificou a produção e a comercialização, incrementou o mercado interno e aumentou a densidade demográfica. Além disso, instalava-se no estado um povo com outra cultura, tendo idioma e credo diferentes. A aproximação com os gaúchos contava com as dificuldades geradas pelas diferenças geográficas e, sobretudo, culturais. Não bastasse a falta de integração com os nativos, existia uma diversidade cultural entre os germânicos chegados ao Rio Grande do Sul, em razão das diferenças de origens dos mesmos. Conforme Salamoni (2001), os imigrantes dos anos 1830 a 1850 vinham do sudoeste da Alemanha, região caracterizada pela produção agrícola, artesanato rural e pequenas indústrias domésticas. De 1850 a 1865 provinham de regiões agrárias do norte e do leste e de 1865 a 1895 vinham do restante da Alemanha e pertenciam a grupos sociais empobrecidos, artesãos e pequenos empresários (os mais capitalizados iam para São Paulo ou para o Rio de Janeiro).

Mesmo em meio a aspectos negativos, o isolamento e as dificuldades de relacionamento com os “donos das terras” formaram uma identidade cultural entre estes, ainda que tivessem origens diferentes, do mesmo modo que o “espírito guerreiro” ajudou a criar a identidade gaúcha, o isolamento dos imigrantes nas colônias fortaleceu a identidade germânica. Assim:

a noção de que pertenciam a uma mesma comunidade levou os colonos alemães a promoverem o surgimento de uma série de associações, cujo objetivo era, por primeiro, a manutenção de sua herança cultural. As iniciativas incipientes para o estabelecimento da vida comunitária foram a construção de Igrejas e escolas (SALAMONI, 2001, p.33).

A maior parcela desses imigrantes era protestante e obteve o direito ao livre culto a partir da Proclamação da República, mas comumente o convívio entre protestantes e católicos alemães se dava de modo tranqüilo. Durante o período colonial e imperial, a Igreja pertenceu ao Estado, com os sacerdotes recebendo salários como funcionários públicos. O Brasil era oficialmente um país católico e, no estado meridional a prática religiosa, em função da dispersão dos habitantes, apresentou o relaxamento dos cultos, culminando no desaparecimento da influência da religião na Campanha. Mas os germânicos tinham a cultura religiosa afluída, e já em 1824, foi nomeado o primeiro pastor protestante, com subsídio do governo, sendo que os primeiros padres que falavam alemão, da Companhia de Jesus, chegaram à área colonial somente em 1848 (FLORES, 2003). Deste modo, ainda que sem liberdade de credo oficial para os protestantes, o Estado não os repreendia, inclusive concedendo alguns benefícios.

Destaca-se que o associativismo também visava a busca de soluções relativas ao setor produtivo, como a união de produtores de um mesmo bem. Os alemães formavam, assim, núcleos coloniais auto-suficientes e a policultura e a mão-de-obra familiar reforçavam essa idéia de independência. O ato de desenvolver uma produção diversificada e ocupar a posição de colonos proporcionou o desenvolvimento de uma sociedade com características diferentes do restante da província e do Império. Quanto ao tipo de povoamento, este era mais denso na região colonial, comparativamente às áreas de campo. A estrutura fundiária gerou uma grande proximidade dos lotes coloniais, o que favoreceu a formação de vilas e povoados que seriam os futuros centros urbanos.

Estabeleceram-se na serra e sua atividade ligará esta região ao litoral. Chegaram cerca de 50 anos antes dos italianos. “Sua lavoura mista ajudou a contrabalançar as atividades pastoris das outras partes da Província, e nos campos da Serra” (LOVE, 1971, p. 19). Essa diversidade cultural será, segundo o autor, decisiva no processo produtivo que os imigrantes alemães estabeleceram aqui.

Enquanto alguns traziam uma concepção capitalista das relações de produção, uma vez que eram provenientes de regiões mais desenvolvidas, uma parcela significativa eram oriundas (sic!) de regiões marcadas por um modelo econômico agrícola essencialmente servil, do qual herdaram um modo de vida bastante específico (SALAMONI, 2001, p. 26).

Ademais, as condições locais não eram favoráveis:

Embora os imigrantes recebessem propriedades e alguma ajuda inicial do governo brasileiro, sua sorte estava longe de ser fácil. Muitos eram bem pobres para organizar explorações agrícolas do tipo que conheciam na Alemanha. Em acréscimo, os corruptos funcionários locais constantemente prejudicavam e exploravam os colonos (LOVE, 1971, p. 13).

Afora as dificuldades, segundo Lando e Barros (1976), os imigrantes que aqui chegam têm o ímpeto de melhorarem suas vidas “um dos elementos básicos do espírito do capitalismo” (LANDO e BARROS, p. 16, 1976), mas seus conhecimentos técnicos não podem ser superestimados em função do atraso tecnológico que aqui encontram. Além da falta de tecnologia, estes não contavam com o fornecimento de crédito. Até a segunda metade do século XIX, a economia interiorana do Rio Grande do Sul possuía baixa monetização. “Logo no início da colonização, vários colonos tinham aberto pequenas “vendas”, mas logo fecharam as portas, pois o único dinheiro disponível vinha dos subsídios distribuídos pelo governo brasileiro aos colonos durante os seis primeiros meses de instalação” (MARCOVITCH, 2005, p. 266). Ainda, em função das dificuldades de transporte, principalmente pelo tempo demandado para o deslocamento, os colonos preferiam fazer negócio com os caixeiros viajantes e estes se davam por meio de escambo. Com a monetização progressiva, a partir deste período, o caixeiro passou a ser um agente de internalização da zona colonial com as grandes casas comerciais (ARTX, 2000).

Assim, para a maioria dos imigrantes, dada a situação econômica e social que vivia, não era possível adentrar às atividades de grande comércio e de agricultura extensiva de exportação. Além das dificuldades de sustento, isto representava um gargalo à integração social local. Internamente constituíam uma economia subsidiária, que pouco ou nada recebia de incentivo por parte do governo provincial, o que pode ser visto nas reivindicações junto às câmaras municipais, onde desabafam sofrer de completo abandono, sem contar com nenhuma ponte, estrada ou qualquer obra pública (LOVE, 1971). A economia colonial era subsidiária de uma economia que se prestava a mesma posição no contexto nacional, suprimindo a economia agroexportadora de subsistência para a mão-de-obra escrava, ainda que seu maior dinamismo fosse interno. E com a exportação de seus produtos para o centro do país, a produção colonial também contribuía para o abastecimento alimentar e a expansão da economia cafeeira, como colocam Pesavento (1977) e Fonseca (1983). Nesse momento, ela faz parte do processo de consolidação e expansão produtiva, entretanto, ressalta-se que o crescimento da economia agroexportadora não está relacionado ao processo de imigração, uma vez que os colonos alemães já se encontravam aqui quando da expansão.



Kühn (2007) divide a colonização alemã em três fases. A primeira, **fase de subsistência**, ocorre de 1824 a 1845 e os colonos se concentravam na região de São Leopoldo, que na época abrangia uma área que ia até Campo dos Bugres (região do município de Caxias do Sul), incluindo Montenegro e Taquara. Este período é caracterizado por muitas dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, como o pagamento da dívida colonial, o embate com os índios e os conflitos militares (Guerra da Cisplatina e a Revolta dos Farrapos). Em 1830, a lei orçamentária do Império aboliu os recursos destinados à imigração, o que suspendeu a vinda de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, que foi retomada em 1846, com a colonização dos Vales do Taquari e do Rio Pardo. Este também é um período de grande dificuldade para os imigrantes.

As informações obtidas sobre os sistemas agrícolas das primeiras colônias do Rio Grande do Sul mostram indícios da primitividade dos meios de produção utilizados nas tarefas agrícolas. O isolamento em que se encontravam, aliado à falta de iniciativa governamental no sentido de criar condições de progresso, provocou um rebaixamento no padrão técnico do imigrante em relação ao utilizado na Europa. Muitos colonos abandonaram o uso do arado e passaram a empregar apenas instrumentos para trabalhos manuais (SALAMONI, 2001, p. 34).

De 1845 a 1870, com a produção de excedentes agrícolas, se dá a **fase de expansão do comércio**, surgindo a figura do comerciante de origem alemã, que passou a acumular riquezas da produção colonial. Este comerciante era o que possuía os meios de transporte (mula e barco) para levar a produção até Porto Alegre. A exclusividade do transporte fazia com que este estabelecesse vantagem sobre o colono, pois comprava a um preço muito baixo, e vendia aos consumidores da capital da província por um preço alto, a medida que o monopólio lhe garantia o poder de determinar um preço de venda para os produtos. Essa acumulação de capital feita pelos comerciantes possibilita investimentos em setores industriais, principalmente em cervejarias, fábricas de calçados, olarias, curtumes e construção naval. Surge, então, a partir de 1870, a **fase de desenvolvimento da indústria**, oriundo do capital comercial. O processo de acumulação do capital comercial, posteriormente transformado em industrial e o nascimento da indústria serão explorados adiante.

Para finalizar essa breve caracterização do processo imigratório dos alemães, faz-se pertinente destacar que a imigração italiana contribui para a acumulação de capital dos comerciantes alemães, já que estes incorporaram a produção dos imigrantes italianos, que passam a ocupar a encosta da serra, a partir de 1875. Os produtos oriundos das colônias italianas foram quase que imediatamente introduzidos no mercado, uma vez que os meios de comercialização já eram postos pelos germânicos; entretanto, o atravessador alemão não permanece nesse sistema de vendas. Destarte, estes novos colonos passam a acumular o

capital, que será empregado na indústria posteriormente, com criação de seus próprios canais de comercialização, eliminando o intermediário alemão (PESAVENTO, 1985).

Da imigração alemã pode-se afirmar que esta muda o perfil produtivo e social do estado, através da produção diversificada na pequena propriedade e com mão-de-obra livre. Em relação ao estabelecimento da indústria, sua contribuição está presente desde a produção do excedente agrícola, até a acumulação do capital comercial e a implantação da indústria. Se o imigrante alemão traz consigo algum conhecimento técnico para a formação da indústria, este fator não explica, isoladamente, porque foi este o agente promotor da produção. Sustenta-se, então a hipótese de que seu legado cultural é uma das variáveis explicativas para o ímpeto de inovar. Todavia, assume-se que essa não é uma característica racial ou étnica, mas sim, oriunda de instituições presentes em seu legado cultural, entre elas a ética protestante, que “estimulou” a criação de algumas instituições necessárias a esse processo.

Sabe-se que o processo de industrialização não seria possível sem algumas instituições estabelecidas pelo Estado, local e nacional. Aqui foram vistas algumas dessas instituições que permitiram a imigração e a fixação destes alemães no estado; adiante serão analisados os contextos econômico e político da transição capitalista no estado. Até a República Velha, os imigrantes colonos, comerciantes e empresários são parcamente atendidos pelo Estado. Contudo, a partir da federalização e o decorrente poder recebido pelos estados, aqueles que se capitalizaram, principalmente os empresários, são vistos como elementos importantes para a posse e manutenção do poder emergente, liderado pelo Partido Republicano Rio-grandense. Encontrava-se, então, a economia gaúcha em processo de transição, momento que também se reflete na política do estado e na representação desta junto ao poder central, tendo a Proclamação da República como marco para a mudança da ideologia política.

### 5.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO RIO GRANDE DO SUL: FATORES ECONÔMICOS

À época da estabilização dos imigrantes alemães no estado, o subsistema pecuário-charqueador enfrentava uma crise econômica, principalmente pelo fim do escravismo e pela concorrência dos países platinos, que produziam charque mais barato, com mais qualidade e de modo mais eficiente. Love (1971) sustenta a tese de que a proibição do comércio de pessoas negras e, posteriormente, da utilização da mão-de-obra escrava, agrava ainda mais a

escassez de braços nas charqueadas, uma vez que os cativos aqui estabelecidos tendiam a ser absorvidos pela economia agroexportadora, principalmente a cafeeira. Ainda, conforme Herrlein Jr. (2003), com a chegada e consolidação da produção agrícola colonial, na região da Campanha intensificaram-se os problemas econômicos, com uma crise na economia de subsistência, em função da melhoria dos meios de transporte e do comércio, que permitiu uma melhor e mais eficiente circulação das mercadorias da colônia, tornando mais cara a auto-suficiência das estâncias.

Mas, mesmo diante de uma redução na exportação de charque, a maior parte da riqueza do estado ainda estava nas cidades do sul. Após a melhoria da eficiência agrícola, com uma maior produção de excedente, a economia colonial passa do cultivo de subsistência para a produção comercial. A acumulação primitiva ocorreu, assim, pela transmissão dos rendimentos dos colonos ao capital comercial que controlava os fluxos mercantis e obtinha lucro extraordinário, uma vez que possuía controle sobre a compra e venda dos produtos, ou seja, comprava com preço baixo dos produtores rurais e vendia com preço elevado em Porto Alegre. Ainda, o comerciante intermediava as compras das mercadorias que vinham de outras regiões.

Ao final da República Velha, o norte do estado é uma região bastante povoada, com uma expansão econômica significativa, inclusive com grande peso para o Rio Grande. Fonseca (1983) apresenta dados comparativos da exportação<sup>23</sup> da economia tradicional e da economia colonial, além de produtos beneficiados a partir desta (como a banha), de 1861 a 1927, conforme a tabela 1.

**TABELA 1:** Participação de alguns produtos no valor das exportações do Rio Grande do Sul: 1861-90/1923-27

	1861		1890		1923		1927	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(1) Charque	5.490	37,7	5.223	30,3	59.845	19,2	73.980	17,7
(2) Couros	5.856	37,2	4.211	24,4	44.601	14,3	28.467	6,8
(3) Subtotal (1+2)	11.796	74,9	9.444	54,7	104.466	33,5	102.447	24,5
(4) Arroz	-	-	-	-	24.423	7,8	54.036	13,0
(5) Banha	-	-	1.993*	11,5	41.274	13,3	81.980	19,7
(6) Farinha de Mandioca	221	1,4	1.117	6,5	8.466	2,7	7.570	1,8
(7) Feijão	627	4,0	1.583	9,2	4.504	1,4	13.415	3,2
(8) Fumo	-	-	348	2,0	13.058	4,2	13.415	3,2
(9) Vinho	-	-	-	-	7.751	2,5	12.121	2,9
(10) Subtotal (4+...+9)	848	5,4	5.041	29,2	99.456	31,9	183.021	43,9
(11) Total (3+10)	12.644	80,3	14.485	83,9	203.922	65,4	285.468	68,4
(12) Total do RS	15.758	100,0	17.267	100,0	311.151	100,0	415.915	100,0

(\*) Inclui toucinho

<sup>23</sup> Usa-se o termo exportação para a venda de produtos para fora do estado, ainda que o destino esteja dentro dos limites do território nacional.

(\*\*) O hífen indica que não houve exportação, ou seu valor foi inferior a 1% do valor total das exportações.

FONTE: Singer, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1977. p. 161.; Annaes do Congresso Constituinte do Rio Grande do Sul. Sessão Extraordinária. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1891. p. 33.; Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. Anuario Estatístico do Rio Grande do Sul. Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente do Estado pelo Secretario do Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Firmino Paim Filho em 15 de agosto de 1928. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação" 1928. p. 113-8. APUD FONSECA, 1983, p. 69.

Em termos de rendimentos, do total daquilo que o estado exportou, a participação do charque caiu cerca de 20% ao longo do período, enquanto os produtos oriundos da agricultura ou beneficiados a partir dessa, que representavam 5,4% do total das exportações em 1861, chegam ao final da República Velha somando quase 44% do valor total exportado pelo estado. Individualmente, a economia tradicional continua tendo um grande peso na pauta de exportação, mas o valor percentual do charque e dos couros, que representava 75% do somatório do estado em 1861, cai para 24,5 do total dos valores transacionados em 1927.

É válido destacar que mesmo os produtores coloniais que possuíam distinta participação na pauta de exportações viam o mercado interno como o seu principal mercado consumidor. A produção era diversificada e priorizava o cultivo de alimentos. Ainda, por apresentar um intenso povoamento rural, a região da colônia tinha uma população com potencial para ser transferida às atividades urbanas, lembrando que esta contava com maior acesso à educação básica. Segundo Pesavento (1985), o processo de imigração e de colonização no estado foi o elemento primordial para a formação da indústria nascente, tanto na formação do capital, quanto na liberação da mão-de-obra, fornecimento de matéria-prima, aquisição de tecnologia e formação de um mercado consumidor para os produtos manufaturados.

Ademais, conforme a análise de Singer (1968), a produção colonial é escoada a partir de Porto Alegre, acumulando o excedente produtivo no comércio da capital. Para verificar essa mudança no contexto econômico-produtivo do estado, Fonseca (1983) mostra como a arrecadação das principais cidades da economia pecuária-charqueada, Pelotas e Rio Grande, caiu comparativamente com a capital de 1912 a 1927: em 1912, Porto Alegre arrecadava 19% das receitas do estado, já Pelotas ficava com 9,8% e Rio Grande com 13,4%. Em 15 anos, a arrecadação de Porto Alegre aumentou cerca de quinze vezes, e sua participação passou para 43,2%, enquanto a de Pelotas caiu para 6,5% e de Rio Grande para 4,6%. Segundo o autor, o crescimento dos dois municípios do sul esteve abaixo de todo o estado que, conjuntamente, viu sua arrecadação multiplicada por seis.

Assim, a indústria surge através da acumulação do capital comercial, que é fragmentada e desconcentrada e que, ao crescer, também impulsionava o aumento da produção agropecuária da colônia. A configuração social permitia, ao mesmo tempo, a acumulação de capital e a ampliação do mercado consumidor interno, uma vez que a riqueza não era concentrada.

Se o imigrante alemão será o promotor da industrialização, tem-se que a vocação pastoril e militar marcou o primeiro rio-grandense com uma maior dificuldade para o trabalho manual ou mecânico. Isso não facilitou, como mencionado, nem o contato nem a compreensão entre o colono imigrante e o gaúcho, pois levavam vidas diversas. Os rio-grandenses possuíam características que dificultam a rotina laboral necessária para a formação da indústria.

O criador rio-grandense leva uma vida alternativamente rude e ociosa. Certamente a marcação e a doma do gado exigem força e habilidade, certamente o rodeio, em que se reúne o rebanho para recenseá-lo, tratá-lo, fazer a seleção, pede uma grande resistência. Mas esses trabalhos são de determinadas estações, e horas a fio se passam, ao pé do fogo ou do galpão, o rudimentar abrigo do pessoal, a contar proezas técnicas ou façanhas militares, a cantar as primeiras canções do folclore rio-grandense (ROCHE, 1969, p. 26-27).

Para melhor entender o impacto dessas características ao desenvolvimento industrial, recorre-se a distinção das atividades que contam com façanhas e proezas, daquelas rotineiras, analisada por Veblen (1965). O autor, ao diferenciar as comunidades primitivas daquelas industrializadas, localizando a criação do ócio conspícuo, onde as funções dignas são aquelas que tenham os elementos proeza e façanha, enquanto as indignas são rotineiras, afirma que esta diferenciação na aceitação das tarefas a serem executadas persiste mesmo nas sociedades modernas, como mostra a aversão a atividades servis:

É uma diferenciação de caráter pessoal, tendo que ver com superioridade e inferioridade. Nos primeiros estágios da cultura, a força pessoal do indivíduo era muito mais óbvia no moldar do curso dos acontecimentos; por isso o elemento espetacular, a proeza individual, era mais valiosa no esquema do cotidiano da vida. Com maior intensidade, sobre ela se concentrava o interesse da comunidade. Em conseqüência, a diferenciação com base neste campo era mais imperativa e mais definida do que hoje. Como um dos fatos do desenvolvimento social, tal diferenciação é portanto substancial e tem apoio suficientemente válido e convincente (VEBLEN, 1965, p. 25).

Dentro deste quadro, o surgimento do espírito capitalista ficou prejudicado, no entanto, esses homens possuíam grandes qualidades como a coragem, o amor à liberdade, a preocupação com a dignidade humana, o devotamento pessoal, a generosidade e a hospitalidade. Portanto, não há um legado cultural melhor que outro no sentido amplo; aqui, como o foco é a análise do surgimento do empresário, tem-se que o legado dos gaúchos de origem lusitana não era propício a este fim. A gênese da indústria gaúcha, então, se faz por

meio de um agente com legado cultural diferente e que, desde a geração do excedente agrícola, até a constituição do empresário se faz presente. Já a elite econômica-política descende da atividade tradicional.

O nascimento da indústria gaúcha é contemporâneo aquele que surge em São Paulo, porém, o estado do sudeste tinha sua base atrelada ao principal produto da pauta de exportação da economia nacional, o café, sendo o seu capitalismo voltado para fora; enquanto a indústria meridional vinculava-se a uma economia que buscava abastecer o mercado consumidor interno, local e o do centro do país. Apesar das diferenças no peso sobre a economia nacional, os dois estados têm suas indústrias surgindo paralelamente a economias tradicionais que possuem grande peso político (PESAVENTO, 1985).

A transição para o capitalismo ocorre na Primeira República, período em que os governos estaduais possuem ampla autonomia federativa, que concedeu aos estados poderes importantes, que contava com a ausência de partidos políticos nacionais. “Com base numa ideologia anti-liberal, os governos republicanos impulsionaram a diversificação da economia regional, acelerando e definindo os traços do processo de transição capitalista” (HERRLEIN JR., 2002, p. 15). Durante essa transição, o Estado cria instituições que serão fundamentais para a promoção da indústria. Apóia a agropecuária colonial e sua expansão, através de recursos e da promoção de infra-estrutura, bem como a formação de sindicatos e cooperativas, e conduz a integração regional, melhorando os meios de transporte, o que amplia o mercado interno. Ademais, combate o contrabando e proíbe o escravismo, promovendo a mão-de-obra livre (HERRLEIN JR., 2002). A análise política pretende mostrar como se estruturavam os poderes internos no Rio Grande e como estes se colocavam diante do governo central. Como será visto adiante, a aderência ao Partido Republicano Rio-grandense pelos empresários foi decisiva no processo de dominação do trabalho pelo capital e no desenvolvimento da indústria gaúcha.

### **5.3.1 O contexto histórico da transição capitalista no Rio Grande do Sul: fatores políticos**

No cenário político gaúcho, até 1872, os dois partidos imperiais, o Liberal e o Conservador, dividiam o poder e, a partir de então, o Partido Liberal tomou conta da Assembléia Provincial. Assim, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, durante todo o

Segundo Império o poder hegemônico no estado pertencia ao Partido Liberal, chimangos, apoiado pelos fazendeiros e estancieiros da Campanha. Já no cenário nacional, principalmente pela manipulação da máquina eleitoral que o governador designado pelo Rio de Janeiro tinha liberdade para fazer, esta alternância se manteve (LOVE, 1971).

Neste período, os imigrantes alemães pouco participavam da vida política, reclamando, inclusive, de abandono por parte do poder provincial. Por volta de 1877 a Assembléia Provincial recebe constantes pedidos de isenção fiscal e de empréstimos para a fundação e desenvolvimento de estabelecimentos industriais alemães, rejeitando a maioria com base na concepção de que é inútil e injusto favorecer empresas privadas com capital público (ROCHE, 1969). Os imigrantes e os descendentes de alemães mantinham-se afastados da política, algumas biografias de empresários mostram até um certo desprezo destes para com a atividade política, julgando-a como uma perda de tempo, preterindo-a ao cuidado com a produção e seu aprimoramento.

Ao fim da Monarquia e instauração da República, uniam-se diferentes grupos que possuíam igualmente diversas aspirações de reorientação da sociedade. A República é proclamada pelos militares, mas os cafeicultores passam a ser os dirigentes de fato:

o Estado que emergiu do golpe de 15 de Novembro precisava encontrar um novo equilíbrio entre coerção e consenso, a fim de garantir a sua estabilidade. No tocante à coerção, foi necessária a permanência dos militares no poder, nos primeiros anos que se seguiram à instalação da República. Quanto ao consenso, ele teve de ser articulado pelos cafeicultores paulistas, condutores do processo em curso, de modo a colocar seus interesses como hegemônicos sobre a sociedade civil. Tal tarefa implicava a barganha e a articulação com as outras oligarquias agrárias do país e com os demais setores do capital (comercial, industrial e financeiro), atores secundários mas nem por isso desprovidos de peso neste jogo de poder (PESAVENTO, 1988, p. 92).

A Proclamação da República faz com que alguns políticos mudem de lado e integrem a oposição, chamados maragatos. Como argumenta Fonseca (1983), essa inserção entre os fazendeiros é o que garantirá força aos maragatos durante a República Velha, no entanto, isto não significa que a maioria dos fazendeiros seja maragato, mas que, entre os maragatos, a maioria era de fazendeiros da Campanha. Do mesmo modo, houve penetração oposicionista na Serra, porém em grau pouco significativo. Surge, então, a República, em meio a muita agitação, não raro havendo confrontos armados entre os maragatos, agregados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e os chimangos, filiados ao Partido Federalista, ex-integrantes do Partido Liberal. Estes grupos possuem divergências econômicas, ideológicas e institucionais, concordando em poucos aspectos como a necessidade da melhoria e instalação das vias de transporte, sendo essa um pré-requisito ao progresso econômico do estado.

O PRR propunha a diversificação da economia, visando o abastecimento do mercado local, uma vez que identificava como o principal motivo da crise a dependência de dois produtos de exportação que, por sua vez, estavam atrelados ao desempenho da economia agroexportadora, principalmente a economia cafeeira. Ainda, era proposto pelos republicanos que a economia tradicional precisaria de inovações tecnológicas, prioritariamente através da melhoria da produtividade e da qualidade do produto. Portanto, ao discordar do incentivo a uma atividade específica, questionavam o direcionamento político ao atendimento exclusivo das atividades do gado. Essa proposta de diversificação acabou por agregar às classes urbanas, empresários, burocratas do estado, militares e pequenos proprietários. Dentre a união desses grupos, a aliança da burguesia agrária com os empresários representa um dos fatores fundamentais para o entendimento do processo de consolidação e de expansão da indústria no estado.

Ideologicamente, os republicanos apoiavam-se na filosofia positivista elaborada por Comte. Love (1971) destaca os traços da filosofia mais importantes para o Rio Grande do Sul, começando pela cientificidade com que o pensador buscava compreender a sociedade e suas questões. Comte condenava a revolução e o seu caos conseqüente, apregoando a **ordem** e defendendo o **progresso** como o desenvolvimento a partir da ordem. Sua teoria estava em consonância com o evolucionismo, e se prestava a defender o conservadorismo. Para tanto, o poder deveria ser concentrado, mantenedor da ordem, para, posteriormente, reduzir a intervenção estatal.

Já a oposição, que continuava tendo a maior inserção entre os pecuaristas, defendia seus interesses apregoando que o Rio Grande deveria se especializar em produzir aquilo que sabia fazer de melhor: gado e charque. Deste modo, era necessário que a economia tradicional, precursora do progresso econômico, recebesse tratamento diferenciado por parte do Estado. Assim, atribuía a crise da pecuária não a problemas internos à produção, mas ao modo como o governo tratava a atividade, em segundo plano. Em termos práticos, a oposição era contrária, por exemplo, a implantação das estradas de ferro no norte do estado sendo preteridas as melhorias de transporte que melhorassem o escoamento da produção da Campanha.

A negação do privilégio a uma pauta de produção tem na ideologia positivista seu aporte, sempre ressaltando que ao aderir a uma ideologia, a burguesia brasileira de modo geral tende a aproveitar aqueles preceitos que são favoráveis aos seus interesses, desconsiderando ou até mesmo contrariando os demais. O argumento utilizado, com embasamento positivista para a não exclusividade de um setor, era de que, através da diversificação produtiva,



buscava-se a auto-suficiência da economia e a diminuição da vulnerabilidade econômica. Havia o agravante de que essa dependência era depositada em um ou dois produtos que se interligavam à economia agroexportadora, dependente da demanda externa. A isso, proclamavam a necessidade de modernização e diversificação da produção, que, ao ser implantada, originaria o progresso. Já a ordem viria através da autonomia dos estados, com poder autoritário local, por meio de uma república federativa, descentralizada, com um presidente a sua frente. Desse modo, os conflitos seriam resolvidos entre as partes envolvidas, sempre visando o **bem maior da sociedade**. Para manter essa ordem usava-se do **poder coercitivo**, muitas vezes acionando a Brigada Militar e/ou o exército.

Assim, já no final do Império, o PRR passa a se fortalecer, tendo por líder Júlio de Castilhos, a quem Love (1971) atribui uma personalidade que inspirava fanatismo, tanto a favor quanto contrariamente a suas idéias, e que será decisiva para o desenvolvimento político do partido. Castilhos propunha, com base nos ensinamentos comtianos, um governo republicano e ditatorial: “abraçou a fé de Comte pelo governo das classes conservadoras e defendeu fervorosamente a ordem como base do progresso social” (LOVE, 1971, p. 37). Assim, a **filosofia de Comte** forneceu a Castilhos e sua geração uma versão paternalista e racionalista do liberalismo do século XIX. Defendiam a não intervenção do governo central nas questões do estado e a este propunham o poder total, garantindo a ordem e a conservação do domínio das elites econômicas. A desorganização política gerada com a abertura da República permitiu a tomada de poder por parte de Castilhos.

Por volta de 1892, sua autoridade política era completa: a máquina castilhista controlava o Executivo, o Legislativo, os governos municipais e a organização policial do estado. Os gasparistas, entretanto, tinham sido apenas desalojados, não destruídos, e nenhum dos lados duvidava que uma luta sangrenta estava prestes a sobrevir” (LOVE, 1971, p. 60).

As mudanças por aqui, tal qual aquelas ocorridas no âmbito nacional, evitam rupturas. A intenção do governo republicano era a autonomia política do estado e a resolução dos interesses locais. Com a Constituição de 1891, o Presidente do Estado acumulava os poderes executivo e legislativo, ficando a Assembléia dos Representantes renegada somente a votações do orçamento. Essa autonomia contrariava também a elite nacional, que percebia ameaçada a estrutura econômica e política que resguardava seus interesses. Por exemplo, uma medida de proteção à economia cafeeira, em meio a sua crise, era a redução do custo da mão-de-obra através da queda no preço dos alimentos (boa parte produzida no Rio Grande do Sul). Ou seja, para assegurar os rendimentos do centro do país, as economias periféricas eram prejudicadas.

Os chimangos defendiam suas propostas à luz da ideologia liberal, salvaguardo, em aspectos que não comungavam com seus interesses. Procuravam manter o quadro político dado no Império, propondo o parlamentarismo em todos os níveis, e eram contrários a descentralização do poder central. Também eram desfavoráveis ao protecionismo federal, que sobretaxava o charque e o gado, mas apoiavam a intervenção do Estado em defesa da economia tradicional. Segundo Fonseca (1983), a proposta de parlamentarismo visava limitar as vantagens concedidas à economia cafeeira, enquanto a centralização do poder junto ao governo central, conjugada com o parlamentarismo, permitia melhor controlar os mercados consumidores das exportações, beneficiando a exportação do charque, a medida que garantiria o protecionismo e acabaria com os impostos interestaduais. Em suma, a oposição criticava o autoritarismo governamental dos chimangos, bem como a atração de imigrantes e a cobrança de impostos sobre os fazendeiros.

A liberação do voto para os não-católicos, a partir da Proclamação da República, também é importante para a compreensão do interesse em conquistar os imigrantes alemães, majoritariamente protestantes. O governo gaúcho, que se mantém no poder durante toda a República Velha, representa uma aliança entre parte dos pecuaristas com o setor detentor do capital (empresários, comerciantes e banqueiros), mediante o apoio das classes médias urbanas. Estes não tinham, até então, força representativa junto ao Estado. Fonseca (1983) diz que o PRR, dada sua estrutura política autoritária foi muito mais um instrumento do próprio Estado, na República Velha, do que canal de expressão de um grupo ou facção da sociedade civil. Do ponto de vista oficial, essa colocação é aceita, ressaltando até o uso do não intervencionismo como defesa do governo a acusações de administrar para um grupo. Porém, fazendo uso de seu aparato ideológico, o PRR governou para a elite, desconsiderando e reprimindo as reivindicações dos operários. Entretanto, dentre a elite, aquela que se mostrava descontente com o governo era a da economia tradicional, que, conservando seu poder econômico, liderava revoltas.

O governo do PRR passa a agregar as classes urbanas e, apesar de contar com uma maioria de pessoas oriundas da economia tradicional, continua vinculada aos interesses, ainda que não de modo exclusivo, destas. Procurava defender a indústria nacional, inclusive na Assembléia Constituinte de 1891, ao contestar, através de seus parlamentares, o Tratado de Comércio, firmado com os Estados Unidos da América, o qual permitia a entrada de produtos manufaturados oriundos desse país, em contrapartida a manutenção do mercado preferencial ao café brasileiro. Essa medida foi tomada em virtude das reivindicações dos empresários

gaúchos. Ainda, esta aliança com a burguesia agrária possibilitou a dominação do capital sobre o trabalho, como foi analisado por Pesavento.

Em 1898, Borges de Medeiros assume a chefia do Rio Grande do Sul herdada de Júlio de Castilhos, com a tarefa de reconstruir o estado. A missão tornava-se mais difícil em função da política econômica adotada por Campos Sales, que procurava conter o déficit público e o endividamento externo. Em 1902, quando a economia do estado parecia dar os primeiros sinais de melhoria, a morte de Júlio de Castilhos traz nova instabilidade política. A atitude de Borges de Medeiros foi frear a violência facciosa, garantindo a estabilidade institucional, porém a custo da exclusão da oposição e da repressão aos canais de representação da sociedade. Sua política consistia em formar uma aliança estratégica com segmentos da classe dominante, que possuíam alguma identificação com os interesses dos cafeicultores paulistas, do alto comércio importador porto-alegrense e pelotense, do capital financeiro regional e dos charqueadores, não cedendo a mesma atenção aos pecuaristas, dado que o charque era o principal produto da pauta de exportação do estado. Portanto, sua política consistia em hora apoiar os coronéis locais, hora destituí-los do “poder”. Quanto à economia colonial e à indústria, estas se desenvolviam à margem das políticas públicas, por conta própria (ARTX, 2000; LOVE, 1971).

No final da década de 1920, início da década de 1930, o país encontrava-se em crise, com a perda de mercado consumidor para seu principal produto de exportação e dinamizador da economia interna, o café. São Paulo mostrava-se como o centro de produção e acumulação nacional, estando bem distante das demais economias do país. As tentativas do governo central de proteção à economia cafeeira eram danosas aos demais sistemas produtivos, além de desestimularem a diversificação da produção nacional. Em outras palavras, a hegemonia econômica da burguesia cafeeira era sustentada pelos demais setores produtivos, sendo esse um processo sentido “duramente pelos estados desvinculados da economia agroexportadora, fazendo com que o conflito se precipitasse mediante uma cisão no interior da classe dominante” (PESAVENTO, 1980, p. 12). Instalava-se, pois, um antagonismo de interesses entre os grupos no poder e as oligarquias periféricas que não mais encontrava resolução nos meios institucionais vigentes.

Já na década de 1930, esses impasses entre maragatos e chimangos diminuem e há uma reaproximação política entre os dois grupos. O desenvolvimento industrial, o processo de acumulação no centro do país, o empoderamento e a constituição de novas classes, como os empresários, enfraquecem os planos de progresso econômico divergentes dos dois partidos, o que acaba por uni-los em meio a interesses em comum, como a defesa do mercado interno

nacional. Se nesse momento o descontentamento entre a burguesia agrária parece amenizar, a defesa da estatização das relações de trabalho por parte do PRR foi fundamental para a constituição do empresariado enquanto classe social diferenciada do restante da elite. Há, então, uma contrariedade com a postura do partido por parte dos empresários, que viram a necessidade de defender seus interesses específicos. Durante a República Velha, os empresários não conseguiram hegemonia política, valendo-se do seu poder econômico e político para que o Estado “interviesse” a seu favor. Assim, diante da discussão dos direitos trabalhistas, fator que era tido como inevitável pelo governo, este grupo vê a necessidade de não mais encampar a união das burguesias, mas de defender seus interesses próprios através de uma entidade: surge o Centro da Indústria Fabril (CINFA).

Em termos nacionais, apesar da Revolução de 1930 ter permitido uma maior inserção do Rio Grande do Sul na política nacional, esta esteve distante daquela hegemonia ocupada por São Paulo durante a República Velha. Passa, então, a ser encampada pelo presidente Vargas a estatização das relações de trabalho, fato que agrega o empresariado gaúcho na defesa de seus interesses enquanto classe. A gênese do empresário e da acumulação de capital industrial no Rio Grande do Sul passa pelo debate das teorias e estudos que se propuseram a entendê-la, e que apesar de apresentarem discordâncias, a exemplo da origem da acumulação do capital industrial, concordam quanto ao protagonismo do imigrante alemão. Nesse instante, o contexto presente na transição capitalista no Rio Grande será analisado a partir da constituição de sua indústria.

#### 5.4 ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA GAÚCHA

Existem pelo menos três correntes diferentes de teorias que procuram analisar a formação da indústria gaúcha: a de Paul Singer (1968) que atribui à substituição de importações o estímulo à introdução da indústria gaúcha, iniciada pelos imigrantes alemães; a de Tejo (1982) que desenvolve uma análise segundo a qual a economia industrial no Rio Grande do Sul nasce da acumulação de conhecimento dos imigrantes alemães, que começam a produzir o artesanato rural e este vai se aperfeiçoando até chegar à indústria capitalista, e; a de Pesavento (1985) que também atribui a formação da indústria à figura do imigrante alemão, direta e indiretamente, inclusive pela acumulação do capital. Segundo essa última referência, cabia tanto ao imigrante a produção de excedente, que era expropriado pelo

comerciante, também de origem germânica, que será responsável pela acumulação do capital comercial quanto à acumulação do capital industrial. Mesmo divergindo em alguns aspectos da acumulação, todas estas teorias comungam no que tange o agente promotor da indústria: o imigrante alemão.

Para Singer (1968), o desenvolvimento industrial está condicionado à formação do mercado interno, que é resultado da colonização do centro e do norte do estado. Nos seus primórdios, a economia colonial de subsistência era deficitária, passando a produzir excedentes através da especialização da produção de alimentos, direcionada ao mercado nacional. Neste contexto, o artesanato surge para satisfazer necessidades de consumo dos habitantes da colônia, desenvolvendo-se, portanto, de forma local. Com a especialização da produção agrícola, a colônia passa a se monetizar e os produtores começam a adquirir produtos manufaturados do exterior. Isto força uma concorrência que acaba por aniquilar o artesanato local.

Passa então, conforme o autor, a economia colonial de subsistência para a fase de produção comercial visando o mercado interno, pautada, principalmente, na demanda por gêneros alimentícios. A especialização agrícola, aliada à constituição da produção de monocultura direcionada à exportação, fez com que as economias de exportação nacional passassem a importar alimentos do Rio Grande do Sul. Assim, em razão da divisão inter-regional do trabalho, a exportação do café concedia divisas aos produtores de São Paulo e do Rio de Janeiro e estes, por sua vez, importavam alimentos dos gaúchos que compravam parques bens dos cafeicultores. Este auto-sustento garantia o acúmulo de capital que era utilizado pelos sulistas na importação de bens manufaturados. Logo, segundo Singer (1968), o processo de industrialização gaúcha consiste na substituição desses artigos importados por produtos manufaturados localmente.

Já para Tejo (1982), a indústria gaúcha surge da evolução da produção do artesanato local. A incorporação dos trabalhadores imigrantes garante um *upgrade* nas técnicas de produção, mas, dada a falta de incentivo nacional, principalmente a falta de um mercado interno, a precária ligação de transportes e o desestímulo ao empreendedorismo, estes passam por uma fase de produção artesanal simples. Mas é desta dificuldade de ligação local que surge o estímulo à produção gaúcha. É esse obstáculo de elo com a economia nacional, principalmente para se abastecer, mais do que para escoar os próprios bens, que fez a produção no Rio Grande do Sul se diversificar e se aprimorar, na tentativa de atender o mercado regional. Então, para Tejo (1982), à medida que as necessidades locais foram se complexificando, a produção familiar foi ultrapassando o espaço doméstico e ganhando o

formato de indústria, fato que, conforme o autor, é particular ao Rio Grande do Sul no conjunto da economia nacional.

A tese de Singer (1968) contradiz a de Tejo (1982), uma vez que para o primeiro o artesanato local se extingue em função da competição dos bens manufaturados importados e o segundo explica o surgimento da indústria a partir da evolução do artesanato simples, sendo este parte de um processo de evolução do modo de produção, se modificando, e não sucumbindo. Apesar dos dois autores terem creditado à industrialização a figura do imigrante alemão, é Pesavento (1985) que dedica sua tese a explicar como o capital passa da colônia para a cidade e como o imigrante alemão se torna o dono das fábricas nascentes, a partir do capital comercial, inclusive na região sul do estado. Para tanto, resalta motivos que podem ser atribuídos ao não desenvolvimento da indústria na região da economia tradicional gaúcha, a pecuária-charqueada. Pesavento (1985) lembra que existiam artesãos dentro do sistema de produção tradicional gaúcho, mas estes eram rarefeitos e com pouca interação com o mercado. Afirma que chamar as charqueadas de indústrias é um equívoco, pois estas não apresentavam sequer mão-de-obra livre, pré-requisito fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Segue-se, que para a autora a indústria é considerada como elemento característico do modo de produção capitalista e não como uma atividade qualquer de beneficiamento de matéria-prima.

Tanto os estabelecimentos escravistas quanto a atividade de artesãos isolados não podem, contudo, ser considerados “indústrias”. Este conceito se aplica a uma forma histórica de produção capitalista, que pressupõe, para o seu surgimento, determinados pré-requisitos [...] condições evidentemente não existentes nos casos descritos, mas que foram criadas a partir da segunda metade do século XIX, estando relacionadas com a entrada dos imigrantes europeus no Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1985, p. 23).

Herrlein Jr. (2002) argumenta que a transição para as relações capitalistas de produção se deu de forma específica no estado gaúcho, sendo esta não periférica as demais regiões do Brasil, que tinham um dinamismo econômico vinculado à agroexportação para o mercado mundial, enquanto a primeira era dinamizada internamente. Essa colocação vai ao encontro da proposta de análise feita por Pesavento (1985) que afirmou que essa singularidade só encontra significado se entendida como uma forma histórica de realização do capitalismo.

No entanto, a indústria estava atrelada ao capital comercial que surge com o novo ator econômico, o imigrante alemão. Dá-se, portanto, a acumulação do capital comercial, gerado na agropecuária colonial, que compõe a acumulação primitiva necessária para a formação da indústria local. Não é demais lembrar que para ser viável a concepção da indústria capitalista, é necessário que haja, pelo menos, acumulação prévia de capital; mão-de-obra livre,

assalariada e apta para trabalhar; mercado consumidor, e; tecnologia. Estes fatores surgem em conjunto no Rio Grande do Sul somente com a imigração alemã e se consolidam durante a Primeira República.

Os alemães chegam ao estado a partir de 1824 e passam a praticar agricultura de subsistência em pequenos lotes de terras, utilizando mão-de-obra familiar. A política de colonização visava à formação de núcleos de produção agrícola, caracterizados por pequenas propriedades e que contribuíssem para a diversificação da estrutura produtiva brasileira, bem como para o abastecimento de alimentos do mercado interno, ainda que fosse uma imposição oficial, esse modo de produção já era exercido pelos alemães. Vencida a fase de abastecimento do próprio núcleo colonial, a produção da colônia gera um excedente que é comercializado para o restante do país, por volta de 1870. Este aumento de produtividade agrícola garante um excedente de mão-de-obra, fornece alimento para a pungente população urbana e matérias-primas para a indústria. Assim, com o aumento da produção, através da diferenciação e da eficiência produtiva, o agricultor encontra tempo para dedicar-se a outras atividades como o artesanato, aproveitando algumas habilidades técnicas que estes imigrantes traziam de origem de sua terra natal. “Trata-se, basicamente, de uma produção mercantil não-capitalista, na qual o artesão, com ferramentas simples, produzia para o consumo local e para o mercado interno, com o auxílio de mão-de-obra familiar” (PESAVENTO, 1985, p. 27).

Essa produção de bens agrícolas e do artesanato rural era diversificada e sua venda sempre esteve subordinada ao capital comercial. O comerciante controlava tanto a compra dos produtos coloniais da região quanto a venda dos artigos não-coloniais importados de outros locais, absorvendo o excedente do produtor. Para Pesavento (1985), o comerciante alemão foi o agente social que realizou uma forma de apropriação do excedente econômico produzido pela agropecuária colonial. Isso se dava pela diferença de preços de compra e venda, através do custo do frete dos produtos até o mercado, ou mesmo por meio do monopólio das vendas dos gêneros coloniais. Dessa forma, o comerciante se apropriou dos ganhos gerados por determinadas condições favoráveis, como a alta dos preços de certos gêneros alimentícios, a maior produtividade em função do solo mais fértil, ou proximidade do mercado consumidor, desfavorecendo o produtor colonial.

Então, a partir da produção colonial não-capitalista, da agropecuária e do artesanato rural, o comerciante alemão acumulou o capital monetário necessário para a implantação da indústria. Para estes últimos, a indústria era vista como uma forma de diversificação de capital. Segundo Pesavento (1985), o circuito de acumulação se dá em pelo menos três segmentos: os comerciantes rurais, os comerciantes do núcleo e o comerciante da capital. Os

comerciantes rurais estabeleciam o contato direto com o produtor rural e vendiam esses produtos ao comerciante do núcleo. Possuíam um menor poder de acumulação, originado basicamente pelas diferenças entre compra e venda. No que tange à formação da indústria, o que acumulavam foi investido em empresas de pequeno porte, estabelecidas no interior, como fábricas de vinho, banha e artigos de couro.

Já, os comerciantes do núcleo eram os intermediários entre os comerciantes rurais e os comerciantes da capital. Este comércio tinha uma posição estratégica na redistribuição dos produtos, o que garantia uma maior acumulação, em comparação com os comerciantes rurais. Boa parte dos mais capitalizados grupos industriais do estado surge desse segmento de comerciantes. Por fim, os comerciantes de Porto Alegre se dedicavam às atividades de exportação e importação com os centros maiores e obtinham a principal parcela da acumulação de capital monetário. A exportação se dava tanto para outras regiões como para outros países, a exemplo da região de Hamburgo, que consumia produtos coloniais do Rio Grande do Sul, mas em quantidade relativamente muito menor. Quanto às importações, estas não se restringiam à introdução de bens manufaturados para consumo, mas também à disponibilização de bens de capital. Com o crescimento da economia colonial, Porto Alegre torna-se o maior conglomerado urbano do estado e o principal centro comercial.

Isto posto, apesar do capital comercial estar vinculado a toda origem da indústria gaúcha, vê-se que a forma como este se transformou em capital industrial variou. Na maioria dos casos, o comerciante aplicou seus recursos diretamente na construção de uma fábrica, o chamado sistema fabril-manufatureiro, que é caracterizado pelo uso de máquinas, associado ao emprego de ferramentas, com a necessidade considerável de capital inicial e utilização de trabalho assalariado. Configurando exceções, houve casos em que a indústria surgiu da evolução da atividade artesanal ou através do imigrante burguês que chegou capitalizado ao estado.

Suscita-se a importância do crédito para aqueles que não acumularam capital próprio. O capital bancário viabilizou a formação de algumas fábricas e alguns comerciantes e industriários promoveram bancos, com a intenção de aplicar e diversificar seu capital. Logo, o capital bancário não só proporcionou a instalação de algumas indústrias, como nasceu do advento destas. Portanto, o capital-dinheiro passa para o capital-industrial através da comercialização, do imigrante burguês e do capital bancário, todas as atividades vinculadas à economia da colônia. Mas, o capital bancário, nos primórdios da industrialização, era muito restrito, sendo praxe o financiamento pessoal, através de parentes ou amigos.



No que se refere à mão-de-obra, através do desenvolvimento da agricultura, havia um contingente de homens livres, liberados pela lavoura, boa parte oriunda da área colonial apta a trabalhar. Esse excedente é gerado tanto entre aqueles herdeiros que acabam ficando com terras insuficientes para a atividade econômica, quanto entre aqueles que, subordinados ao capital comercial, entram em processo de empobrecimento e migram para os centros urbanos em busca de trabalho. Segundo Pesavento (1985), os egressos do mundo rural buscavam colocação em empresas formadas a partir de elementos da mesma etnia, aliado ao conhecimento das atividades artesanais, que facilitou a incorporação dessas pessoas nas fábricas.

Outra condição necessária para o surgimento da indústria é a existência de um mercado consumidor, que era formado tanto pelos colonos, quanto por esses novos núcleos urbanos, constituídos por mão-de-obra assalariada e um número de habitantes considerável. Ademais, o mercado nacional, com a ascensão da produção do café, passa a ser um nicho com maior potencial demandante. Já, o mercado interno da região da pecuária-charqueada tinha demanda insuficiente, por apresentar reduzido número de peões e escravos, além da pouca utilização de moeda para a remuneração do trabalho.

Quanto à tecnologia, esta era servida pela importação de máquinas e pelo advento da indústria metal-mecânica, que produzia internamente e fabricava peças para reparos. Ao longo da República Velha, independente dos períodos de aumento produtivo (Encilhamento e Primeira Guerra) ou de ampliação da capacidade produtiva (saneamento do pré-guerra ou do pós-guerra), houve um grupo reduzido de empresas que continuou crescendo, durante todo o período, através da incorporação de capital, tecnologia, diversificação da produção e aumento do emprego da mão-de-obra. Essas empresas, tidas como líderes, já surgiram “grandes”, ou incorporaram capital através de novos sócios, ou, ainda, foram constituídas através da aglomeração de alguns empresários, como no caso da Cervejaria Continental. O imigrante, portanto, é responsável por todas as fases da indústria, inclusive pelo processo de produção e apropriação da mais-valia. Assim:

[...] o processo de imigração/colonização que se desenvolveu no Rio Grande do Sul estabeleceu formas de vinculação orgânicas com a indústria nascente, tanto no que diz respeito à formação do capital, quanto no que se refere à liberação da força de trabalho, fornecimento de matéria-prima, aquisição de tecnologia e formação de um mercado consumidor para produtos manufaturados (PESAVENTO, 1985, p. 37).

Para reforçar o pioneirismo germânico, Pesavento (1985) apresenta casos de indústrias que poderiam ter sua formação atribuída à acumulação de capital da atividade pecuário-charqueador, por sua localização em Pelotas ou Rio Grande, mas, ao analisar o sobrenome dos

proprietários, conclui que, mesmo na área de pecuária tradicional, o industriário surge do processo imigração/colonização.

#### **5.4.1 O desenvolvimento da indústria gaúcha na República Velha**

Para construir a matriz institucional da gênese do empresário no Rio Grande do Sul faz-se necessário retomar a constituição da indústria local. Como foi visto, os principais autores que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul divergem quanto a origem do capital e a evolução do sistema produtivo, mas comungam quanto ao protagonismo do imigrante alemão. Aqui, tem-se que a tese de Tejo (1982), que descreve uma evolução da indústria nascida no artesanato é equivocada, uma vez que a maior parte das casas de comércio, conforme Pesavento (1985) e Singer (1968), que acumulou o capital industrial, era de origem urbana e raras foram as oficinas de artesanato que se transformaram em fábricas. Entretanto, o artesanato teve grande relevância para a economia do estado, e muitos desses artesãos acabam se tornando operários nas fábricas. Assim, assume-se que desde o excedente agrícola colonial, até a acumulação comercial e posterior implantação da indústria no estado são processos assumidos por imigrantes ou descendentes alemães.

Os germânicos que aqui chegam são oriundos de uma região essencialmente agrícola, onde, até 1860, não havia indústria, apenas o regime de artesanato doméstico (LANDO e BARROS, 1976). No início da colonização alemã, o isolamento e a falta de recursos faziam com que a família se dedicasse ao auto-sustento, não restando tempo para destinar a outras atividades como o artesanato. Essa situação provocou até o desuso de técnicas mais avançadas já conhecidas pelos alemães da produção artesanal, circunstância, esta, que era agravada pelas ferramentas rudimentares dispostas para os imigrantes.

A prioridade era subsistir. Com o passar do tempo, desenvolve-se o artesanato que visava atender a algumas necessidades essenciais como a alimentação, alojamento e a vestimenta. A dificuldade de intercâmbio com o resto do país contribuiu para a atividade dos tecelões, alfaiates e, principalmente, para o artesanato que utilizava o couro, para bens necessários à lida da pecuária, como aqueles que derivavam das atividades de sapateiros e de seleiros. Assim, durante os primeiros anos de colonização, o artesanato foi uma atividade complementar à agricultura e somente com a prosperidade da colônia é que os imigrantes se

dividem entre aqueles que se dedicam exclusivamente a agricultura e aqueles que são artesãos.

Com a evolução do artesanato, este continua atendendo tanto as necessidades da população local, sendo denominado por Roche (1969) de artesanato de produção, como na transformação de produtos agrícolas que têm como finalidade a exportação, chamado pelo autor de artesanato de transformação. Havendo a melhoria dos meios de transporte, o artesanato de produção se enfraquece e até chega a inexistir (como também é afirmado por Singer), tendo sua produção substituída por produtos importados de melhor qualidade e de menor preço. Ocorre uma exceção a atividade coureira que continua a se desenvolver, e esta parece ser a única atividade industrial que tem sua origem no artesanato rural, apesar das principais empresas serem citadinas por origem. Já o artesanato de transformação, de orientação comercial, se beneficia pelo alcance de um mercado consumidor maior. No entanto, apesar desse processo, lembra-se que a acumulação de capital na atividade artesanal é insuficiente para desenvolver a atividade fabril. Com o desenvolvimento do comércio e da indústria, esse artesanato vai perdendo peso na produção do estado.

Entre 1880 e 1890, o artesanato rural atinge seu apogeu, entrando ao término deste período em decadência, desaparecendo sem se transformar em indústria. A partir de 1846, muitos artífices alemães, como padeiros, sapateiros, marceneiros, migram para os centros urbanos onde desempenham suas atividades, que são requisitadas, porém desdenhadas, pela população luso-brasileira, que procura não praticar algumas atividades de trabalho braçal. São estes artesãos instalados na cidade desde a sua chegada ao estado, e que não participaram da vida colonial, que estiveram na base das pequenas oficinas de manufatura e nas fábricas (ROCHE, 1969). Então, se a indústria não nasce do artesanato, tem nesse o principal fornecedor de mãos-de-obra.

Até o final do século XIX o estado tem como mercado consumidor exclusivamente o Brasil, já que não possui relações comerciais com a Europa ou os Estados Unidos (exceção a uns poucos artigos do artesanato rural que são enviados a Alemanha). A indústria gaúcha, assim como a brasileira, só se desenvolve a partir da Proclamação da República e da adoção das tarifas alfandegárias de 1890. Ainda, no estado do sul a imigração alemã é um fato essencial para entender sua formação, à medida que, com exceção do Estaleiro Só, fundado em 1850, os primeiros estabelecimentos industriais são criados por alemães (ROCHE, 1969).

Em 1856, surge a fundição J. Becker e Irmãos, que viria a ser o primeiro estabelecimento industrial alemão, seguida pela fábrica de sabão e vela, subprodutos das charqueadas em Pelotas, do senhor J. C. Lang. Mas é somente em 1874 que surge a primeira

grande fábrica “alemã”, a fiação Rheingantz, que é considerada por Roche (1969) a fábrica que marca o início da indústria no Rio Grande do Sul.

Nos primeiros tempos da indústria, os próprios empresários eram os responsáveis pela gerência e o controle do processo produtivo. Porém, com a ampliação das fábricas essas funções foram delegadas, primeiro aos seus descendentes, enviados ao exterior para estudarem e conhecerem novas técnicas, e depois para técnicos especializados, não raro, estrangeiros. Para a sua formação, nos períodos de guerra, em razão das dificuldades encontradas para o estudo no exterior, começa o desenvolvimento das escolas, que agregam, no início a mão-de-obra que precisava ser preparada e doutrinada, mas também os descendentes dos empresários pioneiros que davam seguimento, nesses períodos adversos, aos estudos no país. Começava a qualificação do ensino formal que é interrompida quando da proibição do uso e ensino do idioma alemão, ocasionando o fechamento de algumas escolas como a Gewerbe Schule. Essa escola permaneceu desativada por três anos (1917-21), estando em pleno funcionamento em 1923, e, por seu bom nível e pelos transtornos gerados pela Guerra, foi a responsável pela formação de boa parte dos filhos dos empresários, que viriam a ser, alguns deles, a segunda geração empresarial do estado.

Quanto à incorporação de tecnologia, as grandes empresas passam a aproveitar janelas de oportunidades, como a ocorrida durante o governo de Campos Sales (1898), quando houve o início de uma política econômica de restrição ao crédito, valorização da moeda nacional e alta taxa de tributação. O aumento dos impostos incidia tanto sobre produtos importados, quanto sobre os nacionais. Se a restrição ao crédito diminuiu o consumo, por outro lado a valorização cambial favoreceu a importação de bens de capital, de tecnologia, fato aproveitado pelas indústrias maiores (PESAVENTO, 1985). Na biografia de Ernesto Neugebauer é interessante constatar que as importações de bens de capital continuaram a serem feitas mesmo em períodos adversos, e quando estas são impossibilitadas, as inovações continuam através da incorporação de novos métodos produtivos e introdução de produtos novos.

Com o fim do Império, a indústria ganha mais fôlego no Rio Grande do Sul. Entre 1900 e 1909 o crescimento de empresas industriais foi de 64%, sendo que o estado registrava 509 estabelecimentos industriais em 1909. Já, entre 1910 e 1919 o crescimento foi bem superior, sendo registradas no período 1143 novas fábricas. De 1920 a 1939 o estado tem na indústria um grande promotor de crescimento econômico, uma vez que em termos de volume, no período, a exportação para os demais estados cresce 43%, enquanto em termos de valor, aumenta 93%. Porém, como visto, mesmo em termos de rendimento como de volume, a

exportação de charque continuava liderando a pauta do estado. Até 1924, os alemães comandavam pelo menos 80% das propriedades de produção industrial gaúcha e respondiam por 40% da produção industrial do país, apesar de ver o número de estabelecimentos diminuir com o final da Primeira Grande Guerra (ROCHE, 1969). Intensificava-se a concentração de capital.

Após o período, mesmo com a melhoria dos transportes, principalmente com a abertura da linha férrea para Caxias, e a decorrente concorrência dos italianos, que dominavam alguns setores como a serraria, os alemães ainda possuíam hegemonia na indústria gaúcha. À época da Segunda Guerra, as sociedades de capitais passam a crescer mais do que as firmas individuais e as sociedades de pessoas. Até o conflito, 83% das propriedades são do diretor fundador, ou de seus descendentes, característica típica dos imigrantes alemães, no entanto, em termos de capital investido e de produção as sociedades de capital eram muito superiores (PESAVENTO, 1985). Com o advento dessa estrutura, fica mais difícil detectar quais empresas são alemãs por excelência.

As grandes empresas, algumas com destaque nacional, promovem o dinamismo do setor, através de uma ampla tecnificação, sendo as responsáveis pelo desenvolvimento industrial no estado. As pequenas empresas, com pouca tecnologia e absorção de mão-de-obra, só se sobressaem em número. Quanto ao crédito, este era escasso, principalmente em função da baixa monetização da economia tradicional. Através das biografias de alguns empresários, como de Ernesto Neugebauer, verifica-se que no início das atividades a obtenção do crédito se dava através da requisição de empréstimos junto a amigos ou parentes; em outros casos, a acumulação de capital utilizado na formação da fábrica foi conquistada pelo próprio empresário, como aconteceu com João Gerdau, ao desempenhar o papel de comerciante, anteriormente ao de inovador, ou seja, deste modo as funções de capitalista e empresário se integram, o que vai ao encontro do que afirmou Pereira (1974) sobre essa correlação no início da indústria nacional. Em 1928, com a criação do Banco do Estado, por Getúlio Vargas, os problemas para a obtenção de crédito começam a diminuir, através da instituição de crédito hipotecário, o que permitiu financiar a produção com juros mais acessíveis e prazos de carência maiores. Assim, conforme Artx (2000), a indústria se desenvolve a partir do crédito mercantil, ficando cada unidade fabril responsável por seu sustento e ampliação da produção, uma vez que o crédito era escasso e muitas vezes inacessível.

Além do crédito, por falta de estrutura de transportes, até a Primeira Guerra Mundial, o mercado regional fica praticamente restrito ao consumo local. Em 1919, o governo do

estado encampa o Porto de Rio Grande, fazendo o mesmo com a Viação Férrea em 1920. O fornecimento restrito à região tornava a economia dependente de uma maior monetização local e do crescimento populacional. Aliás, a questão dos transportes era um dos poucos itens que unia as elites locais do estado, liberais e republicanos. Só na década de 1930 ocorre um avanço considerável nos transportes no país, entretanto cabe lembrar que, se eram criados melhores meios de escoar a produção, também isto valia para o recebimento de artigos manufaturados no centro do país, formando concorrência para os produtores locais. Destaca-se que, em 1874, começa a operar a primeira ferrovia da Província, que ligava Porto Alegre a São Leopoldo. Isso denota a mudança por parte do governo local, buscando atender não só a economia pecuária-chaqueadora, mas preterindo esta em função do escoamento da economia da colônia.

O abastecimento energético foi outro fator limitador ao setor industrial. Nos primórdios, a forma mais comum era a energia térmica, sendo que o fornecimento de carvão era problemático, pois as minas do estado não supriam a demanda a contento, nem quantitativa, nem qualitativamente. Com a Primeira Guerra, o quadro se agrava porque o carvão importado se encarecia substancialmente. Diante desse estrangulamento, o governo do estado incentiva as empresas locais a explorarem as reservas locais, através recursos públicos e particulares (PESAVENTO, 1985).

A geração e distribuição eram deficitárias até a construção da Usina do Gasômetro, no final da década de 1920, que produzia eletricidade com custo mais elevado. A ampliação do fornecimento e o barateamento do serviço estavam comprometidos por interesses particulares, pois o governo estadual, principalmente o de Borges de Medeiros, que chegou a rejeitar um projeto para a construção de uma hidrelétrica no Rio Jacuí, atendia aos interesses de boa parte do mercado das empresas que forneciam essa energia. A eletricidade foi, até 1960, o principal empecilho para o desenvolvimento industrial no estado (ARTX, 2000).

Em razão da impossibilidade de importação dos produtos manufaturados da Europa e da retração do comércio internacional, começa um processo de substituição de importação de produtos industrializados, com o advento da Primeira Guerra Mundial. No entanto, a restrição do comércio diminui significativamente o capital oriundo do café e pôs fim a política de sustentação artificial do preço do produto, de 1906, que operava comprando e estocando os excedentes produtivos. Para subsidiar o principal produto da economia nacional, foram retomadas as emissões de moeda, em 1915 e 1917 o que acentuou as dificuldades de importação, com a desvalorização cambial (PESAVENTO, 1985). O período é então marcado pelo incentivo à produção, com vistas ao suprimento do mercado interno, aproveitando a

restrição às importações e a concessão de crédito. Entretanto, como a incorporação de tecnologia ficou restrita, as indústrias pequenas e as que produziam bens não-duráveis foram as que mais cresceram com o aumento da demanda. As empresas que mais se beneficiaram foram as maiores, que haviam adquirido tecnologia antes do conflito e algumas, mesmo em meio a situação adversa, continuaram a incorporar inovações. Já, aquelas indústrias que usavam matérias-primas importadas tiveram que buscar substitutos nacionais para manterem sua produção, incentivando outros produtores (PESAVENTO, 1985).

Assim como o ocorrido com a indústria nacional, a atividade industrial gaúcha foi impulsionada pela Primeira Grande Guerra. De 1910 a 1919, a expansão do setor triplica e os ramos que mais crescem são aqueles relacionados à alimentação, à madeira, à cerâmica, ao vestuário, aos produtos químicos, à metalurgia, aos couros e aos instrumentos de transporte. Durante esse período, os únicos ramos industriais que os alemães não dominam eram a vinificação e a fabricação de manteiga, liderados pelos italianos, e os produtos essencialmente luso-brasileiros, destacando o charque e a erva-mate (ROCHE, 1969). Entretanto, também a indústria conviveu com fatores contrários neste período. Como a arrecadação tributária sobre produtos importados diminuiu consideravelmente, o governo passou a cobrar imposto sobre consumo dos produtos nacionais, encarecendo a produção interna. E, com a manutenção dos precários sistemas de transporte e com a alta tarifa dos fretes, aumentara muito os custos das empresas que atendiam ao mercado nacional. Houve a proibição do uso do idioma alemão e a população imigrante passa a sofrer algumas perseguições. Ocorrem as greves.

Diante de um discurso positivista, que negava os conflitos próprios da relação capital-trabalho, as greves eram atribuídas, pelos capitalistas, aos problemas econômicos ocasionados pela Primeira Grande Guerra, estando essa desvinculada da reivindicação por melhores condições laborais. Neste contexto, o governo mantém sua postura “neutra” sem intervir na privada relação dos capitalistas com seus trabalhadores, e, procurando minimizar a insatisfação dos operários, o governo passa a intervir na economia, reduzindo as tarifas e/ou proibindo a exportação de bens alimentares. Entretanto, durante a República Velha, os principais motivos que fomentaram as greves no Rio Grande do Sul foram a precariedade das condições de trabalho; a vigilância e a repressão por parte dos gerentes de produção; os baixos salários e; a luta pela redução da jornada de trabalho, além da reivindicação por outras melhorias, como as condições de higiene. Mas, via de regra, os rendimentos e a quantidade de horas trabalhadas encabeçavam a lista de insatisfação.

Mesmo que os salários nominais pagos aos homens adultos no estado fossem os mais altos do Brasil, o custo de vida aqui era elevado, pesando, principalmente, o preço dos

aluguéis. Dentre as manifestações, a greve de 1917 constitui-se em um marco, ao paralisar Porto Alegre, obrigando muitos capitalistas a concederem aumentos salariais aos seus funcionários. As greves ao longo do processo de industrialização mostram a necessidade de se manterem e ampliarem as técnicas e prática de dominação, procurando harmonizar as relações do capital com o trabalho, seja por meio da dominação coercitiva, seja pela dominação ideológica. A primeira greve ocorre em 1906, em Porto Alegre, por reivindicação de melhores condições de vida, uma vez que nos bairros operários da capital não havia infra-estrutura básica para atender a população urbana crescente. O poder público, sob comando de Borges de Medeiros, não acatava os apelos populares, justificando sua falta de atitude por medidas de contenção das dívidas públicas. Essa relação com o poder político e a utilização das ideologias partidárias para a exploração do excedente produtivo serão melhores explorados na abordagem da dominação do trabalho pelo capital, na análise institucional. Como será visto, essa dominação e a disciplina do trabalho formaram um vetor que estimulou a geração de série de instituições importantes à consolidação sócio-econômica do empresário gaúcho.

A partir de 1920, a economia nacional passa a sofrer a queda na demanda externa, com a redução nos preços dos produtos nacionais, e decorrente restrição do crédito. Mais uma vez, o governo busca repor a arrecadação através da cobrança de impostos sobre bens de consumo, o que pesou, principalmente, para as empresas menores. Neste período, tanto a indústria nacional quanto a gaúcha têm suas atividades diminuídas; entretanto houve, no mesmo período, um aumento de capital, o que denota concentração da produção e do capital. Assim, o estado mantém uma atividade produtiva industrial superior ao que tinha antes da Primeira Grande Guerra. Em 1920, o Rio Grande do Sul tem a produção só inferior a São Paulo e ao Rio de Janeiro (PESAVENTO, 1985).

Na mesma década, 1920, o governo do Rio Grande do Sul reduz os impostos para os produtos exportados, aumentando, a partir de 1928, a cobrança para o consumo interno. Não obstante, o governo do estado passa a apoiar a política associativista, com vistas a racionalizar a produção e garantir mercado, através do controle de preço e de qualidade (PESAVENTO, 1985). Conforme Artx (2000), as maiores empresas gaúchas passam por um processo de ampliação da capacidade produtiva, através da aquisição de tecnologia, aproveitando a valorização cambial. Além disso, o capital se concentra tanto através de aquisições das empresas menores, quanto pelo processo de associação.

A crise de 1929 agravou a situação da economia brasileira, que persistia no seu capitalismo voltado para fora, com um produto principal de exportação, o café, que teve sua demanda fortemente retraída durante a grande crise mundial. Ademais, para conter a



depressão gerada com a queda no ingresso de divisas, reiniciou-se a emissão monetária com desvalorização da moeda local. Isso encarecia os produtos importados, facilitando o mercado para a produção nacional, mas, uma vez mais, a incorporação de tecnologia e de matérias-primas importadas ficava onerosa.

Em função da crise de 1929 e da conseqüente queda da demanda externa, a indústria paulista passa a ter o mercado interno como principal alvo. O estado do sudeste consegue se valer dessa janela de oportunidade em função da sua capacidade produtiva previamente instalada. Essa concorrência provoca mudanças na indústria gaúcha que procura na especialização de alguns produtos um meio de ganhar mercado. Essa maior qualidade e a redução dos custos, principalmente de transporte, era almejado através da união das associações de produtores, com o governo e com o Centro da Indústria Fabril. Uma barreira era a aquisição de novas tecnologias em um período de deterioração cambial (PESAVENTO, 1985).

Essa vulnerabilidade econômica, aliada à indignação das economias regionais, descontentes pela manutenção da política econômica que privilegiava a oligarquia cafeeira, começa a intensificar a condenação da hegemonia paulista no comando federal. Quando veio a crise, o país já se encontrava vulnerável, em fase de rearticulação política dos grupos dominantes da sociedade. Começa, então, um plano de diversificação da produção brasileira, principalmente a partir do governo que quebra a hegemonia política paulista. Em outubro de 1930, é instaurado o Estado Novo, sob comando do gaúcho Getúlio Vargas. Período que pôs fim a República Velha, a Revolução de 1930 inicia um tempo importante de transição na economia e na política nacionais, com a acumulação capitalista voltada para a indústria e não mais para o setor agroexportador. O poder e os interesses continuam aliados à burguesia agrária, mas também aqueles que detêm capital no setor industrial, comercial e bancário e o principal mecanismo de manutenção do poder passa a ser a regulamentação do trabalho.

A preocupação com a falta de divisas, causada pela crise de 1929 e a parca exportação de café, fez o governo central promover a importação seletiva e a integração do mercado interno; porém, manteve proibida a importação de máquinas para setores que apresentavam superprodução, de 1933 a 1937, como o têxtil. Apesar de não ter sido uma política nitidamente industrializante, o fato é que essa contenção da fuga de divisas, os incentivos à diversificação e à integração da produção interna, no período de 1933 a 1939, marcaram a ascensão da indústria como setor alternativo a produção de riqueza, porém com a ainda persistente restrição a incorporação tecnológica e ao acesso do crédito, para que se pudesse

desenvolver a contento a indústria nacional, uma vez que inexistia uma indústria de bens de capital, fato que ocorrerá somente depois de 1939 (PESAVENTO, 1985).

O Rio Grande do Sul, durante toda a década de 1930 até a Segunda Guerra Mundial, mantém-se como produtor da indústria natural, ganhando mais espaço e estabilidade de mercado. Assim, a grande indústria era praticada em São Paulo e no Rio de Janeiro, enquanto cabia ao estado meridional a incumbência de fornecer comida aos trabalhadores urbanos a baixos custos. Passava o país a concentrar a acumulação de capital na indústria. Como o setor agropecuário encontrava-se em crise, a década é marcada por uma expectativa de desenvolvimento industrial no estado, que consolidava a diversificação produtiva gerada na República Velha. Iniciaram-se, então, as associações dos produtores primários com os novos detentores do capital (industrial, comercial e bancário). Na década de 1930, começa a se intensificar a verticalização da produção e, em especial, o setor metal-mecânico tendeu a se beneficiar das dificuldades de importação seguidas da crise de 1929, pelas restrições à importação, que se seguiram até a Segunda Guerra Mundial (ARTX, 2000).

Por participar ativamente da Revolução, o mercado do estado meridional fica isolado, fator que afeta o funcionamento de suas indústrias, inclusive com ameaças de paralisação das atividades. A participação comprometeu a economia, pois os meios de transporte foram requisitados para fins militares, assim como a produção local que atenderia o mercado consumidor central. A indústria tivera, nessa conjectura, o fornecimento de matéria-prima e o escoamento da produção comprometidos.

Com vistas a diminuir as atividades industriais, os trabalhadores urbanos temeram perder seus empregos, o que gerou um clima de instabilidade social e é nesse momento que no Rio Grande do Sul se dá a formação da associação dos empresários. A primeira organização integrava o governo e os empresários, o Comitê Industrial, que propunha defender o trabalhador industriário e os interesses dos capitalistas, sob a liderança de Alberto Bins. Com a situação econômico-social estabilizada, o projeto foi aperfeiçoado e foi criada a associação de proteção à indústria, Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, liderada por A. J. Renner, em 7 de novembro de 1930. Desse modo a entidade geraria maior poder de classe aos empresários e intermediaria suas reivindicações junto ao poder público (PESAVENTO, 1985).

Nas décadas de 1930 a 1940, a indústria gaúcha passou por um processo de expansão, enquanto a pecuária manteve certa estagnação. No entanto, isso não foi capaz de alterar a estrutura de poder político interna no estado, onde predominavam, ainda, o atendimento aos interesses da economia tradicional, mas não mais hegemonicamente, visto que diante da

integração econômica interna e do maior poder econômico dos capitalistas, foram concedidos uma série de seus pedidos por parte do Estado, principalmente do postergar da mediação da relação capital-trabalho. Como se percebe, o empresariado gaúcho, assim como o nacional, surge subordinado a burguesia agrária, tanto em termos econômicos, como políticos e sociais. A burguesia agrária pertencia ao capitalismo tradicional e mantinha com os empresários uma relação de complementaridade e conflito, porém, sempre oscilando entre os interesses particulares sem as rupturas. Deste modo, desde a formação do estado, até a constituição do empresariado enquanto classe social, tem-se que o imigrante alemão é o agente dinamizador da transformação do sistema de produção gaúcho. A seguir apresenta-se a construção da matriz institucional da gênese do empresário gaúcho, bem como o modelo de construção mental de alguns desses pioneiros.

## 6 PARA COMPREENDER A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ INSTITUCIONAL E O MODELO DE CONSTRUÇÃO MENTAL

Algumas instituições importantes para o entendimento da origem da indústria meridional datam da vinda da Corte, em 1808, para o Brasil, como a Abertura dos Portos, que inseriu o país no comércio ultramarino e no plano de expansão da economia inglesa - que culminou com a extinção do tráfico negreiro e a Abolição da escravatura - além da concessão e posterior posse da terra por imigrantes não-lusitanos que se dedicassem a agricultura e não utilizassem escravos na produção. Este contexto institucional foi explorado ao longo da pesquisa histórica como meio de melhor capacitar a compreensão da matriz institucional que se apresentava no momento da transição do capitalismo no estado, durante a República Velha, quando surge a indústria gaúcha. São, então, retomadas as regras estabelecidas na origem da indústria que constituem, segundo essa proposta, a matriz institucional da gênese do empresário gaúcho.

Porém, há uma exceção, a matriz que procura indícios de porque são os imigrantes alemães os primeiros a adentrarem o setor industrial, aquela que tem como vetor seu legado cultural. Para investigar a formação cultural dos imigrantes e as instituições geradas a partir desse e que tiveram relação com o desenvolvimento industrial, remonta-se a chegada dos primeiros imigrantes ao estado. Com vistas a estudar a cultura, esse *ethos* que forma o pensamento do imigrante alemão, recorre-se a teoria weberiana, uma vez que a maioria dos imigrantes que para cá vieram eram protestantes. Faz-se um esclarecimento: para Weber (2004) os protestantes que melhor desenvolveram o espírito capitalista foram os calvinistas, e os alemães que aqui se estabeleceram eram majoritariamente luteranos. Todavia, Weber não descarta a influência da ética protestante na formação do espírito capitalista entre os luteranos. Ademais, outro dado que corrobora para a investigação desse vínculo entre ética religiosa e desenvolvimento capitalista é apresentado por Roche (1969), o qual argumenta que as regiões que mais se desenvolveram no estado foram as dos imigrantes protestantes, em comparação com os católicos. Portanto, ao estudar o legado cultural alemão e a influência sobre a formação das instituições necessárias parte-se da tese de Weber (2004), para então analisar o contexto local.

Esclarecimentos postos, para construir a matriz institucional da gênese do empresário gaúcho optou-se por descrever separadamente os quatro grandes vetores que moldam o

contexto institucional gaúcho, sendo eles: o legado cultural dos imigrantes alemães; a dominação do capital sobre o trabalho; a aliança com o Estado e; a constituição do empresariado enquanto classe social. Começa-se pela matriz impulsionada pelo legado cultural.

Dando seqüência no modelo proposto por North (1995), descrito o contexto institucional propõe-se a análise do modelo de construção mental, através da apresentação da biografia de alguns empresários que fizeram parte de algumas empresas do *escalão regional*. Diante desses pequenos fragmentos de histórias de vida, procurar-se-ão traços que aproximem ou não esses empresários enquanto grupo. Trata-se da busca de um modo de pensar e agir comum a estes homens, ainda que eles não se organizassem enquanto classe social. Então, tem-se *a priori* que, ao somar a análise institucional com a leitura que o agente fez destas tendo por base as ações tomadas ou os projetos e planejamentos, pode-se observar congruências ou divergências em um determinado grupo.

Como se forma uma lesma, as marcas distintivas ligadas ao nome, ao biológico e ao percorrer histórico dos agentes, acabam por deixar traços quase transparentes que, quando unidos a todos os outros traços dos grupos sociais, definem trajetórias comuns, feixes de percursos muito semelhantes, ou, afinal, uma trajetória (MONTAGNER, 2007, p. 253).

Portanto, a partir de histórias individuais que estavam inseridas em uma mesma matriz institucional, pretende-se traçar a trajetória do conjunto dos empresários pioneiros. Acredita-se que para estes, a ética protestante e ou o ímpeto de mudar de vida foram relevantes no modo de pensar e agir. Ao buscar os motivos que levaram os imigrantes alemães a participarem da implantação industrial, em todas as suas fases, torna-se indispensável resgatar também a trajetória dos gaúchos já aqui estabelecidos a sua chegada, vinculados às atividades da economia tradicional, pecuária e charque, que eram, por sinal, mais rentáveis do que a economia colonial. Entretanto, não é dessas atividades que surgem nem o capital necessário à industrialização, nem os homens que se engajam no pioneirismo empresarial. A isso, Weber (2004) vai dizer que o “espírito” capitalista é uma concepção de vida, o que pode ser completado por Veblen (1965) que diferenciava esse modo de encarar a atividade econômica daquele tradicional. Partilhando desses argumentos, a primeira estrutura institucional analisada da gênese do empresário no Rio Grande do Sul é aquela impulsionada pelo vetor legado cultural dos imigrantes germânicos.

Existem duas proposições que podem ser feitas sobre a concepção de mundo dos imigrantes alemães; a primeira pressupõe que parte dessas características poderia ser relacionada a um comportamento derivado de uma vida adversa, afinal só alguém que tenha

muita vontade de mudar de realidade, de conquistar mais recursos, se aventuraria nas viagens ultramarinas da época com uma família, não raro, numerosa. Esta “gana” de vencer é ressaltada por Roche (1969) e por Lando e Barros (1976) como um “motor” para os alemães que aqui chegaram. Mas, também, alguns indícios suscitam uma motivação relacionada a valores mais estruturais, uma concepção de vida que pode ter sua raiz na ética religiosa desses imigrantes. Essa hipótese surge a partir da leitura de Weber (2004) e a relação que se faz entre algumas características propostas pelo autor e a realidade encontrada na sociedade gaúcha à época de sua formação sócio-econômica. Tanto o ímpeto por vencer, quanto a ética protestante são inferências que ainda não foram comprovadas; entretanto, seus indícios tornam indispensáveis as análises que serão feitas a seguir sobre a matriz institucional cultural dos imigrantes alemães.

Preliminarmente, apresentam-se algumas considerações de Weber sobre a relação da ética protestante com o espírito capitalista como suporte à análise do legado cultural dos imigrantes alemães. Mesmo que as características culturais aqui apresentadas estejam mais relacionadas a primeira preposição, do instinto de superação, justifica-se esse auxílio pela consistência teórica e por inferências que, se não são comprovadas estatística ou documentalmente, são elaboradas através do estudo histórico e da análise teórica.

## 6.1. O LEGADO CULTURAL DOS IMIGRANTES ALEMÃES: A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO CAPITALISTA

O estudo da influência da religião na vida dos imigrantes foi aqui destacado pela crença de que algumas atitudes dos primeiros empresários são “estimuladas” pela ética protestante. Essa hipótese surge através da leitura de Weber e da relação encontrada entre a ética religiosa e o espírito capitalista entre os alemães. A problemática de Weber desperta ao estudar o Vale do Ruhr, na Alemanha, onde constatou que boa parte dos industriais e trabalhadores qualificados da indústria possuíam uma característica em comum: eram protestantes. Em comparação com os católicos, Weber (2004) verificou que os protestantes procuravam estudar áreas mais técnicas, como as engenharias, enquanto os primeiros costumavam dedicar seus estudos a matérias mais humanistas. A partir dessa relação, o autor designou a fé protestante e, principalmente, a ética que deriva desta, como uma contribuição significativa para a formação do espírito que rege o capitalismo. Porém, segundo sua tese, não

era pelo exercício dos atos religiosos que isso se dava, antes pelo contrário, disse que o capitalismo surge em sua forma mais evoluída em um estado secularizado. Era, sim, por meio dos valores aprendidos com a religião que os trabalhadores se tornavam mais aplicados e eficientes, e o capitalista um sujeito arrojado e com o espírito inovador. A partir dos valores empregados através da religião, eram constituídas uma série de regras, de código de conduta social, ao qual pode-se denominar de instituições, dentro do aporte teórico de análise aqui empregado, que corroboravam para a fundamentação de um modo de viver que implementa o capitalismo moderno.

Portanto, para Weber (2004), a concepção protestante de vida foi o principal aspecto na origem do *homo economicus* moderno. Cabe salientar que o autor afirma não haver uma casualidade estrita, mas uma afinidade entre ambas. Ou seja, para Weber as instituições, no caso a ética protestante, não determinam o comportamento dos indivíduos, mas o orientam. Deste modo, o desenvolvimento do “espírito” do capitalismo se deu nas nações que tiveram essa gênese religiosa, porém seu desenvolvimento pleno só ocorreu à medida que sua religiosidade cedeu espaço às relações intramundanas utilitárias, a secularização das sociedades. Todavia, estas estavam previamente imbuídas da ética protestante. “A intensidade da busca do reino de Deus gradualmente começa a transformar-se em sóbria virtude econômica, quando lentamente desfalecem as raízes religiosas, dando lugar a secularidade utilitária [...] uma ética profissional especificamente burguesa surge em seu lugar” (WEBER, p. 126-7, 2004).

O método compreensivo de Weber (2004), que considerava o processo histórico e a racionalização religiosa, via a mudança institucional se dando através da mudança de valores e não por imposições. A relação entre os campos morais e cognitivos religiosos e o desenvolvimento do capitalismo tem em Max Weber seu expoente mais significativo. O autor não procura falar da essência das religiões, mas sim investigar seus efeitos sobre o funcionamento social e econômico. É considerado o fundador da sociologia compreensiva, que procura a interpretação das ações individuais a partir do sentido dado pelo agente (SOUZA, 1998). Em sua análise, o protestantismo ascético é tido como a verdadeira revolução da consciência capaz de impulsionar o modo de produção do capitalismo moderno. Dentro desta visão tem-se que “instituições não se derrubam pela violência ou pelo sangue da vingança e do ressentimento. Uma real mudança institucional advém da conversão dos corações e mentes das pessoas. Isto tem a ver com o método compreensivo da sociologia weberiana” (SOUZA, 1998, p. 5). Nesse sentido, as instituições podem ser vistas como fatos sociais, culturais e históricos.

Conforme Souza (1998), é incorreto afirmar que a religião em Weber é uma inversão da casualidade econômica em Marx. Para Weber (2004), a religião tem importância não causal, mas heurística. Sua meta era achar a essência, o “espírito”, do capitalismo mais desenvolvido, “moderno”. O que o instigava eram as diferenças existentes entre o *capitalismo moderno* e o *capitalismo tradicional*. Na busca do “espírito capitalista”, Weber (2004) não procura identificar apenas a perspicácia nos negócios, mas um *ethos* particular. Sobre esse espírito capitalista:

se é que é possível encontrar um objeto que dê algum sentido ao emprego dessa designação, ele só pode ser uma “individualidade histórica”, isto é, um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação cultural (WEBER, 2004, p. 41).

Para Weber, não é a norma em si que explica a ação social, mas a apropriação que o ator social faz dessa norma. Assim, as instituições, os valores, não determinam o comportamento dos indivíduos, mas o guiam (RAUD-MATTEDI, 2005). Weber não acredita em um etapismo para o desenvolvimento, rejeita o *evolucionismo material*, mas é adepto de um *evolucionismo formal* que se concentra nos aspectos cognitivo e moral (SOUZA, 1998). Sua investigação paira sobre as sanções psicológicas que se originam na vida e na prática religiosa, e que orientam a conduta do indivíduo. Nesse sentido, “tanto a moralidade quanto a necessidade de compreensão de mundo nascem como movimentos endógenos à racionalidade religiosa” (SOUZA, 1998, p. 2). Segundo Weber (2004), o protestantismo caracteriza-se por uma racionalidade específica, cujo ponto fundamental de impacto sobre o capitalismo é a racionalidade do trabalho como vocação e ascese intramundana. Assim, não é apontada uma causalidade estrita entre o protestantismo e o capitalismo, mas uma afinidade entre estes.

Desta afinidade surge a idéia de que o ganho do dinheiro é a expressão de uma vocação. Dentre os seguimentos do protestantismo, o calvinismo é o mais presente entre os empreendedores capitalistas e, segundo Weber (2004), a primeira ética religiosa que deu ao trabalho um caráter religioso e colocou esse como um meio para a salvação no presente, pois o homem seria predestinado a ser feliz. O trabalho passa a ser uma vocação e deve ser desempenhado, precise a pessoa ou não prover sustento, como modo máximo de glorificar ao Senhor. Segundo este princípio, o ideal de um homem é que ele seja honesto e que trabalhe como um modo de glorificar a Deus, sem desperdiçar tempo. Assim, segundo os preceitos econômico-religiosos:

O primeiro e maior mandamento é o de trabalhar do modo mais árduo possível, durante o máximo possível de horas, para se ganhar o máximo possível de dinheiro. O pecado cardinal é perder tempo ou dinheiro. A disciplina monástica e ascética estabelece que o dinheiro ganho dessa maneira não deve ser gasto em divertimento ou conforto, mas diretamente investido para gerar mais dinheiro. [Segundo a



interpretação weberiana], as virtudes cardeais são a frugalidade, a laboriosidade, a pontualidade nos pagamentos e a fidelidade nos acordos – todas as quais aumentam o crédito e habilitam a fazer uso do dinheiro dos outros. Essa religião parece ter sido destinada a concretizar a acumulação de capital (FERREIRA, 2000, p. 2).

Para Weber, a vocação do protestantismo ascético não é um destino conforme o qual cada um deva se submeter, mas um mandamento de Deus a todos, para que trabalhem para a Sua glória. Essa peculiaridade, aparentemente irrelevante, teve inestimáveis conseqüências psicológicas, relacionando-se com maior afinidade dessa significação providencial da ordem econômica (FERREIRA, 2000).

É pertinente destacar que Weber utilizava o termo “espírito” tendo como base aspectos sócio-históricos remetentes de um complexo cultural que o autor identificava como próprios do sistema capitalista. O significado religioso remete ao cotidiano da dedicação ao trabalho, onde a dedicação à profissão é vista como um meio para a glória de Deus. “Tal espírito construiu a imagem segundo a qual o trabalho deve ser executado como um fim absoluto em si mesmo, como uma “vocação”” (PASSIANI, 2001, p. 51).

Outra constatação de Weber (2004) para além do ímpeto do trabalho, refere-se à relevante diferença entre o número de católicos que direcionavam seus estudos para áreas técnicas e profissões comerciais e industriais e os protestantes que se preparavam para a vida burguesa. Dado o desinteresse pela aquisição capitalista, os artesãos católicos tendiam a virar mestres artesãos; enquanto os protestantes se encaminhavam para as fábricas, galgando postos de trabalho mais qualificados. Para Weber:

nesses casos, a relação de casualidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e que aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da religião de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional (WEBER, 2004, p. 33).

Portanto o autor atribuía essas escolhas a diferenças não de capital, mas de patrimônio (valores) herdados. Os protestantes, estando na camada dominante ou dominada, sendo maioria ou minoria, mostravam uma inclinação específica para o *racionalismo econômico*, não encontrada entre os católicos. “A razão desse comportamento distinto deve ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não [somente] na [respectiva] situação exterior histórico-política” (WEBER, 2004, p. 34).

Ademais, somando-se à vocação, a racionalização do trabalho, que irá culminar na especialização, era vista como moralmente correta entre os protestantes. A profissão assumia um caráter metódico-sistemático que é exigido pela ascese intramundana. Não agradava a Deus somente o trabalho em si, mas o trabalho profissional racional. Do ponto de vista do

empresário, este devia buscar oportunidades de lucro como meio de agradar a Deus. Essa desobstrução da ambição de lucro, aliada à condenação do consumo supérfluo, resultou na coerção ascética à poupança, que culminou na acumulação de capital. Para Weber, a ascese protestante intramundana:

teve o efeito [psicológico] de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cercavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo como diretamente querido por Deus. A luta contra a concupiscência da carne e o apego aos bens exteriores não era [...] uma luta contra o ganho [racional] [mas contra o uso irracional das posses] (WEBER, 2004, p. 155).

Esse estímulo ao aumento do ganho, condenando o consumo, acabou por favorecer o emprego do capital produtivo, ou seja, do investimento em capital. Dessa forma, a vocação foi empregada como estímulo psicológico capaz de ampliar a produtividade tanto para o trabalhador quanto para o empresário. Logo, na visão de Weber (2004), os principais aspectos desse “espírito capitalista” têm sua gênese no protestantismo, onde a valorização religiosa do trabalho profissional racional (sem descanso, contínuo, sistemático) e a ambição pelo lucro eram tidas como os meios ascéticos da regeneração de um ser humano e os meios supremos de demonstração de fé.

Adiante, Weber (2004) buscou averiguar até que ponto a ética religiosa influenciou a formação e a expansão desse “espírito capitalista”. Tinha por objetivo, portanto, avaliar em que medida conteúdos culturais modernos podem ser atribuídos, em sua formação histórica, a motivos religiosos ou não. Segundo o autor:

A ancoragem original da próxis moral nesses dogmas deixou fortes vestígios na ética “não dogmática” subsequente, e é somente o conhecimento daqueles conteúdos das idéias primordiais que vai permitir que se compreenda o modo como aquela moralidade prática se prendia à idéia de um Outro Mundo. Rastrear [aqueles] estímulos psicológicos [criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso] que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela (WEBER, 2004, p. 89).

Assim, o que explica o capitalismo moderno não é um mero bom senso comercial, mas um *ethos*, um modo de ver e viver, uma essência. O ser humano pode obter a santificação em vida, vivendo conforme a vontade de Deus que é expressa pela vocação. Esta é vista por Weber (2004) como o dogma central do protestantismo. Calvino pregava aos seus que “desde que obedeças a tua vocação, nenhuma obra tão ignóbil e vil haverá de ser que diante de Deus não resplandeça e seja tida por valiosíssima” (CALVINO, 1989).

Conforme previamente visto, o modo de vida do gaúcho não colaborou para o desenvolvimento da religiosidade, aspecto este que marcou fortemente a vida dos imigrantes. No caso dos alemães, uma vez que o estado brasileiro não era laico, possuindo por religião

oficial o catolicismo, a questão religiosa não dizia respeito apenas a uma escolha mística, mas sim a um estatuto jurídico. Os protestantes não podiam naturalizar-se, seus casamentos não eram legítimos, assim como seus filhos, fatos que trouxeram muitas limitações a estes imigrantes.

Em virtude mesmo de sua profunda devoção, aos colonos custou adaptarem-se ao meio brasileiro, onde os protestantes se tornavam minoritários, onde o catolicismo constituía a religião de Estado, onde o clero católico vinha de países que não haviam conhecido nem a Reforma, nem a Contra-Reforma. A introdução de imigrantes não católicos não era mesmo compatível com a Constituição Brasileira de 1824; os primeiros colonos não puderam, pois, gozar de liberdade de culto, aliás relativa, senão por tolerância administrativa, precária e variável, consoante o tempo e o lugar (ROCHE, 1969, p. 678).

Portanto, o exercício da religiosidade nos primórdios da imigração não era trivial aos germanicos e contou com características próprias adquiridas localmente. A prática religiosa dos imigrantes, além de já ter sido impregnada pelo legado religioso contraído na terra natal, ainda contou com o isolamento e o estreitamento dos laços sociais da colônia para seu acirramento. Segundo Roche (1969), esse legado se manifesta principalmente na profunda piedade individual, no misticismo, na importância das comunidades culturais e no vínculo da religião com a consciência étnica.

Migram para o Rio Grande do Sul tanto alemães protestantes, quanto católicos, porém estes possuem valores completamente diversos. Conforme Willems:

O credo religioso determina, dentro de uma sociedade alemã, concepções filosóficas, normas de comportamento e atitudes que associam, de diversos modos, outros complexos culturais à religião propriamente dita. Os protestantes e os católicos alemães jamais têm a mesma hierarquia de valores, não consideram o Estado, por exemplo, da mesma maneira, nunca exercem suas profissões ou suas atividades econômicas segundo os mesmos estímulos (WILLEMS, 1955, p. 463 apud ROCHE, 1969, p. 671).

Os imigrantes católicos e protestantes convivem, mas não comungam necessariamente os mesmos valores. Conforme Roche (1969), as províncias alemãs que mais se desenvolveram no estado eram de imigrantes protestantes, além de serem os alemães que chegam ao Rio Grande do Sul na sua maioria protestantes e conseguirem se organizar enquanto núcleo religioso mais rapidamente, por não haver necessidade, no preceito dessa religião, da figura de um interventor, de um sacerdote, que vincule o crente a Deus.

Porém, figura do interventor potencializou não só a atividade religiosa, os cultos e as conversões, mas os vínculos sociais entre os protestantes. Com o aumento da imigração, vieram também os sacerdotes, tanto de formação alemã, quanto de formação norte-americana

e constituíram os Sínodos<sup>24</sup>. As Igrejas foram aumentando de número conforme a intensificação do povoamento, como mostra o quadro 1. Os primeiros cinquenta anos de imigração foram marcados pela oposição ao credo evangélico, ainda que não oficial, o que contribuiu para a segregação social.

**Quadro 1:** A comunidade protestante no Rio Grande do Sul – 1913 a 1954

<b>Anos</b>	<b>Pastores</b>	<b>Comunidades</b>	<b>Almas</b>
<b>1913</b>	58	188	85.595
<b>1923</b>	72	274	120.015
<b>1934</b>	94	400	172.180
<b>1946</b>	103	461	233.205
<b>1954</b>	106	554	287.289

Fonte: Roche, 1969, p. 674.

Além do maior número de fiéis, o Sínodo motivou a vinda de médicos e parteiras protestantes para se instalarem na área colonial, o que os levou a criação de hospitais e clínicas, que contavam com o patrocínio da congregação. Era costume criar, anexada a igreja, uma escola, conseqüentemente houve o aumento do nível de educação formal entre os alemães. Isso permitiu, por exemplo, a criação de imprensa escrita. Entretanto, a manutenção da língua, a criação de uma imprensa de edificações e a criação de escolas eram aspectos considerados como desnacionalização e de segregação pelas autoridades brasileiras, não sendo estimulados.

Todavia, à medida que o Sínodo se desenvolvia, se distanciava da igreja alemã e já começava a formar pastores oriundos das colônias, sacerdotes locais. Um dos mais importantes propagadores da religião protestante era a manutenção do uso do idioma natal. Porém, na dispersão dos protestantes pelas novas colônias ocorreram as maiores perdas no uso da língua, e com ela da prática religiosa e da consciência étnica (ROCHE, 1969). Só em 1889, com a Proclamação da República é que ocorre a liberdade religiosa total para os protestantes. Feitas essas considerações sobre o protestantismo entre os imigrantes alemães, e de posse da teoria de Weber, é proposta a seguir a primeira matriz institucional da gênese do empresário gaúcho, aquela que tem por vetor o legado cultural.

<sup>24</sup> Sínodo: assembléia eclesiástica convocada para tratar de assuntos da diocese (HOUAISS, Antônio. Dicionário básico escolar Koogan-Larousse. Editora Larousse do Brasil. Rio de Janeiro, 1982).

### 6.1.1 A gênese do empresário gaúcho: o legado cultural dos imigrantes alemães

*Entre a Europa e a América, um oceano de esperanças; entre a partida e a chegada, um mar de incertezas. Para todos aqueles imigrantes europeus que vieram redescobrir o Novo Mundo, a travessia marítima era só a parte inicial da longa viagem em busca de uma oportunidade, de uma segunda chance para achar o caminho e recomeçar a vida. Uma viagem que não terminava no porto de desembarque, mas continuava por muito tempo, até que as raízes replantadas nas novas comunidades fecundassem a terra (TEIXEIRA, 2001, p. 118).*

Veblen (1965) distingue as instituições industriais, como aquelas orientadas para a eficiência da produção e para a melhoria do bem-estar material, das instituições pecuniárias, próprias das economias tradicionais, que são derivadas do instinto predatório e avessas ao trabalho útil. Por aqui, essa distinção ocorre entre as sociedades tradicional e colonial, bem como entre as elites econômicas que delas surgem: a burguesia agropecuarista e os empresários.

O racionalismo ascético de Weber prevê que o processo de racionalização é formado a partir das regras sociais, de conflito, de favorecimento ou de indiferença. E a racionalização da produção está estritamente vinculada à modernização do sistema produtivo, vis-à-vis a economia tradicional, sendo este um dos obstáculos mais fortes para a adaptação dos indivíduos aos pressupostos da ordem econômica de cunho capitalista-burguês. Este capitalismo moderno se diferencia daquele tradicional, segundo o qual o ser humano não quer “por natureza” ganhar mais dinheiro, mas simplesmente viver e ganhar o necessário para tanto. Esses empresários e trabalhadores que têm uma visão e defesa de mundo ascético consideram o trabalho indispensável à vida, o que não ocorre entre os envolvidos da economia do gado, que possuem um trabalho sazonal e não rotineiro. Segundo Weber (2004), o “natural” ao ser é agir de modo a reproduzir o mesmo que foi produzido no período anterior, ou mesmo gerar o necessário à sobrevivência, por isso é mais comum a existência das sociedades tradicionais. Aproveitando o argumento de Roche (1969) sobre a cultura do gaúcho, afirmando que este incorpora do caudilhismo apenas o espírito aguerrido, característica que irá determinar a disposição nas lutas próprias da região do Prata, sendo o seu legado cultural formado na seiva do tronco português, pode-se agregar as observações de Fernandes (2006) e Holanda (2006) sobre a formação ibérica presente na burguesia agropecuária: a busca da distinção social, a pré-disposição ao trabalho intelectual e a repulsa ao trabalho braçal, além da apropriação do Estado. É entre a elite agrária que as atividades políticas se desenvolvem com mais vigor; já os empresários alemães, salvo algumas exceções

como Alberto Bins e A. J. Renner, a viam como usurpadora do tempo de trabalho útil.

Dado o desgaste despendido no ato de trabalhar, faz-se necessário um grande senso de responsabilidade e de disposição que estejam desvinculados da busca pela maior comodidade possível, com o mínimo de esforço e que almeja o salário suficiente para viver. Na análise de Weber (2004) para haver o “espírito” capitalista é necessário que o valor esteja fortemente *enraizado* na conduta dos atores, que passa a ser motivada por uma felicidade pessoal. O fato de ser indispensável à vida explica o porquê dessa conduta “irracional”, onde o ser humano existe para o seu negócio e não o contrário. Infere-se que os alemães que aqui chegaram tinham esses valores enraizados, tanto por sua formação cultural, quanto pelo processo adverso que viviam, de inserção em um contexto que não os concedia outra alternativa que não conseguir melhorias através do trabalho. Já na sociedade tradicional, a origem familiar, as heranças, garantiam um certo status social. Segundo Lando e Barros (1976), os imigrantes que aqui chegam têm o ímpeto de melhorarem suas vidas “um dos elementos básicos do espírito do capitalismo” (LANDO e BARROS, 1976, p. 16). O ímpeto pelo trabalho se verifica tanto na atividade colonial, quanto na formação da indústria, já que os empresários trabalhavam nas fábricas, se não nas mesmas atividades que os operários, participavam do processo produtivo; e alguns como Ernesto Neugebauer, até mesmo a moraram no mesmo prédio onde se realizava a produção, algo refutado pelo fazendeiros e charqueadores, que não participavam do processo produtivo, ainda que convivessem com os peões.

Há, portanto, entre os imigrantes e seus descendentes a busca da eficiência produtiva pelo aprimoramento do conhecimento técnico e formal; já entre a elite tradicional o estudo não estava necessariamente vinculado ao processo produtivo, onde boa parte dos descendentes dos fazendeiros e charqueadores passa a se dedicar a profissões como a advocacia, e que pretendem, por meio delas, inserir-se no Estado pela política.

Para diferenciar as sociedades modernas das tradicionais, Veblen (1965) acentuou que ao longo da história o trabalho humano está dividido entre aquele predatório ou eficaz. O trabalho predatório ocorre em uma sociedade de elite ociosa, onde é estabelecida a discriminação entre as funções dignas, aquelas que tenham o envolvimento de um elemento de proeza ou façanha e; as funções indignas, que são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe, algo bem próximo do que havia na atividade do gado. E na sociedade colonial, como posto por Love (1971), mesmo com o auxílio inicial, através da concessão da propriedade e com ajuda financeira, quando esta ainda não tinha sido abolida, a vida dos imigrantes estava longe de ser fácil. Muitos eram bem pobres para organizar explorações agrícolas do tipo que conheciam na Alemanha e ainda sofriam com funcionários

corruptos locais que constantemente prejudicavam e exploravam os colonos. Ou seja, a alternativa que se apresentava era a superação através do trabalho, o que muitas vezes não era possível no país natal em função do processo de reestruturação produtiva.

Se seus conhecimentos técnicos não podem ser superestimados, também não contavam com disponibilidade de tecnologia e de crédito. Contra isso havia o espírito de associativismo. O isolamento e as dificuldades de relacionamento com os “donos das terras” geraram uma identidade cultural entre os imigrantes germânicos, mesmo que tivessem origens diferentes. Do mesmo modo que o “espírito guerreiro” ajudou a criar a identidade gaúcha, o isolamento dos imigrantes nas colônias fortaleceu a identidade germânica. Assim:

a noção de que pertenciam a uma mesma comunidade levou os colonos alemães a promoverem o surgimento de uma série de associações, cujo objetivo era, em princípio, a manutenção de sua herança cultural. As primeiras iniciativas para o estabelecimento da vida comunitária foram a construção de Igrejas e escolas (SALAMONI, 2001, p.33).

Os alemães apresentavam uma idéia de independência, enquanto os gaúchos buscavam o individualismo, que é contrário ao associativismo. Destaca-se que o associativismo também visava a busca de soluções relativas ao setor produtivo, como a união de produtores de um mesmo bem em associações. Os alemães formavam, assim, núcleos coloniais auto-suficientes e a policultura e a mão-de-obra familiar reforçam essa idéia de independência. Também, o associativismo é fomentado pelo modo como se deu o processo de colonização e a distribuição de lotes, aliados a cultura de diversidade produtiva, que geraram uma sociedade mais igualitária, onde a busca da distinção social era minimizada. O ato de desenvolver uma produção diversificada e ocupar a posição de colonos proporcionou o desenvolvimento de uma sociedade com características diferentes do restante da província e do Império. Quanto ao tipo de povoamento, este era mais denso na região colonial, comparativamente às áreas de campo. A estrutura fundiária gerou uma grande proximidade dos lotes coloniais, o que favoreceu a formação de vilas e povoados que seriam os futuros centros urbanos.

Assim, o anseio pelo aumento da eficiência produtiva não é comum, sendo necessária uma disposição para executar o trabalho como se fosse um fim em si mesmo, uma “vocação”. Tem-se por hipótese que uma das raízes para esta vocação está na ética protestante dos imigrantes alemães. Segundo Weber (2004), esta disposição não está na natureza ou é estimulada por maiores salários, mas sim, faz parte de um processo educativo religioso. As moralidades de cunho utilitário têm efeito diferente daquelas de cunho religioso. As primeiras podem ser exercidas apenas em aparência. As advertências morais religiosas pregavam a honestidade, que é útil porque traz crédito, assim como a pontualidade, a presteza e a

frugalidade (WEBER, 2004). Portanto, sobre a herança cultural e as instituições que desta derivam, aqui se propõe um vínculo com a ética protestante dos imigrantes alemães.

Outra matriz institucional fundamental para a análise da gênese do empresário no Rio Grande é aquela que passa a ocorrer no processo de formação das manufaturas, com a dominação do capital sobre o trabalho. No interior das fábricas a maioria era de trabalhadores descendentes de germânicos, sendo que algumas das características aqui apresentadas poderiam se aplicar aos mesmos, como a pouca acomodação, ou a explicitação da insatisfação na exploração ou nas condições desfavoráveis de trabalho. Porém, por uma limitação da pesquisa, ela se restringe ao estudo das instituições que estão por trás da dominação das relações de produção, procurando ver como isso foi possível e o impacto sobre a acumulação de capital e a formação do empresariado.

## 6.2 A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A DOMINAÇÃO DO CAPITAL E A DISCIPLINA DO TRABALHO

*Reconstruir a prática de classe de uma fração burguesa significa escrever um capítulo de história do vencedor, mesmo dentro das condições específicas de um capitalismo dependente e tardio (PESAVENTO, 1988, p. 14).*

Parte-se da tese de acumulação de capital a partir do excedente agrícola colonial, que é apropriado pelo comerciante e torna-se capital industrial. Como continuidade, o processo de acumulação do capital, da sua consolidação e crescimento, está atrelado à dominação deste sobre o trabalho e da questão social suscitada pelo conflito entre trabalhadores e empresários. Tendo por base a tese de Pesavento (1988), pode-se analisar como, por meio da ideologia do positivismo e da privatização da questão social capital-trabalho, o capital se organizou de modo a desarticular o operariado e a doutriná-lo. Sabe-se, contudo que os trabalhadores não desconheciam sua condição de explorados e reivindicavam mudanças nas condições de trabalho por meio de greves e paralisações, mas nesse conflito o capital obtinha vantagem de poder.

Pesavento (1988) se dedicou ao estudo próprio da dominação do capital e a disciplina do trabalho em sua tese de doutorado (USP, 1987, publicada em livro de 1988), e partiu da análise do uso da tecnologia tanto como um meio de ampliar a expropriação da mais-valia relativa e aumentar a competitividade no mercado, quanto um modo de dominação do capital



sobre o trabalho, através do controle e disciplina do operário, uma vez que lhe retira o seu saber. Deste modo, a dominação sobre o trabalho ocorria tanto de modo coercitivo, como por estratégias mais “suaves”, através de mecanismos ideológicos que mascaravam a exploração. Mas, a autora ressalta que esta relação com o trabalho é consequência, sendo o ímpeto primeiro da tecnificação e das melhorias produtivas, por meio de melhores produtos e com mais competitividade em termos de capacidade produtiva, almejada para a conquista e manutenção de novos mercados por parte dos empresários.

A incorporação de tecnologia suscitou um novo arranjo produtivo mais racionalizado. Surgem os agentes do capital, que tinham por função fiscalizar o trabalho e fazer valer regras e normas impostas às tarefas fabris, além de treinarem os operários para determinadas funções quando necessário. São os “gerentes” de produção. Esses personagens deixaram a posição de coadjuvantes em meio a muitos protestos dos trabalhadores, como greves e paralisações, visto que, não raro, um dos principais motivos dos descontentamentos era o tratamento recebido destes “gerentes produtivos”. Eram, normalmente, os detentores do saber técnico e pressionavam os operários nas linhas de produção, tomando para si o papel de exploradores, “suavizando” a figura do empresário-capitalista. Aliado a isso, a tecnificação ia desapropriando o trabalhador do saber do processo produtivo, também com a aderência a novos modos de produzir.

Com a inclusão tecnológica o empresário passa a afirmar seu poder político, e um dos meios para a dominação da classe trabalhadora foi o seguimento do modelo produtivo de Taylor<sup>25</sup>. Junto com o taylorismo, eram agregadas as idéias do fordismo<sup>26</sup> e, como se percebe pelas citações de artigos de periódicos da época, a assimilação desses métodos não se dava de forma superficial, sendo instituições importantes no processo de dominação do trabalho pelo capital:

[...] quando se afirma a influência taylorista nos meios empresariais no Rio Grande do Sul, não se quer assinalar apenas a presença de um vago “espírito taylorista” entre a burguesia, estando todo o esforço de afirmação do capital sobre o trabalho de alguma forma imbuído daqueles princípios. É possível mesmo afirmar que a liderança empresarial gaúcha conhecia as teses e os métodos de Taylor, como se observa nas revistas que representavam o pensamento desta fração da burguesia, em uma série de artigos assinados pelos próprios empresários ou, mais comumente, por seus prepostos, os intelectuais a serviço das diretrizes de um “pensamento industrial” que se afirmava (PESAVENTO, p. 23, 1988).

---

<sup>25</sup> Método que tinha por objetivo aumentar a produção e a produtividade do trabalho através da racionalização do processo produtivo, propondo a divisão do trabalho e a otimização do tempo da mão-de-obra.

<sup>26</sup> O fordismo buscava complementar o método de Taylor, porém representava um passo a diante ao, além de apreço a racionalização da produção para a ampliação da margem de lucro e controle do capital, a minimização de custos.

No fordismo essa assimilação das idéias foi incorporada de modo a atender interesses específicos, ficando de fora o aumento de salários e a participação nos lucros por parte dos operários. Entretanto, a intensificação do capital, o melhoramento produtivo e a ampliação da produção, bem como a harmonia entre consumidores, empresários e operários, além da manutenção do grande chefe industrial atendiam aos interesses do capital industrial. Essa dominação sobre o trabalho era tamanha que, em 1913, o Rio Grande do Sul ocupava o quinto lugar entre os estados que possuíam mais estabelecimentos fabris, terceiro em termos de valor da produção, mas o primeiro em rendimento por trabalhador, mesmo possuindo menos tecnificação que São Paulo, Distrito Federal ou Rio de Janeiro<sup>27</sup>.

Essa busca por implemento tecnológico se dava, em algumas fábricas, até em períodos onde as tarifas ou as taxas cambiais eram desfavoráveis à aquisição dos bens de capital e passou a ser alvo de protesto principalmente por volta de 1931, com o desemprego da mão-de-obra. A mecanização da produção, aliada aos novos métodos de intensificação do trabalho, além de desqualificarem o trabalho através de sua divisão, passavam a exigir um saber qualificado, para a operação das máquinas, qualificando os técnicos e desqualificando o restante dos trabalhadores. Forma-se uma hierarquia no chão de fábrica, composta por diretores, subdiretores, mestres, contramestres e a massa trabalhadora que opera as máquinas. Os trabalhadores estão divididos por tarefas e não se vêem como incluídos em uma mesma classe social, o que corrobora para a dominação do capital.

Afora a dominação sobre o saber produtivo, os trabalhadores eram tolhidos no seu comportamento social, através de punições severas por atrasos e conversas, além da premiação daqueles que “bem” se comportavam, com dedicação ao trabalho. Isso visava formar operários dóceis, segundo Pesavento (1988), claramente com intenções de anular seu ímpeto contestatório e reduzir seu potencial político. “A ordem que reina é quase escolar, os operários estão silenciosos, trabalhando contentes em espaços arejados e iluminados” (PESAVENTO, 1988, p. 40). Entretanto a história do processo de industrialização no estado, marcada por greves e conflitos, indica a resistência à subjugação do operário, fatos que buscavam ser minimizados pelos empresários, mas é possível desvendar o que o discurso pacificador revela:

Se o ambiente é claro e arejado, é para que o trabalho renda mais; se os operários trabalham dóceis e em silêncio, é porque há punição para os que infringem as regras ou uma perspectiva de recompensa para os que trabalhem mais. É, em suma, o capital ditando as leis (PESAVENTO, 1988, p. 41).

---

<sup>27</sup> Os principais estados em termos industriais então eram: São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Progresso. Porto Alegre, Globo, 2, novembro, 1913. Apud Pesavento (1988), p. 28.

As reivindicações por salários maiores e pela redução da jornada de trabalho costumavam encabeçar a lista de queixas. O contra-argumento usado pelos patrões era os dados do Censo de 1920<sup>28</sup> sobre os salários, apontando o Rio Grande do Sul como aquele estado onde havia a remuneração melhor aos operários adultos masculinos. Porém, esse salário mais elevado relacionava-se a ainda baixa mecanização e conseqüente necessidade do saber do trabalhador, quando comparada a São Paulo, estado que podia pagar salários mais baixos, dado seu grau maior de tecnificação e a uma mão-de-obra relativamente mais escassa. A jornada de trabalho foi diminuindo ao longo da República Velha, graças às pressões operárias, mas não de forma homogênea. “No ano de 1917, as fábricas localizadas no 4º distrito de Porto Alegre apresentavam variações na duração da jornada de trabalho, que oscilavam entre 8 e 12 horas diárias” (PESAVENTO, 1988, p. 54). Assim, além da busca pela intensificação da exploração através da mais-valia relativa, por meio da tecnificação, da inserção da mão-de-obra mais barata (mulheres e crianças/adolescentes) e métodos de racionalização do trabalho, os empresários também buscavam dilatar a mais-valia absoluta. Além da dominação coercitiva, havia a dominação ideológica, que por vezes ganhava o véu do assistencialismo.

A dominação burguesa assume então uma conotação paternalista, na medida em que as atividades ligadas à educação, assistência social, habitação e lazer são mediadas pela figura do “bom patrão” que, como pai, decide, orienta e ampara seus subordinados, regulando as relações capital-trabalho (PESAVENTO, p. 56-57, 1988).

Dessa forma, se controlava o trabalhador para além da fábrica, inclusive preparando seus descendentes para ocuparem postos na produção. Surgem as escolas vinculadas às fábricas, normalmente localizadas ao seu lado, ou com o financiamento dos empresários. Ali o objetivo era qualificar a mão-de-obra, bem como “domesticá-la”, tornando-a dócil, prevenindo, assim, os conflitos. Deste modo, a escola revelava-se um instrumento de socialização, treinamento e controle dos operários, não se limitando ao ensino regular, mas também o técnico, formando principalmente o gerente de produção.

As demais assistências, como a médica e odontológica, visavam “conservar” uma mão-de-obra escassa. O controle perpassa inclusive o lazer, criando ambientes para esportes, bibliotecas, que retinham o trabalhador no ambiente fabril, sem que esse percebesse o julgo sob o qual estava, ainda propício a ver o patrão como o grande mantenedor de seu bem-estar, sendo um privilégio trabalhar na empresa. “Não há dúvida de que, com tais medidas, a

---

<sup>28</sup> Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil; salários, 1920. Rio de Janeiro, Estatística, 1928, v. V. 2ª parte. p. XI. Apud Pesavento, 1988.

empresa buscava eliminar o potencial de conflito existente nas relações entre o capital e o trabalho, num período em que a classe operária se organizava e reivindicava melhores salários e melhores condições de vida” (PESAVENTO, 1988, p. 71). Ademais, não raro os operários deviam pagar um percentual pelos serviços e benefícios que ocupassem, aumentando a poupança do empresário, sem deixar de lhe garantir a imagem de “bom patrão”.

Como se mostravam detentores de prestígio particular, alguns empresários faziam as vezes de banco junto a seus funcionários, captando-lhes suas poupanças, devolvidas com certo rendimento, gerando uma acumulação de capital e uma disponibilidade de fluxo de caixa ao empresário. O operário aderiu a essa prática pela influência de um discurso ideológico, promovido pelos próprios empresários e que atribuía a esses a qualidade de confiáveis e competentes administradores, sendo os trabalhadores, muitas vezes, esbanjadores e aventureiros. Essas poupanças, na maior parte das vezes eram destinadas a compra de moradias, que atrelavam os operários aos patrões por anos de dívida e aqueles que pagavam aluguel sabiam que ao perder o emprego perderiam também sua moradia.

Esse controle por parte dos industriários era garantido pela privatização da relação capital-trabalho, permitindo a administração do conflito pelo próprio empresário. Essa matriz institucional, que engloba a tecnificação, os novos métodos de produção, a divisão do trabalho, a hierarquia na classe trabalhadora, a destituição do saber produtivo, a dominação coercitiva e ideológica, a dominação para além do trabalho e a figura do bom patrão era essencial para a manutenção das técnicas de racionalização da produção e conseqüente ampliação das mais-valias relativa e absoluta, e a ampliação e consolidação do capital industrial. O principal fator que possibilitou essa dominação do capital sobre o trabalho, mesmo em meio às revoltas e contrariedades dos trabalhadores foi a privatização da relação capital-trabalho, na qual o próprio empresário resolvia os conflitos com seus empregados. Para tanto, o Estado se mantinha afastado dessa questão, constituindo a principal aliança dos empresários com o Estado: se as políticas pró-indústria ainda eram acanhadas, o apoio indireto foi fundamental para o nascimento e consolidação do capital industrial. Essa relação era mantida através da aliança com a burguesia agrária, que agregou no PRR o empresário e manteve seu apoio através de instituições formais e informais, como é apresentado na matriz a seguir.

### 6.3 A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A ALIANÇA COM O ESTADO

*A pujante situação econômica de nossa terra desdobra-se gradual e continuamente em opulências de trabalho e riqueza. O progresso industrial resulta espontaneamente de uma natural harmonia coletiva, isenta de intervenções perturbadoras ou de artificiosas combinações. Conciliando a independência com o concurso, como condição da existência social, a nossa organização econômica, cimentada sobre bases racionais e livres, estimula e garante o surto vitorioso de todas as iniciativas privadas sem prejuízo da convergência de esforços em bem do aperfeiçoamento social (Mensagem presidencial, de Borges de Medeiros, de 1913, p. 47 apud PESAVENTO, 1988, p. 121).*

À época do término da Monarquia a pecuária gaúcha encontrava-se em crise, com dificuldades para renovar seu processo produtivo, descapitalizada e dependente de um crédito bancário insuficiente. A economia do estado sofria com a parca arrecadação, fruto de isenções e do contrabando da carne gaúcha que era negociada ilegalmente pelo porto de Montevideú. O sistema de transportes não atendia as necessidades da produção local, com ferrovias insuficientes e com difícil acesso ao porto de Rio Grande. A incapacidade do sistema de transportes afetava tanto a economia tradicional, quanto a economia de Porto Alegre e da colônia, ainda mais com a produção da imigração italiana, que interessava os comerciantes da capital, os quais procuravam intermediar as vendas, bem como fornecer as mercadorias necessárias aos imigrantes. Mostrava-se, então, o Partido Liberal, que operava através da dependência dos poderes regionais ao poder central, inoperante para a resolução de problemas locais.

Diante desse quadro, o ideal republicano passa a ser uma alternativa ao estado, uma vez que propunha uma distribuição de poder e uma reorientação da economia gaúcha. Em 1882, é formado o Partido Republicano Rio-Grandense (PPR), que adotava o princípio do federalismo e do positivismo. Após sua constituição, o partido passa a procurar novos adeptos, começa a articular as alianças com a elite local. O seu núcleo contava com jovens profissionais liberais, egressos das faculdades do centro do país e filhos de estancieiros, geralmente desvinculados da pecuária. Associadas a eles estavam as novas camadas médias urbanas, que não viam seus interesses representados pelo Império. O PRR procurou arregimentar aqueles setores oriundos do complexo colonial-urbano que haviam enriquecido, representados pelos banqueiros, industriais e comerciantes. Também, procurou vincular-se com pequenos proprietários rurais de origem imigrante, além de estabelecer uma forte ligação com o exército.

O partido teve êxito no seu plano de agregar o maior número de interesses dos diversos setores sociais envolvidos. Surge durante a transição de uma economia escravocrata para uma de trabalho livre, com a necessidade de se internalizarem os modos capitalistas de produção. Esse período também corresponde ao processo de transferência da dominação do capital da economia tradicional para a economia moderna no estado. É proposto, então, um projeto regional de desenvolvimento de cunho econômico, social e político-ideológico.

Deste modo, o PRR se incumbiu da tarefa de dar respostas a velhos problemas do Rio Grande do Sul que não haviam encontrado saída nos quadros da Monarquia, para os quais tratou de elaborar normas práticas de ação, explicando-as teoricamente à luz das idéias de Augusto Comte. “Nesse sentido, o positivismo, encarado como um conjunto de princípios orientadores de conduta, foi um agente legitimador de uma prática política efetiva: justificou e deu coesão ao grupo no poder, solidificou alianças do aparato de hegemonia que se constituiu” (PESAVENTO, 1988, p. 96).

A autora chama a atenção para a incorporação seletiva dos ideais positivistas, aderindo àquelas que atendiam aos interesses e que tivesse aceitação diante da sociedade gaúcha. O positivismo foi uma das correntes ideológicas responsáveis pela justificação da hegemonia burguesa. Seu lema, Ordem e Progresso, representava a ordem por base e o progresso por fim, ou, de modo diferente, apregoava o progresso como a continuidade da ordem. Enfim, ele exprime a ordem burguesa a conservar; e o progresso econômico como um objetivo a perseguir. “Existe, assim, uma clara vinculação entre a idéia de progresso e os começos do surto industrial, aparecendo o empresário como uma dinâmica força da sociedade na percepção comtista” (PESAVENTO, 1988, p. 96-97).

O comtismo tinha um conteúdo progressista e conservador, no qual o desenvolvimento econômico derivaria de uma ordem, onde cada membro ocupa seus papéis já estabelecidos, sem a existência de conflitos. Trata-se de uma sociedade racional, onde os capitalistas se apropriam transitoriamente do capital produzindo, aplicando-o da “melhor” forma, de modo a também retornar aos trabalhadores em forma de salários. “Logo, era da “ordem natural das coisas” que houvesse ricos e pobres, com o que se legitima a desigualdade social necessária para o progresso” (PESAVENTO, 1988, p. 99). Aí também está incutida a idéia de que o capitalista se apropria do capital por ser mais competente, mais capaz, sendo isso um ganho social. Surge o mito do *self-made man*, onde a prosperidade vem aos capacitados e aqueles que “lutaram” para tal, sacrificando sua vida pessoal pelo progresso e bem da sociedade. Assim, “a burguesia, através de um mecanismo de “demonstração-ocultação”, procurou

divulgar a idéia de que conquistara sua posição por méritos pessoais e por um trabalho árduo” (PESAVENTO, 1988, p. 129). A ocultação está na exploração e dominação do trabalho.

“Nessa medida, legitima-se o governo autoritário de uma minoria esclarecida, formada pelos habilitados para dirigir um corpo social” (PESAVENTO, 1988, p. 99). E, para que a ordem fosse mantida, era legitimado o uso de um estado autoritário. Ficava, então, o comando social a cargo da elite: a intelectual, oriunda da economia tradicional, comandava a política; enquanto a industrial dominava a relação de trabalho, à frente da economia. Um dos princípios para tal contexto social era a intensificação da educação, formando homens próprios para essa ordem e esse progresso: seres ideologicamente moldados, avessos ao conflito, e instruídos de modo a aumentar a produtividade do trabalho.

[...] a posição central que a educação ocupava no universo ideológico republicano, e que se vinculava a um projeto de desenvolvimento capitalista e de dominação burguesa, introjetava-se também no meio proletário. Parte do proletariado engajava-se na busca de uma melhor habilitação profissional, legitimando com isso a proposta do governo e indo ao encontro dos interesses do empresariado (PESAVENTO, 1988, p. 183).

Aos capitalistas cabia a oferta de pelo menos o mínimo necessário a subsistência dos trabalhadores. Como foi visto, essa característica estava vinculada ao paternalismo. Assim, a ciência, a educação e a moral deveriam estar subordinadas aos interesses da produção capitalista, onde o conflito só diminuiria o lucro, sendo maléfico para toda a sociedade. “O Estado é, pois, concebido como a instituição necessária para remover os entraves ao livre desenvolvimento das forças econômicas e proteger a produção, sem que, contudo, seja ele próprio um produtor” (PESAVENTO, 1988, p. 103-104). A política era o meio de fazer esse Estado existir.

É durante a República Velha, período em que o Partido Republicano Rio-Grandense (PPR) dominou o estado por quarenta anos, que se firmam as alianças entre as burguesias agrária e industrial. Nesse momento há uma correlação de forças e interesses que vinculam esses dois grupos econômicos, muitos deles tendo o aval do Estado. E é sob a influência do positivismo, que legitimou a atuação de um governo autoritário, que irão se desenvolver a política e as normas administrativas, além da proposta de desenvolvimento do estado.

Essa aliança, como é característica nos processos de mudança no Brasil, não visava rupturas, mas sim o atendimento de todos os interesses, dentro do possível, sempre priorizando a elite. Até então, a hegemonia política defendia os interesses da elite agrária do estado que, como já foi visto, divergia daqueles dos manufactureiros, mas é na instauração da República que os industriários se inserem na ordem política, principalmente pelo fim do

trabalho escravo e da Monarquia, o que levou o pacto dominante das elites a uma reorientação, incorporando a elite industrial, colaborando para a pressão de melhores intuições que promovessem o desenvolvimento deste setor. O Estado republicano tinha como princípio a governança da elite, como capacitada para tal, até como uma contribuição, através de um sacrifício social, para o restante da sociedade, que não teria competência para administrar o capital acumulado de modo a promover o desenvolvimento econômico. A exploração passa a ser defendida, ideologicamente, como um bem maior.

A ausência de conflito também era vislumbrada entre a elite, ao propor um desenvolvimento econômico ao estado para além das atividades da pecuária, agregando os industriários, os banqueiros e os comerciantes. Para tanto, era essencial o atendimento de todos os interesses, sem privilegiar um setor em especial, com vistas a manter a união em torno da mesma proposta partidária. Um aspecto que desagradava a todos e que comungava os interesses era a questão dos transportes e a dificuldade para a circulação de mercadorias, inclusive entre republicanos e liberais. A isso, o PRR propôs como prioritária a modernização das vias de transporte no estado.

Com a federalização, os estados detinham maiores poderes, com certa independência política e aí estava uma instituição que garantia a privatização da relação capital-trabalho. O estado negava a questão social, minimizando os conflitos e apregoando-se neutro, apolítico, apenas com a função de melhor administrar a sociedade:

Nessa perspectiva, o Estado republicano gaúcho se apresentava nos melhores moldes de um Estado burguês: aparentemente neutro, não identificado com nenhuma classe em particular, sendo o poder exercido em função do interesse da coletividade. Entretanto, é inegável que, sob a capa de aparente neutralidade, o Estado rio-grandense sempre correspondeu aos interesses dos detentores de capital (PESAVENTO, 1988, p. 106).

Assim, proclamando o progresso e negando os conflitos sociais, através da manutenção da ordem, o PRR esteve à frente do estado por quarenta anos. Eram por ele atendidos os principais interesses burgueses: a defesa da propriedade e das diferentes formas de capital, bem como o controle da questão social. Em nível regional propunham um governo centralizado, mantenedor da ordem e incentivador do progresso; já em termos nacionais defendiam a federalização, não se unindo a proposta dos cafeicultores de um estado liberal, de modo a manter a autonomia político-administrativa em relação ao centro, garantindo a integração econômica da região com o mercado interno brasileiro. A numerosa bancada gaúcha na câmara dos deputados passou a barganhar com o governo, apoiando os projetos federais, desde que o isolacionismo político gaúcho fosse garantido, em outras palavras, os problemas próprios do estado seriam solucionados pelo governo local. Durante sua



permanência no poder, o partido foi sofrendo alterações, mas estas buscavam aprimorar as políticas de manutenção do grupo no poder, fortalecendo e renovando as alianças, conservando sempre o “mandamento” ordem e progresso.

Sua hegemonia dura até a segunda metade da década de 1920, quando a burguesia pecuária, que sofreu bastante com a Primeira Guerra, se vê mais insatisfeita e cresce a oposição maragato-libertadora. Essa situação culmina na Revolução de 23, quando os liberais usam das armas contra o situacionismo republicano. Começam a falhar os mecanismos de controle da questão social. Era, então, abalada a ordem. Em termos nacionais, o estado participa da Reação Republicana, colocando-se contra a eleição do mineiro Arthur Bernardes, posicionando-se contrário a política café com leite. Começa, pois, a articulação da segunda geração dos republicanos, dentre eles Getúlio Vargas, adepto de uma visão mais nacionalista do que regionalista, menos positivista e mais pragmática e flexível quanto à política partidária. Propunham a manutenção de um desenvolvimento econômico global para o estado, mas apregoavam uma atenção especial ao grupo fragilizado: da economia tradicional.

A proposta liberal, com a mínima intervenção possível por parte do estado, congrega com o autoritarismo de mando da esfera privada. “O regime que resulta dessa combinação é o Estado baseado num liberalismo excludente, oligárquico e autoritário” (PESAVENTO, 1988, p. 132). Por isso, a expectativa dos empresários com o novo governo era a manutenção da privatização da questão social, com exceção os momentos em que o conflito fugisse ao controle do capital e houvesse a necessidade da repressão.

É importante ter presente, como coloca Pesavento (1988), que o PRR inicia um projeto de desenvolvimento econômico que também atendia aos interesses da indústria antes mesmo dos empresários terem se articulado com o objetivo de colocar para a sociedade seus interesses. Foi por essa antecipação do PRR que a elite industrial passou a se articular e, *a posteriori*, passaria a se constituir enquanto classe, inclusive com a formação de entidades que discutissem e resguardassem suas reivindicações. O empresariado passou a se afirmar, ele mesmo, sua diferenciação, especificação e importância junto a sociedade. Assim, sem um projeto hegemônico para sua classe “a burguesia industrial rio-grandense, como sócia de uma aliança hegemônica construída a partir de uma facção da burguesia agrária regional, encontrava formas de realização de seus interesses específicos no interior do Estado republicano” (PESAVENTO, 1988, p. 200). A matriz institucional que se forma com a “nova” ideologia do Estado e com a constituição da classe empresarial será apresentada a seguir, com o quarto vetor do quadro institucional da gênese do empresário gaúcho.

#### 6.4 A GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO: A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE EMPRESARIAL

*O processo de amadurecimento e de auto-identificação de uma classe é lento e complexo. No caso do empresariado industrial gaúcho, ele dependeu tanto da consolidação de condições objetivas que lhe deram nascimento – a emergência da fábrica no seio de uma sociedade agrária – quanto da conjuntura política que assistiu à sua estruturação enquanto fração de classe (PESAVENTO, 1988, p. 238).*

O processo associativo da burguesia industrial do centro do país deu-se mais prematuramente do que o gaúcho. Enquanto aquela já buscava atuar junto ao governo central, procurando diminuir ao máximo possível suas desvantagens na questão social, que passaria a ser regulamentada pelo Estado, aqui havia uma negação dessa regulamentação por parte do PRR, garantindo, *in loco*, a negociação entre capital e trabalho. Por isso, no Rio Grande, as burguesias agrárias e não-agrárias demoraram mais para se diferenciar, postergando a criação de uma entidade de classe empresarial.

Na defesa desta postura, a burguesia e PRR, construíram um discurso no qual se combinavam elementos ditos “liberais” – como a não-intervenção do Estado em tais questões – com práticas autoritárias, que resguardavam ao poder econômico a autonomia para impor-se sobre o trabalho. O controle patronal, em última análise, era garantido pelo Estado, que invocava argumentos ideológicos do tipo da “auto-regulamentação natural” do mercado (PESAVENTO, 1988, p. 211).

Segundo Pesavento (1988), a consolidação da burguesia enquanto classe se dá no instante em que a indústria ainda não é o setor de maiores rendimentos do estado, não sendo a figura do empresário aquela relacionada com a dinamização do capitalismo. Enquanto ainda não haviam se congregado enquanto classe, os interesses eram expressos por meio das associações, sendo a primeira a Verband Deutscher Vereine (Federação das Sociedades Alemãs). Mas, com o desenvolvimento do parque industrial e a articulação do proletariado, a complexificação dos interesses empresariais junto ao governo começa a se diferenciar do restante da burguesia.

Durante a República Velha é criada a idéia de que a indústria é um setor distinto da economia, com grande poder de modernização e promoção do progresso para o estado. Porém, a indústria que melhor representava isso dentro da economia gaúcha era aquela vinculada ao beneficiamento dos produtos agropecuários, merecendo todo o incentivo do governo. A indústria de transformação era vista com agrado quando se propunha a fabricar maquinário para a agroindústria ou oferta-lhe peças de reposição. Dava-se, então, o progresso

industrial, atendendo aos interesses da economia tradicional, com a manutenção da ordem, suprimindo os conflitos.

Aproveitando essa relação com a agricultura e o conceito ideológico de que a indústria é promotora do desenvolvimento econômico, surge, em 1904, o Centro Econômico do Rio Grande do Sul, fundado em Porto Alegre, que apregoava a modernização da agricultura como fonte essencial de matéria-prima, bem como a integração da indústria a ela. Sua diretoria era constituída pelos principais empresários, além de militares e alguns agricultores. A entidade surgiu banhada pelo positivismo, propondo a união dos setores econômicos, minimizando os conflitos.

Diante da greve de 1906<sup>29</sup>, que marcou o grande enfrentamento entre o trabalho e o capital, foi formado o Convênio de Industrialistas, presidido por Alberto Bins, que procurava defender os interesses do capital. Mantinha-se o empresário à frente da resolução da questão social: conflito entre capital e trabalho.

Mesclando uma repressão contida (patrulhamento ostensivo, segurança nas fábricas, garantia de trabalho aos não-grevistas) com medidas paternalistas, o governo atuava, no geral, de comum acordo com os empresários, garantindo a livre negociação entre patrões e operários e intervindo no caso de o conflito ameaçar, de fato, escapar ao controle e atingindo a “ordem pública”. Na medida, contudo, em que prevalecia a negociação privada nas relações entre o capital e o trabalho, os empresários podiam recuar das concessões feitas no momento em que quisessem, como por exemplo, reduzir salários ou obrigar a horas extras sem remuneração, ou ainda prolongar a jornada de trabalho (PESAVENTO, 1988, p. 167-168).

Ao Estado cabia a repreensão institucionalizada, que “não” era contra os trabalhadores, apenas buscava manter a ordem, tão necessária ao progresso da economia e da sociedade. Depois desse conflito muitos outros se seguiram e a cada um deles os empresários pareciam se unir mais na tentativa de manter e ampliar a dominação sobre o trabalho. Os movimentos grevistas de 1917, 1918 e 1920<sup>30</sup> reforçaram o papel do Estado da defesa da ordem. Era o *enforcement* fazendo-se sentir na pele dos trabalhadores. À imprensa oficial ficava o encargo de minimizar o conflito, através de suas publicações, além de divulgar notícias sobre a migração do meio rural para o urbano, em uma clara tentativa de amedrontar a mão-de-obra.

Além da articulação dos trabalhadores, a intervenção do Estado no mercado de trabalho fez com que a necessidade de uma entidade que defendesse os interesses dos empresários se intensificasse. Em função desse episódio, pela primeira vez, os empresários

---

<sup>29</sup> Primeira greve geral do Rio Grande do Sul, que durou de 3 a 21 de outubro deste ano e mobilizou 3.000 operários que reivindicavam, principalmente, a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

<sup>30</sup> Por não fazer parte dos objetivos desse trabalho e pelas limitações que se impõe a esse, não serão exploradas as causas e as articulações operárias desses movimentos grevistas. Aqui importam os desdobramentos que estes trouxeram para o empresariado.

buscaram se articular por meio de uma entidade própria, uma vez que a relação entre capital e trabalho no interior das fábricas era exclusiva das indústrias. Os empresários temiam tanto a redução dos lucros como a perda do poder de domínio ante os trabalhadores.

A entidade proposta seria de cunho apartidário, permanecendo os empresários em coalizão com o PRR, não sendo contrários a esse, mas, como o partido precisava atender a outros interesses, a organização tinha como objetivo apresentar a esse as reivindicações industriais. Nesse momento não havia uma proposta de representação para a sociedade como um todo, enquanto classe, nem a formulação de uma política de hegemonia. Surgia, então, a idéia de compor a União Industrial, que agregava pequenos e grandes empresários. Porém, ao término da greve, sua instituição foi adiada, e nem mesmo com a greve de 1917 a proposta foi reativada, deixando a cargo dos empresários, individualmente, e do Estado a resolução dos conflitos.

Ao longo da República Velha alguns setores da indústria se organizaram em entidades, mas com propostas meramente econômicas, como a barganha de melhores preços, racionalização da produção e melhorias produtivas, ou inserções em mercados, ficando ausente a questão social. Mas, se a constituição enquanto classe não se mostrava oficial, os processos de dominação, como apresentado em matrizes próprias, já estavam estabelecidos.

A dominação do empresariado consegue extrapolar o domínio fabril, permeando toda a sociedade, estabelecendo-se enquanto classe dentro das relações econômicas. As relações de dominação são políticas, sociais e econômicas, portanto o poder, transferido por meio de uma ideologia que atenda aos interesses, permeia a sociedade como um todo: a escola, as fábricas, a política, a justiça, as organizações sociais, entre outras. Ainda, procura defender os interesses específicos do setor e conquistar espaço próprio na política local e nacional. Pesavento (1988) coloca que para que se constituísse enquanto classe, deveria haver entre a burguesia industrial a necessidade de ser hegemônica.

Uma classe ou uma fração de classe se define pela sua prática classista, que afirma sua existência não só no plano do concreto, mas no do próprio pensamento. Em outras palavras, é a constância ou a regularidade da atuação e da capacidade de dar respostas a determinadas situações que permitem a elaboração de conceitos e a realização de identificações de natureza classista (PESAVENTO, 1988, p. 15).

A definição de classe burguesa contrapõe-se ao trabalho. Essa busca implicaria na formulação de um projeto de orientação da sociedade a seu favor, através de uma imposição à sociedade de sua ideologia, onde o “bem” da indústria e de sua elite exercia uma relação linear com o bem-estar social, sendo o empresário um mero administrador desse “bem

comum”. Para tanto, os próprios envolvidos em conflitos entre capital e trabalho poderiam resolvê-los, ficando o Estado dispensado, “neuro”, nessa situação.

Seja através de políticas paternalistas e ideológicas, seja através da coerção econômica e da coação física, a burguesia industrial gaúcha optou pela privatização das relações entre o capital e o trabalho, típicas da fase do chamado “capitalismo selvagem”, quando o Estado se abstém de intervir e regulamentar o mercado de trabalho (PESAVENTO, 1988, p. 132).

Entretanto essa postura do Estado na relação capital-trabalho não é neutra, velando uma aliança de interesses entre o governo e os donos do capital. O Estado tinha lado definido nesse conflito: o capital. E a intervenção do governo na questão social desperta a necessidade da criação de uma entidade que defendesse, exclusivamente, os interesses industriais.

Na época em que o proletariado não se encontrava organizado e sem proteções legais, as práticas paternalistas de “auxílio” faziam com que o trabalhador se visse muito mais como um afortunado, por ter um patrão tão bondoso, do que como alguém explorado. Já os direitos trabalhistas garantidos pelo Estado estavam muito mais vinculados a um princípio positivista, de incorporação à sociedade com a minimização dos conflitos, do que propriamente a princípios humanistas. A aderência do empresariado aos partidos republicanos se deu nacionalmente, sendo particular ao estado a articulação tardia de uma entidade que os representassem enquanto classe distinta da sociedade. A constituição das associações empresariais surge da diferenciação de interesses com as burguesias agrárias e comercial-financeiras.

No decorrer da década de 1920, a partir da segunda geração dos republicanos, os deputados gaúchos passam a não mais se posicionar contra a regulamentação do mercado de trabalho. Este grupo percebeu que as transformações nas relações de trabalho mostravam-se irreversíveis e começaram um processo de mudança no PRR. Tratava-se da mudança de um país prioritariamente agrário que virava urbano-industrial e que tornava latente a necessidade de controle das relações de trabalho para além da pessoa do empresário individual. Procuraram rearticular a unidade da oligarquia regional, e com a integração de outras oligarquias do país dissidentes na Aliança Liberal formada em 1929, possibilitaram a disputa do Rio Grande do Sul à presidência nacional. “De contestadores das iniciativas sociais e defensores intransigentes da privatização das relações entre o capital e o trabalho, os políticos rio-grandenses passaram a postular medidas de intervenção neste setor” (PESAVENTO, 1988, p. 235). Não se tratava de uma ruptura com o empresariado gaúcho, mas de uma alteração de estratégia política.

Contudo, essa atitude rompia com a complementaridade de interesses entre a burguesia agrária e não-agrária do estado. Diante dessa alteração de seus representantes políticos e da aprovação de leis como da Lei de Férias<sup>31</sup> e o Código de Menores<sup>32</sup>, a burguesia gaúcha se reúne e procura articular uma entidade que defenda seus interesses específicos. A associação a elite não-agrária não é particular a esse período, mas é com o apoio à estatização das relações de trabalho por parte do PRR que os empresários buscaram firmar-se enquanto classe resguardando seus interesses em uma entidade própria.

Então, em 1927, os empresários passaram a discutir a criação de uma entidade que os representassem, agora com a necessidade de extrapolar a esfera econômica. Para tanto, foram congregados empresários de diversos setores industriais e Alberto Bins, que estava à frente da articulação, valeu-se de estatutos já vigentes nas entidades do centro do país para a fundação. Além daqueles sediados em Porto Alegre, era preciso reunir também os empresários do interior do estado. Alberto Bins declarava:

É sabido que os poderes competentes atendem sempre de preferência às classes representadas por uma entidade devidamente constituída. Tendo sido esta a orientação até agora seguida pelo governo, é natural que se trate da fundação de um Centro de Industriais (Correio do Povo. Porto Alegre, 11 fev. p. 8, 1927. Apud Pesavento, 1988, p. 250).

Mas a organização, a instituição como tal, só viria a funcionar em 1931, após a Revolução de 1930. O Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (CINFA) surge em meio às perturbações ocasionadas pela Revolução de 1930, como a paralisação dos transportes que dificultava o escoamento da produção e a incorporação de matérias-primas. A tensão social intensificava-se mediante a piora das condições de vida dos trabalhadores, que viram os produtos de subsistência encarecerem, ao mesmo tempo em que muitas fábricas fechavam suas portas, não funcionando diariamente, por não conseguirem atender a demanda de seus produtos. Entretanto, nada disso representou a ruptura do empresariado com a burguesia agrária, o que é comprovado através do endosso do empresariado local a candidatura de Vargas e a Revolução de 1930.

De modo individual, ou em conjunto com o Estado, os empresários buscavam manter suas atividades, não dispensando os trabalhadores, e controlar os conflitos, sempre buscando resguardar a continuidade do processo de acumulação do capital. A. J. Renner passou a comandar a articulação da formação da entidade representativa dos empresários. Em uma

---

<sup>31</sup> A Lei de Férias (Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925) concedia 15 dias de férias aos trabalhadores, mas, até 1930 não chegou a ser aplicada pelos empresários.

<sup>32</sup> O Código de Menores (Decreto nº 5.083, de 1 de dezembro de 1926) declarava maior o trabalhador de 18 anos e permitia o trabalho a partir dos 14 anos, mas com jornada de 6 horas. Por pressão dos empresários, foi posteriormente reformulada, permitindo que a jornada, dos 14 aos 18 anos, fosse de 8 horas diárias.

reunião, ao dia 7 de novembro de 1930, na Livraria do Globo, era assinada a ata de fundação do CINFA pelos sócios fundadores<sup>33</sup>, que para tanto deveriam atender os pré-requisitos de ter um bom nome na praça e empregar, no mínimo, 25 funcionários, além de pagarem pela jóia e pela mensalidade. Em 19 de janeiro de 1931 era realizada a primeira assembléia da entidade.

Afora as questões pertinentes à produção como a busca pelo aperfeiçoamento e expansão da indústria, favorecimento da racionalização da produção, padronização dos principais produtos e incremento às exportações, o CINFA propunha a exposição e representação dos interesses específicos da classe junto ao Estado, promoção da união dos empresários, não apenas localmente, mas com os empresários nacionais e estrangeiros e, ainda, fomentar a promoção de estudos que envolvessem os interesses da classe. Quanto à questão social, a entidade se propunha a harmonizar a relação capital-trabalho, intermediando os conflitos. Como mostra a Ata nº 8 que descreve a insatisfação da classe diante da proposta de sindicalização dos operários por Lindolfo Collor. A. J. Renner manifesta, em mesma ata, sua contrariedade diante daquilo que é próprio dos patrões resolverem, afirmando que esta intromissão gerava dificuldades como a quebra da disciplina e diminuição da força moral por parte dos patrões. Ademais, lembrou que o poder dado aos operários tinha o exemplo da Europa (comunista) como resultado<sup>34</sup>.

Ainda que as primeiras atas tenham registros sobre a necessidade de discutir o custo dos fretes<sup>35</sup>, de interligar-se com os demais empresários, não só do interior, mas como os do centro do país e do mundo<sup>36</sup>, além de buscar incorporar os novos métodos de produção e padronização dos produtos<sup>37</sup>, o principal anseio era a defesa dos interesses da classe diante do processo de regulamentação do trabalho. No dia 21.05.1931, mediante a proibição da demissão de operários que estivessem envolvidos na sindicalização, é determinado em ata que:

Por proposta do Sr. Renner ficou resolvido que o Centro convida o Sr. General Interventor para um jantar íntimo, no qual, além de sua excelência, fará parte apenas a Diretoria do Centro, para que seja possível palestrar com a excelência sobre os inconvenientes de diversas medidas que estão sendo postas em prática pelo Ministério do Trabalho (Ata, nº 13, 21.05.1931).

---

<sup>33</sup> A. J. Renner & Cia.; Alberto Bins; Wallig & Cia.; Oscar Campani & Cia.; Kessler, Vasconcellos & Cia.; Ernesto Neugebauer; Nedel, Jung, Hermann & Cia.; Frederico Casper & Cia.; Sociedade da Banha Sul-riograndense Ltda.; Walter Gerdau; Fábrica Rio Gahyba; Bopp, Sassen, Ritter & Cia.; Oscar Teichmann & Cia.; Sociedade Indústria e Comércio Ltda.; Otto Brutschke; Companhia Fiação e Tecidos Porto-alegrense; Hugo Gerdau; Companhia Geral de Indústrias; Barcellos, Bertaso & Cia.; F. C. Kessler & Cia.; J. R. da Fonseca & Cia.; Companhia de Vidros Sul-brasileira; Tannhauser & Cia. Ltda.; Companhia Souza Cruz.

<sup>34</sup> Ata nº 8, 16.04.1931.

<sup>35</sup> Ata nº 6, 26.03.1931.

<sup>36</sup> Ata nº 3, 25.03.1931.

<sup>37</sup> Ata nº 6, 26.03.1931.

A liderança no processo de formação e desenvolvimento da entidade ficava por conta das grandes empresas, como ressalta Pesavento (1988), é possível constatar entre os fundadores a presença majoritária dos empresários ligados ao complexo colonial-imigrante. O CINFA se colocava como um intermediador entre os empresários e o governo, barganhando junto a este na promoção do atendimento dos interesses dos primeiros. Não buscava conquistar o controle do Estado, tão pouco fazer valer um projeto social que visse a fábrica como o centro de sua existência. Nesse momento os empresários não lutavam para que seus interesses fossem aceitos e identificados como interesses gerais da sociedade. A burguesia industrial gaúcha, contudo, posicionava-se como um grupo de pressão, ciente de sua importância, já verificada em sua aliança com a burguesia agrária. Assim, a entidade representativa procurava participar mais ativamente da elaboração da política econômica a ser seguida, bem como a resguardar e defender seus interesses.

Instituía a identidade desse grupo e com ela a sua força individual perante a sociedade e os governos; agora não mais no bojo de uma burguesia, com interesses e objetivos diferenciados, mas apresentando e reivindicando seus interesses próprios e específicos. Contudo, esse caminho para a ampliação de seu poder enquanto classe não procurava o rompimento com os poderes hegemônicos, mas sim ampliar sua atuação dentro deste. Portanto, ainda que não atuassem diretamente na política, os empresários eram representados, como durante todo o período da República Velha, pelo poder hegemônico.

## 6.5 A MATRIZ INSTITUCIONAL DA GÊNESE DO EMPRESÁRIO GAÚCHO

Após analisar cada uma dessas quatro matrizes, estimuladas por seus vetores, ao final é feita uma síntese, centrando a análise no período de transição capitalista do estado, República Velha, a exceção do legado cultural, uma vez que era indispensável um resgate das raízes culturais dos imigrantes alemães. Tem-se que a matriz institucional da gênese do empresário gaúcho é formada por quatro vetores principais, que originam instituições formais e informais, que servem de estímulo ao aparecimento do empresário no estado, são eles: i) o legado cultural germânico; ii) a dominação do capital e a disciplina no trabalho; iii) a aliança com o Estado e; iv) a constituição da classe empresarial. Estes vetores são formados por instituições que possibilitaram sua constituição, e a partir desses vetores, são criadas as instituições necessárias ao nascimento dos empresários no Rio Grande do Sul. Conforme



visto, outras instituições importantes que datam, pelo menos, desde a vinda da Corte para o Brasil poderiam fazer parte dessa matriz, entretanto aqui optou-se por compilar aquelas instituições mais diretamente relacionadas à formação do empresário.

O legado cultural germânico é formado por duas instituições informais: a ética protestante e a superação da condição adversa de vida. Através da motivação do legado cultural surgem instituições próprias que permeiam todo o processo de industrialização, desde a acumulação primitiva até o capital industrial, bem como a formação do empresário, são elas: o espírito capitalista e o ímpeto pelo trabalho como um fim em si mesmo; a busca de melhoria das condições de vida através do trabalho; o consumo não predatório e a tendência de não almejar a diferenciação social; a formação da poupança e a acumulação de capital com vista à ampliação da produção; a independência e auto-suficiência; o associativismo; a procura pelo conhecimento vinculado à atividade produtiva, e; a participação no processo produtivo. Essas instituições esclarecem, em parte, porque é o imigrante alemão que constitui o primeiro empresário gaúcho e não os fazendeiros e charqueadores da atividade tradicional já estabelecida e mais rentável, refutando-se qualquer característica racial ou étnica como variável explicativa. Então, o espírito capitalista e o ímpeto da inovação são motivados pelo do legado cultural, que também é a raiz mais diretamente relacionada à formação do modelo mental dos empresários.

Uma vez acumulado o capital primitivo, este só foi ampliado na produção industrial pela dominação do capital e a disciplina do trabalho, que surge, principalmente, de três grandes instituições: a privatização da relação capital-trabalho; a tecnificação da produção e; o uso de novos modos de produção, taylorismo e fordismo. A busca pela dominação do capital e a disciplina do trabalho fomentará a desarticulação e o doutrinação do operariado através de mecanismos coercitivos ou ideológicos. Surgem, então, as seguintes instituições que permitem dominar o trabalho: a racionalização do processo produtivo; a divisão e especialização do trabalho; a destituição do saber produtivo; a hierarquização dos trabalhadores; a dominação ideológica travestida de assistencialismo; a figura do bom patrão, e; o vínculo da dominação para além das fábricas, atrelando a vida pessoal e familiar do operário ao domínio do empresário capitalista. Através dessas instituições foi permitida a expropriação do excedente produtivo e a destituição do poder reivindicatório do trabalhador.

A constituição das instituições da dominação do capital e a disciplina do trabalho foram possíveis pela formação do terceiro grande vetor, a aliança com o Estado, que permitiu a obtenção dos dois grandes interesses do empresariado: a defesa da propriedade e das diferentes formas de capital e o controle da relação capital trabalho. Conforme visto na análise

histórica, algumas instituições anteriores promovidas pelo Estado como a Independência, a mudança da matriz agroexportadora da cana-de-açúcar para o café, a imigração, o fim do trabalho escravo, a concessão de terras a estrangeiros não-portugueses, a liberdade de credo, o direito de voto a estrangeiros alfabetizados, o desenvolvimento dos transportes foram instituições importantes para o surgimento das indústrias, bem como as perseguições sofridas no período de guerras aos imigrantes alemães, as batalhas locais, o contrabando e a concorrência com o charque do Prata, as sobretaxações, a parca monetização da economia tradicional e o apoio a economia tradicional podem ser vistas como instituições inibidoras da indústria, mas interessa aqui focar nestes quarenta anos de dominação política do PRR no governo Rio-grandense. Através da aliança com o Estado, formada pelas instituições ideológicas positivismo e federalismo, os empresários incipientes do estado foram favorecidos pelas seguintes instituições: diversificação produtiva, onde passou a se defender o não favorecimento e dependência por parte do Estado a um único setor produtivo; poder local centralizado e autoritário mantenedor da ordem; manutenção da privatização da relação capital-trabalho; a promoção do progresso como motor do desenvolvimento, e para tanto a ordem deveria ser mantida, o que garantia a inibição com uso, inclusive, do poder coercitivo do Estado (*enforcement*) às manifestações de contrariedade dos operários e de outros grupos de setores produtivos que se julgassem injustiçados; a idéia de que o progresso era obtido através da burguesia que, pelo bem social se sacrificava no controle produtivo, uma vez que era mais capacitada para tal função; a idéia do *self-made-man*, onde todos podem melhorar de condição sócio-econômica, basta que trabalhem para tanto. Assim, a aliança com o Estado garantiu uma série de condições institucionais para a dominação do capital, disciplina do trabalho e barganha política dos empresários que, se não participavam de forma direta do governo, estavam inseridos neste por seu poder econômico.

Em função, principalmente, da mudança no contexto econômico nacional, com a transição da população de rural para “urbana (industrial)”, a “neutralidade” do Estado diante da regulamentação da relação capital-trabalho tornou-se insustentável. A bancada gaúcha que antes defendia a resolução dos conflitos *in loco*, com a segunda geração dos republicanos, passa a defender leis que regulamentem o trabalho, e a aliança dos empresários com o Estado é modificada, sem, no entanto, haver rupturas. Constitui-se o quarto grande vetor de estímulo de mudança/criação institucional, a constituição da classe empresarial, surgida pela necessidade de reivindicação dos interesses empresariais na regulamentação do mercado de trabalho, sustentado, principalmente, pelo aumento de poder econômico e político dessa, agora, classe. A dominação ideológica que criou uma idéia, durante a República Velha, de

que a indústria se constituía em um setor distinto da economia, tendo ela grande poder de promover progresso e modernização corroborou para o apoio social ao desenvolvimento industrial. Entretanto, Pesavento (1988) pondera que no momento da formação do Centro da Indústria Fabril, entidade que marca a constituição do empresariado enquanto classe, o que se buscava era a intermediação e garantia de resguardar seus interesses diante da criação de leis que regulamentariam o mercado de trabalho, o que é atestado pelas atas de assuntos tratados nas primeiras reuniões do CINFA. Diante da criação da classe empresarial são promovidas as seguintes instituições pró-indústria: distinção dos empresários da burguesia como um todo; empoderamento enquanto grupo; defesa da indústria enquanto setor, e não somente em relação à indústria natural, complementar à economia primária. E essa consolidação da classe empresarial só foi possível pelo aumento de poder econômico e político que os empresários conquistaram ao longo da República Velha.

De modo geral, pode-se inferir que a gênese da indústria gaúcha é influenciada pelo legado cultural do imigrante alemão, que acumula o capital industrial na atividade mercantil e que forma as indústrias aproveitando situações específicas, da política e da economia gaúcha e nacional. O crescimento dessas indústrias ocorre por meio da agregação de novos sócios ou por casamentos, formando quase que exclusivamente grupos familiares, o que também é uma característica germânica. Roche (1969) vai elencar um grupo de indústrias a qual denomina escalão regional, como aquele responsável pela dinamização do setor e tecnificação. Ainda, segundo Pesavento (1988), é a partir dessa liderança industrial que se compreende a dominação do trabalho pelo capital, extrapolando, inclusive, os limites fabris, além de ser esse grupo “seleto” o responsável pela articulação dos empresários enquanto classe.

Para verificar o modelo de construção mental dos empresários que fizeram parte da formação da indústria gaúcha, serão usadas algumas empresas citadas por Roche (1969). Indo ao encontro da teoria de Schumpeter (1997), segundo a qual o empresário é o agente que promove a inovação, ele não é necessariamente inventor ou capitalista, mas, no caso da indústria gaúcha é notável a conjunção das funções de empresário e capitalista. Assim, a seguir é apresentado um breve histórico das indústrias destacadas e de seus fundadores, procurando verificar como esses empresários mostravam-se diante das matrizes institucionais acima elaboradas.

## 6.6 O MODELO DE CONSTRUÇÃO MENTAL DOS PRIMEIROS EMPRESÁRIOS GAÚCHOS

Para Schumpeter (1997), o empresário é um tipo especial de pessoa, não numeroso na sociedade, e por seu comportamento será permitido racionalizar a produção. Conforme Pereira (1962), esse rearranjo produtivo ocorre através da reorganização dos fatores já integrados no processo de produção, visando maior eficiência, ou; da modificação na proporção dos fatores empregados, aumentando a participação do capital em relação ao trabalho. Estas duas formas, que geralmente aparecem conjugadas, estão diretamente relacionadas com as duas causas principais do desenvolvimento econômico – inovação e a acumulação de capital – causas estas que estão ligadas a figura do empresário. Schumpeter (1997) lembra que, ainda que pareçam visionários para a maior parte das pessoas, as atitudes dos empresários possuem uma racionalidade própria e costumam arriscar-se em mercados até então não explorados.

Após verificar o contexto institucional da gênese do empresário gaúcho, propõe-se uma breve exposição da biografia de alguns empresários presentes nas empresas destacadas por Roche (1969) como “escalão regional”, sendo a seleção realizada pela disponibilidade de dados e pela relevância desses personagens. Agrega-se a esse grupo Alberto Bins pela sua importância política e classista entre os empresários. Essas histórias de vida devem auxiliar no entendimento que esses agentes fizeram do contexto institucional de modo individual, e a partir disso traçar um comportamento coletivo.

### 6.6.1 Jacob Renner

Fundada em 1894, a Frigorífico e Conserva Jacob figura como uma das mais importantes fábricas no ramo de alimentos, situada em Montenegro, por Jacob Renner. Jacob, descendente de alemães, nasceu em São Leopoldo em 1858, era filho de agricultor e complementava a renda familiar comercializando e consertando máquinas de costura ou vendendo instrumentos musicais. Porém, o Doutor dos Moinhos, como ficou conhecido Jacob Renner, nunca foi colono, saiu da propriedade paterna com quatorze anos e foi ser aprendiz de consertos de moinhos (ARTX, 2000). Posteriormente se transformou em construtor de

moinhos e montou uma serraria em Montenegro, que foi abandonada em 1894, em função da escassez da mata. No mesmo ano, funda uma refinaria de banha. A empresa desenvolve-se ainda mais aproveitando o ambiente da Proclamação da República, beneficiando-se da nova disponibilidade de capitais, produzida pelo programa financeiro do ministro Rui Barbosa e das tarifas protecionistas. Em 1907, abre um matadouro particular que lhe permite acrescentar a banha, carnes em conserva. Montenegro concentrava nesta época a maior criação de suínos do país. Em 1912, constrói uma câmara frigorífica e em 1915 começa a exportar carnes congeladas e em conserva, consolidando, em 1936, uma indústria de grande porte (ROCHE, 1969; ARTX, 2000).

Apesar de não se localizar nos grandes centros do estado, Porto Alegre e Pelotas, as vendas se estendem por todo o país, inclusive no interior da Amazônia. A empresa é passada para os filhos de Jacob, Artur e Júlio Renner, que conservam a estrutura familiar, a multiplicação dos ramos de fabricação, utilizando todos os subprodutos do porco e a solidez do negócio através do reinvestimento dos lucros.

### **6.6.2 Ernesto Neugebauer**

A fábrica de chocolates Neugebauer foi fundada em 1891, pelos irmãos Franz e Max Neugebauer e pelo sócio Fritz Gerhardt e tinha como razão social Neugebauer Irmãos e Gerhardt, mas se consolidará como a mais importante fábrica de doces do país sob o comando de Ernesto Neugebauer. A iniciativa nasce da junção do conhecimento com a oportunidade de empreendimentos, já que Franz era técnico confeitiro e percebe, ao chegar a Porto Alegre, em 1888, o interesse das autoridades locais em criar novas fábricas. A partir disto, Franz pede ao seu irmão Ernest (Ernesto), que ainda se encontra na Alemanha, que se especializasse no ramo de confeitaria e chocolates. A saga da empresa da família Neugebauer, com destaque a vida de Ernesto, será feita com auxílio de uma publicação de 2009 feita pela empresa Florestal S.A., atual proprietária da Chocolates Neugebauer, e com a pesquisa de Bueno e Taitelbaum também de 2009.

Franz Neugebauer era um imigrante espontâneo, que não contou com nenhum tipo de incentivo governamental, escolhendo Porto Alegre como morada com vistas a trabalhar no comércio e na indústria. No período em que Franz resolve emigrar ao Brasil, ao contrário do que acontecera por quase 50 anos antes, essa decisão não era aderida ou estimulada pelas

autoridades alemãs. Por um lado, elas se preocupavam com as notícias de maus-tratos sofridos pelos imigrantes alemães no país e, também, verificam que a crescente industrialização alemã iria precisar cada vez mais de mão-de-obra, ainda que esses imigrantes fossem vistos como consumidores de produtos alemães fora da Alemanha.

Em 1888, ano em que a Princesa Isabel assinava a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil, Franz chega a Porto Alegre. O imigrante já possuía um ofício, produzia caramelos, confeitos, cuca de mel, artigos de confeitaria em geral. Seu biógrafo acredita que sua vinda teria sido incentivada por algum compatriota, ou por conhecimento obtido através de um guia para emigrantes, editado em 1854, em Koeblenz, cidade da região do Palatinado, origem de muitos alemães que vieram para o Brasil. O autor do guia, Joseph Hörmeyer escreveu que “Sendo os brasileiros grandes amigos de toda sorte de doces e bolos, um padeiro com experiência em confeitaria deverá fazer ótimos negócios. Recém chegados e sem recursos podem encontrar emprego imediato como oficiais de padeiro em Porto Alegre e Rio Grande e estabelecer-se, em breve, com a ajuda dos para isso propensos brasileiros”. O plano da família Neugebauer era vender suas terras e aplicar o dinheiro em algum empreendimento na América do Sul. Franz aprendera seu ofício trabalhando na fábrica de doces Hartwing & Vogel, da cidade de Dresden, leste da Alemanha, para onde se mudara pouco mais de um ano antes. Assim, o início do empreendedorismo de Franz está vinculado a um conhecimento de produção já adquirido, algo que não se repete entre as demais biografias aqui apresentadas.

Vinha da região de Kamin, na Polônia prussiana, onde se situava a pequena propriedade rural da família Neugebauer, e que por apresentar concentração de capital e de propriedades ainda mantinha milhares de trabalhadores rurais em más condições de vida. Ao chegar a Porto Alegre, costumava trabalhar, como empregado em uma padaria situada na Voluntários da Pátria, cerca de 12 horas por dia. Na transição do regime monárquico para o republicano, Franz permanece alheio, dedicado ao trabalho na padaria e a economia de dinheiro para abrir um negócio próprio. Tem por amigo e mestre no ensino do ofício o italiano Piccini, a quem conheceu já na capital gaúcha e que o ajudaria ao longo da história da empresa. Essa amizade foi aqui destacada como exemplo de integração que poderia haver entre os imigrantes, mesmo de culturas diferentes.

Por volta de 1890, Franz agrega o rendimento de seu trabalho com o capital trazido da Alemanha, e compra um terreno que viria a instalar seu empreendimento, em sociedade com o amigo Fritz Gerhardt, e escreve ao irmão mais novo, Max, para que venha para o Brasil. Em 1891, Franz, Max e Fritz inauguram o livro caixa da sociedade Neugebauer Irmãos & Gerhardt. Inicialmente Franz e Fritz fazem balas e rapaduras, pois não havia no país fábrica

de processamento de cacau, o que impedia a fabricação daquele que viria a ser o principal produto da empresa, o chocolate; enquanto Max se encarregava das vendas. A produção começa a crescer, assim como a adaptação da firma. O livro-caixa, que era escrito em alemão, passa a incorporar o português e Franz abraçou seu nome para Francisco. O volume e a variedade das aquisições dos ingredientes registrados no livro-caixa indicam que eles diversificavam suas ofertas e que, além dos consumidores individuais passam a atingir o varejo. Então, Franz escreve ao irmão Ernst para que aprenda todo o quanto fosse possível sobre confeitaria e fabricação de chocolates antes de emigrar.

Os Neugebauer se mantinham afastados da política e se informavam dos acontecimentos pelo *Deutsche Post*, de Wilhem Rotermund, porta-voz dos interesses luteranos. Francisco, Max e Fritz, agora com quatro empregados, entram o ano de 1892 com muito trabalho, ainda sob a luz de lampiões, já que a luz elétrica chegara em abril do ano anterior, mas só para a casa de comércio das ruas do centro. Max consegue ampliar o mercado consumidor, atingindo São Leopoldo e Novo Hamburgo, passando a atuar como caixeiro-viajante pelo restante do estado, com uma mula. Em maio de 1892, com parte do dinheiro emprestado a juros, os sócios adquirem uma chácara em Canoas, onde passam a produzir algumas matérias-primas. Ernst chega trazendo, além do conhecimento técnico, mais dinheiro e, como fora designado pelo irmão, uma máquina de segunda mão para fazer caramelos, da empresa Hartwing & Vogel, onde Francisco trabalhara. A Neugebauer Irmãos & Gerhardt começaria a se tornar uma fábrica, não apenas um artesanato de doces.

Com a vinda do restante da família Neugebauer, Julius (o pai) e os irmãos Ernst e Paul, para o Brasil, aliada à divisão dos lucros que isso geraria e com a provável posição secundária que assumiria, Fritz Gerhardt resolve sair da sociedade. Agora a razão social mudava para Irmãos Neugebauer. O pai e os irmãos da Francisco também têm por moradia o prédio da “fábrica”. Cada um dos recém chegados entra com uma parte de capital na empresa e Ernst, agora Ernesto, difunde seus conhecimentos entre os demais e gerencia o negócio.

Em maio de 1894, os Neugebauer compram uma fábrica de biscoitos. Em primeiro de junho conseguem depositar dinheiro no Banco da Província. Francisco, seu irmão Paul e sua mãe Emma morrem em 1895 devido a febre tifóide. O pai dos Neugebauer resolve retornar a Alemanha, deixando Ernesto e Max sozinhos. Nesse ano os irmãos ampliam a empresa, comprando o terreno ao lado e adquirindo mais maquinário. Mas a falta de conhecimento e tecnologia mostra-se um entrave a expansão da empresa. Em 1897, Ernesto resolve ir a Alemanha aprimorar suas técnicas.

O aumento das vendas dos produtos Neugebauer seguia a expansão urbana, e em três anos o prédio ficara limitado. Entretanto, os irmãos procuravam não contrair empréstimos, deste modo, Ernesto e Max resolveram adequar-se aperfeiçoando o maquinário, otimizando a produção e aumentando os serões. A maioria dos empregados da Neugebauer era alemã ou de origem germânica, fato que se justificava pelo uso do idioma e por algum conhecimento técnico prévio. Segundo seu biógrafo, a expansão de seus negócios viria por meio da poupança, uma vez que não se permitiam desfrutar de diversão.

A Exposição Estadual de 1901 mostrou o crescimento da produção industrial no estado. Nela, os Neugebauer foram, através do recebimento de uma medalha de ouro, pela qualidade do produto, impulsionados a investirem ainda mais no seu negócio. Em 1902, chegavam mais máquinas da Alemanha apropriadas para a fabricação de novos confeitos de doces enfeitados. Estes produtos foram o diferencial dos Neugebauer. Em 1903, a Neugebauer lança seu chocolate, ainda artesanal, que antes só podia ser conseguido por importação. O chocolate importado, além do alto custo, ainda perdia qualidade pelo processo logístico. Ao fabricar chocolates, os irmãos começam o processo de verticalização da produção, não só de produtos primários, que antes já eram produzidos em seu sítio, mas incorporando a funilaria, deixando de despender capital para a aquisição de utensílios, e a tipografia, que visava imprimir as embalagens e tudo que era utilizado no processo. Além da independência e da redução de custos, os Neugebauer procuravam resguardar os dados financeiros e de divulgação, através da tipografia própria, sem repassar a lista de preços e o material do escritório e de propaganda. Em 1904, os irmãos ganham o Grande Prêmio e medalha de ouro na Exposição Internacional de Sant Louis. Se três anos antes a fábrica inovara com grande ampliação de mercado, com doces enfeitados e variedade de confeitos, em 1904, com a fabricação do chocolate, ela muda de patamar. Com as exportações para o resto do país, os irmãos passam a perceber a necessidade da identidade cultural da marca com o povo do sul, e, em 1907, o registro da marca trazia uma estampa do gaúcho. Agora também se incorpora a marcenaria, não como um ramo do negócio, mas visando a auto-suficiência.

Max morre em 1908. Ernesto ficou sozinho no comando da fábrica, mudando a razão social para Ernesto Neugebauer. O balanço da empresa deste ano mostra que o transporte das mercadorias da Neugebauer era feito por tração animal e somente em 1916 a empresa teria seu primeiro veículo motorizado. A fábrica era dividida por sessões, conforme os produtos produzidos. Nesse ano os produtos ganharam novamente medalha de ouro na Exposição Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro.



O balanço de 1909 mostra que a maioria dos credores da empresa possui nome alemão, e que o maior credor é o Banco Nacional do Comércio. Em 1914, eclode a Primeira Grande Guerra e nesse período a Neugebauer interrompe o ritmo de ampliação da fábrica e da importação de máquinas e equipamentos, mas permanece treinando os funcionários e experimentando novos produtos. Não há registros de hostilidade contra a empresa ou contra Ernesto por parte da população durante a guerra. Quanto aos protestos dos operários, também não há registro de que os funcionários da empresa tenham participado da greve geral de 1917. Tendo trabalhado sem parar durante toda a guerra, a Neugebauer seguia em expansão. Em 1920, Alberto Albertini, genro de Ernesto, passa a gerenciar a empresa, deixando a Ernesto a responsabilidade fabril. Em 1924, Ernesto Neugebauer começou a transformar sua fábrica de doces em uma indústria de grande porte, com importação de máquinas e ampliação da rede de vendedores em todo o estado e Santa Catarina, além de representações em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1926, o transporte motorizado passa a ser um dos principais meios de venda da Neugebauer.

Por este pouco tempo desde a sua chegada ao estado à instalação da fábrica, Pesavento (1985) classifica Ernesto Neugebauer como burguês imigrante, uma vez que a rápida inserção na indústria deve denotar que ele trouxe capital e conhecimento técnico e de gestão de empresa de sua terra natal. No início, a produção era artesanal e sua distribuição restringia-se ao uso do cavalo, sendo então o produto comercializado localmente. Com a chegada de Ernesto a Porto Alegre, a empresa se expande e no início do século XX, a Neugebauer já contava com representantes em outros estados, sendo considerada a primeira fábrica de chocolates do Brasil (NEUGEBAUER, 2009).

### **6.6.3 Henrique Ritter**

Em 1924, as três grandes cervejarias da cidade, Bopp, Sassen e Ritter & Cia Ltda, fundiram-se na Cervejaria Continental, em função da dificuldade de importação de matérias-primas (lúpulo e malte provenientes da Boêmia) durante a Primeira Guerra, que onerava muito a produção, devido aos preços dos insumos e dos impostos cobrados. A fábrica contava com a união da estrutura montada pelas três famílias e desenvolveu uma relação direta com os produtores rurais para a produção da cevada, através do fornecimento de sementes e garantias de preço, permitindo a não importação dos produtos necessários à produção. Ainda, a

concentração de capital permitiu a incorporação tecnológica, com ampliação das instalações, aliado ao aumento das câmaras frigoríficas para refrigeração da bebida e fabricação de gelo. Essa fusão praticamente aniquilou as concorrentes locais. Na década de 1930, a cervejaria monta uma maltaria, através do cultivo da cevada no estado, para evitar a importação da matéria-prima, que pesava demasiadamente a produção neste período. Isto foi possível graças à incorporação tecnológica, viabilizada pela capitalização ocorrida em função da fusão realizada anteriormente.

Karl Bopp funda a Cervejaria Bopp em 1881, que vai ganhar maior dimensão com a entrada de seus filhos na direção, por volta de 1914. Já Bernhard Sassen adquire, em 1889, uma cervejaria já existente, formada por W. Becker, em 1879. Sassen era nascido na Alemanha, onde estudou técnicas e comércio, imigrou para Porto Alegre em 1869 e fundou um escritório de representação. Em 1907, tornou-se gerente de sua cervejaria seu filho, que também estudara na Alemanha (ROCHE, 1969).

Dentre os cervejeiros, aqui é destacada a trajetória de Henrique Ritter, que herda a primeira cervejaria do estado fundada em 1868, por seu pai, Georg Henrich Ritter. Com a morte do pai, quem acaba assumindo a empresa é o marido de sua meia irmã, Wilhelm Becker, e que acaba por dar seu nome a ela, que passa a ter a razão social Cervejaria Becker. A morte do cunhado deixou a cervejaria por pouco tempo com Henrique, que, ao casamento da irmã com Bernhard Sassen, também cervejeiro, vê as duas empresas se fundirem. Henrique, então, funda, em 1894, a sua cervejaria, que é impulsionada com máquinas vindas da Alemanha e com a formação do seu filho, Frederico Augusto Ritter, como mestre-cervejeiro também no seu país de origem. Para ampliar e modernizar a produção, Henrique associa-se a seu irmão Carlos, que já havia fundado em Pelotas a Cervejaria Ritter e Irmãos. Assim, Henrique Ritter, que descendia de uma família de cervejeiros, sendo sua atividade pioneira o comércio, torna-se um dos empresários a frente da Cervejaria Continental (BUENO e TAITELBAUM, 2009).

#### **6.6.4 João Gerdau**

João Gerdau, que tem por nome alemão Johannes Heinrich Kaspar Gerdau, vem para o Brasil em 1869, então com vinte anos e fixa-se em uma colônia alemã, Santo Ângelo. Era filho de uma família luterana de classe média e possuía condições sociais e econômicas para

construir carreira na Alemanha, tendo estudado contabilidade, mas resolveu emigrar em busca de mais oportunidades. Possuía capital mínimo, o que possibilitou construir sua residência e uma casa comercial, onde vendia produtos agrícolas e importados, além de negociar terras. Mais tarde, adquiriu uma barca, o que lhe permitiu acumular o capital comercial oriundo do transporte. Em função da revogação da isenção de impostos à circulação de mercadorias em 1882, que comprimia a margem de lucro e exigia uma maior escala comercial, o imigrante muda-se para Cachoeira do Sul, em 1884, após permanecer quatorze anos em Santo Ângelo (MARCOVITCH, 2005; MELLO, 2006; TEIXEIRA, 2001).

Em Cachoeira do Sul, assume uma posição de intermediário entre a comercialização de produtos coloniais, produzidos em Santo Ângelo, e a venda de produtos vindos de Porto Alegre. Após uma viagem a Alemanha, em 1893, resolve mudar-se para a capital da província e diversificar suas atividades econômicas. De 1894 a 1899, possui uma empresa atacadista de importação de equipamentos e insumos à produção de cerveja, vinhos e artigos religiosos. Em 1901, adquire a Companhia Fábrica de Pregos Pontas de Paris, formada por sessenta e seis acionistas, entre industriais, comerciantes, fazendeiros e militares, e que, apesar de ter tido capital e mercado a empresa acaba liquidada e colocada a venda. João passou a direção ao seu filho mais velho, Hugo, que havia passado dois anos de formação nos Estados Unidos. Três anos depois, Hugo mudou a razão social da empresa para João Gerdau & Filho. Apesar de passar o controle da empresa ao filho, João participava da direção, inclusive com direito institucionalizado, e não raro era quem cuidava da tecnificação da produção. (MARCOVITCH, 2005; MELLO, 2006; TEIXEIRA, 2001).

Com a fábrica sob o comando do filho, João continuou seus projetos imobiliários no interior<sup>38</sup>, além de agregar outras atividades como a extração de madeiras nobres de suas terras em Agudo e a exploração mineral. Essas atividades constituíram-se no pilar financeiro do Grupo Gerdau. A fábrica produzia pregos que passaram a ser exportados para o norte e nordeste do país, sendo a matéria-prima importada, que normalmente chegava em mau estado (enferrujada) e outras, por sua falta, fazia a fábrica parar. No início, os chefes e encarregados eram quase todos alemães ou descendentes, até que se formassem técnicos dentro da própria empresa. “O ambiente de trabalho, assim, apresentava-se praticamente como uma extensão do ambiente familiar” (TEIXEIRA, 2001, p. 114).

Para o filho Walter, João comprou uma fábrica de móveis, a Companhia Fábrica de Móveis, em 1907, que havia sido formada por Jose Pedro Alves, em 1892, sem dar bons

---

<sup>38</sup> Com alguns sócios abriu uma firma imobiliária, a João Gerdau & Cia., de venda, compra e administração de lotes de terras em Santo Ângelo, antes mesmo de adquirir as indústrias de pregos e de móveis.

resultados, decidindo-se, os acionistas pela venda da empresa. A empresa começa a apresentar êxito a partir da introdução da técnica de produção de móveis vergados a vapor, que Walter aprendera no exterior. Nos anos 1930, a fábrica contava com seiscentos operários e seria vendida, posteriormente, pelos herdeiros. Walter tem no seu negócio uma maior pujança inicial, mas é com Hugo e seus pregos que a história do Grupo Gerdau seria mais habilmente escrita (MARCOVITCH, 2005).

### **6.6.5 Alberto Bins**

A Fundação Berta, fundada em 1873 pelo húngaro Emmerich Berta, só viria a se consolidar como a mais importante metalurgia do estado a época, com a entrada do sócio Alberto Bins, em 1899. O novo sócio nasceu em Porto Alegre e era filho do alfaiate Mathias Bins, imigrante alemão que viera de Merl para o Brasil em 1854, e que havia sido viticultor na Alemanha. O pai de Alberto Bins não se torna empresário, e preocupado com a formação do filho o envia para estudar na Alemanha e na Inglaterra (BUENO e TAITELBAUM, 2009).

Casou-se com Clotilde Christoffel, filha do dono da cervejaria Christoffel, e fundou a ferragem União de Ferros com Martim Bromberg, associando-se, também, a Fundação Berta. Assim, Alberto Bins contraiu formação técnica, e, em 1904, consegue adquirir a totalidade da metalúrgica Berta, modernizando-a através da incorporação tecnológica e de novos métodos de produção. A empresa vendia seus produtos em todo o país, com volume considerável de exportação, sendo inclusive a primeira empresa a produzir cofres aceitos por estrangeiros (BUENO e TAITELBAUM, 2009).

Alberto Bins (1869-1957) foi um industrial que se vinculou também a política, destacando-se na defesa da indústria, ainda quando não havia a classe empresarial se constituído como tal. Foi eleito deputado estadual pelo PRR em 1913, 1917, 1921 e 1926. Em 1926, torna-se vice-intendente, na gestão de Otávio Rocha e, quando este morre, assume a prefeitura da capital, permanecendo no cargo por dez anos (de 1928 a 1937). Foi presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, um dos fundadores do Banco Pelotense, do Sindicato do Arroz e da Varig, além de mentor do Centro da Indústria Fabril Rio-grandense. Acabou por se retirar da política em 1937 e se dedicar a atividades de cultivo de arroz e vinhos em sua Granja Progresso, morrendo em 1957 (BUENO e TAITELBAUM, 2009).

### 6.6.6 A. J. Renner

Em 1884, na localidade de Santa Catarina da Feliz, nasceu Anton Jacob Renner, filho primogênito de Jacob Renner, que herdou do pai o ímpeto empreendedor. Quando criança, freqüentou a escola pública em Montenegro, dando seqüência aos estudos nos estabelecimentos paroquiais particulares. Com ensinamentos protestantes, alfabetizou-se em português e alemão, indo trabalhar aos 12 anos na fábrica de banha do pai. Aos quatorze anos, em meio às conseqüências da Revolução Federalista, com tensões e temores sociais, se muda para Porto Alegre, a fim de aprimorar seus conhecimentos, passando a trabalhar como aprendiz e em seguida como artífice, na joalheria Foernges. Em 1903, volta a São Sebastião do Caí e, com auxílio paterno, monta sua ourivesaria. Casando-se com Matilde Trein, em 1907, Anton se torna sócio da empresa comercial de seu sogro, a Christian J. Trein & Cia., que era a casa comercial mais tradicional do município. Quando Renner integrou-se à firma Trein, esta administrava também a Empresa de Navegação do Rio Caí, com três vapores e uma refinaria de banha (ARTX, 2000).

Buscando se interar dos negócios da empresa, Anton abandona a ourivesaria e assume o papel de caixeiro viajante, encarregado de apresentar os produtos da empresa e procurar novos fornecedores de matéria-prima. Seus negócios, na maioria das vezes, eram realizados por escambo, uma vez que a economia no interior do estado ainda apresentava baixa monetização. Essa rotina só foi alterada com a chegada da viação férrea a São Sebastião do Caí. Com o advento do trem, a necessidade de manutenção de estoques de produtos diminui e ocorreu uma maior “sobra” de capital, que seria ou interado na expansão da economia colonial, ou no setor industrial. Parte do capital do comércio Trein é investida em uma loja em Caxias do Sul e parte vai para a abertura de uma tecelagem, que inicia suas atividades em 1911, e integra vários investidores oriundos da atividade mercantil, dentre eles A. J. Renner (ARTX, 2000).

Porém, após um ano de atividades, a empresa consumiu todo o capital inicial e sem incorporar tecnologia adequada, não conseguiu fabricar um tecido de boa qualidade. Diante desse fracasso, Anton se muda para Porto Alegre para assumir o negócio que muda, em 1912, a razão social para A. J. Renner & Cia. Anton admitia não conhecer o ramo de fabricação de tecidos, mas procurou se interar da atividade e, logo ao início de seu comando, já comprou, com o financiamento dos demais sócios e de uma linha de crédito bancária, dois teares mecânicos e melhorou as instalações físicas dos pavilhões da fábrica, bem como uma fiação

de melhor qualidade da tecelagem. Essas medidas visavam diminuir os problemas de acabamento; entretanto, esses teares demoraram dois anos para chegarem ao destinatário.

Aliado ao empreendedorismo, Anton contava ainda com o espírito inventor. Da experiência de suas andanças como caixeiro pelo interior do estado, surge a idéia de uma capa, tipo poncho, que chamou de Capa Ideal, que protegia da chuva e do frio. Como São Sebastião do Caí não tinha comunicação com o sul do estado, de onde vinham as matérias-primas para a confecção e por onde a produção poderia se escoar com maior facilidade, propôs ao sogro a transferência da fiação para a capital. Após longo período, os dois teares anteriormente encomendados passaram a funcionar, entretanto, os maquinistas que assumiram a produção encontravam dificuldades em manusear as máquinas. A transferência definitiva da empresa para Porto Alegre ocorre em 1916 (ARTX, 2000).

Apesar das dificuldades durante a Primeira Guerra, principalmente para a importação de matérias-primas, as atividades da empresa continuaram a crescer. Um empecilho era a falta de abastecimento satisfatório de energia. Para resolver o problema, A. J. Renner constrói uma usina termoelétrica, no bairro Navegantes, que satisfaz não só as suas necessidades, mas da indústria nascente e das moradias dos operários. Como o sistema de transmissão era por corrente alternada<sup>39</sup>, o governo resolve interditar a usina, alegando perigo nesse mecanismo, mas a razão maior era a ameaça ao monopólio do serviço prestado por outras empresas que apoiavam o governo. A saída foi a instalação de geradores individuais nas fábricas, com capital próprio. A partir desse momento, Anton sente a necessidade de fazer parte do poder público como meio de mudar as estruturas de desenvolvimento, pois percebe que nem sempre a competência consegue promover as melhorias (ARTX, 2000).

Como as Capas Ideal tinham o mercado consumidor limitado, visto que interessavam aqueles que buscavam se proteger do frio, Anton passou a confeccionar o Terno Ideal, que ampliava o público demandante. Esse novo produto necessitava de nova aquisição de bens de capital e do aprendizado para o manuseio de casemira, tecido utilizado na confecção. Em 1922, Anton viaja a Europa e adquire novos equipamentos e conhecimentos. Começa a divisão do trabalho, a racionalização da produção, a intensificação do capital nas confecções Renner. Aliado a isso, Anton passa a verticalizar cada vez mais sua produção: seu capital estava atrelado à produção de lã, de linho, de couro.

Completava-se assim o ciclo de atividades verticalizadas e empresas associadas. A modesta tecelagem que surgiu em 1911 num vetusto galpão que servia de pousada para tropeiros em São Sebastião do Caí desdobrou-se num gigantesco complexo industrial, que modificou o conceito de vestir no Rio Grande do Sul, introduziu

---

<sup>39</sup> O governo utilizava o mecanismo de corrente contínua.

uma nova idéia de indústria e alterou a paisagem urbana de Porto Alegre. O jovem aprendiz de ourives, filho do “Doutor dos Moinhos”, transformou-se em “cavaleiro dos mostruários”, para chegar a ser lembrado por toda uma geração como “Capitão de Indústrias” (ARTX, 2000, p. 32).

Agregando a suas inovações, passa a desempenhar a aproximação com o consumidor, através da venda direta e, para dinamizar a comercialização, institui o sistema de vendas a prazo. A. J. Renner passa a empresa para os filhos que continuam a reinvestir na produção os lucros obtidos, conseguindo o autofinanciamento. Em 1944, a empresa é transformada em sociedade anônima.

Dentre essas histórias alguns aspectos parecem formar um modo de agir semelhante, ainda que estes empresários constituíssem ramos produtivos diferentes, próximo a uma identidade até aqui defendida teoricamente. É comum a flexibilidade da atividade, migrando conforme a oportunidade de negócios. A isso, percebe-se a permanente busca de conhecimento técnico, tanto do empresário como dos seus sucessores, além do aproveitamento das oportunidades econômicas para ampliação e tecnificação da produção. A racionalização da produção, através de técnicas produtivas e divisão do trabalho era uma constante. Havia o vínculo direto com a produção, tendo controle do planejamento interno e a busca pela ampliação do capital, mesmo em momentos econômico-político adversos.

Poucos são os que migram com algum capital, sendo boa parte deste acumulado em atividades comerciais, sem, nesses casos, serem oriundos da agricultura. Porém, é comum identificar entre os empresários certo conhecimento técnico, o que não acontecia com a maioria dos imigrantes alemães que teriam como destino a produção agrícola. No entanto, não é o conhecimento técnico, por si só, que os caracteriza como empresários. O empreendedorismo parece presente nestes personagens que mostravam ter por objetivo o próprio negócio, ainda que não soubessem qual o tipo de produto deveriam produzir. A isso estavam atentos às oportunidades locais como a utilização de matéria-prima não explorada, ou a constituição de um mercado consumidor não atendido.

Os biógrafos, com certa exaltação, frisam a dedicação ao trabalho e a não permissividade pessoal ao tempo gasto com outras atividades que não a produtiva. Não procuravam a ostentação, mas o aumento do capital, diferente do que ocorre entre a classe ociosa, que pratica o ócio conspícuo, que corresponde ao tempo dedicado a atividades que não visam à produção. Levavam uma vida simples, ao contrário dos fazendeiros e charqueadores da Campanha, onde a posse da riqueza conferia honra. Nesta sociedade, segundo Veblen (1965), a propriedade consiste na prova mais evidente de honraria, de realização heróica; a propriedade se torna a base convencional da estima social. Aquele que não alcança a riqueza

não tem estima social e isso abala sua auto-estima; somente indivíduos de temperamento excepcional conseguem acumular riqueza. Essa dedicação à esfera produtiva pode ser um dos motivos para a não participação direta na política por parte da maioria dos empresários alemães (as exceções entre os empresários aqui destacados: Alberto Bins e A. J. Renner).

A estrutura da empresa germânica normalmente é familiar e, nesta fase, boa parte da mão-de-obra também é de origem alemã. Mantinham uma relação próxima com os empregados, mas implantavam a hierarquia na produção, o que criava a figura do bom patrão, visto que nem sempre cobravam diretamente os empregados. Diante do crescimento da produção, buscavam verticalizar a indústria, almejando a independência, uma vez que as dificuldades para a obtenção ou a falta de qualidade da matéria-prima muitas vezes prejudicava o processo, e também com vistas a acumular capital, sem a necessidade de despender recursos para a obtenção das mesmas. Ainda, a história de vida desses personagens mostra a busca pelo melhoramento produtivo, da eficiência, além da inovação por meio de novos produtos. Certamente a matriz institucional posta explica boa parte dos motivos que suscitaram a indústria no estado, e a história de vida desses empresários mostra que, além destas instituições, era necessário um modo próprio de interpretá-las, um *ethos*, que não é próprio de todo o imigrante alemão, mas, nesse caso, de alguns homens que possuíam um modo particular de aproveitar e promover essas regras do jogo.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as análises sobre a economia gaúcha centram-se nas diferenças entre esta e a economia paulista; entre as trajetórias divergentes de desenvolvimento seguidas pela metade sul e pela metade norte, ou; na participação da mão-de-obra escrava. Este trabalho pretendeu contribuir para a análise a partir do empresário, mostrando a dinâmica do desenvolvimento capitalista através de sua atuação, elegendo sua gênese como recorte temporal.

A investigação da formação da sociedade e da economia gaúcha foi elaborada a partir dos estudos clássicos, que mostram a transição de uma economia natural para uma industrial urbana. Dada a especificidade do empresário que aqui surge, alemão ou descendente, a colonização alemã foi estudada de modo particular, procurando entender o que estava por traz da constituição do ímpeto da inovação presente nesses homens.

A análise do empresário gaúcho nos permitiu verificar que tanto o legado cultural como o contexto institucional econômico e político estão presentes no ambiente institucional propício ao seu surgimento. Ao reconhecer as especificidades da cultura germânica não se nega a importância da economia pecuária-charqueadora para a economia e o desenvolvimento do estado, porém o fato de não ter surgido da produção do gado o dinamizador da economia moderna suscita algumas inferências que aqui foram investigadas. Após algumas teorias racistas que buscavam entender o atraso do desenvolvimento brasileiro pela tendência ao ócio por parte dos índios e dos negros, a análise do legado cultural como fator constituinte de um determinado comportamento tem sido incorporada com mais cautela. Aqui não é intenção apregoar que a ética germânica é melhor do que a luso-brasileira, mas sim identificar alguns valores que contribuem para a formação do empresário, bem como aqueles que inibem essa constituição. Até porque, se esses valores foram favoráveis ao aparecimento do empresário, também o foram para a dominação do capital e a disciplina do trabalho de modo mais agressivo. Além disso, esses empresários agregam com o tempo a cultura local. No entanto, por essa análise podemos perceber a existência de alguns valores culturais que contribuíram para o ímpeto da inovação, ainda que não de modo determinista.

Para pesquisar os fatores presentes na formação dos empresários, vinculamos teorias institucionais de autores que não costumam aparecer em uma mesma análise: Weber, Veblen, Schumpeter e North. A pretensão não era identificar uma correlação entre essas análises, mas uma complementação, procurando compreender o período de transição do capitalismo Rio-

grandense a partir desse ator. Diante do quadro institucional da sociedade gaúcha, acreditou-se que a dicotomia tradicional-moderna ajudaria a entender a trajetória de desenvolvimento seguida. Através do modelo de matriz institucional foi relacionado o legado cultural do imigrante alemão com o ambiente institucional político-econômico do período. Ainda, verificou-se que o espírito capitalista e o ímpeto da inovação são motivados pelo legado cultural, que também constitui o modelo de construção mental dos empresários.

Apesar de apresentar certo perfil estático, reduzindo a complexidade do processo, os modelos de matriz institucional e de construção mental de North nos permitiram analisar o contexto institucional, a dinâmica que se estabelecia entre esse e os empresários, bem como identificar alguns aspectos sobre a interpretação que alguns empresários faziam desse ambiente através da análise das biografias e das trajetórias de vida. A análise das histórias de vida de alguns empresários, ainda que embebidas no entusiasmo dos biógrafos, auxiliou na busca da percepção que estes tinham do quadro institucional, algo que não é característico da população como um todo. A operacionalização dos modelos de matriz institucional e de construção mental, ainda que proposta em conjunto, na maioria das análises se restringe ao primeiro, sendo uma contribuição desse trabalho o uso do segundo. Por restrição de fontes, as biografias não foram exploradas na mesma profundidade, estando aquém daquilo que se pretendia dispor, mas esse entendimento do indivíduo espera-se tenha colaborado para melhor compreender o coletivo.

Ao fim, podemos afirmar que não bastava ser alemão ou protestante; ser capitalizado ou ter conhecimento técnico; aquilo que aqui aconteceu é típico da transição capitalista do Rio Grande do Sul, do modo como a elite econômica e política local se estruturou, dos conflitos e das alianças que se formaram e que foram aproveitadas por um modo especial de ver esse ambiente. Como resultado dessa análise, podemos inferir que a gênese do empresário gaúcho é influenciada pelo legado cultural do imigrante alemão, que aproveita situações específicas da política e da economia gaúcha e nacional. Ou seja, as trajetórias de desenvolvimento são dependentes da história e retomá-la por novas óticas ajuda a compreender o contexto em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo.(Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

AGUIAR, Hélio Afonso Filho. **O institucionalismo em Douglass North e as instituições weberianas do atraso brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

AGUIAR, Hélio Afonso Filho; FERNÁNDEZ, Ramón Garcia; SERRA, Maurício Aguiar. O atraso econômico e a matriz institucional brasileira: uma abordagem a partir de Douglass North e Raymundo Faoro. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 10., 2005, Campinas. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso68.pdf>>. Acesso em: 15 dez.2008.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. A gestão das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 546-577, Dez. 1992.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus. 2003.

ARTX, Günter. A. J. Renner: discursos e artigos (1931/1952). **Assembléia Legislativa do Estado do RS**. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/aj\\_renner.pdf](http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/aj_renner.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2009.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. O empresário brasileiro: um estudo comparativo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-37, Jul/Set. 1998.

BORN, Cláudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 240-265, Jan/Jun. 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974. 239p.

\_\_\_\_\_. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 83-103. 1964.

\_\_\_\_\_. O empresário industrial e a Revolução Brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 10, n. 8, p. 83-103, Jul/Set. 1963.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 79-91. 1962.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. **Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Buenas Idéias, 2009. 264 p.

BUENO, Newton Paulo. A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 435-455, Jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha teórica sobre a Nova Economia Institucional. **Revista Economia**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 361-420, Jul./Dez. 2004.

BÚRIGO, Fábio Luiz e SILVA, José Carlo da. A metodologia e a epistemologia em Durkheim e Max Weber. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 128-148, Ago/Dez, 2003. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/g\\_Fabio.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/g_Fabio.pdf)>. Acesso em: 15 mai.2009.

CALVINO, João. **As institutas ou tratado da religião cristã**. v. 3. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989. 186 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 204 p.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. **Mudanças institucionais a partir da proibição de escravos** – o caso do Rio Grande do Sul. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COASE, R. H. The New Institutional Economics. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. v. 140, n. 1, p. 229-31. 1984.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**, v. 19, n. 36. Set 2000. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/Os%20antigos,%20os%20novos%20e%20os%20neo-institucionalistas.pdf>>. Acesso em: 15 dez.2008.

\_\_\_\_\_. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002a.

\_\_\_\_\_. A relação entre o processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. In: **Encontro de Economia Gaúcha**, 1., 2002b. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa\\_2\\_conceicao.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_2_conceicao.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2008.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo, v. 4, n. 47. 2006.

FARIAS, Cláudio Vinícius Silva. A indústria vitivinícola e o desenvolvimento regional no RS: uma abordagem neoinstitucionalista da imigração italiana aos dias atuais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 5, n. 2, p. 64-93, Mai/Ago. 2009. Disponível em: <<http://www.rbqdr.net/022009/artigo3.pdf>>. Acesso em: 22 jan.2010.

FAVARO, Cleci Eulália. Construindo identidades: os estabelecidos, os “outsiders” e os aspirantes. In: Encontro Regional Sul de História Oral, 4., 2007, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Cleci%20Eulalia%20Favaro.pdf>>. Acesso em: 11 abr.2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.504 p.

FERNÁNDEZ, Ramón García; PESSALI, Huáscar Fialho. Oliver Williamson e a construção retórica da Economia dos Custos de Transação. In: GALA, P.; REGO, J.. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

FERREIRA, Franklin. Uma introdução a Max Weber e à obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. **CPAJ Revista**, São Paulo, v. 5. 2000. Disponível em: <[http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME\\_V\\_\\_2000\\_\\_2/Franklin.pdf](http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_V__2000__2/Franklin.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2008.

FILIPPI, Eduardo Ernesto; SIMAN, Renildes Fortunato; CONCEIÇÃO, Octávio Augusto. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 44., 2006, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/255.pdf>>. Acesso em: 15 jun.2009.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2003. 206 p.

FONSECA, Pedro César Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto 1983. 143 p.

\_\_\_\_\_. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

GALA, Paulo. A retórica na Economia Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 123-134, Abr/Jun. 2003.

GALÍPOLO, Gabriel; GALA, Paulo; FERNANDES, Danilo Araújo. Notas para uma avaliação da influência de Marx em Douglass North. **Encontro Nacional da Anpec**, 33., 2005, Natal. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A013.pdf>>. Acesso em: 21 jul.2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HERRLEIN JR, Ronaldo. A peculiaridade da transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930. **Encontro de Economia Gaúcha**, 1., 2002, Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa\\_12\\_herrleinjr.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_12_herrleinjr.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Congresso Abpe**, Caxambú, 2003. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_26.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_26.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

HODGSON, Geoffrey M.. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, p. 166-192, Mar. 1998.

\_\_\_\_\_. Evolução de instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 97-125, Jun. 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KERSTENETZKY, Jaques. Um comentário a “Evolução de instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura”, de Geoffrey Hodgson. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 127-134, Jun. 2001.

KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2007. 152 p.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento, 1976. 94 p.

LOVE, Joseph L.. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971. 282 p.

MARCOVITCH, Jacques. **A saga do desenvolvimento no Brasil**. v. II. São Paulo: Edusp, 2005. 325 p.

MELLO, José Lannes de. Do capital comercial na fronteira agrícola ao capital industrial: um estudo de caso do Grupo Gerdau. In: **Encontro Nacional de Economia**, 34., 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A006.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2009.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Guia para Veblen: um estudo da economia evolucionária**. Pelotas: Ed. UFPEL, 1998.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 240-264, Jan./Jun 2007.

MORAES, Sumaya Mattar. Memória e reflexão: a biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais**, 18., 2009, Salvador. Disponível em: <[http://www.anpap.org.br/2009/pdf/ceav/sumaya\\_mattar\\_moraes.pdf](http://www.anpap.org.br/2009/pdf/ceav/sumaya_mattar_moraes.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2009.

MOTTA, Fernando. **Empresários e hegemonia política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. 146 p.

NORTH, Douglass C.. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 190 p.

\_\_\_\_\_. **Five propositions about institutional change**. Washington University. St. Louis, 1995a. Disponível em: <<http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9309/9309001.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2009.

\_\_\_\_\_. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p.359-368, 1994. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/iped/ecga5015/n94.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2009.

\_\_\_\_\_. Why some countries are rich and some are poor. **Chicago-Kent Law Review**, v. 77, p.319-331, 1999. Disponível em: <<http://lawreview.kentlaw.edu/articles/77-1/NorthFinalPF.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2009.

\_\_\_\_\_. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112. 1991.

\_\_\_\_\_. La evolución histórica de las formas de gobierno. **Revista de Economía Institucional**, n. 2, p. 133-148, primer semestre, 2000.

\_\_\_\_\_. **The new institutional economics and development**. Washington University. St. Louis, p. 1-8. 1992.

\_\_\_\_\_. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 38 p.

NORTH, D. C. ; THOMAS, R. P. **The rise of the western world: a new economic history**. Cambridge: University Press, 1973.

NEUGEBAUER. **Apresentação: visão geral**. Disponível em: <<http://www.neugebauer.com.br/index2.php>>. Acesso em: 20 out. 2009.

NEUGEBAUER. **Neugebauer, uma história/Florestal Alimentos**. Porto Alegre: Florestal Alimentos S.A, 2009. 280 p.

PASSIANI, Ênio. Max Weber: um pensador da cultura. **Revista Dialogia**, São Paulo, v. 0, Out. 2001. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/dialogia/article/view/788/687>>. Acesso em: 01 jul.2009.

PESAVENTO, Fábio; MONTEIRO, Sérgio. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro – 1750-1800. In:



**Encontro Nacional de Economia**, 34., 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (Riocell), 1985. 122 p.

\_\_\_\_\_. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e a disciplina do trabalho – 1889-1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 280p.

\_\_\_\_\_. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 190 p.

PORTUGAL, Priscilla Schramm. Weber e o consumo de luxo: uma discussão sobre a obra A ética protestante e o espírito capitalista. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 49-55, 2007. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/cenarios/article/view/143>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

PRADO JR., Caio. **Formação econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 390 p.

RACY, C. Joaquim; MOURA Jr. Álvaro Alves; SCARANO, Paulo Rogério. História, instituições e as relações sociais de produção na Teoria Econômica. In: **Encontro de Economia da Região Sul**, 8., ANPEC SUL, 2005, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2005/artigos/area4-05.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: método e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 334 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. v. I e II. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 401 p.

RUTHERFORD, M. **Institutions in Economics: the old and new institutionalism**. New York: Cambridge University Press, 1996.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42. 2001.

SANTOS, Eurico A. González Cursino dos. Magia e cultura colonial brasileira - reflexões metodológicas no espírito de Max Weber. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 11-26. Set. 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-322. 1996.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 237 p.

SELL, Carlos Eduardo. Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 241-248. Set/Dez. 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/938/93843306.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Ed. da USP, 1968.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 457 p.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

STRACHMAN, Eduardo. Instituições: uma caracterização crítica. **Economia**, v. 1, n. 3, p. 113-157, Jan. 2002.

SUGDEN, Robert. **The economics of rights, co-operation, and welfare**. Oxford: Blackwell, 1986.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000. 421 p.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 161-64, 1984.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **Chama empreendedora** – a história e a cultura do Grupo Gerdau – 1901-2001. São Paulo: Editora Prêmio, 2001. 271 p.

TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Rio-Grandense. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 79-108, 1982.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, p. 225-255, 2003.

TOBOSO, Fernando. ¿En que se diferencian los enfoques de análisis de la vieja y la nueva economía institucional? **Hacienda Pública Española**, v. 4, n. 143, p. 175-92, 1997. Disponível em: <<http://www.uv.es/ftoboso/ipe/hpe97.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VELASCO e CRUZ, Sebastião Carlos. Teoria e história: notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 106-122, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.

WILLIAMSON, Oliver E.. **Mercados y hierarquias: su análisis y sus implicaciones anti-trust**. Mexico: Fondo de Cultura, 1991.

\_\_\_\_\_. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**. v. 38, p. 595-613, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/2565421>>. Acesso em: 12 jan. 2009.